

Mestres do Amanhã

Anísio Teixeira e a formação de professoras/es no Brasil (1924-1964)



Fernando Gouvêa

MESTRES DO AMANHÃ:

**Anísio Teixeira e a formação de professoras/es
no Brasil (1924-1964)**



Pedro & João
editores

FERNANDO GOUVÊA

MESTRES DO AMANHÃ:

Anísio Teixeira e a formação de professoras/es
no Brasil (1924-1964)



Pedro & João
editores

Copyright © Fernando Gouvêa

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Fernando Gouvêa

Mestres do Amanhã: Anísio Teixeira e a formação de professoras/es no Brasil (1924-1964). São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 366p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1607-2 [Impresso]

978-65-265-1608-9 [Digital]

1. Anísio Teixeira. 2. Formação de Professoras/es. 3. CAPES. 4. Brasil, 1924-1964. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

À Ana Waleska P. C. Mendonça (in memoriam), orientadora e amiga, que fez da mais árdua tarefa, das constantes incertezas e dos momentos mais difíceis deste trabalho uma história de afeto, de inteligência e de uma crença inabalável na esperança da realização do possível e do aparentemente impossível. Obrigado por tudo.

À minha turma de mestrado de 1999.1 da PUC-Rio, em especial à/a Angelice Farias, Aداury Fonseca (in memoriam), Ana Valéria da Costa, Anderson Tibau, Cleonice Puggian, Glória Arrigoni, Glauco Aguiar, Jussara Pimenta, Luciana Corrêa, Luíza Felipe, Lucienne Andrade, Luiz Fernando Porto, Rita Laura Cavalcante, Renato Pontes e Stella Pedrosa por terem ‘resgatado’ o meu projeto de dissertação enquanto eu buscava ‘resgatar’ a minha vida.

À Dr^a Solange Veiga Ferreira Faria que no dia 21 de dezembro de 1999, num quarto do Hospital São Lucas, disse algo que jamais esquecerei: “Você tomará inúmeros remédios para o resto da vida... mas, eles serão poucos diante de tanta vida que você terá.”

À Denize Peterson e ao Daniel Gouvêa. Sem vocês, a vida seria um enorme vazio...

SUMÁRIO

CONVERSA COM A LEITORA E O LEITOR	11
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	31
1. O percurso	31
2. Análise documental: a relevância	34
3. O impresso como estratégia de intervenção	37
4. A imprensa periódica educacional	40
CAPÍTULO I- ANÍSIO TEIXEIRA:	43
PENSAMENTO/(ATUA)AÇÃO EDUCACIONAL	
1. A formação de professoras/es: compromisso entre o pensamento e a ação	45
1.1 O início do compromisso: a primeira gestão na Bahia (1924-1928)	46
1.2 A confirmação do compromisso: a reforma no Distrito Federal (1931-1935)	49
1.3 A segunda gestão na Bahia: depois da turbulência...a retomada do compromisso (1947- 1951)	51
2. A universidade brasileira: o pensamento de Anísio Teixeira	54
2.1 A constituição da universidade ocidental: os primeiros passos de uma longa caminhada	55
2.2 Do fato do nome ao nome de fato: a criação da universidade brasileira	58
2.3 Inflação legiferante e deflação de liberdade: os anos 1960	60
2.4 A reforma da Universidade	62
2.5 A utopia de Anísio Teixeira: universidade e	63

pesquisa	
3. Uma produção intelectual comprometida com a ação pública	70
CAPÍTULO II- A CAPES DOS ANOS 1950/1960: A REDE EM FORMAÇÃO	77
1. Do pensamento à ação: um outro olhar sobre as origens da CAPES	77
2. Percurso histórico	84
2.1 Antecedentes históricos da criação da CAPES: os anos 1930/1940	84
2.2 O contexto de criação da CAPES: os anos 1950	89
2.3 A ação governamental	94
CAPÍTULO III - A ORGANIZAÇÃO E A DINÂMICA INTERNA DA CAPES: A REDE EM ESTRUTURAÇÃO	109
1. Os Decretos 29.741 de 1951 e 50.737 de 1961: a legislação que ‘instituiu’ e ‘consolidou’ a CAPES	109
2. A estrutura da CAPES: Programas e Serviços	119
3. A dinâmica interna da CAPES	134
CAPÍTULO IV- O BOLETIM INFORMATIVO CAPES: A REDE EM AÇÃO	147
1. Considerações iniciais	147
2. Informações gerais	150
3. A estrutura gráfica do Boletim Informativo CAPES	153
4. A análise das seções do Boletim Informativo CAPES	160
5. A exteriorização da ação: os relatórios de atividades da CAPES	192
CONCLUSÃO	221
REFERÊNCIAS	225
A. Arquivos	225
B. Obras de Anísio Teixeira	226

C. Teses e Dissertações	232
D. Livros	233
E. Artigos de Jornais	240
F. Artigos de Revistas	242
G. Legislação	246
H. Livros, Artigos, Relatórios e Documentos publicados pela CAPES	247
I. Entrevistas	250
J. Obras de referência	250
K. Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico	251
L. Diversos	252
ANEXOS	257

CONVERSA COM A LEITORA E O LEITOR

Este livro é fruto da dissertação elaborada no arco de tempo de 1999 a 2000 e defendida em 2001 no âmbito do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio com o título 'Um percurso com os Boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil' sob a orientação da Prof^a Ana Waleska P.C. Mendonça.

O parágrafo anterior justifica a minha opção de não solicitar aos amigos ou amigas a feitura de um prefácio. A única pessoa a quem eu daria tal incumbência seria a Prof^a Ana Waleska que orientou o meu trabalho com alma, com determinação e, acima de tudo, sensibilidade para entender um dos períodos mais difíceis da minha vida. Infelizmente, ela não está mais por aqui para celebrar este momento, este instante no tempo do qual nunca esquecerei: a vida.

Assim, tive o objetivo de manter esta obra o mais fiel possível à dissertação. O mais próximo do trabalho que foi realizado na virada do século XX para o XXI. Encantou-me a ideia de sustentar o texto assentado num determinado contexto histórico. Sinto que o momento da escritura é rede que acolhe corpos únicos feito estrada percorrida por poucos... feito chão que engravida as sementes que plantamos...

Dessa forma, cabem explicações:

1. Tomei por empréstimo a Anísio Teixeira o título do seu artigo 'Mestres do Amanhã', publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1963, para batizar este livro por compreender que o pensamento e a ação de Anísio sempre estiveram voltados para a formação de professoras e professores

para todos os níveis de escolaridade numa perspectiva que as/os docentes soubessem como agir na escola do 'hoje', mas que pensassem, também, num projeto do que ela poderia ser num tempo que está por ser criado: o amanhã.

2. Após o título, os agradecimentos apresentam relação direta com o momento da realização do mestrado (exceção à Denize e ao Daniel que apareceram na minha vida, quando eu nem imaginava que pudesse, novamente, ser feliz).

3. Os capítulos, os seus conteúdos, as suas notas de rodapé e as regras de Chicago foram mantidos. O estilo Chicago é um conjunto de regras para redigir artigos e criar referências e citações contidas no *Chicago Manual of Style*, que costuma ser referido simplesmente como Chicago. Este era o padrão à época na PUC-Rio.

4. Não houve qualquer tentativa de atualização de conteúdos haja vista que tal atitude iria de encontro à minha proposta de manutenção da dissertação no estado original.

No instante em que travo esta conversa, recebo a notícia da publicação da Lei nº 15.000, de 15 de outubro de 2024 que declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira. Se houve dúvida quanto ao merecimento deste título, este pode ser uma contribuição. Mais do que isto, vale ler e entender os acertos e, também, as falhas de um intelectual liberal. Sim. Liberal que lutou contra os conservadores e os reacionários em favor de uma escola pública, laica e gratuita para todas e todos. Defendeu as/os docentes como detentores da ciência e da arte de educar. Ou seja, lutou até 1971, quando os ditadores de plantão calaram a sua voz.

Penso que os cursos de Pedagogia precisam trazer com mais ênfase a presença de Anísio nas salas de aula. Não só pelo conjunto da sua obra, mas pelo intelectual de pensamento e ação. Um intelectual que agiu em prol das bandeiras que, por mais antigas que sejam no calendário da vida, ainda são bandeiras necessárias para garantir o óbvio e óbvio, neste nosso tempo, é que o ofício docente se traduz no encontro com as classes populares deste país via a escola pública na qual todas e todos

tenham uma educação com qualidade e gratuita em que professoras e professores sejam, novamente, donos e donas dos seus saberes e não sequestrados e sequestradas por apostilas, receitas e tecnologias que precarizam a ação docente, pois são, no geral, limitantes da autonomia docente que necessita reaparecer no horizonte como o sol que, mesmo em dias de chuva, sabemos que está por lá.

Fernando Gouvêa
22 de outubro de 2024.
Primavera

APRESENTAÇÃO

O real não está na chegada e nem na saída, ele se
dispõe pra gente no meio da travessia.
(Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

Ao cursar Pedagogia, no início da década de 1980, as disciplinas História da Educação e Educação Brasileira exerceram um impacto em minha formação, pois havia concluído o curso de Letras que não apresentava em sua grade um espaço privilegiado para as mesmas. Tal impacto impeliu-me a procurar outras leituras que propiciassem um aprofundamento dos temas abordados por estas e colaborassem para uma compreensão mais precisa da educação, do processo de construção do pensamento educacional brasileiro e do papel de diversos intelectuais nos diferentes momentos de constituição dessa história.

A leitura do livro "A Cultura Brasileira" de Fernando de Azevedo e do texto "Valores Proclamados e Valores Reais nas Instituições Escolares Brasileiras" de Anísio Teixeira foi significativa porque possibilitou a percepção da importante contribuição que estes educadores haviam deixado para a educação brasileira e, em contrapartida, a "quase ausência" no curso de Pedagogia, da obra de Anísio Teixeira, obra de um dos atores que pontificaram o ideário do movimento da "Escola Nova"¹ no Brasil.

A continuação dos estudos sobre a referida "ausência" levaram-me ao encontro de uma outra posição: o aligeiramento ou, muitas vezes, a visão reducionista do movimento da "Escola

¹ Entendo "Escola Nova" como um movimento heterogêneo e, portanto, sujeito a contradições internas e externas que na literatura pedagógica brasileira nem sempre foram devidamente observadas. Para mais informações ver: Brandão (1992); Nunes (1992); Brandão e Mendonça (1997).

Nova" oriunda de uma determinada abordagem na história da educação brasileira. Esta postura "cristalizadora" e, de certa forma, desqualificadora encontrada em alguns "clássicos" da literatura pedagógica brasileira (livros que obtiveram estrondoso sucesso editorial e, por conseguinte, sucessivas reedições) e mesmo em alguns trabalhos emanados dos cursos de pós-graduação não se coadunava com as expressões – que mais tarde passei a conhecer - "tradição desafortunada" cunhada por Lovisolo (1990)² ou "tradição esquecida" presente em Brandão e Mendonça (1997) quanto ao pensamento e obra de Anísio Teixeira.

A análise dessa questão mostrou-me o quanto são problemáticas as generalizações e o quanto colaboram para a citada "cristalização" de certos aspectos que contribuem para o apagamento de outros importantes. Como observa Nunes (1992:152) tal perspectiva lança um desafio ao pesquisador pois "as generalizações desfiguram, correm o risco de encobrir aspectos significativos para a compreensão das questões estudadas. Por este motivo, um dos feitos mais difíceis para o pesquisador é alterar as noções dominantes e transformar em problema o que era tomado como fato estabelecido". É instaurada a "insônia-problema" onde tudo dormia na "santa-paz".

Entretanto, a dinâmica exigida para o trabalho em sala de aula e uma carga horária extensa, durante minha atuação no ensino médio, afastaram-me dos meus estudos sobre a "Escola Nova", deixando adormecido o projeto de avaliar de maneira mais efetiva os conceitos e os (pré)conceitos observados no que tange, principalmente, à obra e às ações de Anísio Teixeira.

O ingresso em 1990 no curso de docência do ensino superior – pós-graduação lato sensu – e o contato com novos textos e autores contribuíram para aguçar novamente a questão para qual buscava

² Para Lovisolo as ideias de Anísio marcadas pela irrealização, por bruscas interrupções, espelham um quadro presente na tradição pedagógica democrática da América Latina.

respostas. A leitura do texto “A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e ideias atuais” de Hugo Lovisoló e a possibilidade de debate com o próprio autor, visto que o mesmo foi professor do curso, e outros tantos textos sobre a temática reacenderam vontades e perspectivas adormecidas e possibilitaram um embasamento teórico inicial para as tentativas de desvelar a questão sobre o esquecimento da obra de Anísio Teixeira.

O convite para lecionar no curso de Pedagogia – disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau (atual ensino médio) - possibilitou a retomada do meu estudo por caminhos indiretos. A análise, por exemplo, da gênese da Lei 4.024 de 1961 evidenciou a ativa participação de Anísio Teixeira nas discussões, em alguns momentos verdadeiros embates, no processo de elaboração desse texto legal e propiciou, também, uma apurada compreensão da relação pensamento/ação presentes na atuação pública de Anísio como gestor de duas instituições – o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – que fundamentavam e implementavam estudos e políticas que atingiam todos os níveis do sistema educacional brasileiro.

O ingresso no mestrado e a participação na pesquisa “A formação de mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil”³, coordenada pela prof^a. Ana Waleska P. C. Mendonça e desenvolvida no Departamento de Educação da PUC-Rio, vieram ao encontro do meu desejo de redimensionar a contribuição desse educador e recolocar em discussão o importante papel exercido pelo mesmo na história da educação no Brasil.

³ A pesquisa tem como fontes documentais básicas: a produção bibliográfica de Anísio, ao longo do período em estudo, a documentação existente no Arquivo de Anísio Teixeira, no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, na própria CAPES e algumas entrevistas com pessoas que estiveram vinculadas a essa iniciativa.

A pesquisa foi iniciada em setembro de 1997⁴ e teve como ponto de partida uma revisão bibliográfica dos textos de Anísio Teixeira, produzidos entre os anos 1950 e 1970, referentes ao ensino superior, tentando entender a sua concepção à época sobre a reforma da universidade e, particularmente, sobre o papel da pós-graduação nesse processo. Numa segunda etapa, o grupo de pesquisa vem se debruçando sobre a documentação que permite reconstruir o processo de institucionalização da pós-graduação no país ao longo dos anos em estudo, bem como, especificamente, a organização inicial da CAPES.

A pesquisa tem como objetivo geral estudar a contribuição do educador Anísio Teixeira no processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil, ao longo dos anos 1950 e 1960. Esta contribuição foi até agora pouco trabalhada pela literatura específica da área de educação, embora tenha sido este educador quem, ao longo desses anos, organizou a CAPES, criada inicialmente sob a forma de Campanha e, hoje, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A hipótese central da pesquisa é que a atuação de Anísio Teixeira à frente dessa instituição foi fundamental não só para a configuração que acabou assumindo, como também para garantir que a pesquisa científica se desenvolvesse, no Brasil, no âmbito da universidade e vinculada aos programas de pós-graduação.

A participação no referido grupo de pesquisa, também, possibilitou o contato com uma literatura que tinha na história da pós-graduação no Brasil e na CAPES os seus eixos de análise. A leitura desses textos propiciou a contextualização da instituição e as diversas alterações sofridas pela mesma no que concerne aos seus objetivos, às suas práticas e aos seus processos organizacionais.

O relatório “CAPES: origens, realizações, significações” de Córdova (1998) tem como objetivo reconstituir a história da CAPES, no período de 1951 até 1996, analisando a sua criação, o

⁴ Meu ingresso ocorreu em março de 1999.

contexto histórico que impulsionou o seu aparecimento, bem como os objetivos propostos para a Campanha e sua estrutura de funcionamento. O documento faz, também, um balanço das realizações e dos desafios enfrentados pela CAPES.

O trabalho teve como fontes principais os Relatórios de Atividades, documentos de prestações de contas, entrevistas e alguns números dos Boletins Informativos da CAPES. Importante fonte de informações face ao espírito analítico empreendido pelo autor numa perspectiva de compreender dialeticamente a CAPES como um construto político em movimento permanente.

Em outra perspectiva de análise, na dissertação “CAPES: a opção pela eficácia” Mattos (1993) sinaliza para a premência de um minucioso estudo sobre as “teorias de organização”. O estudo dessas teorias remete o trabalho a uma articulação das mesmas com as ações que pautam a prática da administração educacional nos seus diferentes níveis de atuação. Os termos “eficácia”, “modelo organizacional”, “gestão”, “ações” e “objetivos” terão presença constante no decorrer da dissertação e, invariavelmente, estabelecerão elos inextricáveis com diversos documentos legais que explicitam em termos formais os objetivos proclamados quanto às atribuições, à estrutura organizativa e à gestão de recursos financeiros da CAPES.

A autora, não obstante a relevância do trabalho no que tange aos documentos e à coletânea de textos legais organizada, peca ao periodizar a história da CAPES tendo a via “legal” como sustentação, ou seja, cada legislação importante operaria modificações vitais no cotidiano da instituição como se os “valores proclamados” pelos documentos tivessem a força mágica de transformar toda uma realidade pelo simples motivo de sua existência. Nesta perspectiva, foram minimizados o papel dos atores da trama e a correlação da “vida institucional” com os diferentes contextos sociais, políticos e econômicos onde a instituição está inserida.

O livro “A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro” de Córdova, Gusso e Luna (1986) traz um breve

histórico dos movimentos pretéritos de formação da universidade brasileira, a emergência dessa pós-graduação e uma análise dos programas, do ensino e da pesquisa na pós-graduação. O livro é fruto de uma pesquisa que teve como informantes coordenadores, professores e alunos de diversos programas de pós-graduação, trabalhando com questões relativas à adequação dos programas, às linhas de pesquisa, à oferta das disciplinas, aos critérios de acesso e aos recursos financeiros.

Trata-se de uma obra que fornece uma extensa base de dados, através de quadros e estatísticas, que é fruto da tabulação dos questionários respondidos conforme o disposto no parágrafo anterior. Porém, o contato com o texto mimeografado possibilitou a percepção de que uma considerável parte do mesmo foi cortada na transposição para o livro. A perda é sentida na obra, pois o corte atingiu uma profunda análise histórica sobre a pós-graduação e o desenvolvimento do ensino superior, desde o período colonial. Considero sensível a perda por ensejar a oportunidade de uma mais efetiva contextualização do advento do ensino superior no Brasil, da pós-graduação e da própria CAPES.

As características do nacionalismo-desenvolvimentismo, a identificação dos elementos fundamentais do novo padrão econômico de desenvolvimento e a necessidade da formação de quadros intelectuais modernos para atenderem as necessidades da época são traços marcantes da tese “A construção e definição de políticas de pós-graduação em educação no Brasil: a contribuição de Anísio Teixeira e de Newton Sucupira” de Lôbo (1991).

A autora explicita as contribuições de Anísio Teixeira para a educação brasileira e, principalmente, para a pós-graduação. A presença de Newton Sucupira é acompanhada pela centralidade que passa a ter o modelo autoritário-burocrático, modelo de Estado vigente a partir de 1964. Considero esta tese uma relevante fonte de estudos que possibilitou a comparação de dois períodos distintos de implantação da pós-graduação no Brasil, um dentro de uma perspectiva democrática e outro num período de acentuado caráter autoritário.

A difícil relação entre a universidade e a formação de professores, a busca nos anos 1930 da experiência da Universidade do Distrito Federal (UDF) capitaneada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, experiência que de forma radical apresentou a ideia de uma universidade voltada para o desenvolvimento da pesquisa e para a produção do conhecimento formam o cerne da tese "Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A universidade de educação de Anísio Teixeira" de Mendonça (1993). A tese prestou uma contribuição à pesquisa porque as experiências dos anos 1930 marcaram de maneira acentuada a compreensão de Anísio sobre o papel da universidade na formação dos mestres e, para tanto, a urgência de organização da pós-graduação no Brasil.

A publicação "CAPES: documentos iniciais" (1952) traz discursos/declarações oficiais, documentos de trabalho, correspondências e textos legais referentes aos primeiros momentos de existência da CAPES. É, na verdade, uma coletânea, sobre as primeiras ideias e ações que moveram a Comissão. Além de ser a primeira publicação feita pela instituição, foi fundamental para sanar algumas imprecisões sobre a constituição e os objetivos propostos no instante de "criação" da mesma.

Encerro o levantamento das leituras relevantes sobre a CAPES destacando a leitura do depoimento prestado por Almir de Castro em 1977 (acervo sobre a História da Ciência no Brasil – FGV/CPDOC⁵) e a entrevista dada por Celso Barroso Leite ao grupo de pesquisa sobre História da Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio em julho de 2000. Os dois depoimentos facilitaram e abriram novas perspectivas para o entendimento do cotidiano e da dinâmica interna da CAPES, pois tanto Castro quanto Leite foram quadros atuantes na instituição.

Considero importante, mesmo de maneira apenas preliminar, tecer algumas considerações sobre o "surgimento oficial" da

⁵ Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CAPES. A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi criada pelo Decreto 29.741 de 11 de julho de 1951, governo Getúlio Vargas, para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Provisoriamente, a ação da CAPES foi conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão vinculado ao Ministério de Educação e Saúde.⁶

Após dez anos, o Decreto 50.737 de 07 de junho de 1961, governo Jânio Quadros, “oficializaria” a CAPES como Campanha diretamente subordinada à Presidência da República. Tal “oficialização” será discutida no corpo deste trabalho por se tratar de um aspecto importante no resgate do processo de criação, gestão e mudança de rumos nas ações da CAPES face às vicissitudes ocorridas.

A CAPES teve em Anísio Teixeira o seu primeiro Secretário Geral, numa gestão que se estendeu de 1951 a 1964, atravessando um período marcado por profundas mudanças nos diversos campos: econômico, político, cultural, social etc. O processo acelerado dessas mudanças e as exigências que as mesmas trouxeram ao poder público nas suas diferentes esferas de atuação permearam a existência de um momento histórico complexo.

A abrangência e a complexidade das tarefas imputadas à CAPES tornam-se explícitas na fala de Ernesto Simões Filho, Ministro da Educação e Saúde, em 13 de julho de 1951, dois dias após a publicação do Decreto de criação da Comissão, ao reconhecer que “a crescente industrialização do país, o aprimoramento das atividades agrícolas, a complexidade da administração pública e particular, tudo isto vai num ritmo que

⁶ Somente em 1953 através da Lei nº 1.920 ocorreu a criação do Ministério da Saúde como pasta autônoma, ocasionando uma reestruturação no Ministério da Educação e, por conseguinte, passando o mesmo a ter a denominação de Ministério da Educação e Cultura (Boletim Informativo CAPES n. 9, p.5, agosto, 1953). Mais detalhes sobre a gênese de um ministério voltado para questões relativas à educação no Brasil ver: Azevedo (1996); Romanelli (1980) e Nagle (1976).

não conseguimos acompanhar no preparo de pessoal capaz, não só de atender as atuais (da época), como dos tempos que se aproximam”⁷. Colocação que evidencia os desafios a serem enfrentados pela CAPES.

A fim de assegurar o enfrentamento de tais desafios, a estrutura da CAPES contava com serviços que objetivavam atender os seguintes pontos: bolsas de estudo, estatística, documentação e administração. Além disto, cabe assinalar a presença de programas específicos dirigidos para quadros técnicos e científicos e o programa universitário. A organização e a estrutura serão alvo de uma acurada investigação por se tratar de parte relevante desta pesquisa e por ensejar “um amadurecimento teórico e conceitual maior sobre agências públicas como a CAPES e seu lócus de negociações técnico-políticas enquanto agência de planejamento e de racionalidade política”⁸.

Assim, após uma visão apenas introdutória sobre a CAPES e a questão do estabelecimento da base para o aperfeiçoamento e levantamento dos quadros de pessoal de nível superior a fim de que o Estado pudesse planejar as suas ações e encetar sua caminhada num processo de desenvolvimento do país, desejo expor o processo que culminou com a escolha da CAPES como tema, num percurso com os Boletins e num encontro com o pensamento e a ação de Anísio Teixeira.

O foco estabelecido na questão da pós-graduação direcionou minhas reflexões para a CAPES e para a gestão de Anísio Teixeira à frente desta instituição. O contato com diversos textos e documentos que expressavam uma tentativa de reconstituir a trajetória da CAPES clarificaram a importância de uma publicação que, mensalmente, “contava” os objetivos, as ações, os projetos, enfim, desvelava a sua própria história institucional: o Boletim Informativo CAPES.

⁷ CAPES: Documentos Iniciais, publicação n. 1, p. 3-4, 1952.

⁸ Trecho extraído do parecer dado pelo prof. José Carmelo B. Carvalho (PUC-Rio), em 20/04/2000, sobre o projeto que originou esta dissertação.

O Serviço de Estatística e Documentação, dentro da estrutura da CAPES, tinha sob sua coordenação a publicação do Boletim Informativo. O Boletim apresentava uma dupla função: no plano interno possibilitava uma avaliação mediante um balanço das atividades desenvolvidas e no plano externo representava uma prestação de contas do que fora feito no período. Cabe ressaltar, porém, que o estudo empreendido revelou que o boletim excedeu e alargou o horizonte das funções aventadas.

O diálogo com os boletins da CAPES, fonte importante para a obtenção de dados, possibilitando o cotejamento dos mesmos com outros obtidos através de diferentes documentos, ensejou a oportunidade de captar as relações internas da instituição, o movimento dos atores, ou seja, a análise dos boletins permitiu captar a dinâmica dessa instituição e, assim, estabelecer uma compreensão mais acurada sobre o papel exercido pela mesma no seu trabalho cotidiano, estabelecendo uma comparação com os objetivos de sua criação e existência.

Desse modo, foi significativa a compreensão dos boletins como um instrumento de intervenção que buscou alterar, transformar as relações entre diferentes atores e instituições e efetivar a proposição de novas ideias e maneiras de conceber o fazer pedagógico. A perspectiva aberta por este entendimento trouxe a necessidade de analisar as estratégias utilizadas pela CAPES para a consubstanciação de tais objetivos. Estratégias que, além do aventado anteriormente, expressam – também – a concepção própria que a instituição apresenta em relação ao seu papel no contexto em que está inserida.

O trabalho com as estratégias teve como consequência a conformação de um conceito que defini como “rede”. Preliminarmente, desejo estabelecer que a “rede” nos boletins da CAPES envolve atores isolados e instituições num processo que busca configurar a unidade dentro da diversidade, o nacional a partir do regional e – por mais paradoxal que possa parecer – a

centralização como ponto de partida para a descentralização do sistema educacional brasileiro⁹.

Assim, os boletins da CAPES constituem uma importante fonte documental que mais do que uma mera descrição de suas seções permitiram um mergulho no processo de construção e solidificação da pós-graduação no Brasil e no papel exercido por Anísio Teixeira neste processo. Esta colocação define o recorte temporal para o estudo dos boletins: 1952 a 1964 – que corresponde praticamente a toda a gestão de Anísio Teixeira frente à CAPES (1951-1964).

O presente trabalho tem como objetivo principal desvelar, via as estratégias utilizadas nos boletins, a contribuição de Anísio Teixeira na construção e na institucionalização da pós-graduação no Brasil. Ao definir o Boletim da CAPES como companheiro desse percurso o faço numa perspectiva que busca captar a importância dessa fonte para uma compreensão do processo educacional e da constituição da pós-graduação no Brasil.

Portanto, após explicitar o processo de escolha do tema, as leituras que apontaram um referencial, um breve histórico da CAPES e o objeto de estudo: os boletins, considero oportuno expor como esta está organizada a dissertação.

Na introdução, busco estabelecer a perspectiva teórico-metodológica que informa este trabalho, a relevância da análise documental, a compreensão dos binômios “história/memória” e “documento/monumento”¹⁰, a questão da “verdade” e a diversidade de posições do pesquisador frente aos documentos. Entendo, assim, a pesquisa documental como um desafio incessante ao pesquisador que se corporifica na “precisão imprecisa” de alguns documentos ou na “imprecisão que aguarda um outro olhar”. Ambas as posturas são desafiadoras porque buscam encontrar nas construções feitas de certezas absolutas as

⁹ Semelhante experiência é percebida na gestão de Anísio Teixeira no INEP. Ver: Xavier (1999).

¹⁰ Le Goff (1990).

rachaduras das dúvidas ou nas dúvidas e lacunas anunciadas, não a verdade absoluta, mas as diversas possibilidades de construção da história. Destaco o impresso como uma estratégia de intervenção¹¹ e, conseqüentemente, a relevância, a atualidade do trabalho com periódicos e o seu papel frente ao processo educacional. Portanto, nessa introdução explico o aspecto metodológico que indica o rumo e o aspecto teórico que sustenta esse percurso com os boletins da CAPES.

No Capítulo 1, estabeleço uma digressão que tem o objetivo de captar através de alguns estudos o pensamento/(atua)ção educacional de Anísio Teixeira. Sustento o ponto de vista que a “formação de professores” é o elo que traduz a coerência da atuação de Anísio¹² nos anos 1920 como Inspetor-Geral de Ensino da Bahia; nos anos 1930 como Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e na segunda metade dos anos 1940 no papel de Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia¹³.

Defendo a tese de que o acúmulo dessas experiências foi, aos poucos, fazendo germinar o sentimento de premência da reforma do ensino superior como uma das “saídas” para o crescimento qualitativo de todo o sistema educacional brasileiro. Assim, busco na preocupação com a “formação de professores” o elo que une estes três momentos e torna cada vez mais viva no pensamento de Anísio – um pensamento que une produção intelectual e ação pública - a imperiosa necessidade de reforma do ensino superior e da urgência da institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil, sementes que culminariam na ideia de criação da CAPES – ponto que articula esse capítulo com o Capítulo II.

¹¹ Sobre este ponto foram imprescindíveis as seguintes leituras: Carvalho (mimeo.s.d.), (1996) e (1994); Chartier (1990) e (1996).

¹² A formação de professores também foi um ponto importante na atuação de Anísio na CAPES nos anos 1950/1960.

¹³ Sobre as gestões de Anísio na Bahia – 1924 e 1946 - e no Distrito Federal – 1931 – foram fundamentais os seguintes escritos: Geribelo (1977); Schaeffer (1988); Viana Filho (1990); Mendonça (1993); Teixeira (1996); Nunes (2000) e Carvalho (2000).

No Capítulo II, procuro lançar um outro olhar sobre as origens da CAPES, resgatando o seu processo de criação, trazendo a história e a CAPES nos anos 1950 e 60 - desde a sua criação até 1964 com a interrupção da gestão de Anísio Teixeira - fazendo, contudo, uma breve contextualização dos antecedentes históricos a esta fase que remetem ao estudo dos anos 1930 e 1940¹⁴ - décadas de mudanças significativas em diversos campos, merecendo destaque as alterações no campo político, as forças que assumiram a burocracia estatal e as relações dessa burocracia com o campo intelectual¹⁵.

A análise dos anos 1950 e 1960 direcionou este trabalho para um estudo das Mensagens Presidenciais do período e que tiveram a CAPES como tema central e, também, para alguns trabalhos que têm como objetivo situar e compreender de forma relacional conceitos como “nacionalismo”, “populismo” e “desenvolvimentismo”¹⁶ que marcaram a época e estarão presentes na dinâmica de funcionamento da CAPES, com todas as tensões relativas à compreensão de cada um desses conceitos, por trazerem em seu construto diferentes matizes, e às inerentes tensões presentes nas estruturas organizacionais. Considero esse momento como o de atribuições de um caráter institucional à CAPES que qualifico como uma “rede” em formação¹⁷.

No Capítulo III, busco compreender a estrutura organizacional proposta para a consecução dos objetivos da CAPES num entendimento de que esta estrutura de alguma forma condicionou as ações, mas não foi fator limitador para a instituição visto que a CAPES, contrariando imposições legais,

¹⁴ Romanelli (1980); Freitag (1986); Azevedo (1996) formam a base para o estudo dos anos 1930 e 1940 no capítulo II.

¹⁵ Sobre a relação dos intelectuais e o Estado destaco: Miceli (1979); Martins (1987) e Pécaut (1990).

¹⁶ Entre estes: Teixeira (1960 a), (1961 a) e (1962 a); Benevides (1976); Cardoso (1978); Draibe (1985); Ianni (1986) e Barreira (1989).

¹⁷ Entendida como um movimento que envolve atores e instituições e que se consubstancia através de estratégias.

gozou de extrema autonomia no que concerne à questão de seu funcionamento. Para o entendimento da questão estrutural empreendo um estudo sobre a legislação que instituiu e a legislação que consolidou a CAPES. Encerro o capítulo com uma discussão sobre a dinâmica interna da instituição, buscando entendê-la como um processo paulatino de conformação das propostas de Anísio atinentes à formação de docentes e à pós-graduação e como uma base de sustentação para a realização e divulgação do trabalho da CAPES, através dos Relatórios de Atividades e do Boletim Informativo contemplados nos capítulos seguintes. Portanto, a análise da disposição e da ordem das partes que compõem a CAPES levam-me a entendê-la como uma “rede” em estruturação que solicita uma ação.

No Capítulo IV, após as incursões sobre a “rede” em formação e a “rede” em estruturação”, coloco em discussão a “rede” em ação via o Boletim Informativo CAPES. Primeiramente, apresento o periódico estabelecendo o que pretendo desvelar com o seu estudo e defendo a posição de considerá-lo como uma “rede” em ação. A seguir, estabeleço o levantamento de alguns dados gerais sobre o Boletim como, por exemplo, o quantitativo dos boletins estudados, a periodicidade da publicação, a variação do número de páginas e a existência de uma edição especial. Aspectos que considero tão importantes como uma análise da estrutura gráfica: a folha de rosto, o frontispício, a contracapa, as outras capas e as fotos utilizadas para a composição dos boletins.

Ainda no Capítulo IV, empreendo uma análise das seções do Boletim e um estudo dos Relatórios de Atividades. Mesmo publicados em números regulares dos boletins faço um estudo exclusivo dos mesmos por entender que tais instrumentos representam a exteriorização dos resultados do trabalho sustentado pela dinâmica interna que foi abordada no capítulo III e, além disso, que os Relatórios de Atividades – mediante as ações e projetos tidos como executados ou em fase de execução - expressam as intervenções, através das estratégias de irradiação, articulação e mobilização acionadas pela CAPES para a

institucionalização da pós-graduação no Brasil. Ainda na análise dos Relatórios de Atividades procuro explicitar o alcance e a diversidade do termo “pós-graduação” à época.

Na conclusão, busco apenas destacar alguns aspectos que ao longo do trabalho se revelaram centrais e que, desse modo, se afiguraram como imprescindíveis para a compreensão e desvelamento do processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil.

INTRODUÇÃO

1. O percurso

Ao definir o Boletim da CAPES como companheiro de percurso o faço numa perspectiva que busca captar a importância dessa fonte como itinerário, roteiro, para uma compreensão do movimento do processo educacional e da constituição da pós-graduação no Brasil. A justificativa para a realização desse percurso vem, contraditoriamente, em forma de um questionamento feito por Nóvoa - que agora tomo por empréstimo: "(...) como é possível pensar a educação hoje, e projetá-la no futuro, sem uma compreensão exata do que foram os percursos do passado?" (apud Catani, 1997:12).

Percebo que o conhecimento não pode abrir mão dessas relações que estão na base do ser e do fazer histórico pois "(...) tem-se, cada vez mais firme, a compreensão de que o conhecimento histórico se produz no seio desta tensão entre passado e presente, sujeito e objeto, texto e contexto (ou contextos?), documento e monumento, fato e interpretação" (Mendonça, 1996:69).

Bloch propunha um método prudentemente regressivo (Le Goff, 1990:24) no qual acentua que o passado é atingido a partir do presente, colaborando com o esclarecimento deste. Bloch insistia, porém, que não se fizesse um transporte ingênuo do presente para o passado e que se evitasse um trajeto linear no sentido contrário, pois a presença de rupturas tornava impossível tal hipótese.

A explicitação do percurso e os diversos fatores presentes remetem à necessidade de apontar as bases de sustentação dessa

caminhada. Assim, do ponto de vista teórico-metodológico¹⁸, o trabalho se situa na perspectiva da chamada “nova história”¹⁹e, particularmente, no âmbito de uma história social da cultura. Entendida, aqui, como um novo tipo de História que, ao ampliar o seu campo de estudo, possibilita uma ampliação do próprio objeto de estudo e rompe com a primazia atribuída ao âmbito sociopolítico, ensejando espaço para outros elementos como a cultura.

Além de ensejar espaço para outros elementos, esta perspectiva histórica possibilita a compreensão da presença de múltiplos fatores na “determinação” da estrutura e evolução da sociedade. Tal “determinação”, contrariando a visão histórica dogmática não opera como “(...) relação de causa e efeito, mas como correlação e interferência” (Duby, 1993:13), possibilitando um outro olhar sobre a dinâmica que preside as instituições no âmbito da sociedade.

Segundo Burke (1992:11), “(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana (...). O que era considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (...). A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”. A ideia de transformação e de movimento se associam e servem com sustentáculo para uma visão histórica que celebra a realidade como um devenir e, portanto, com diferentes possibilidades de construção.

Mediante o exposto, este trabalho assume os seguintes pressupostos básicos:

- a. uma concepção fundamentalmente interpretativa, e não factual ou descritiva da história, que entende o fato histórico como resultante de um processo de construção;

¹⁸ Sobre a questão teórico-metodológica em História da Educação ver: Cardoso e Brignoli (1981); Demartini (2000); Tambara (2000); Castanho (2000).

¹⁹ Sobre este assunto destaque: Le Goff (1990); Burke (1992); Veyne (1998).

b. uma visão não linear nem unidirecional do processo histórico, que é desse modo percebido enquanto um movimento marcado por continuidades e descontinuidades, rupturas e permanências²⁰;

c. uma compreensão da história da educação que a situa no campo²¹ da história cultural e que tenta entendê-la nas suas múltiplas relações de dependência com os demais campos (econômico, social, político, etc.), que a condicionam mas não determinam, já que se pressupõe que a “arquitetura determinante” de cada campo é interna ao campo, que tem as suas próprias regras e um grau relativo de autonomia (Mendonça, 1997 b: 10).

A teoria e o método, desta forma, estão colocados como ponto de partida frente ao trabalho proposto. Entendo que ambos constituem possibilidades de lidar com o objeto de estudo e não elementos limitadores da ação do pesquisador, ensejando um processo que permita que a teoria revisitada e reavaliada possa contribuir para o ajustamento do percurso e - se preciso - transformar o próprio método.

Desse modo, a teoria e o método anunciados conformam a opção por um determinado caminho, mas permitem a existência de atalhos e retornos na problemática que envolve lidar com documentos que expressam a vida pelo alarido ou o esquecimento mais profundo; pela presença ou pela ausência. A leitura das linhas e entrelinhas, a postura crítica face ao dito e a tentativa de desvelar o não dito, revelam a difícil missão de entender as lacunas como mais um desafio.

Veyne (1998:11) abordou com propriedade esta característica *lacunar* da história ao dizer que “um livro de história não é, na realidade, o que aparenta ser; ele não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse império”. A lacuna a ser preenchida convoca a imaginação do historiador. Imaginação que de acordo com Le Goff (1990:40) deve correr em

²⁰ Segundo Le Goff (1990:14): “A crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades, já quase não existe”.

²¹ Para um aprofundamento sobre a noção de campo, ver: Brandão (1996).

dois sentidos: “(...) a que consiste em animar o que está morto nos documentos” (o trabalho histórico) e a que consiste em se manifestar “pelo poder da abstração” (o trabalho científico). Isto posto, torna-se necessária uma abordagem sobre a relevância da análise documental face ao tema proposto nesta dissertação.

2. Análise documental: a relevância

A opção de trabalhar com os Boletins da CAPES expressa a relação direta com o papel cada vez mais destacado que o documento passa a ter no fazer histórico, transformando-se em Documento/Monumento. Esta perspectiva, segundo Le Goff (1990:545), aponta que “(...) a concepção de documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador de seu dever principal: a crítica do documento - qualquer que ele seja - enquanto monumento”. A perda dessa postura acarreta a perda da própria razão de ser da revolução documental: uma postura não alienada e não cristalizada frente ao documento, consequência de um posicionamento que faz da contextualização histórica um dos eixos orientadores dessa tarefa.

Portanto, a utilização dos Boletins da CAPES como fonte²² para a elaboração da pesquisa enseja um movimento de crítica e não um mero levantamento de pesquisa para possibilitar a narração de fatos, acontecimentos, demonstrar a organização das seções ou anunciar as temáticas abordadas pelos boletins. Pretendo estabelecer uma relação em que o documento não seja simplesmente algo do passado, mas que seja resgatado o seu valor como produto de uma determinada sociedade, oriundo de um

²² Acompanho o entendimento de Nunes (1999b:11) ao definir como fonte todo tipo de documento acessível ao pesquisador, num alargamento do termo possibilitado pela renovação empreendida pela Escola dos Annales.

determinado grupo de poder que conseguiu na correlação de forças sociais erigi-lo como monumento (Le Goff, 1990).

O proposto no parágrafo anterior invoca a presença de uma explicação estrutural que dimensione o papel dos atores, o papel dos grupos, a pressão exercida pela estrutura social, política e cultural frente ao estudo empreendido. Além disto, ao redimensionar o papel desses atores, manifesta as diferentes maneiras de intervenção no real e o leque de propostas em cena para consubstanciar tal intervenção. A postura de captar estes movimentos torna-se imprescindível para o alcance de uma visão relacional da história e para a compreensão do êxito de algumas propostas e do fracasso de outras.

A opção pela análise documental implica estar atento a todas as facetas que este trabalho apresenta e a todos os cuidados que o mesmo exige do pesquisador. A relação com o documento é de diálogo e não de monólogo. Uma relação prenhe da importância desse tipo de análise percebe o documento como algo vivo e portador de uma gama de experiências, vivências e desejos das sociedades que o produziram. Entende, assim como Nunes (1999 b:13) que teorizar a fonte utilizada é retirar o seu caráter “natural” “(...) é ultrapassar a barreira simbólica em que ela constitui (...) é findar com a ilusão positivista de que se reportando a ela (fonte) estamos nos reportando aos fatos como eles aconteceram (...)”.

É, no entender de Vieira (1991:17):

(...) pensar a produção do conhecimento histórico não como aquele que tem implicações apenas com o saber erudito, com a escolha de um método, com o desenvolvimento de técnicas, mas como aquele que é capaz de apreender e incorporar essa experiência vivida, é fazer retornar homens e mulheres não como sujeitos passivos e individualizados, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais determinadas, com necessidades e interesses e com antagonismos.

Necessidades, interesses e antagonismos que estão presentes neste trabalho por possibilitarem resgatar dos documentos a existência daquilo que está para além do consenso, daquilo que é busca de afirmação e daquilo que é, enfim, uma nova concepção do fazer pedagógico na tentativa de se tornar preponderante.

Assim, acompanhando o raciocínio de Le Goff (1990:547):

(...) O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também de épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.

A citação longa, porém fundamental, traz um alargamento da concepção tradicional de documento, possibilitando "um novo olhar"²³ sobre os mesmos objetos de estudo e trazendo à cena o binômio história-memória. Esta relação, história-memória, é acentuada a partir do momento em que surge o impresso ensejando um processo de exteriorização gradativa da memória individual e o transbordamento da memória coletiva, provocando a acessibilidade para a exploração de textos novos.

Assim, o documento como testemunho proporciona ao pesquisador um imenso campo de análise e possibilita a presença do questionamento em relação ao próprio documento. Foucault (apud Le Goff, 1990:103) afirmava que "(...) a história tradicional dedicava-se a "memorizar" os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e a fazer falar os vestígios, que em si não são verbais ou, em silêncio, dizem algo diferente que o que

²³ Duby (1993:58) apresenta um trecho significativo quanto ao olhar do historiador: "(...) pois o fato é que os historiadores não são detectores inertes, lêem com olhos sempre novos os mesmos documentos (...)".

de fato dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos (...)."

A análise de documentos, como já foi destacado, significa um desafio ao pesquisador pois, por exemplo, a questão do período em que o mesmo foi escrito – quer seja pela precisão muitas vezes duvidosa ou pela imprecisão que impele a constantes releituras – a autoria e as contribuições relevantes a serem extraídas tornam tal análise um momento extremamente significativo. É quando surge a possibilidade de que um “novo olhar” ponha em xeque temas e construções tacitamente aceitas como verdades absolutas.

A questão da “verdade” em história continua sendo alvo de intensas discussões²⁴. Acompanho o pensamento de Duby (1993:59) que expressa a mudança da ideia de “verdade” no campo da história a partir do deslocamento do objeto dessa história que “passou a se interessar menos pelos fatos que pelas relações”. Evidentemente, não significando o fim da relevância dos fatos na história²⁵, mas, sim, a preponderância das relações.

O deslocamento aventado no parágrafo anterior coloca em foco a maneira como o pesquisador aborda os documentos pois a preponderância das relações exige um equilíbrio entre a subjetividade e a objetividade. A impossibilidade da objetividade total – visto que cada pesquisador dá um colorido próprio ao seu trabalho – faz dessa abordagem dos documentos algo subjetivo porque a utilização da liberdade de análise implica na tomada de posição sobre o tema.

3. O impresso como estratégia de intervenção

A produção do conhecimento histórico, nos últimos anos, vem recebendo a marca de uma nova tendência que ao trazer

²⁴ Quanto a este ponto Le Goff (1990:32) apresenta discordâncias em relação a Duby.

²⁵ Na visão de Duby, o relacionamento com os fatos também sofre uma alteração: a centralidade deixa de estar no “sobre” e passa a recair no “como” estes fatos são relatados.

novos interesses e questões para a historiografia faz com que a mesma incorpore novos procedimentos ao campo da pesquisa. A preocupação com o lugar do sujeito, suas práticas e a constituição material dos objetos investigados delineiam algumas das propostas contidas naquilo que chamamos Nova História Cultural. O impacto causado por esta tendência expressa-se, no entender de Nunes e Carvalho (1993:37), “(...)numa preferência cada vez mais manifesta por privilegiar como objetos de investigação as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos, tomados estes últimos em sua materialidade de objetos culturais”.

O impacto causado por esta mudança de concepção possibilita uma inversão no que se refere à apropriação dos objetos culturais postos em circulação – livros, periódicos etc. Tais objetos, antes considerados “velhos”, passam por um processo que atenta para aspectos anteriormente desconsiderados no rol da investigação histórica. Desse modo, “nascer” novos objetos que têm na sua materialidade e sua estrutura pontos que marcam a centralidade operada por uma nova perspectivação.

A questão da materialidade do objeto não implica, porém, na possibilidade de uma fratura entre o texto e as formas impressas. Chartier (1990:16-17) quanto a este ponto observa que “(...) contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstracto, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”.

As reflexões sobre a produção, a circulação e a apropriação desses objetos culturais são fundamentais, pois, na tentativa de constituir um campo de estudos, voltam-se para questões educacionais, numa perspectiva que vem propiciando uma extensa produção sobre a história e a utilização desses impressos como estratégia de intervenção no campo educacional. Tal intervenção torna-se cada vez mais significativa porque os

impressos, que enfocam a questão pedagógica, consolidam uma importante presença na investigação historiográfica.

Carvalho e Biccas (2000: 13) apontam que a perspectiva de compreensão da produção, da circulação e da apropriação dos impressos define uma multiplicidade de facetas no que tange à pesquisa historiográfica, estabelecendo diversos campos como:

(...) história das edições; história das políticas educacionais concretizadas nas prescrições legais e regulamentares que estabelecem padrões e procedimentos para a sua produção, distribuição e uso; história da escola, entendida como instituição que é produto histórico da intersecção da pluralidade de dispositivos de normatização e de práticas de apropriação; história dos saberes pedagógicos que, veiculados pelo impresso, normatizam as práticas escolares, constituindo objetos de intervenção (...).

A diversidade apontada e as extensas possibilidades de tal incursão nos domínios da história cultural sinalizam um aspecto que merece destaque: apesar da multiplicidade de abordagens nos vários campos da pesquisa historiográfica, a “intervenção” é o aspecto que permeia todos os pontos aventados.

Considero o impresso uma estratégia de intervenção. Estratégia que no dizer de Certeau (1994:46) é “(...) o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico”.

Desse modo, a busca de uma identidade e as relações a serem estabelecidas com o componente externo são aspectos que auxiliam a compreensão do papel atribuído à CAPES e, mais do que isso, do papel que a própria CAPES se atribuiu. O estudo desse fenômeno impele à análise do pensamento e atuação de

Anísio Teixeira, direciona a um estudo sobre o contexto histórico da época de criação da CAPES, exige o entendimento da organização e da dinâmica interna da instituição e, por fim, pede uma reflexão sobre o Boletim Informativo CAPES.

O trabalho com o Boletim Informativo CAPES assume nesta pesquisa um papel crucial enquanto um estudo que concentra os esforços numa tentativa de captar o quanto os boletins influenciaram o processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil. Entendo, assim, ser fundamental utilizar nesse estudo três tipos de estratégias que criei por considera-las essenciais para a sustentação de uma análise do papel exercido por esse periódico. São elas: Estratégia de Irradiação (enquanto instrumento de divulgação de iniciativas da CAPES e de outras instituições no campo da formação superior), Estratégia de Articulação (enquanto voz oficial de uma instituição que buscava organizar um sistema nacional de formação de quadros superiores) e Estratégia de Mobilização (enquanto instituição que possuía uma filosofia de trabalho que almejava o máximo envolvimento de todos os atores, num processo contínuo). Enfim, uma rede em formação, estruturação e ação. Portanto, busco estabelecer uma relação entre esta intervenção e as práticas utilizadas para a sua consubstanciação num processo que entende que o exercício dessas práticas está imbricado com o exercício do poder.

4. A imprensa periódica educacional

As relações entre a imprensa periódica e a História da educação vêm, atualmente, ocupando um importante espaço de reflexão e de pesquisa na historiografia brasileira. Tal situação possibilita uma discussão que situe a contribuição desses periódicos para o fazer pedagógico, configurando mais um destacado campo de investigação historiográfica.

Os trabalhos produzidos nesta área evidenciam o papel de destaque que a “imprensa periódica educacional”²⁶ passa a ocupar no entendimento da História da Educação e, mais que isto, a colaboração nos desvelamento de prescrições, modelos e regulamentos que emanados desses periódicos buscam manter ou renovar práticas e políticas educacionais. Percebo, portanto, que ter como objeto de estudo a imprensa periódica educacional torna possível uma cuidadosa compreensão da multiplicidade do campo educativo.

O trabalho com a imprensa periódica educacional, além do explicitado, possibilita um diálogo com as políticas, práticas e teorias que se encontram tanto no nível macro do sistema quanto no trabalho na sala de aula - a experiência concreta - estabelecendo um elo que clarifica as ações e colabora para o desvelamento do papel dos diferentes atores nos diferentes níveis desse sistema.

Assim, acompanho a posição de Bastos (1997:49) ao definir que (...) a imprensa pedagógica - jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja - contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino”.

A imprensa periódica educacional assume, dessa forma, um papel preponderante por se apresentar como um importante corpus documental e, de acordo com Ognier (apud Catani, 1997:5), ensejar “(...) um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional”. A consideração feita por Ognier mostra a riqueza a ser descoberta no estudo desses

²⁶ O termo foi retirado da introdução e do apêndice de Catani (1997), mas possui algumas variações em capítulos do livro organizado pelo próprio Catani. Nóvoa apresenta um capítulo intitulado “A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português” e Caspard “Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários”.

periódicos e a sua atualidade, a despeito da época de sua publicação, por auxiliarem o entendimento do funcionamento do campo educacional.

Entendo como Nóvoa (1997:12-13):

(...) que o trabalho de pesquisa com a imprensa e os periódicos apresenta vantagens de diferentes matizes pois é imperioso admitir que a imprensa constitui uma das melhores ilustrações de extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo (...) a imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra as qualidades principais de um discurso educativo que o constrói a partir dos diversos actores em presença (...) a imprensa é o lugar da afirmação de um grupo e de uma permanente regulação coletiva, na medida em que cada criador está sempre a ser julgado, seja pelo público, seja por outras revistas, seja pelos seus próprios companheiros de geração.

A citação extraída de Nóvoa, apesar de longa, ressalta as questões que envolvem a “articulação teoria e prática”, o “discurso educativo”, os “diversos atores” presentes e a “afirmação de um grupo”. Acrescento a estes aspectos a questão do “lugar de poder” porque entendo a imbricação de tais variáveis como aquilo que busco captar na dinâmica de funcionamento da CAPES e, portanto, expresso no material conformador de sua estratégia editorial: o Boletim Informativo CAPES.

CAPÍTULO I

ANÍSIO TEIXEIRA: PENSAMENTO/(ATUA)ÇÃO EDUCACIONAL

Anísio foi essencialmente um educador. Quero dizer, um pensador e gestor das formas institucionais de transmissão da cultura, com plena capacidade de avaliar a extraordinária importância da educação escolar para integrar o Brasil na civilização letrada. Para ele, a escola pública de ensino comum é a maior das criações humanas e também a máquina com que se conta para produzir democracia. (Darcy Ribeiro²⁷, Dr. Anísio, ele pensava e executava- 1995, p. 1)

A introdução deste trabalho expressou a compreensão do percurso a ser trilhado com os boletins da CAPES, a relevância da análise documental, as possibilidades da ocorrência do impresso como uma estratégia de intervenção no campo da educação e o papel da imprensa periódica educacional. Tais pontos dão visibilidade às perspectivas que orientaram a abordagem desta pesquisa no que concerne ao seu objeto de estudo.

Porém, antes de partir para uma contextualização da CAPES: sua gênese e estrutura e o estudo dos seus boletins, considero importante a inclusão de um capítulo que tenha no binômio

²⁷ Trabalhou com Anísio Teixeira a partir de 1957 como Diretor de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). O CBPE foi instituído em 1955 pelo Decreto nº 38.460. Mais informações sobre Darcy Ribeiro e o seu trabalho no CBPE ver: Xavier (1999), especialmente o Capítulo IV.

pensamento/(atua)ção de Anísio Teixeira - visto que em Anísio, por afinidade ao pensamento de Dewey, é acentuada a particularidade empírica do pensamento que implica numa constante relação entre o pensar e o fazer - um caminho para o entendimento do processo que culmina com a criação e organização da própria CAPES.

Insisto em aliar pensamento e ação, mais que isto: atuação, porque em Anísio a separação desses dois conceitos empobreceria qualquer análise, pois, além de acreditar na democracia, ele via na existência das instituições a solidificação do processo democrático. Mendonça (1999 b:17) corrobora tal posição ao afirmar que (...) Anísio foi, sem dúvida, ao longo destes anos – fiel ao seu pressuposto pragmatista²⁸ de que é através das instituições que as ideias se materializam e se perpetuam - um criador de instituições que deixaram marcas duradouras na nossa história, mesmo que na sua maioria não tenham sobrevivido às turbulências políticas dos anos 60”.

Entretanto, mediante uma obra tão vasta e uma atuação tão expressiva no campo educacional, não caberia nesta pesquisa um aprofundamento exaustivo do percurso trilhado no dizer de Geribelo (1977:60) por esse “pensador prático”. Assim, é imperiosa a necessidade de sinalizar aquilo que considero o elo para a compreensão do pensamento e ação de Anísio nos anos 1920 a 1940 – anos anteriores à criação da CAPES: a “formação de professores”, ou seja, a preocupação que perpassa toda a sua obra – no sentido mais amplo que tal palavra possa ter – e que está presente em todas as instituições por ele criadas, organizadas ou que estiveram sob a sua gestão.

²⁸ Pragmatismo advindo de sua relação com a obra de Dewey que apresenta manifesta influência nos seguintes aspectos: psicológico, profissional, epistemológico e, acima de tudo, na própria concepção de vida. Sobre esta questão ver: Teixeira (1955), (1959 b), (1975); Chaves (1999) e Nunes (2000). Quanto a uma base teórica sobre o Pragmatismo, sugiro: Kneller (1983) e Hamlyn (1990).

Portanto, mesmo que de modo sucinto, estudaremos o pensamento/(atua)ção de Anísio nas décadas 1920 a 1940; a sua concepção de universidade e de pós-graduação; tendo a CAPES como reflexo da sua produção intelectual e da sua atuação pública, culminando com um outro olhar sobre as origens da CAPES: as ideias de Anísio que se tornaram embrionárias no processo de criação dessa instituição.

1. A formação de professoras/es: compromisso entre o pensamento e a ação

A formação de professores é uma temática que perpassa toda a extensa e instigante obra de Anísio Teixeira. É uma preocupação constante desse educador e se faz presente nos diferentes cargos ocupados como gestor de instituições ou professor. A centralidade da formação de professores na vida e obra de Anísio revela, muito além de um eloquente discurso, um compromisso.

Entendo que o compromisso com a formação de professores seja uma consequência da sempre presente - porém pelo tempo aperfeiçoada - relação dialética entre o pensamento e a ação. Ouso afirmar que, posteriormente, tal compromisso apresenta profunda interação e, mais que isto, torna-se inextricavelmente ligado ao paulatino amadurecimento da compreensão da urgência da pós-graduação, tendo como instâncias privilegiadas a pesquisa e a formação dos mestres/as - professores/as dos/as professores/as. Esta perspectiva do ensino pós-graduado no pensamento anisiano ainda será analisada com maior acuidade na segunda parte deste capítulo.

Assim, estabelecer uma análise que tenha como tema a formação de professores para Anísio, tendo como recorte temporal os anos anteriores à criação e organização da CAPES, significa destacar três momentos da vida pública deste educador que correspondem a três reformas empreendidas por Anísio: a proposta em 1924 como Inspetor Geral de Ensino do estado da Bahia; a de

1932 como Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal²⁹ e a reforma por ele defendida em 1947 enquanto Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia³⁰.

1.1 O início do compromisso: a primeira gestão na Bahia (1924-1928)

Anísio assume pela primeira vez um cargo público³¹ em 1924, portanto aos vinte e três anos. É convidado pelo então recém-empossado Governador da Bahia Góis Calmon para titular da Inspeção Geral de Ensino e assume a pasta imbuído de todo o fervor católico oriundo de sua formação jesuítica e seguidor de uma tradição política que tem na história de sua família um peso significativo. Anísio inicia, assim, sua trajetória como homem público. Trajetória com erros e acertos, vicissitudes, interrupções, recomeços, mas acima de tudo preservando uma crença inabalável nas possibilidades da democracia, no Homem, e na reconstrução nacional pela educação.

A situação do sistema educacional baiano em 1924 era caótica e o desafio a ser enfrentado tinha proporções inimagináveis. Nunes (2000:90-91) aponta com propriedade o estado de

²⁹ “Diretoria Geral de Instrução Pública” quando Anísio toma posse em 1931; alterada a designação em 1932 para “Diretoria Geral do Departamento de Educação” e em 1935 torna-se “Secretaria Geral de Educação e Cultura”.

³⁰ Há variações no que concerne à denominação do cargo exercido por Anísio. Geribelo (1977) aponta “Secretario de Educação” e Marlos da Rocha no posfácio do livro “Educação é um direito” registra o termo “Secretário de Educação e Cultura”. Opto pela denominação “Secretário de Educação e Saúde” por entender que o mesmo se coaduna com o equivalente no plano federal, quer seja “Ministério da Educação e Saúde”. Cabe registrar que, além da justificativa anterior, a denominação por mim escolhida aparece em Clarice Nunes na apresentação do mesmo livro posfaciado por Marlos da Rocha e em Vianna Filho no livro Anísio Teixeira, a polêmica da educação.

³¹ Para um panorama da vida pública de Anísio Teixeira ver: Geribelo (1977); Lima (1978); Schaeffer (1988); Viana Filho (1990) e Nunes (2000).

calamidade vivido pela educação pública na Bahia e a intensidade dos problemas encontrados por Anísio:

(...) faltava material didático (...) a fiscalização não existia (...) os professores eram despreparados e ainda havia a habitual distribuição político-eleitoral da reduzidas “cadeiras” oferecidas (...). Anísio defrontava-se com a dispersão do serviço escolar, reduzido à alfabetização rudimentar (...) com a falta de escolas primárias públicas e de professores (...) e a subvenção a escolas particulares feitas pelas prefeituras municipais.

Anísio instaura uma comissão, formada por figuras destacadas do meio educacional, para encaminhar a reforma do ensino na Bahia. Dentre os grupos de discussão propostos, Anísio se insere no dedicado à reformulação do Curso Primário, “(...) salientando assim sua preocupação com a escola elementar, para ele peça fundamental de todo o ensino” (Geribelo, 1977:44).

Na análise da reforma defendida por Anísio, antes de suas viagens e cursos nos Estados Unidos da América³², duas peças legislativas chamam a atenção: a Lei nº 1.846 (14/08/1925) que reforma a instrução pública do estado e o Decreto nº 4.312 (30/12/1925) que aprova o Regulamento do Ensino Primário e Normal.

A Lei 1.846, tendo 268 artigos, apresenta como pontos a serem destacados o problema da centralização administrativa, a prioridade e preocupação com a escola primária, uma divulgação maior do ensino que significava a ampliação e oferecimento do mesmo à população e, corroborando com a tese que sustento da constante relevância que é dada à formação de professores, a Escola Normal passa a ser vinculada à Diretoria Geral de Instrução num passo fundamental para a sua reorganização didático-administrativa. O Decreto 4.312, através dos seus 825 artigos, regulamenta a Lei 1.846.

³² Sobre a formação intelectual de Anísio e a influência dos cursos e contatos nos Estados Unidos ver: Schaeffer (1988) e Carvalho (2000).

Os dois textos legais, defendidos por um Anísio ainda em formação, refletem o momento anterior a leituras, cursos e contatos no Brasil e fora do país que apontariam um novo rumo para esse pensador. Ambos os textos, na verdade, mostram um Anísio entendendo a legislação como algo mágico, capaz não só de regulamentar como de “fazer” educação. Acompanhando o raciocínio de Nunes (2000:100) tal legislação “(...) perdurou trinta e dois anos, até o governo Otávio Mangabeira, menos pelos seus méritos e mais pela inércia e desprezo com que os governos subsequentes trataram a educação pública na Bahia”.

Anísio, após sua primeira viagem aos Estados Unidos, publica o livro “Aspectos americanos da educação” em 1928. O livro é distribuído gratuitamente pela Diretoria Geral de Instrução e começa a trazer as marcas das profundas renovações e transformações pelas quais passaria. No mesmo ano, apresenta como balanço de sua gestão à frente da referida Diretoria um relatório repleto de estatística escolar, mas que tem na crítica que faz à educação oferecida à população, uma análise do ensino secundário e uma retomada da premência da valorização da escola primária e do professor na sua formação e na sua prática.

Ao regressar da segunda viagem aos Estados Unidos, onde obtém o título de *Master of Arts*, Anísio encontra em 1929 um novo governador e apresenta um documento intitulado “Sugestões para a reorganização progressiva do Sistema Educacional Baiano” – na verdade um relatório (propositivo) das experiências vividas no exterior. Cito este documento por entender que ele revela um “outro” Anísio do ponto de vista intelectual. Um Anísio que bebeu em novas fontes filosóficas: o progressivismo de Dewey.

O relatório, quanto ao ponto que estamos evidenciando, propõe uma renovação dos programas, mediante um levantamento das necessidades locais e do interesse dos alunos. Acompanho o pensamento de Geribelo (1977:59) ao afirmar que “(...) para a execução de tal escopo seria necessário o aperfeiçoamento dos métodos de ensino, fato que implicava o problema da formação do professor primário, visando que ele

também se especializasse em educação e métodos renovados”. A tarefa a ser realizada, em última instância, tinha como consequência a reestruturação das Escolas Normais.

As proposições contidas no documento não foram aceitas pelo novo governador Vital Soares. Tal situação impôs a exoneração de Anísio do cargo de Inspetor Geral de Ensino e a sua nomeação para professor de Filosofia e História da Educação na Escola Normal em Salvador, mantendo a sua ligação com a educação e, principalmente, com a formação de professores.

1.2 A confirmação do compromisso: a reforma no Distrito Federal (1931-1935)

A Revolução de 1930 operou mudanças nas diferentes esferas de poder e, conseqüentemente, novos nomes são indicados para a gerência dos cargos públicos nas diversas instâncias que constituem a burocracia estatal. No que concerne ao campo educacional, no âmbito federal, foi criado o Ministério de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública que tem em Francisco Campos o seu titular.

Anísio, mesmo não tendo afinidade política com o grupo que ascende ao poder, foi convidado para dirigir o ensino secundário no novo ministério. A concordância de Anísio faz do Rio de Janeiro, novamente, a sua morada. A tarefa de organizar o ensino secundário durou pouco tempo, pois meses depois recebeu um convite do prefeito Pedro Ernesto para ocupar a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal.

A reforma proposta por Anísio Teixeira para o Distrito Federal de tão profundo alcance pode ser dividida em algumas iniciativas específicas. São elas: a reestruturação da própria Diretoria e de órgãos técnicos; a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação; a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais; a reorganização do ensino primário, do ensino técnico e profissional e a criação da Universidade do Distrito Federal.

A leitura sobre tais iniciativas levou-me ao entendimento de que todas – de alguma forma - expressam a preocupação de Anísio com a formação de professores. Dentre as iniciativas citadas, destaco a criação do Instituto de Educação³³ e da Universidade do Distrito Federal³⁴ por compreender que ambas buscaram consolidar na prática o entendimento teórico de Anísio sobre o importante papel da formação dos profissionais da educação e, indo além, o *lócus* dessa formação: a “escola de professores” num nível cada vez mais elevado: o nível universitário.

A análise mais detalhada dessas duas iniciativas não é objetivo da pesquisa proposta. Desejo, apenas, observar que elas representam um importante movimento de repensar a complexidade existente, sempre presente na história da educação brasileira, na relação entre a universidade e a formação de professores. Mendonça (1993:12) adverte para a atualidade dessa questão pois remete para a “(...) inércia institucional (...) que reflete o fato de que a universidade brasileira nunca conseguiu assimilar como uma contribuição relevante a formação de professores para a escola de 1º e 2º graus”.

Dessa forma, considero que tanto a criação do Instituto de Educação quanto o processo que originou a Universidade do Distrito Federal estavam imbuídos de uma visão que considerava tal perspectiva de formação um aspecto central na reconstrução do próprio sistema educacional brasileiro. A “escola de professores” como centro vital da universidade.

Os descaminhos do processo político abortaram tais iniciativas e em 1935 Anísio demitiu-se do cargo de, então

³³ Sobre o Instituto de Educação ver: Uma Escola de Professores: formação de docentes na Reforma de Anísio Teixeira (1931-1935) de Léa Maria S.V. de Castro, dissertação de mestrado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 1986.

³⁴Para mais detalhes ver: Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A “universidade de educação” de Anísio Teixeira de Ana Waleska P.C. Mendonça, Tese de doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio, 1993.

denominado, Secretário de Educação e Cultura. Mais uma vez, os setores reacionários fecham as portas às mudanças e aos pensadores inquietos e, por isto, formuladores de práticas que desassossegavam o poder estabelecido.

1.3 A segunda gestão na Bahia: depois da turbulência... a retomada do compromisso (1947- 1951)

Após o compulsório afastamento de mais de uma década da vida pública do país, a convite de Otávio Mangabeira – governador eleito da Bahia – Anísio assumiu o posto de Secretário de Educação e Saúde em 1947. Na verdade, um reencontro com o ponto de partida e com o local onde começou o gosto pelas questões que envolviam a educação. Uma possibilidade de retomar o compromisso com a formação de professores e com a construção de uma escola democrática no país.

A segunda gestão de Anísio na Bahia, confirmando a coerência da sua vida e obra, foi marcada pela continuada preocupação com a formação do magistério, com os programas de ensino, com a escola primária, a participação democrática da população nas questões educacionais e com a organização administrativa do sistema educacional e com os recursos financeiros necessários para a manutenção do sistema.

Os relatórios administrativos de periodicidade anual que Anísio elabora a fim de prestar contas do trabalho realizado pela Secretaria são documentos valiosos por externarem a visão crítica do educador em relação às difíceis condições encontradas para a realização do seu trabalho pois “(...) os serviços de educação no estado resumem-se em um corpo de professores primários, aglomerados nas cidades, ou dispersos pelas vilas e povoados, quase todos sem prédios, instalações e assistência técnica, moral ou mesmo administrativa, um corpo de professores secundários distribuídos em três ou quatros pavilhões de um único instituto secundário e três institutos de formação do magistério primário, somente um com instalações adequadas (...)” (Trecho do Relatório

de 1947). O trecho extraído do Relatório reafirma a constante preocupação de Anísio com a formação do magistério e possibilita vislumbrar que as dificuldades – salvo pequenas diferenças – eram as mesmas quando da sua primeira gestão.

A questão legislativa era, também, alvo de intenso interesse por parte do educador que, mais experiente no âmbito das políticas públicas educacionais, entendia que a simples existência da lei nada resolvia, mas que o aperfeiçoamento da legislação assentava bases – sobretudo no relativo aos recursos financeiros – para que o pensamento pudesse se traduzir em ação efetiva e pudesse contribuir para as transformações almejadas. Vale lembrar que a legislação proposta por Anísio na sua primeira passagem pela administração da educação baiana (1924-1928) ainda estava em plena vigência.

Anísio elaborou três documentos que versavam sobre a organização dos serviços públicos de educação no estado da Bahia. O primeiro deles foi, na verdade, a sua exposição dos problemas educacionais brasileiros à Assembléia Estadual e que serviu de alicerce para a escritura do capítulo referente à educação e à cultura da Constituição estadual. O citado capítulo remeteu para a Lei orgânica, dentre outros pontos, a obrigatoriedade do “(...) provimento por concurso de títulos e provas, das cadeiras das escolas de formação pedagógica e das escolas secundárias (...)” (Constituição estadual, artigo 120, parte III). Os outros dois documentos foram o “anteprojeto da lei orgânica do ensino e cultura” e a “regulamentação do ensino”, ambos traziam os marcos dos documentos anteriores e não lograram aprovação durante o período de governo de Otávio Mangabeira.

A criação dos Centro Educacionais e da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia complementaram o segundo ciclo administrativo de Anísio Teixeira à frente da educação na Bahia (1947 a 1951).

Desejo colocar em evidência a proposta de trabalho da Fundação da Ciência por captar as afinidades de natureza filosófica e organizacional que, não por acaso, possui com a

CAPES. A Fundação foi criada pela Lei nº 347 de 13 de dezembro de 1950 e teve os seus estatutos aprovados em maio de 1951. Considero pertinente a transcrição dos artigos iniciais dos estatutos³⁵ para a possibilidade de um cotejamento e percepção de algumas semelhanças que, posteriormente, iriam estar presentes no processo de instituição e organização da CAPES.

Estatutos da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia

Dos fins e objetivos

Art. 1º - A Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia, criada pela Lei nº 347 de 13 de 1950, do Estado da Bahia, com autonomia administrativa e financeira, destina-se a coordenar, estimular e assistir a pesquisa e o trabalho científico, em todos os seus ramos, concorrendo para o desenvolvimento da ciência por todos os meios a seu alcance.

Art. 2º- Para realizar os objetivos constantes do artigo anterior, a Fundação, com sede e foro na cidade de Salvador, manterá as seguintes atividades:

- a)um centro de informações científicas tão completo quanto possível, especialmente do Estado e do país;
- b)o patrocínio, promoção e custeio de estudos e pesquisas, isoladamente ou por meio de ajustes e contratos com entidades oficiais ou particulares, nos diversos campos da ciência;
- c)um serviço de bolsas de estudos e de pesquisas, dentro e fora do país, bem como de cursos especializados e conferências culturais, isoladamente ou mediante ajustes e contratos, com entidades oficiais e particulares;
- d)um serviço de intercâmbio cultural e outras formas de cooperação científica.

Um centro de informações científicas, custeio de estudos e pesquisas, convênios com entidades particulares, serviço de

³⁵ Íntegra da Lei nº 347 e dos estatutos ver: Anexos (n. 04).

bolsas de estudos e serviço de intercâmbio cultural. Tais aspectos estariam presentes no documento legal que instituiu a CAPES - Decreto 29.741 de 1951- e no seu plano de organização e estruturação como Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.³⁶ Frente às semelhanças encontradas, afirmo que, mais do que ter pensado a CAPES como instituição, Anísio colaborou de maneira efetiva na elaboração da legislação inicial da Campanha.

Após uma análise do pensamento/ação de Anísio dos anos 1920 aos anos 1940, considerando a constante preocupação do educador quanto à formação de professores, penso ser fundamental analisar o pensamento anisiano a respeito de um importante local para tal formação: a universidade.

2. A universidade brasileira: o pensamento de Anísio Teixeira³⁷

A análise do pensamento de Anísio Teixeira quanto à reforma da universidade no Brasil torna imprescindível, tendo em vista a importância atribuída pelo educador ao estudo da origem e trajetória dessa universidade³⁸, uma digressão que estabeleça a

³⁶ A legislação e a organização da CAPES serão analisados no Capítulo III.

³⁷ Parte integrante do trabalho “A formação dos mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil” escrito por Ana Waleska P.C. Mendonça, Fernando Gouvêa, Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira, Ana Lúcia da Cunha Fernandes, Miriam Waidenfeld Chaves e Carlos Otávio Fiuza Moreira. Trabalho apresentado na XI Jornada de História de la Educación, Quilmes, Argentina, 1999 e no III Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Coimbra, Portugal, 2000.

³⁸ Acompanho Christophe Charles e Jacques Verger (apud Mendonça 2000:131) que entendem universidade no sentido de “(...) comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”. Os autores, também, asseveram ser esta instituição “(...) uma criação específica da civilização ocidental”.

história da constituição dessa instituição no ocidente, suas características principais e o seu papel frente à ciência e à cultura.

A realização desta análise teve em quatro trabalhos do próprio Anísio, dentre tantos que têm a Universidade como tema, o sustentáculo para a abordagem proposta. São eles: "A universidade de ontem e de hoje"(1964), "Educação como experiência democrática e como ciência experimental: nova fronteira para a cooperação internacional"(1966); "Uma perspectiva da educação superior no Brasil"(1968) e "Ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969".

2.1 A constituição da universidade ocidental: os primeiros passos de uma longa caminhada

Anísio situa na Idade Média, séculos XI e XII, o surgimento da universidade e destaca o caráter unificador do pensamento intelectual e da cultura ocidental operado pela instituição universitária. Entretanto, após alcançar seu ápice no século XIV, esta instituição "(...) Essa universidade, que chega a seu clímax, a seu ápice no século XIV, entra depois num período de consolidação tão rígida e tão uniforme que verdadeiramente se torna uma das grandes forças³⁹ conservadoras do mundo. Ela não aceitou completamente nem o Renascimento nem a Reforma e, durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, prosseguiu num extraordinário isolamento dentro da sociedade (...)" (Teixeira, 1968:21). Assim, a universidade torna-se o *locus* do conhecimento cristalizado, inquestionável, único, trazendo como corolário o processo de sua transformação numa força conservadora que iria resistir por muito tempo, via o seu apartamento social, aos avanços e aos ventos de mudanças que varriam diversos campos

A universidade da Idade Média, espelho do pensamento especulativo e do conhecimento revelado e divino, assistiu ao advento do pensamento científico e experimental fora de seus

³⁹ A grafia original será mantida em todas as citações.

muros, século XVI ao XVIII, até o seu renascimento no século XIX. Tal renascimento é marcado, em nível institucional, pela criação da Universidade de Berlim, a Universidade de Humboldt, que expressa a consubstanciação do caráter experimental da ciência dentro da universidade, tese defendida insistentemente por Anísio Teixeira, tendo como eixos a busca da pesquisa, a formação profissional e a cultura geral.

Um outro momento marcante na constituição da universidade ocidental - segundo Anísio - foi a criação da Universidade de Dublin por John Henry Newman - em meados do século XIX - que tinha como premissas a elevação do nível intelectual da sociedade, a exaltação da importância do espírito público e do exercício político, sendo o esteio da cultura geral literária e humanística. É considerada um marco por encetar uma preocupação com a cultura geral e com o exercício político numa clara disposição de abandono de uma postura contemplativa e de ingresso no campo da prática social.

Os aspectos históricos da constituição da universidade no ocidente, seus modelos e conceitos, servem como base para que Anísio discuta a resistência à ideia de universidade no Brasil e como a transplantação dos modelos de uma “velha universidade” colaboraram para esta rejeição, mas não possibilitaram espaço para o surgimento da “nova universidade”, a universidade de pesquisa.

A resistência à ideia de criação da universidade à época do Império e parte da República, segundo Anísio, a priori parece ser um paradoxo porque enquanto colônia não tivemos em nosso solo a universidade medieval considerada obsoleta e contemplativa e, mais do que isso, o contato com Coimbra - a Universidade do nosso tempo colonial - coloca-nos frente à universidade de escolas profissionais, não obstante a carga de cultura geral encontrada nos cursos de Direito, Medicina e Teologia dessa instituição.

A criação de cursos superiores, durante o período colonial, apresenta algumas especificidades: uma visão pragmática, a presença do poder estatal e a marca da laicidade que propiciam inferências sobre a preocupação da Metrópole com o controle da

instituição universitária nessas terras. Mendonça (2000:134) afirma que “(...) Além do caráter pragmático que marcava a quase totalidade dessas iniciativas, cumpre destacar também o seu caráter laico e estatal. De fato, estas instituições foram criadas por iniciativa da Corte portuguesa, e foram por ela mantidas, continuando a sê-lo pelos governos imperiais, após a nossa independência política”.

A resistência, à época do Império, aparece no Congresso de Educação, em 1882, presidido pelo Conde D’Eu, na fala do Conselheiro Almeida Oliveira. Sobre tal fala Anísio (1968 b:23-24) afirma que esta postura de negação “(...) representava, dentro da atmosfera daquela época, certa visão não de todo despida de lucidez. Efetivamente, a universidade antiga era impossível de ser restaurada. Quanto à universidade nova, o que estranho é que ele (o Conselheiro) não tenha conhecido completamente a transformação sofrida pela universidade alemã (a universidade de Berlim)”. Esta recusa não implica que durante o Império tenham cessado o movimento em busca da criação de uma universidade pois Mendonça (2000:134) afirma que “(...) a demanda pela constituição de uma universidade no país não desapareceu, sofrendo, porém, uma constante resistência por parte de distintos grupos (...)”.

Entendo, assim, que tal fato decorre da dissonância existente entre a universidade medieval e um certo caráter prático e utilitário que passa a orientar as políticas públicas voltadas para o ensino superior, explicando, assim, esta acentuada rejeição que ocasionou o incremento de instituições de nível superior isoladas e de formação profissional especializada – mas ainda carregadas da tradição de transmitir uma cultura geral e desinteressada - que marcaram profundamente a constituição e organização da universidade no Brasil, uma vez que tal opção desconsiderou o modelo humboldtiano de universidade. Desconsideração que, por outros motivos, ainda marca presença no ensino superior brasileiro.

2.2 Do fato do nome ao nome de fato: a criação da universidade brasileira

A denominação de Universidade, no Brasil, remonta aos anos 1920, pela junção de quatro escolas superiores já existentes. A instituição foi intitulada Universidade do Rio de Janeiro, ainda numa perspectiva de fusão de escolas superiores isoladas, eclipsando, portanto, o caráter de uma universidade que não devia se constituir numa mera reunião de escolas isoladas, ou seja, num processo de reestruturação organizacional ancorada numa direção que - por superposição - apenas referendasse e desse voz aos pleitos de cada uma das escolas num simulacro de cooperação. Anísio (1968 b:27) aponta que *esta universidade* "(...) é o primeiro arremedo de universidade que o país tem. Nós estávamos presos à tradição do ensino superior profissional utilitário, destinado a habilitar para o exercício da profissão".

O modelo de universidade pensado por Anísio não se enquadra no implantado em 1920 por se tratar de uma formal junção de escolas isoladas, numa perspectiva que no máximo criou uma "falsa" estrutura universitária que de maneira também formal "cumpria" a legislação educacional prescrita. Nem mesmo o caráter de formação profissional foi devidamente alcançado posto que nossas escolas superiores voltadas para o passado, ensinando sobre o passado, desdenhavam o presente e tomavam a "velha" função de educar o homem para uma cultura geral e desinteressada.

A "Escola de Professores" do Instituto de Educação do Rio de Janeiro fundada em 1932, posteriormente incorporada à Universidade do Distrito Federal; a Universidade de São Paulo, a primeira do Brasil, criada em 1934 e a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro de 1935⁴⁰ são experiências que adquirem

⁴⁰ Quanto a essas duas experiências, Mendonça (2000:139) estabelece algumas diferenças e semelhanças existentes entre os dois projetos de Universidade. A autora afirma que "(...) esse caráter voluntarista da experiência da UDF em contraposição a um caráter mais orgânico da experiência da USP, explicaria em

enorme importância nas reflexões de Anísio e que vão fazer dos anos 1930 uma referência constante nos seus trabalhos por serem estas instituições o primeiro *locus* para a formação dos professores de que o país tanto precisava.

Não obstante a contratação no exterior de professores para a composição do corpo docente dessas instituições face à nossa inexperiência e ausência de tradição neste campo, houve uma rápida nacionalização das mesmas. É importante, porém, destacar que tal processo não facilitou a criação de um padrão universitário no Brasil. Quanto ao desenvolvimento da Universidade no país, Anísio (1964c: 45) afirma “(...) que nenhuma outra instituição parece tão natural como esta e evolui, como as coisas naturais, por leis próprias ou sem lei nenhuma. Deixa-se levar e, deste modo, se transforma, sem saber bem como se está transformando. O mesmo se está dando conosco. As nossas escolas superiores deixam-se ir e se vão, assim mudando, aos trancos e barrancos, e de repente se vêm diferentes (...)”. O comentário remete diretamente à ausência de um processo organizado na constituição do sistema universitário, acentuando a falta de um planejamento que orientasse a estruturação e construção de uma moderna universidade brasileira.

Apesar de todas as dificuldades, as experiências da década de 1930 demonstraram o desejo de se criar esta universidade moderna baseada no ensino e na pesquisa, uma universidade plasmadora e consolidadora da cultura e da ciência nacionais, sendo as faculdades ligadas à formação docente como núcleo de uma nova concepção de universidade - concepção que teve vida curta devido a vicissitudes políticas que culminaram com o golpe do "Estado Novo" em 1937. Mesmo assim, a formação de professores continua tendo um destacado papel para Anísio

grande parte a sua originalidade (referindo-se à UDF), mas por outra, seria uma das razões de sua fragilidade e “(...)iria condicionar a relativamente fácil destruição da universidade”. A este trecho gostaria de aduzir que a UDF sequer possuía instalações próprias, tendo os seus cursos espalhados por diversas instalações no Rio de Janeiro.

Teixeira, validando a tese que levantamos neste capítulo de que esta “formação” no seu pensamento é um dos elos impulsionadores de sua ação.

As décadas seguintes são testemunhas de uma expansão indiscriminada do ensino superior com base numa visão estreita sobre o papel da universidade, no entender de Anísio, e, somente, no início da década de 1960 retomariamos as concepções que sustentariam a construção de uma universidade moderna: a Universidade de Brasília.

2.3 Inflação legiferante e deflação de liberdade: os anos 1960

Na década de 1960, segundo Anísio Teixeira, ocorre um forte desejo de reestruturação da universidade e uma inflação legiferante alcança o ensino superior numa suposição equivocada de que se muda toda uma realidade por um decreto ou portaria governamental. É enorme o arcabouço legal que aborda questões relativas à organização, reestruturação e objetivos das escolas isoladas e das universidades brasileiras numa perspectiva que tenta engendrar pela via legislativa uma mudança radical na concepção do ensino superior.

O aparato legal, apesar de sua importância que no entender de Anísio informa o florescimento de um novo estado de espírito e de mudança, por si não reforma nada pois opera como se não houvesse contradição entre o "real" e o "formal", entre os "valores reais" e os "valores proclamados"⁴¹.

A reforma essencial, quanto mais numa instituição repleta de ranços e, geralmente, avessa às novas proposições deve ser uma reforma por dentro que tenha como sustentação a mudança da mentalidade de alunos e professores para a construção de uma universidade que eleja a liberdade de ensinar e de aprender um

⁴¹ Conceitos discutidos no texto “Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras” de Anísio Teixeira, ano: 1962.

dos seus princípios básicos⁴². Anísio (1968 b: 81) alertava que “(...) a simples mudança de estrutura sem a renovação de programas, de métodos, de professores e de alunos pode vir a deixar tudo no mesmo, embora os nomes e a disposição das coisas ou elementos da situação sejam diferentes”.

Outro aspecto importante do pensamento de Anísio Teixeira sobre a reforma da universidade reside na sua transformação em centro formador e irradiador da cultura e ciência nacionais. A realização dessa tarefa é considerada fundamental para o processo de construção e reconstrução de uma identidade nacional, permeada pela cultura científica que lança um olhar para o futuro, sendo esta a credencial para a revolução do saber humano. À universidade cabe, pois, um papel preponderante que abarca diversas responsabilidades, dentre as quais a produção da Cultura nacional⁴³, a implementação da Ciência nacional e a formação dos professores e mestres para o sistema escolar brasileiro. Desse modo, “(...) trata-se de tornar a universidade não a transmissora de uma cultura universal já existente, mas a estudiosa de uma cultura nova em elaboração que lhe cabe descobrir e formular para poder ensiná-la” (Teixeira, 1968 b:43).

Assim, desenha-se o "mapa" e tendo como "bússola" o pensamento de Anísio Teixeira chega-se ao elo perdido que liga ensino à pesquisa, universidade à democracia, história à cultura, ciência à arte, liberdade de aprender à liberdade de ensinar numa perspectiva de reconstrução nacional, via o processo educacional.

⁴² Este aspecto é central no texto “A universidade e a liberdade humana” de Anísio Teixeira, ano: 1953.

⁴³ “A falta da universidade moderna para a formação da cultura nacional” é um instigante texto de Anísio Teixeira, provavelmente escrito em 1970, que explora com precisão a relação da universidade com tal processo de formação da cultura do país.

2.4 A reforma da Universidade⁴⁴

Numa universidade que tem como metas o ensino e a pesquisa, Anísio propõe que a pós-graduação seja o centro formador de professores para o ensino superior e dos pesquisadores e cientistas para as diversas áreas do conhecimento. É a escola de estudos avançados que cuida da formação de quadros que, num país em processo de desenvolvimento, tornam-se imprescindíveis, estabelecendo os objetivos centrais da pós-graduação e sinalizando a sua importância em relação aos desafios propostos por um novo tempo que cobra respostas para os problemas do presente e do futuro que só podem ser dadas por uma universidade atenta com as exigências do seu tempo. Para Anísio (1989:108), “(...) a escola pós-graduada é o centro de formação do professor de ensino superior e dos pesquisadores e cientistas humanos, sociais e físicos de todo o país”.

A escola de pós-graduação é, portanto, o lugar da pesquisa. Anísio (1989:109) assevera que “(...) a real necessidade é criar uma nova escola, a escola pós-graduada para estudos profundos e avançados, destinados à produção do conhecimento e do saber, o qual será ensinado na própria universidade em seus níveis de pré-graduação”. Apenas nesse espaço privilegiado da escola pós-graduada promover-se-iam os estudos avançados destinados à criação do conhecimento e do saber, implicando na existência da pesquisa, concebida como criação de um conhecimento novo que colaboraria para o revigoramento da própria graduação.

A diversificação vertical do ensino superior é, também, proposta por Anísio e considerada um dos aspectos fundamentais para a consolidação de um novo espírito universitário: o aluno, ao ingressar na universidade, faria um Curso Básico, introdutório, que teria como objetivos proporcionar-lhe um alargamento da

⁴⁴ O livro “Educação no Brasil” de Anísio Teixeira (1976) na sua parte primeira – item 8 intitulado “notas sobre a universidade” – aborda a reforma universitária.

cultura geral, dar-lhe uma cultura preparatória para as carreiras acadêmicas ou profissionais ou oferecer-lhe um treinamento em carreiras curtas de caráter técnico, terminado este curso o aluno passaria por um processo de seleção para o ingresso na Graduação em carreiras acadêmicas ou profissionais e, desejando prosseguir os estudos, faria outra seleção para a "Escola pós-graduada".

Entende Anísio que tal diversificação proporcionaria um efetivo aproveitamento dos professores da instituição, propiciaria ao aluno uma orientação mais precisa em relação aos caminhos profissionais que pretenda trilhar e, em última instância, abriria as portas da universidade para um número crescente de estudantes, democratizando o acesso ao prosseguimento dos estudos e diminuindo as desigualdades.

2.5 A utopia de Anísio Teixeira: universidade e pesquisa

Em "Variações sobre o tema da liberdade humana"(Teixeira, 1958), Anísio ao referir-se ao fato de que as ideologias suplantaram as utopias, defende a ideia de que estaria chegada a hora de se criar um espaço de excelência, onde professores, pesquisadores e intelectuais tivessem condições de pensar as questões de seu tempo de forma livre e independente; o que só seria possível com a criação de uma universidade autônoma o suficiente para produzir e irradiar tanto o conhecimento quanto a cultura nacionais. Uma universidade que, por força de seu desempenho, pudesse desenvolver uma ciência e uma pesquisa, que teriam como base o método experimental, capazes, por sua natureza, de adequar os fins e os meios da educação aos anseios da sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, qualquer estudo sobre o significado da universidade para Anísio deve levar em conta que essa instituição é um lugar soberano: um lugar de produção de utopias e de pensadores utópicos, que teriam como função contribuir para o desenvolvimento progressivo da sociedade.

Cabe ressaltar que Anísio, no referido texto, vai encampar a definição de David Riesman⁴⁵ que entende utopia "(...) como um conjunto de crenças racionais, de interesse no fim de contas da pessoa que as alimenta, numa realidade potencial embora não existente; tais crenças não devem violar nada que saibamos sobre a natureza, inclusive a natureza humana, embora possam extrapolar a presente tecnologia e devam transcender a presente organização social".

Anísio acreditava firmemente que o desenvolvimento social e cultural atingido pelo Brasil, nos anos 1950, exigia a edificação desse tipo de universidade, que se comprometesse com as novas demandas do desenvolvimento social. De acordo com esse ponto de vista, ao longo de vários artigos e livros, expõe uma série de ideias sobre esse assunto que, em última instância, exprimem não só as crenças que acalenta sobre o futuro dessa instituição mas, também, sobre o que nela deveria ser reformado a fim de que sua utopia pudesse se concretizar.

Um ponto central dessa reforma é aquele que se refere ao papel da pesquisa e sua função integradora na universidade. Para o educador, a universidade moderna deve ser entendida como um centro de estudos, onde a pesquisa, ao criar um novo conhecimento direcionado para o futuro, garantiria a existência dessa mesma universidade, uma vez que oxigenaria e revigoraria a sala de aula, a relação do professor com a sua área de interesse e a curiosidade do aluno frente ao desconhecido.

Essa instância acadêmica, então, passaria a ser vista como uma atividade prática que imbrica constitutivamente pensamento e experiência, tornando essa última noção algo intrínseco ao

⁴⁵ Em contraposição, no mesmo texto, Anísio traz a definição de Riesman sobre Ideologia ou o pensamento ideológico "como um sistema irracional de crenças, alheias no fundo ao interesse da pessoa que as aceita, mas a que esta pessoa adere sob a influência de algum grupo, em virtude de suas próprias necessidades irracionais, inclusive o desejo de submeter-se ao poder do grupo doutrinador".

conhecimento. Nesse caso, a pesquisa cumpre uma função educativa, que pressupõe o exercício da liberdade das forças intelectuais e práticas dos indivíduos na elaboração da própria experiência, o que faz com que esse mesmo indivíduo se converta em um agente ativo que opera novos hábitos e costumes.

Sob esse ponto de vista, a pesquisa produzida na universidade objetivaria estender os seus resultados para a sociedade, o que implicaria transformar a própria universidade em um espaço enraizado na comunidade, cujo conhecimento teria como finalidade contribuir para a concretização das demandas do bem público. A universidade se converteria, desse modo, em uma necessidade social, efetivando-se, paralelamente, como um centro de documentação e pesquisa para a formação da cultura nacional.

Anísio tinha consciência de que a universidade no Brasil teria que passar por grandes modificações para se tornar um centro de investigação científica e irradiação cultural. Em 1968, o educador, ao analisar a reforma universitária que então se iniciava, chamava a atenção para os currículos das nossas universidades que, segundo ele, baseavam os seus conteúdos na tradição clássica, sem nenhuma relação com os problemas nacionais. A universidade brasileira, com um currículo extenso e propedêutico, além de fazer com que os seus diplomados tivessem que se formar pela prática, depois de deixarem os bancos escolares, permanecia uma mera confederação de escolas independentes isoladas e autossuficientes.

A solução para esses impasses encontrar-se-ia na reconversão do significado do saber, que só poderia ser revisto por meio da própria reelaboração do sentido da pesquisa, já que qualquer reforma só surtiria efeito caso as mudanças fossem de estrutura e não de forma, como até aquele momento vinha acontecendo. Para Anísio, a pesquisa deve ser vista como uma instância constitutiva da própria universidade e não como um acréscimo, como se fosse mais uma tarefa da educação superior. Segundo ele, essa preocupação em definir o que é pesquisa deve-se ao fato de que as

reformas então propostas confundiam ensino e pesquisa, fazendo supor que todo ensino fosse integrado à pesquisa.

É o próprio educador quem desfaz essa confusão quando afirma que “(...) uma coisa é a de que o professor deve ensinar e pesquisar, ou melhor, o professor que se devota à pesquisa também ensine, e outra é julgar que todo ensino seja também pesquisa” (Teixeira, 1968 b:61). Anísio busca explicitar a questão ao dizer que:

As duas atividades são diferentes, sendo desejável que o ensino se faça como preparação para a pesquisa, daí a conveniência de ser o método de ensino o da redescoberta do acontecimento. Depois de adquirir o conhecimento existente, é que o professor ou o estudante se torna capaz de utilizar esse conhecimento. A pesquisa é uma atividade que normalmente se exerce na fase da pós-graduação de estudo. A integração com o ensino é a de admitir como auxiliares ou estagiários de pesquisa estudantes dos cursos de graduação, que se revelem promissores para a pesquisa. Só nesses casos haverá uma possível similitude relativa entre o ensino e a pesquisa. Será de desejar que a prática venha a corrigir essa confusão de conceitos entre o ensino e a pesquisa. Há professores que só ensinam e outros que ensinam e pesquisam ou que pesquisam e ensinam. A legislação brasileira deseja que todos sejam como esses últimos. Pode ser desejável, mas não creio que seja possível.

Por meio dessas afirmações fica claro que, de acordo com Anísio, a pós-graduação é, por excelência, o lugar da pesquisa. Apenas nesse espaço privilegiado promover-se-iam os estudos avançados destinados à criação do conhecimento e do saber, eliminando, desse modo, a vulgarização do próprio sentido dessa atividade acadêmica.

Um segundo ponto a ser destacado é aquele que implica a necessidade de a universidade adquirir liberdade em relação ao Estado, para assim poder organizar o seu saber. Para Anísio, a liberdade de organização do saber na universidade supõe a liberdade de especulação e de pensar entendida como um livre

exercício de aprofundamento do conhecimento teórico, que, desse modo, irradiaria os seus princípios para as demais instituições da sociedade. Essa liberdade presume a constituição de um novo *modus operandi* no fazer universitário que teria como objetivo o constante alargamento do conhecimento humano. Seria função do próprio Estado moderno responsabilizar-se pela manutenção da liberdade dessas instituições que guardam, aplicam e promovem o saber humano.

Assim, a liberdade é a vida organizada legalmente, mas é, sobretudo, a limitação do âmbito da lei àquilo que representa o mínimo de condições para que ela, a liberdade, se exerça do seu modo supremo, isto é, pela força persuasiva do conhecimento elaborado pelos grupos de homens competentes, a quem sejam confiadas a sua guarda e o seu progresso. Esse conceito positivo de liberdade, que supõe a autonomia dos grupos humanos que se responsabilizam pela produção do saber, contrapõe-se à sua concepção romântica, que nada mais é do que a defesa pura e simples da liberdade individual.

O Estado, enquanto guardião do saber, deve tornar-se uma força vigilante na preservação do funcionamento institucional da universidade, garantindo em primeiro lugar a liberdade tanto de ensinar quanto de aprender. Ou seja, todo aluno deve poder escolher o que vai estudar e todo professor deve ter completa liberdade de ensinar. Essa concepção opõe-se ao modelo da universidade-corporação, onde se ensina o que os professores escolhem ensinar e se aprende aquilo que já se encontra pronto nos currículos previamente elaborados (Teixeira, 1968 b:41).

A diferença básica entre esses dois modelos é que, se no primeiro a universidade constitui-se como um empreendimento social, sob o controle de um conselho não profissional, no segundo mantém-se como uma corporação fechada, criada para si própria. Enquanto um define a universidade como sendo um órgão da sociedade, que irradia vida e participação; o outro a caracteriza como uma instância pertencente ao Estado, atrofiada e voltada para si mesma.

De acordo com essas ideias, a autonomia proposta por Anísio não se restringe à autonomia financeira, já que durante toda a sua vida defendeu a educação enquanto um dever do Estado. Para ele, esse conceito encontra-se diretamente ligado à noção de democracia - uma forma de vida que incentiva o florescimento das energias e das iniciativas pessoais - que só poderá ser alcançada por meio de um regime descentralizado. Por isso, a autonomia proposta é a da liberdade do saber.

Percebe-se, por meio dessas argumentações, que, para Anísio, a liberdade e a autonomia são metas imprescindíveis de qualquer reforma universitária. São objetivos que, se já foram atingidos, como já foi dito anteriormente, pela universidade de Humboldt, na Alemanha, em 1809, e pela universidade estadunidense, em 1875, ainda não tiveram a chance de ser implementados pela universidade brasileira, evidenciando o longo caminho que ela ainda tem que percorrer, principalmente porque determinados problemas encontram-se enraizados nas práticas cotidianas dos próprios professores.

Sob esse aspecto, Anísio defende que se trabalhe a favor de uma nova cultura acadêmica que deve ser orientada por três aspectos importantes: a) a instauração de uma nova relação entre os professores e entre os professores e os alunos, que pressuporia o fim do isolamento do trabalho docente; através da disseminação da cultura colaborativa, os professores deixariam de lado a sua costumeira atitude defensiva e passariam a agir mais de acordo com os princípios democráticos que para Anísio significam não algo institucional e externo, mas se expressam nas ações e atitudes cotidianas das pessoas; b) o fim do currículo enciclopédico e a implantação de uma formação simultânea teórica e prática, onde se privilegiaria muito mais a lógica do estudo e da investigação científica do que a lógica da aula; c) a adoção de uma nova compreensão do que seja o ensino universitário através do estabelecimento de um curso básico, tornando possível não só que todos os cursos da universidade se liguem entre si, mas, também,

que os alunos possam a partir dele escolherem a sua futura especialização.

Está implícito, também, nesse novo modelo, que é a pós-graduação, por excelência, o lugar da prática de pesquisa que, entendida enquanto a criação de um conhecimento novo, oxigena e revigora as aulas da graduação, apesar de não ser ali produzida.

Não se pode deixar de ressaltar que a reforma universitária idealizada por Anísio deveria partir de dentro do próprio sistema, não se deixando reduzir ao nível nem das simples declarações, nem das meras mudanças da maquinaria administrativa e organizacional. Isto é, precisaria constituir-se em um desejo dos professores que, ao transformarem a sua mentalidade e a de seu aluno por meio da aceitação do método científico, teriam a ciência experimental como o guia de suas ações.

A pós-graduação cumpriria, assim, um papel preponderante, atuando como uma verdadeira escola de formação de mestres que, ao fabricar um novo *habitus*⁴⁶ intelectual, transformaria o próprio cotidiano acadêmico, engendrando uma nova maneira tanto de ensinar quanto de pesquisar. Por isso, para o educador, toda e qualquer reforma além de ser, necessariamente, lenta e gradual, não pode ser orquestrada em gabinetes confinados e distantes do cotidiano acadêmico, mas prenhe de sua condição essencial que é o compromisso da intelectualidade com a sua atuação pública.

⁴⁶ De acordo com o conceito de Bourdieu em “O poder simbólico” e segundo Brandão (1997 b:3) são as disposições permanentes para pensar, sentir, escolher e agir em consonância com as exigências de uma situação (é o que permite desenvolver o “senso do jogo”).

3. Uma produção intelectual comprometida com a ação pública⁴⁷

A análise da produção intelectual de Anísio Teixeira e o seu comprometimento com a ação pública enseja uma reflexão a mais sobre a tese que sustentamos no título deste capítulo e que trabalha com a relação dialética na obra de Anísio quanto ao binômio pensamento e ação. A sustentação de tal postura ocorre em dois momentos distintos, mas que mantêm estreita ligação face à coerência dos textos do educador com a sua gestão à frente de diversas instituições públicas de educação.

Inicialmente, conforme parte anterior, foi relevante o aprofundamento em textos nos quais Anísio expressava suas ideias sobre o ensino superior: seu papel, sua função e tipos de gestão mais adequados. Cabe, agora, uma análise sobre determinados temas que penso como uma matriz de referência do pensamento anisiano, na medida em que explicitam conceitos-chave fundamentais ao nosso entendimento das políticas e das práticas educacionais por ele adotadas à frente da CAPES, instituição privilegiada para exemplificar tal situação pela centralidade que assume ao emprendermos um estudo sobre os seus boletins.

Os textos selecionados para a compreensão dessas políticas e práticas foram extraídos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, editada pelo INEP, órgão à frente do qual também se encontrava Anísio, à época, e, sem dúvida, um dos principais veículos de divulgação da sua produção intelectual. De uma forma geral, estes textos expressam a percepção do educador sobre o momento do país, marcado pelo influxo do desenvolvimentismo e suas diferentes expressões de

⁴⁷ Parte integrante do trabalho "Pensamento e ação de Anísio Teixeira: a CAPES dos anos 50/60" escrito por Ana Waleska P.C. Mendonça, Fernando Gouvêa, Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira e Jussara Pimenta e apresentado no I Congresso Brasileiro de História da Educação, Rio de Janeiro, ano: 2000.

modernidade. Neles são abordadas questões que articulam educação e unidade nacional, ciência e humanismo, administração pública e educação, educação e mudança social, bem como educação e desenvolvimento.

Através desse estudo foi possível a identificação de especificidades relevantes e características do pensamento de Anísio Teixeira, pensador social e da educação, intelectual e homem público, atento ao novo contexto dos anos 1950 e 1960. Assim, segundo Anísio: “(...) Estamos vivendo um período agudo de desenvolvimento do país, em que o Governo vê consideravelmente ampliadas as suas responsabilidades, no sentido de retificar, suprir e harmonizar esse crescimento, por isto que, de certo modo, espontâneo, também se mostra desproporcionado senão desordenado” (FGV/CPDOC AT pi⁴⁸ 62/64.00.00).

O mapeamento das principais ideias desenvolvidas por Anísio, como também a percepção das possíveis mudanças e alterações em suas abordagens presidem o objetivo desta parte. Trabalhando com os textos, chamou-me a atenção o fato de que Anísio, nos anos 1950, evidenciou uma preocupação constante com o conceito de descentralização, uma questão que, para ele, estava diretamente relacionada com o desenvolvimento e progresso do país. Para o educador, descentralização se opunha ao que na época era entendido por unidade nacional. Contrariamente ao pensamento corrente, o intelectual afirmava que a relação que se estabelece entre educação e unidade nacional não implica na eliminação da ampla diversidade cultural, para ele, condição de progresso do país, enquanto que a uniformidade e a especialização são condições que conduzem à estagnação.

O conceito de unidade era então entendido e explicado como o resultado dinâmico de forças diversas dentro de um espírito

⁴⁸ AT corresponde ao arquivo Anísio Teixeira e pi à série temática produção intelectual. Fonte examinada no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

comum: “(...) a unidade da cultura brasileira será sempre mais um resultado da liberdade com que as suas culturas regionais possam coexistir e se entrefecundar, do que qualquer plano unificador (Teixeira, 1952: 39)”. Para Anísio, a ideia da descentralização se potencializava em diferentes instâncias de progresso e desenvolvimento, a saber: numa efetiva regionalização dos sistemas de ensino; no papel da União enquanto um núcleo legislativo básico, a partir do qual cada Estado poderia executar adaptações e ajustamentos indispensáveis; no entendimento do ler, escrever e contar, enquanto técnicas sociais que devem ser ensinadas levando-se em conta a especificidade do contexto e da região; na defesa de uma autonomia educacional local, geradora de uma prática formadora própria.

Anísio afirmava que:

A regionalização da escola que, entre nós, se terá de caracterizar pela municipalização da escola, com administração local, programa local e professor local concorrerá em muito para dissipar os aspectos abstratos e irreais da escola imposta pelo centro, com programas determinados por autoridades remotas e distantes e servida por professores impacientes e estranhos ao meio, sonhando perpetuamente com redentoras remoções (...). A grande reforma da educação é, assim, uma reforma política, permanentemente descentralizante, pela qual se criem nos municípios os órgãos próprios para gerir os fundos municipais de educação e os seus modestos mas vigorosos, no sentido de implantação local, sistemas educacionais (Teixeira, 1958: 24 - 27).

Sempre de forma articulada à ideia da descentralização, Anísio aponta para outras questões afins. No que se refere à valorização da ciência, defendia o uso do conhecimento científico entendido como conhecimento experimental e progressivo. Destacava a importância do uso dos métodos científicos nos campos de conhecimento relacionados com contextos e problemas humanos, possibilitando assim uma intervenção mais orgânica na sociedade, além da possibilidade de reformulações específicas

tendo em vista o mapeamento e posterior análise crítica dos resultados obtidos.

De uma outra perspectiva, defendia que o conteúdo da educação escolar deveria ser direcionado para o trabalho humano pois “(...) A educação para o desenvolvimento, a educação para o trabalho, a educação para produzir, substituirá a educação transplantada e obsoleta, a educação para a ilustração, para o ornamento e, no melhor dos casos, para o lazer (Teixeira, 1958:32)”.

Vale registrar que Anísio sempre alimentou de forma dinâmica e singular a evolução de seu pensamento e de suas ideias sobre a educação, articulando-as com uma concreta vivência das práticas políticas por ele encaminhadas dentro da estrutura do Estado, mais precisamente em sua permanência ao longo de treze anos no Ministério da Educação. Sua produção intelectual, ao mesmo tempo que alimentava sua atuação, era alimentada pelo seu desempenho e pela sua experiência enquanto homem público, que fazia acontecer as definições políticas. Nessa ótica, é importante pontuar textos que no conjunto de sua produção intelectual podem ser considerados marcos organizadores e redirecionadores de ideias.

Um desses exemplos é o texto “Educação e Desenvolvimento”, publicado em 1961, quase que simultaneamente na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e na revista Educação e Ciências Sociais, esta última editada pelo CBPE, órgão também do INEP. Nesse texto, Anísio expressa todo o seu entusiasmo pela nova civilização industrial e seus métodos de produção. Suas colocações se pautam nas ideias de um grupo de pesquisadores estadunidenses⁴⁹, preocupados em investigar o papel do fator humano no processo do desenvolvimento econômico que resultou no livro “O Industrialismo e o homem industrial”, que Anísio

⁴⁹ Clark Kerr, John T. Dunlop, Frederick Harbinson e Charles Myers, fundadores do Inter-University of Labor Problems in Economic Development. Organização criada em 1954 com o intuito de investigar o fator humano no processo de desenvolvimento econômico.

traduz informalmente para o seu artigo, afirmando que “(...) esses pesquisadores desenvolveram uma análise das diferentes estratégias que vêm conduzindo o processo de industrialização, nos diferentes países, segundo o tipo de elite que passa a comandar a grande transformação” (Teixeira, 1961:72).

Os autores analisam, segundo as tipologias propostas, as diferentes dinâmicas de poder e/ou os diferentes tipos de elite que direcionam distintas possibilidades de caminhos nas novas civilizações industriais. Partindo dessa abordagem, Anísio faz uma crítica à maneira como a nossa sociedade de tipo industrial vem sendo conduzida sob a influência de três grupos: o aristocrático, o da classe média e o nacionalista, pontuando o caráter misto do processo de desenvolvimento brasileiro.

Anísio, consciente das grandes mudanças geradas pelo processo de industrialização nas sociedades, aponta as transformações provocadas nas estruturas de classes, nos valores relacionados ao trabalho, nos conceitos jurídicos e legais, e no conceito de Estado-nação. Dentro desse quadro conceitual, denuncia e problematiza questões de aguda importância: o anacronismo expresso na tensa dualidade da educação aristocrática x educação técnica, tão presente na nossa realidade educacional; a percepção da educação não como algo isolado, mas como epifenômeno de forças muito mais profundas que controlam a sociedade; o desenvolvimento do Brasil que vem sendo feito sob a influência de forças que não são as mais aptas para a sua integração na civilização tecnológica e industrial de amanhã; e acaba concluindo que “(...) enquanto o país não se decidir sobre as suas próprias instituições democráticas (...) pouco podemos fazer (nós educadores) para ajustar as arcaicas estruturas educacionais vigentes às novas estruturas econômicas (...) que o processo de industrialização está construindo para o Brasil” (Teixeira, 1961:92).

Trata-se, portanto, de um momento no qual o educador expressa sua preocupação em entender as mudanças que a industrialização coloca para as sociedades em geral e para o Brasil

especificamente, e de que maneira a educação se situa dentro das novas demandas sociais, considerando o impacto da industrialização e as suas consequências.

Anísio, que nos textos anteriores havia se concentrado em questões relacionadas à descentralização da educação, passa a expressar uma percepção ampliada e articulada com outras dinâmicas sociais, percebendo a educação a partir de uma problematização de cunho mais sociológico, em que se destacam um olhar cuidadoso na relação que se estabelece entre as classes dominantes e o Estado, no papel e influência dos grupos sociais dominantes no encaminhamento do processo industrial, assim como no papel da educação percebido e problematizado de forma não isolada, mas inserido na complexidade dos diferentes interesses em jogo, articulado às instâncias econômicas, sociais e políticas de determinado contexto.

A contextualização histórica, o entendimento da complexidade das relações e dos interesses de grupos variados, além de um aprofundamento das influências das diferentes instâncias - econômicas, sociais e políticas - serão fundamentais no próximo capítulo que aborda o processo de criação, organização e estruturação da CAPES, instituição que expressa no campo educacional as políticas públicas oriundas do Estado no que concerne ao ensino superior.

CAPÍTULO II

A CAPES DOS ANOS 1950/1960: A REDE EM FORMAÇÃO

Anísio esteve sempre acima dos cargos que ocupou. Em suas mãos, esses cargos cresciam de significação, de autoridade, de capacidade realizadora. Ele possuía virtude rara em administradores a nível de governo: sabia pensar e sabia fazer. Era mais que um técnico, mais que um administrador. Era um homem de governo, dotado de visão política dos problemas do Estado de que a educação constituía uma das chaves. (Hermes Lima⁵⁰, Anísio Teixeira: estadista da educação 1978, p. 158)

1. Do pensamento à ação: um outro olhar sobre as origens da CAPES

A análise documental, ponto já explicitado na Introdução, sempre significa um desafio ao pesquisador. A questão do período em que o documento foi escrito – quer seja pela precisão muitas vezes duvidosa ou pela imprecisão que impele a constantes releituras – a autoria e as contribuições relevantes a serem extraídas tornam tal análise um momento extremamente significativo e que, muitas vezes, pode propiciar um outro olhar sobre temas e construções tacitamente aceitas.

⁵⁰ Hermes Lima foi o chefe do Gabinete Civil de Góis Calmon – eleito governador da Bahia em 1924 – que teve influência decisiva para a escolha de Anísio Teixeira para cuidar da pasta da Educação. Mais detalhes sobre Hermes Lima ver: Geribello (1977) e Viana Filho (1990).

O estudo sobre o Boletim Informativo CAPES solicita uma necessária observação e análise da gênese dessa instituição, ou seja, uma reflexão sobre o seu processo de criação. Tal perspectiva fez com que eu buscasse uma diversidade de documentos que possibilitassem uma compreensão o mais ampliada possível dos princípios orientadores dessa gênese, como anunciadora das práticas a serem implementadas e da dinâmica de funcionamento do órgão.

A busca da apreensão do processo de criação da CAPES, no que concerne à questão documental, apontou para um trabalho de resgate de uma diversidade de documentos a partir do momento em que Anísio assume o seu papel à frente da CAPES.

Assim, documentos legais (instituidores ou modificadores dos objetivos da CAPES), atas de reuniões, memorandos, ofícios, relatórios, correspondências diversas e, principalmente, os Boletins da CAPES mostraram-se imprescindíveis para o desvelamento do período inicial da Comissão e das políticas que orientaram a mesma nos anos 1950/1960, anos acentuadamente marcados pela ideologia nacional-desenvolvimentista.

A pesquisa documental considerou também alguns documentos pessoais de Anísio, rascunhos, manuscritos, anteriores ao momento em que este assume a CAPES, relacionados à temática em questão ou referentes aos primeiros passos de estruturação da Comissão⁵¹. Tal possibilidade permitiu o exame a respeito do momento de concepção das ideias-chave sobre o papel, a estrutura e a dinâmica de atuação da CAPES.

O documento “Sugestões para um plano de auxílio ao ensino superior do país” (FGV/CPDOC AT pi 50.01.00)⁵² chama atenção por ser um plano de ação sugerido por Anísio Teixeira – à época Secretário estadual de Educação e Saúde da Bahia – ao então Ministro da Educação Clemente Mariani. Esse documento traz, de

⁵¹ Na coleta desses documentos no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, R.J., foi imprescindível a contribuição de Flávia Santos Oliveira, Carolina Moreira Kimus e Alessandra Stachuk de Mello – membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Departamento de Educação da PUC-Rio.

⁵² Documento presente no ANEXO 01.

maneira embrionária, um conjunto de ideias sobre o ensino superior e a pós-graduação no Brasil, que serão posteriormente retomadas no contexto da CAPES.

Neste documento, Anísio tece críticas ao processo de seleção de professores e alunos para o ensino superior ao afirmar que “(...) para melhorar a qualidade do ensino, o auxílio pode consistir em disposições que concorram para uma seleção mais alta dos alunos (...), em recursos para melhorar as instalações e equipamentos, e, sobretudo e acima de tudo, em melhores professores”. Aponta a urgência de um levantamento das reais necessidades de quadros superiores para o país, e “(...) como não é possível, com o recurso tão somente ao elemento nacional” aventa a possibilidade da contratação de professores estrangeiros e, estabelecendo, também, alguns critérios para a seleção de alunos para bolsas de estudo no exterior. Tais aspectos levantados por Anísio, ainda em 1950, seriam os pilares da implementação e do processo de construção da CAPES, na medida em que expressam ideias basilares quanto ao papel do ensino superior e, conseqüentemente, da pós-graduação na transformação da educação brasileira.

As proposições destacadas no parágrafo anterior são encontradas em diversos documentos da fase inicial da CAPES e confirmam a tese da permanência, aprofundamento e, evidentemente, do alargamento da compreensão do educador sobre a política de atuação dessa instituição. A cuidadosa análise de tais documentos também evidencia a preocupação com a descentralização e com a organização de um sistema nacional de educação.

Mais que isso, num relatório de 1951, momento inicial da Campanha, Anísio considerava que a criação da CAPES possibilitava “(...)o reconhecimento dessa necessidade de se planejar o preparo e a distribuição adequada de pessoal formado e especializado (...) e considera que tal perspectiva “(...) surge pela primeira vez com a instituição da Comissão para a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”. Portanto,

percebia a CAPES como o primeiro passo para o planejamento do desenvolvimento nacional. Neste mesmo relatório, ele elabora uma proposta que define o perfil da Campanha, remetendo-se às considerações tecidas na correspondência anteriormente citada, dirigida a Clemente Mariani.

O mesmo documento explicita o estabelecimento dos critérios para a realização de um levantamento das necessidades de pessoal de nível superior para o país, “(...) tendo em vista: desenvolvimento e expansões atuais e desenvolvimento e expansões potenciais”. Anísio propugnava a utilização das seguintes fontes: “(...) mensagens dos últimos anos dos governadores de estado; publicações do IBGE; planos estaduais de desenvolvimento; publicações estatísticas dos estados; planos e publicações federais e Fundação Getúlio Vargas”. Desse modo, uma vasta documentação a ser consultada o que confirma a importância desse levantamento e o desafio para a CAPES de realizar algo de tais proporções. Para tanto, propõe um sistema de parcerias que incluiria uma articulação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o Conselho Nacional de Pesquisas⁵³(CNPq), com a Fundação Getúlio Vargas e com as entidades de classe.

O relatório apresenta, também, algumas inferências preliminares sobre o referido levantamento e expressa a posição de Anísio quanto à urgência de providências imediatas a serem tomadas e que não poderiam aguardar o resultado final do mesmo, pois no dizer de Anísio “(...) parece, assim, fora de qualquer dúvida que a educação, formação e especialização do homem brasileiro é um problema de ordem econômica e de altíssima prioridade, que deve ser encarado entre os problemas de base do desenvolvimento brasileiro, cuja rentabilidade indireta é a mesma dos demais problemas de base como transportes e indústrias básicas (...)”. A

⁵³ Atualmente, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia passou a partir de 1974 a ter a seguinte denominação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

urgência é tão expressiva para Anísio que o relatório traz uma sugestão de como inserir a CAPES na burocracia estatal. Sugere “(...) a incorporação da Campanha ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, como uma Campanha Extraordinária de Educação, a ser lançada por métodos semelhantes aos da Campanha de Educação de Adultos, solução que teria a vantagem de ser iniciada imediatamente e que não prejudicaria a continuação dos estudos para a organização definitiva do Serviço⁵⁴ de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Anísio, assim, estabelece a relação educação e desenvolvimento, porém entende essa relação não como uma redução ao plano econômico ao acrescentar que “(...) podíamos estender-nos na demonstração dessa verdade, considerando não somente, as exigências de produtividade da nova ordem econômica brasileira, mas, as suas exigências de ordem social, pois, a própria estabilidade social do Brasil está a depender de um novo tratamento de seu problema educativo, mas para o que se visa nesse trabalho basta-nos a caracterização da importância do aperfeiçoamento do fator humano na conjuntura econômica do país”. Além disso, acentua o necessário incremento da pós-graduação, a vinda de missões educacionais estrangeiras e o envio de bolsistas ao exterior. Tais providências retomariam as premissas básicas do “Plano de Auxílio ao Ensino Superior do País”, novamente, reafirmando aspectos presentes na correspondência com Clemente Mariani.

Os pontos aventados no relatório são reafirmados numa carta de Anísio (AT pi 51/52.00.00), no mesmo ano, ao Ministério da Educação. A carta aborda a questão das providências imediatas e

⁵⁴ Merece atenção, no documento manuscrito por Anísio, a busca por um nome ideal para intitular o novo órgão a ser criado. Ele utiliza “C.A.P.N.S.” (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); S.A.P.N.S. (Serviço de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e tenta à margem do rascunho outras siglas como, por exemplo, S.E.A.E. de interpretação incerta. Vale, portanto, destacar que em nenhum momento no relatório aparece a sigla que seria a definitiva: CAPES.

qualifica as mesmas como parte constituinte do “Plano Emergencial da CAPES”. Anísio faz o seguinte apontamento sobre essa fase: “(...) Além dessas missões de professores estrangeiros, daríamos início simultaneamente à remessa para centros de cultura de fora do país os primeiros bolsistas brasileiros (...) estes dois pontos do programa, a ser, no futuro, em face dos dados apurados, desenvolvidos sistematicamente, constituiriam o que chamaríamos de fase preliminar⁵⁵ da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”.

A análise de documentos escritos por Anísio anteriores à existência da própria CAPES possibilitou a constatação de que a concepção do papel e dos objetivos a serem exercidos por tão importante instituição, se delinearão mesmo antes de sua criação, frutos da relação pensamento e ação em Anísio Teixeira – e aqui incluo a Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia e os seus estatutos abordados no Capítulo I - tornando mais efetivo o entendimento da contribuição desse educador para o processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil e da criação da CAPES.

Assim, a pesquisa e a leitura colaboraram para recolocar em discussão a autoria da ideia de criação da CAPES. Quanto à questão em pauta, Lima (1978:155) afirmou que “(...) a ideia da CAPES partira de Rômulo de Almeida, economista e sociólogo afeito aos problemas do desenvolvimento brasileiro (...)”. Segundo Córdova (1998:30), “(...) a CAPES surgiu como concepção da Assessoria Econômica da Presidência da República, então chefiada por Rômulo Almeida (..) a Assessoria concebia projetos, levava-os ao Presidente e, uma vez aprovados por este, eram eles apresentados aos ministros das pastas respectivas, que lhes assumiam a paternidade e os tocavam em frente”.

Entendo que a discussão não deva caminhar na busca da “paternidade” exclusiva e individual da criação da CAPES e nem confundir o posicionamento dos atores e suas atribuições dentro

⁵⁵ Termos sublinhados em conformidade com o documento.

da burocracia estatal no que concerne à implementação de projetos e soluções para problemas nacionais. Percebo que uma instituição de tamanha relevância não pôde prescindir de um projeto coletivo para a sua criação e consolidação. Assim, os documentos analisados nesta parte do trabalho e a leitura dos Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, todos anteriores à criação da CAPES, credenciam a inclusão de Anísio Teixeira como um dos idealizadores e criadores dessa instituição, pois apontam de forma explícita a comunhão existente entre o pensamento de Anísio e o processo de gestação, organização e consolidação da CAPES.

Cabe, ainda, destacar que a postura de debruçar sobre esses documentos tornou possível a ampliação da visão a respeito da gênese de tão importante instituição que busca captar essa gênese sem considerar as Leis, Decretos ou outros instrumentos legais como os únicos capazes de precisar e balizar os estudos que têm nas instituições a sua centralidade.

A postura anunciada no parágrafo anterior não elimina a importância desses instrumentos, mas entende que os mesmos – isoladamente – não expressam a dinâmica de funcionamento e a estrutura interna de diferentes órgãos, solicitando um cruzamento de diversos dados e variadas fontes de pesquisa.

Um estudo que tem nos boletins da CAPES o seu objeto deve ter presente a preocupação de compreender que um projeto institucional se constrói dentro dos limites do possível e no embate entre as diferentes forças e tendências envolvidas. Tendências que se fazem presentes no contexto histórico da “criação legal” e do processo de construção da CAPES, merecendo uma breve exposição que contribua para o desvelamento desse processo⁵⁶.

⁵⁶ Acompanho o raciocínio de Fávero (1988:88) que ao analisar o caráter histórico da universidade afirma que “(...) seu modo de funcionar é situado, datado, e não algo que existe apartado do tempo e da realidade social (...)”. Por analogia com outras instituições, entendo que tais colocações servem, também, para justificar a

2. Percurso histórico

A análise do contexto histórico, mesmo daquele que antecedeu a criação da CAPES, torna-se imprescindível para o estudo dos fatores que contribuíram para a existência da instituição e dos que limitaram o espaço de ação da mesma. Vale ressaltar que a questão dos fatores limitadores, via aparatos legais, merece uma relativização pois acompanhando o raciocínio de Córdova (1998:7) “(...) a CAPES é uma organização, ou seja, é um ente sócio-cultural, constituído na esfera do aparelho do Estado. Como tal é igualmente um “construto” político que se configura como um conjunto humano estruturado e em movimento permanente, gerando sua dinâmica própria (...)”.

Assim, independente dos propósitos limitadores expressos em textos legais ou quaisquer outros tipos de normatização, existe o imponderável conjunto de desejos e objetivos dos diversos atores que participam da construção de qualquer instituição. Mais que isso, “(...) nascendo de uma determinação exterior a si, ao ser criado, se estabelece como locus de estratégias particulares e autônomas, influencia o ambiente circundante, muda objetivos, adapta suas estruturas e quadros internos, modifica sua posição no próprio aparelho estatal que o criou” (Córdova, 1998:7). Portanto, entendo que tais fragmentos expressam a importante tarefa de abordar o contexto histórico que possibilita a compreensão, ao menos parcial, dos caminhos trilhados por esta instituição.

2.1 Antecedentes históricos da criação da CAPES: os anos 1930/1940

O esforço de modernização e reajustamento tentada por algumas lideranças oligárquicas, ainda nos anos 1920, tem – segundo Miceli (1979:167) - na “(...) convocação de elementos jovens egressos dos bancos acadêmicos por parte de certos

busca pela abordagem do contexto histórico dos anos antecedentes e dos momentos de criação e consolidação da CAPES.

governos estaduais (...)” a última tentativa de encontrar soluções para problemas criados pelo próprio modelo político oligárquico-conservador⁵⁷ e conter a iminente transformação que desembocaria na Revolução de 1930. Corroborando tal perspectiva, Ianni (1986:30) afirma que a revolução foi fruto “(...) do próprio Estado oligárquico que se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política econômica mundial e interna”⁵⁸.

A Revolução de 1930 foi “(...) preparada e desencadeada, porém, por uma aliança de grupos políticos de tendências as mais diversas, que disputavam a primazia e foram sendo, uns após outros, anulados pela própria revolução (...)” (Azevedo,1996:654), terminaria, assim, por desembocar no regime autoritário em 1937 - o “Estado Novo” - capitaneado por Getúlio Vargas.

O movimento revolucionário de 1930, no entender de Romanelli (1980:47), “(...) procurou um reajustamento constante dos setores novos da sociedade com o setor tradicional, do ponto de vista interno, e, destes dois, com o setor internacional, do ponto de vista externo”.

A citada crise teve como uma das suas consequências o acionamento de um processo na área econômica que conhecemos como substituição de importações e que, na década de 1940, teve um fortalecimento mediante a nova conjuntura internacional em decorrência da II Guerra Mundial. Tal modelo inverteu o polo de decisão político-econômica, suspendendo temporariamente os laços de dependência do Brasil em relação ao mercado mundial.

Dessa forma, essa inversão provocou mudanças na estrutura do campo político interno pois, segundo Freitag (1986:54), “(...) se antes o desenvolvimento da economia agroexportadora dependia do mercado mundial e, portanto, de decisões que escapavam aos produtores internos, essas decisões passaram a ser tomadas

⁵⁷ É necessário entender que o Estado oligárquico foi uma variante do Estado burguês.

⁵⁸ Ianni se refere, nesse ponto, à depressão econômica mundial que ocorreu no período de 1929 a 1933.

internamente, quando o setor produtivo passou a satisfazer a necessidade do mercado interno, produzindo bens de consumo que eram importados”. A ocorrência desse momento, derivado da conjuntura especial que se estabeleceu, possibilitou a existência de uma indústria nacional liberta da competição externa.

As alterações nos diversos campos marcaram as décadas de 1930 e 1940 e, apenas a título de situar esse período devido à importância do mesmo para a compreensão dos anos 1950 e 1960, acompanho o pensamento de Miceli (1979:XVI) ao assinalar que tais transformações:

foram decisivas nos planos econômico⁵⁹ (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do Estado em setores-chaves da economia, etc.) social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado, etc.) político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do Estado, etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial, etc.).

Os ventos de mudança, evidentemente, não deixaram incólume a questão educacional e a relação da “(...) intelligentsia⁶⁰ brasileira – constituída nos anos 20 - com esse novo Estado” que, a partir de 1930, no entender de Martins (1987:75) comandou um processo de modernização conservadora por ter ensejado uma paulatina recomposição das forças oligárquico-conservadoras e operado uma modernização centralizada e dirigida pelo Estado.

A utilização do termo “modernização” solicita uma comparação que estabeleça as diferenças entre “modernidade” e

⁵⁹ Os grifos são meus.

⁶⁰ Acompanho o raciocínio de Brandão (1992:180) ao definir que o “(...) conceito de intelligentsia, presente em Miceli (1979); Martins (1987) e Pécaut (1990), tem como núcleo a compreensão do intelectual como ator político coletivo”.

“modernização” – diferenças que serão importantes no transcorrer desse trabalho. Aproveito a definição de Faoro (apud Xavier, 1999:1)⁶¹ por entender que a mesma expressa de maneira objetiva o cotejamento dos termos. Faoro afirma que “(...) a modernidade compromete no seu processo, toda a sociedade (...) e a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que privilegiando-se, privilegia os setores dominantes (...)”. É patente que por trás de cada termo reside uma forma radicalmente diferente de compreender o processo de construção da sociedade e da própria cidadania.

A *intelligentsia* educacional frente às perspectivas abertas empreendeu esforços junto ao Estado para a consecução de uma instrução pública para o povo, para a introdução de reformas no sistema de ensino e a construção de uma moderna universidade. Desse modo, Pécaut (1990:14) acrescenta que “(...) os intelectuais dos anos 25-40 mostram-se preocupados sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições (...) organizar a nação, esta é a tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites (...)” pois “(...) forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade”. Martins (1987:75) afirma que “(...) são também essas preocupações que a colocaram em relação direta (e contraditória) com o Estado”.

A relação direta ocorre a partir do momento que os intelectuais perceberam que a sua atuação na burocracia estatal possibilitaria a realização das almejadas reformas e propiciaria, também, uma interferência nas políticas públicas a serem implementadas. O Estado, por seu turno, necessitava dos intelectuais para respaldar a elaboração de planos e para justificar determinadas decisões tomadas nos diferentes campos de sua alçada. Uma intensa relação de conveniência, mas num frágil equilíbrio face ao caráter autoritário que o modelo estatal

⁶¹ Trecho retirado do texto A questão nacional: a modernização de Raimundo Faoro. Estudos Avançados, USP, n. 6, 1992.

proposto iria, gradativamente, engendrar. Tornando, assim, contraditória a relação de parte dessa intelectualidade com a máquina burocrática estatal e com a formulação de *policy* – enquanto conjunto de políticas e ações públicas.

O Estado passou a ser para a burguesia nacional um interlocutor privilegiado e um espaço preferencial para a consubstanciação dos seus objetivos de ampliação e acumulação de capital. Assim, Barreira (1989:101) assinala que “(...) o Estado é levado a assumir, cada vez mais, os encargos correspondentes ao desenvolvimento das forças produtivas da Nação”. Percebo, desse modo, a ocorrência de um modelo de Estado – no que tange à área econômica – organizador, articulador e, mais do que isso, um Estado indutor do processo de desenvolvimento econômico. O que claramente configura o acionamento de uma estratégia de desenvolvimento nacionalista.

Encerrada a II Guerra Mundial, os países beligerantes que durante a mesma direcionaram a sua economia para a produção bélica e reduziram drasticamente a exportação de bens de consumo, rapidamente reassumiram o seu papel e trouxeram de volta a dependência brasileira em relação ao mercado internacional e “(...) os laços de dependência que durante o período de 30 a 45 foram se afrouxando, agora (após a 2ª guerra) se restabelecem” (Freitag, 1986:54).

O fim do Estado Novo assinalou, com o governo Dutra, a assunção de forças políticas contrárias ao nacionalismo econômico, refratárias ao processo de desenvolvimento econômico dirigido pelo poder estatal, ou seja, contra o intervencionismo do Estado na economia e receosa dos movimentos de massa que crescentemente exigiam maior participação no processo político. Draibe (1985:138) assevera que “(...) durante o período governamental de Dutra, enquanto se rebaixavam as pretensões de aceleração do processo de industrialização, atenuavam-se os impulsos para uma ação mais centralizada e coordenada do Estado na economia (...)”. Tal contexto provocou uma desaceleração no processo

desenvolvimentista, numa pretensa neutralização da ação econômica estatal.

Mais uma vez, assistiu-se em nome da democracia a uma recomposição das forças que, com exceção de alguns grupos destoantes, representavam as elites dirigentes e o seu conservadorismo. A reconversão à democracia teve como sinônimo a abertura indiscriminada ao capital estrangeiro. O governo Dutra assumiu, assim, uma estratégia de desenvolvimento que “(...) continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo associado como única alternativa para o progresso econômico e social. Note-se que esse projeto de capitalismo implicava no reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência (na verdade dependência) das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos” (Ianni, 1986:307-308).

Assim, ocorreu a supressão ou neutralização de órgãos⁶² que - no período anterior - colaboraram para a ampliação dos instrumentos de coordenação e planificação econômica com potencial para exercer um planejamento das atividades estratégicas do Estado, numa postura que, segundo Draibe (1985:175), traduz “(...) o caráter limitado desse projeto de futuro, estabelecido pela aliança conservadora, que também desvinculara do problema da industrialização a “questão social” e, portanto, elementos mobilizadores que faziam do desenvolvimento industrial um problema “urgente”.

2.2 O contexto de criação da CAPES: os anos 1950

Como foi anteriormente assinalado, a gestão de Anísio Teixeira à frente da CAPES, se estende de 1951 a 1964, período

⁶² Houve a supressão dos seguintes órgãos: Comissão de Mobilização Econômica, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e da Comissão de Planejamento Econômico. Além disso, ocorreu a reestruturação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o cancelamento da instalação do Conselho de Economia Nacional.

marcado por um grande surto de desenvolvimento político-econômico-social do país, o que se constitui num pano de fundo de significativa importância para o entendimento e contextualização do momento de criação dessa instituição e, a partir desse ponto, perceber as causas que orientaram o seu posterior encaminhamento.

Entendo que a dinâmica dos anos 1950 pede o aprofundamento em duas dimensões distintas e complementares desse momento histórico: a primeira dimensão refere-se às formas próprias do processo de organização da sociedade articuladas e expressas na consolidação do Estado Brasileiro, numa tentativa de identificar que tipo de Estado concebe e efetiva a CAPES e a partir de que conjuntura de interesses e forças políticas⁶³; enquanto que a segunda dimensão objetiva situar as matrizes econômico-produtivas presentes no momento de criação da CAPES que influenciaram o seu surgimento, assim como as especificidades das políticas de Estado que marcaram o desempenho dessa instituição ao longo desses anos.

Palco de dois governos distintos - o segundo governo de Getúlio Vargas (1951 / 1954) e o governo de Juscelino Kubitschek (1956 / 1961), a dinâmica dos anos 1950 refletiu o tipo de Estado que vinha se consolidando no Brasil, o que remete ao longo processo de transição que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Ao longo desses anos, foram consolidados modelos de crescimento econômico pautados numa industrialização acelerada, centrada no Poder Executivo, que desencadeou o crescimento do setor público e diversificou suas atividades internas, concretizando as exigências de uma sociedade

⁶³O referencial teórico que sustenta esse olhar adotado inspira-se no conceito gramsciano de “Estado Ampliado”. Um Estado a ser percebido a partir de três diferentes níveis: a infraestrutura, espaço das relações de produção e de trabalho na economia; a sociedade civil, constituída pelo conjunto de indivíduos organizados em determinados aparelhos privados de hegemonia e a sociedade política, entendida como o Estado em sentido estrito, ou seja, pelo conjunto de aparelhos e agências do poder público.

urbano-industrial em expansão e acelerando as transformações institucionais, instaurando uma estrutura de poder mais adequada às tendências da nova configuração econômico-social e mais complexa do que a anterior. Anísio (1956 g:2) quanto à questão da centralização afirma que “(...) o Estado como organização, busca a centralização como forma de exercício do seu domínio (...) a sua eficácia consiste em conter e subordinar, sendo, assim, centralizador por essência e natureza”.

Na realidade brasileira, o prolongado processo de constituição do capitalismo, expresso na maneira pela qual as forças produtivas se organizaram, se desenvolveram e se reproduziram, teve significativa atuação do Estado, especificamente através do poder executivo e da sua ação governamental, espaço no qual se situa a concepção e o encaminhamento da CAPES. Para Draibe (1985:20) o Estado Brasileiro de 1930 a 1960:

(...) planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações e se transformou numa arena de conflitos, todos eles "politizados", mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Manifestou-se como Executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente "tecnocracia”.

Assim, dentre as transformações sociais profundas desencadeadas pelo processo de industrialização, destaca-se a alteração progressiva da estrutura de poder que acaba por modificar a administração pública. Entretanto, a despeito da

necessária mudança, evidencia-se que a nova máquina estatal se deparou com múltiplas dificuldades quando tentou neutralizar o patrimonialismo, o nepotismo e a dominação pessoal, históricos sustentáculos do comportamento social no Brasil.

No âmbito da nova máquina estatal que se constituiu, estabeleceram-se ministérios, superintendências, autarquias, institutos, empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços de informações, processamento de dados etc. O Estado passou a dispor de organizações, de técnicas e de pessoal (administrativo, burocrático, técnico, político etc) indispensáveis à execução das suas atividades configurando-se "(...) como aparelho estatal que aos poucos vai incorporando o pensamento tecnocrático e científico, para melhor desempenhar as suas funções" (Ianni,1986:13). Entretanto, Anísio tece críticas incisivas sobre a criação de tal aparato.

(...) o caminho para o gigantismo organizativo moderno, com a conseqüente impessoalidade da organização e concentração irresponsável de poder no pequenino grupo de dominantes e mandantes, do vértice da pirâmide. A tirania e irresponsabilidade desse tipo de organização é a mais perfeita das que o homem logrou criar, em sua história, até hoje. Porque não é tirânico apenas o grupo central, dotado de capacidade de decisão, mas cada um dos indivíduos componentes da organização, que, agindo como peça de máquina, tem a implacabilidade e a irredutibilidade do dente da engrenagem. Os tempos modernos, em face disto, estão assistindo a uma fase de absolutismo, que excede tudo que se experimentou em relação ao poder absoluto de reis e sacerdotes, o que não deixa de estar suscitando certas atitudes irônicas de saudade ou mesmo de volta ao regime do poder pessoal. Afinal, um tirano pessoal é melhor do que um tirano gelidamente impessoal (1956 g:3).

Ainda no conjunto das novas características assumidas pelo poder, destaca-se uma efetiva e prolongada hegemonia do Estado através do poder executivo que, na nova estruturação de forças, adquire autonomia, passando a decidir sobre as bases

constitucionais, os recursos financeiros, as condições organizatórias do modelo econômico adotado e até dispor sobre o pessoal especializado para atuação que se fizesse necessária, numa evidente atrofia do poder legislativo.

Ao longo de todo o período de sua composição, o novo Estado capitalista brasileiro deteve uma natureza modernizante que se expressou de forma contraditória: a centralização da vida política e econômica e a disciplina submetida aos fatores produtivos nas mãos de uma ação estatal intervencionista conviviam com um caráter conservador presente no sistema político, a ser constantemente intermediado por fortes ideologias de estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo⁶⁴). Tendo assumido papéis de destaque, essas ideologias de Estado tinham a função de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se em instrumentos de legitimação do amplo projeto da nação.

Nesse contexto contraditório que passa a conviver com os sérios problemas resultantes do rápido crescimento industrial é que se insere a problemática questão educacional do país. Medidas racionais e práticas foram demandadas para solucionar a inadequação do sistema educacional frente à nova ordem econômica e social emergente, mas o Estado acabou não encontrando maneiras de encaminhar a necessária reforma educacional que se colocava como urgente.

A questão educacional, num momento de profundas transformações vividas pelo país, teve em Anísio Teixeira um crítico atento pois ele entendia que o desenvolvimento nos diversos campos (econômico, político, social e cultural) não adviria – apenas - da prática de uma intervenção estatal na economia, mas, sim, de uma intervenção que procedesse às necessárias e prementes reformas no sistema nacional de ensino numa perspectiva de adequação do processo educacional à nova etapa de desenvolvimento econômico. Anísio (1956 g:11) assevera

⁶⁴ Para aprofundamento ver: Draibe (1985);Ianni (1986); Mendonça (1988) e Barreira (1989).

que todas as medidas “racionais” tomadas pelo Estado, com efeito contrário ao desejado, consubstanciaram “(...) o espírito formal e burocrático de uma falsa técnica administrativa, concebida como uma ciência autônoma de organização e de meios, não distinguiu serviços de controle e fiscalização dos serviços de condução de atividades próprias e autônomas como a educação (...) de modo que estes serviços passaram a ser regulados de forma idêntica aos da arrecadação de impostos ou fiscalização da legislação trabalhista”.

Além disso, a despeito do Estado Brasileiro ter atuado no sentido de hegemonizar o capital, dentre as demais forças produtivas (força de trabalho, tecnologia e divisão social do trabalho), sua ação governamental é nula em política de tecnologia, não percebendo a importância econômica de uma necessária política de transferência de tecnologia para as empresas nacionais. Parte dessa estratégia se evidencia no fato de que, ao longo dos anos 1950, “(...) inclusive a política científica e tecnológica de instituições como as universidades eram completamente desligadas da problemática mais imediata da acumulação de capital” (Oliveira, 1977:45-46).

Dessa forma, o período de 1930 a 1961 marca o processo de amadurecimento de um capitalismo que se desenvolve ao longo de duas etapas de industrialização que apresentam políticas de Estado distintas: de 1933 a 1955, ocorreu uma acumulação de capital que passou a se assentar numa efetiva expansão industrial, ainda que pautada num contexto econômico restritivo devido às pressões das políticas da economia agroexportadora; já de 1956 a 1961, constatou-se o desenvolvimento de uma industrialização “pesada”, com crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo.

2.3 A ação governamental

A ação governamental merece uma análise especial por ensejar a possibilidade de compreensão dos mecanismos

acionados pelo poder público no que concerne às tendências e estratégias de desenvolvimento e a influência exercida por tais estratégias na estruturação da burocracia estatal e, conseqüentemente, na administração pública.

A estruturação da burocracia estatal tem um papel proeminente por favorecer uma abordagem que privilegie o processo de criação de órgãos – em suas diferentes modalidades e diferentes graus de autonomia - dentro do aparelho do Estado que visam à consecução dos projetos oriundos dessa instância. A análise dessa ação possibilita, também, um olhar sobre a criação da própria CAPES e um levantamento do papel atribuído à Campanha, ao menos no que se refere aos valores proclamados, através da leitura das mensagens presidenciais⁶⁵.

Vale ressaltar que esta dissertação não comportaria um estudo tão complexo e tão vasto que pretendesse trabalhar com todas as questões do campo econômico que foram o cerne de medidas que ecoaram em todos os outros campos. Desejo, apenas, assinalar alguns pontos que percebo reveladores de um contexto histórico da política econômica governamental brasileira e de suas instituições, tendo como ponto de partida o segundo governo Vargas (1951-1954).

Acompanho o pensamento de Ianni (1986:307) ao considerar que a política econômica brasileira desde 1930:

(...) oscilou entre duas tendências principais. Uma dessas tendências, que pode ser denominada estratégia de desenvolvimento nacionalista, predominou nos anos 1930-1945, 1951-1954 e 1961-1964. Ela continha, como pressuposto implícito, o projeto de um

⁶⁵É uma mensagem, anualmente, dirigida ao Congresso Nacional pelo Presidente da República assinalando a abertura da sessão legislativa. A mensagem apresenta ao legislativo as metas e programas do poder executivo nos diversos campos de atuação. Para este trabalho a educação será o único campo abordado. Vale, ainda, ressaltar que três editoriais do Boletim Informativo CAPES tiveram como tema as mensagens presidenciais: n. 79 (junho, 1959, governo Juscelino Kubitschek); n. 100 (março, 1961, governo Jânio Quadros) e n. 125 (abril, 1963, governo João Goulart).

capitalismo nacional, como uma única alternativa para o progresso econômico e social (...). A outra, que pode ser chamada estratégia de desenvolvimento associado, predominou nos anos 1946-1950, 1955-1960 e desde 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um capitalismo associado como uma única alternativa para o progresso econômico e social.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954)⁶⁶ teve como desafio a defesa de um programa de industrialização voltado para a criação e para o fomento de um capitalismo de cunho nacionalista, autônomo e sob controle nacional, cabendo ao Estado o papel estratégico, fundamental e ativo, apoiado numa função mediadora de caráter interno, entre as classes sociais, e externo, do país com os centros decisórios do capitalismo mundial. Assim, desenvolvimentismo e nacionalismo se entrelaçaram, pois o primeiro, no entender de Pécaut (1990:100), “(...) trata-se, sem dúvida, de uma forma de teorizar a industrialização que se uniu ao nacionalismo ao propor que essa teorização, porém, era inseparável de uma mera política emancipadora, segundo a qual a cidadania política deveria ampliar-se à medida que a modernização econômica promovesse a independência nacional (...)”.

O desenvolvimentismo de cunho nacionalista⁶⁷ deu sustentação a uma concepção de gestão do poder e de relacionamento com a sociedade civil: o populismo. Assim, foi articulado o eixo de um nacional-populismo que, apesar cisões e discordâncias marcou todo o segundo governo Vargas, ocasionando algumas oscilações na orientação política do governo – pois não era uma proposta hegemônica - mas acabou se impondo como orientação político-econômica dominante. Tal

⁶⁶ Para uma análise aprofundada das medidas econômicas equivocadas do segundo governo de Getúlio Vargas ver: Prado Júnior, 2000. Especificamente, páginas 307 a 314.

⁶⁷ Sobre nacionalismo e desenvolvimentismo ver: Draibe (1985); Ianni (1986); Barreira (1989) e Pécaut (1990).

situação originou um profundo debate sobre a questão do nacionalismo e seus diferentes matizes que se exacerbou nos governos posteriores.

A orientação desenvolvimentista-nacionalista de caráter populista determinou a necessidade de implementação de um programa de modernização proposto pelo Estado que tornou evidente a inadequação do aparelho estatal face às tarefas relacionadas com o projeto industrializante. Essa questão, apesar de ter sido enfrentada, não foi resolvida por Vargas. Segundo o presidente, dentre as deficiências identificadas na estrutura administrativa destacou-se seu alto grau de irracionalidade, que expressava um total desaparelhamento frente às novas funções econômicas e sociais, que passariam à atuação do Estado.

Para a elaboração e a concretização de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico, diante das necessidades de aparelhamento do Estado, são criados, em 1951, diversos órgãos setoriais de atuação nacional: a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes e a Comissão Nacional de Bem-Estar. Nesse mesmo período, somam-se a essas Comissões, outras de atuação específica, além de outros órgãos e agências, totalizando 22 instituições estatais, incluindo a criação da CAPES⁶⁸, da Petrobrás, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), entre outras.

Por se tratarem de órgãos setoriais, essas Comissões eram subordinadas à Presidência da República (poder executivo) funcionando através de um presidente, de representantes tanto dos ministérios quanto de representantes do setor privado (indústria, comércio, agricultura). Tratava-se de uma nova gestão estatal que apresentava um padrão inédito de atuação do Estado: a empresa pública voltada para estudos e pesquisas e para a

⁶⁸ A CAPES foi uma das primeiras do gênero em países tidos como periféricos no plano internacional.

vinculação setorial do empresariado a projetos nodais de desenvolvimento, evidenciando um modo distinto de inserção dos interesses privados nas estruturas do Estado.

A Mensagem Presidencial de 1951 explicitou as relações entre desenvolvimento econômico e educação ao colocar em evidência que “(...) num país de grandes desníveis sociais e econômicos, como o nosso, um dos mais fecundos investimentos para a elevação de nossa riqueza e, em consequência, de nosso padrão de vida, é a educação de massas (p.199).⁶⁹ A mensagem evidencia a preocupação em viabilizar o crescimento educacional para possibilitar o crescimento econômico.

Dando prosseguimento às mudanças no reaparelhamento estatal, em 1952, Vargas anuncia oficialmente uma reforma administrativa radical, que em muito expressa o que já vinha sendo encaminhado. Tratava-se de uma reforma centrada em três pontos: gestão de um sistema duplo de coordenação, transformação do sistema de distribuição e redistribuição dos fundos públicos e um conjunto de medidas envolvendo o importante desmembramento de órgãos e ministérios.

O sistema duplo de coordenação conjugava um sistema direto através das comissões interministeriais e outro indireto através da coordenação de todos os projetos e atividades por meio de um Conselho de Planejamento e Coordenação, a ser constituído junto à Presidência. A função desse sistema era descentralizar a administração, amparando-a com um mecanismo de coordenação que garantiria o controle, a unidade e a harmonia da ação governamental. Tendo sido em parte adotado por Vargas, o sistema duplo de coordenação evidencia pontos em comum com a estratégia política de administração paralela amplamente adotada, posteriormente, por Juscelino Kubistchek.

O outro sistema proposto envolvia a distribuição e redistribuição dos fundos que no entender de Draibe (1985:227)

⁶⁹ Todos os fragmentos relativos às Mensagens Presidenciais foram retirados do livro *A educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986)* editado pelo INEP em 1987.

“(…) apoiava-se em experiências de movimentação de dinheiro que os ministérios militares ou certas campanhas nacionais já faziam, propondo generalizá-las para toda a administração”. Além de estratégias políticas poderosas na simplificação de procedimentos contábeis e orçamentários frente ao Tribunal de Contas da União, esses mecanismos acabavam despertando a participação e mobilização das massas atuando enquanto instrumental da ideologia estatal vigente. Nesse sentido, vale assinalar a adoção que Vargas faz do termo “campanha” para cunhar a CAPES.

Dois outros aspectos têm papel fundamental na ação governamental implementada por Vargas: a ideologia e a prática do planejamento, incorporadas pelo poder público como componentes cada vez mais necessários ao Estado num movimento de progressiva racionalização da política econômica governamental, trazendo como consequência a valorização do “técnico” e a formação de uma “tecnocracia”. Assim, nesse complexo circuito os técnicos da Assessoria Econômica da Presidência, órgão da administração direta, tinha por objetivos “(…) conceber projetos, levá-los ao Presidente e uma vez aprovados por este, eram eles apresentados aos ministros das pastas respectivas, que lhes assumiam a paternidade e os tocavam em frente” (Córdova, 1998:30).

A CAPES mereceu, assim, um espaço privilegiado na Mensagem Presidencial de 1952 que observou que o órgão foi criado “(…) com a finalidade de suprir as deficiências graves do nosso equipamento técnico e científico”. Segue a mensagem estabelecendo a ligação entre o processo de industrialização e a educação ao asseverar que “(…) o desenvolvimento do país, a feição industrial moderna que vem rapidamente adquirindo, e os problemas de organização que daí decorrem, estão a exigir um rendimento correspondente do pessoal de nível superior”. O texto presidencial acrescentou a necessidade de “(…) um levantamento das necessidades do país, em matéria de pessoal especializado (...) será feito o inventário dos recursos profissionais existentes (...)

nossas necessidades, em recursos humanos, no campo da técnica e da ciência (...)"'. Na conclusão da mensagem foi colocada em evidência que "(...) a política educacional do governo procura assim prestigiar o trabalho universitário e o da alta especialização" (p. 210-211)⁷⁰.

O governo Vargas alcançou parcos resultados se comparados às suas ambições originais, principalmente no que se refere ao aparelho de Estado e às políticas gerais pretendidas. Mas, em se tratando dos resultados alcançados pela CAPES, seria incorreto fazer tal afirmação; mesmo que não tenha sido "oficialmente" criada como Campanha e tenha funcionado durante dez anos "submetida" a uma Comissão concebida para sua criação⁷¹, a CAPES teve o seu papel e os seus objetivos gradualmente construídos ao longo desses dez anos. Assim, a CAPES constituiu-se numa instituição que, a despeito de apresentar uma existência indefinida (tendo uma confusa forma de encaminhamento institucional), deteve um elevado grau de atuação e de influência em importantes desdobramentos relacionados ao fomento da pós-graduação no Brasil.

A CAPES recebeu destaque no que concerne às mensagens presidenciais do governo Vargas, pela última vez, no ano de 1953. A mensagem destacou os objetivos da CAPES e as suas primeiras realizações. Quanto ao objetivo do governo em relação ao ensino superior o texto ressaltou que era necessário "(...) dar-lhe um cunho mais funcional, isto é, orientá-lo para preparar, antes de tudo, os quadros de que carece a economia brasileira, ao invés de formar, sem plano algum, especialistas sempre úteis, mas nem sempre os mais úteis, dentro de uma escala de prioridade de necessidades de

⁷⁰ As ideias contidas na mensagem evidenciam a proximidade com o pensamento de Anísio que retratei no tópico "Do pensamento à ação: um outro olhar sobre as origens da CAPES" – item 1 deste capítulo.

⁷¹ Entendo que, tendo como base as entrevistas de Almir de Castro e Celso Barroso Leite, houve uma inversão no que foi preconizado na legislação que definiu a organização da Comissão para a criação da Campanha. Este aspecto será aprofundado na análise da legislação que cria a CAPES.

crescimento do país” (p.222-223). O caráter funcional e a urgência de especialistas, se comparado à mensagem do ano anterior, ficaram mais explícitos. Tal aspecto ilustra a necessidade de eliminar o descompasso existente entre o desenvolvimento econômico nacional e o sistema educacional brasileiro.

A queda do governo Vargas em 1954, fruto de um complexo quadro político e econômico repleto de contradições, ocasionou a assunção de Café Filho ao poder. Cabe observar que sucedendo a um governo deposto por pressões de grupos contrários à política de cunho nacionalista-populista anteriormente implementada. Dentre estes, é necessário incluir as forças armadas, especialmente, o exército.

O governo Café Filho criou em 1955 – numa postura no mínimo surpreendente - o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁷² pois, segundo Pécaut (1990:107), “(...) o ISEB alcançou uma tal projeção nos meios intelectuais que se tornou o símbolo da síntese nacional-desenvolvimentista antes de tornar-se o símbolo da síntese nacional-populista e, depois, da síntese nacional-marxista”. De todas as formas, uma flagrante contradição em relação aos objetivos políticos das forças que pressionaram e derrubaram o governo Vargas. Apesar de sua interinidade, o governo Café Filho na Mensagem Presidencial de 1955 destacou a contribuição “(...) da CAPES na realização de cursos de aperfeiçoamento pós-graduado ou de formação especializada” (p.246) e as atividades empreendidas pela Comissão no ano anterior.

Após as breves gestões de Carlos Luz e Nereu Ramos, as eleições presidenciais apontaram a vitória de Juscelino Kubistchek. Grande parte dos aspectos marcantes do governo Kubistchek estão relacionados com um determinado momento econômico mundial, expresso na fase final de constituição da divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a concretização

⁷² Mais detalhes sobre o ISEB ver: A verdade sobre o ISEB de Nelson Werneck Sodré, editora Avenir,1978.

de um patamar mais avançado do processo de industrialização se apoia na integração da economia nacional e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho do pós-guerra, ao longo dos anos 1950.

No âmbito das políticas econômicas adotadas, a diferença do governo Kubistchek em relação ao segundo governo Vargas é a constatação de uma transição (casual ou deliberada) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional “(...) para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente ou associado” (Ianni, 1971:159). Mais uma vez, ao longo de todo esse processo que marca a segunda metade dos anos 1950, o Estado teve uma atuação direta.

Paralelamente, em se tratando dos aspectos endógenos, o país e a sociedade brasileira começavam a assimilar positivamente uma prática governamental pautada numa política econômica planejada, encaminhada anteriormente pelo governo Vargas; a acumulação das experiências anteriores, a sedimentação do debate técnico e político envolvendo temáticas como desenvolvimento, industrialização, economia nacional, planejamento, emancipação econômica etc. haviam preparado os grupos políticos e econômicos dominantes para aceitar e levar adiante a política econômica governamental.

Nesse contexto, a iniciativa estatal concretizou o Plano de Metas que no entender de Benevides (1976:210) havia incorporado “(...) aspectos de planos anteriores, e principalmente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁷³ (...) e do grupo CEPAL-BNDE (...) de maneira mais ampla e sistemática, o Programa de Metas consistia no planejamento de 31 metas distribuídas em seis grandes grupos (...): energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação(meta 30) e construção de Brasília, a meta síntese”.

O Plano de Metas apontou um direcionamento que almejava transformar a estrutura econômica do país pela criação da

⁷³ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos teve um representante na comissão organizadora da CAPES no período de 1951 a 1960.

indústria de base, assim como reformular as condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. Cardoso (1978:173) assinala que “A deterioração das relações de troca faz, assim, com que aumente a importância do capital externo para o crescimento econômico. Diante disso, o governo se dedica a estimular a criação de condições que tornem atraente o investimento estrangeiro no país (...)”. Entendo que esse novo rumo político marcou o momento final do processo de industrialização brasileira.

Articulada ao Plano de Metas, a administração de Kubistchek, além de assimilar os instrumentos e aparelhos de política e regulação econômica herdados do segundo governo Vargas, acabou criando novas formas de articulação política, tendo em vista elevar a coordenação e o controle dos investimentos públicos (Conselho de Desenvolvimento e o próprio Plano de Metas) e dos investimentos privados (Grupos Executivos). Dentro dessa nova dinâmica, três aspectos expressam a essência da administração Kubistchek.

O primeiro aspecto referiu-se ao sucesso da articulação estabelecida entre os nexos de interesse, expressa num tripé constituído pelo Estado, pelo capital estrangeiro e pelo empresariado nacional, voltados para a criação de uma estrutura industrial mais avançada e integrada à nova divisão internacional do trabalho. Encaminhada pelo núcleo político do governo, essa estratégia, que tinha no “desenvolvimentismo” sua expressão ideológica e política, atuava de forma a minimizar as possíveis resistências através da negociação de interesses.

O segundo aspecto se expressou na concepção e concretização de uma estrutura de poder informal, paralela, eficiente e vinculada diretamente à Presidência, cujo “(...) caráter não-institucionalizado e provisório permitiu circundar as velhas resistências ideológicas à criação de uma instância superior de planejamento, de coordenação do gasto e do investimento público e, ademais superar os entraves impostos por segmentos burocráticos tradicionais” (Draibe, 1982:245). A CAPES estava incluída nessa modalidade administrativa que expressou um

aperfeiçoamento do “sistema duplo de coordenação” introduzido no segundo governo Vargas.

A “administração paralela” representou a resposta do governo Kubistchek à necessidade de uma eficácia gerencial na emperrada burocracia estatal e propiciou o surgimento de um olhar privilegiado para os órgãos que já eram considerados eficientes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); e mais os novos órgãos criados como os Grupos Executivos, os Grupos de Trabalho e o Conselho de Política Aduaneira (CPA).

Benevides (1976:224) assevera que “(...) a administração paralela era, portanto, um esquema racional, dentro da lógica do sistema – evitando o imobilismo do sistema sem ter que contestá-lo radicalmente – uma vez que os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto que os antigos continuavam a corresponder aos interesses da política de clientela ainda vigente(...)”. Constituindo-se uma expressão dessa “administração paralela”, o próprio Plano de Metas jamais teria se concretizado se tivesse que passar pelos tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados por intermináveis negociações.

E, finalmente, o terceiro aspecto sinaliza uma opção de política estatal centrada em soluções de conveniência, sem restrições quanto a encaminhamentos marginais; o objetivo maior da ação governamental era conseguir encaminhar o avanço do grau de coordenação e o esforço de investimento público, sem que se necessitasse recorrer a uma reforma administrativa, fiscal e financeira de profundidade no país, possíveis expressões dos futuros impasses que culminaram na crise de 1964.

Dentre as constatações possíveis sobre o tipo de ação governamental adotada por Kubistchek, frente às políticas sociais, tais como saúde e educação, permanecem sendo gestadas e implementadas num processo semelhante ao governo anterior. Nesse contexto, a CAPES surge como uma dupla exceção;

primeiro, por se adequar sem grandes transformações à nova ação governamental, dentro da mesma linha de sua criação - uma existência não-institucionalizada que a situa no âmbito estratégico da administração paralela. E em segundo, por ter sua continuidade garantida a despeito de se constituir num órgão de natureza educacional, o que em parte pode ser explicado através do seu papel no encaminhamento de um necessário aperfeiçoamento e capacitação de funcionários oriundos tanto da burocracia estatal quanto da privada, a ser confirmado pela sua denominação de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A CAPES, nas mensagens presidenciais do governo Kubistchek, apareceu pela primeira vez em 1957. Nessa, foram relacionadas as atividades desenvolvidas no ano anterior, sinalizando os cinco anos de existência da CAPES situando a mesma no rol das atitudes tomadas pelo governo para "(...) suprir a deficiência de nossas escolas superiores, em face das exigências do crescimento social e econômico do país (...)". A mensagem, assim, repete formulações de outros governos no que concerne à relação economia e educação, mas merece destaque pelo trecho que asseverava que a CAPES (naquele momento) estava "(...) significando, praticamente o primeiro passo no sentido de uma necessária reforma" (p.275). As Mensagens Presidenciais de 1958, 1959 e 1960 apenas destacaram os objetivos da CAPES e a notícia do prosseguimento de suas atividades.

O percurso histórico desenvolvido mostrou que no período após a II Guerra, 1945 até o início da década de 1960, ocorreu a continuidade do modelo de substituição de importações numa perspectiva de aceleração e complexificação. Tal perspectiva foi sustentada pelo modelo de Estado Nacional-Desenvolvimentista e apoiado pela união da burguesia nacional e do operariado na luta pela implantação e controle do processo de industrialização, num período que assistiu ao surgimento de um outro ator na trama econômica: o capital estrangeiro.

O governo de Juscelino Kubitschek, 1956-1961, num reflexo das consequências do fortalecimento do capital estrangeiro, no plano político fomentou o nacionalismo e no plano econômico desnacionalizou o processo de industrialização. A política governamental, mediante posições tão antagônicas, acelerou a entrada no país das grandes empresas internacionais visto que as indústrias de consumo durável, que faltavam para completar o processo de substituição de importações, requeriam um alto investimento para a sua implantação. Dessa forma, o capital estrangeiro passou a dominar o panorama econômico brasileiro.

Portanto, findo o período fácil desse modelo de substituição emergem as contradições que permearam os governos de Jânio Quadros e de João Goulart⁷⁴ - antes contornadas pelo denominador comum da meta da industrialização - mas que nesse momento, já esta consolidada, se mostraram irreconciliáveis:

(...) assim, enquanto para a burguesia e para as classes médias a industrialização era um fim em si mesma, para o operariado e as forças de esquerda ela era apenas uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia busca consolidar seu poder, as forças de esquerda levantam nova bandeira: trata-se da nacionalização das empresas estrangeiras, controle de remessas de lucros, de dividendos e as reformas de base (reformas tributária, financeira, agrária, educacional, etc.). Tais objetivos eram uma decorrência da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista que, entretanto, entram em conflito com o modelo econômico vigente. Daí a alternativa: ajustar a ideologia política ao modelo econômico ou vice-versa. A revolução de 1964 resolveu o conflito em termos da primeira opção (Saviani, 1991:143).

A citação corporifica a complexidade do momento histórico vivido e permite afirmar que a opção de ajustamento da ideologia

⁷⁴ Em ambos os governos as Mensagens Presidenciais não se referem diretamente à CAPES. Vale, apenas, ressaltar que a Mensagem Presidencial de 1963, governo João Goulart, apresentou a proposta de “Realização de um Programa Especial de Aperfeiçoamento em Nível Pós-graduado para o pessoal docente das escolas de engenharia e de medicina, bem como para a especialização no campo da educação, da ciência, das letras e das artes (...)” (p.364).

política ao modelo econômico - não obstante graves desdobramentos em todos os campos - trouxe sérias consequências à educação, atingindo a própria CAPES, pois a ruptura política, ou seja, a instauração da ditadura pelo golpe civil-militar de 1964, impõe o fim da gestão de Anísio Teixeira frente à Campanha. Ocorre para Trigueiro (1983:51) o silenciamento do discurso da educação como a operação da substituição da “*ratio* política” pela “*ratio* técnica” e a oposição da ideia de “eficiência” à de “participação”. A posição aventada propicia a reflexão de quão próximas da neutralidade tentaram se colocar tais substituições e, por conseguinte, o quanto supervalorizaram a contraposição dos binômios técnica/eficiência e política/participação.

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO E A DINÂMICA INTERNA DA CAPES: A REDE EM ESTRUTURAÇÃO

A CAPES foi um órgão muito especial criado no tempo de Simões Filho e confiado a Anísio Teixeira, que era um dos poucos homens no Brasil dotados de imaginação. Ele fez renascer, como um catalizador de coisas, como um incentivador, um estímulo para a universidade, fazendo com que a universidade iniciasse trabalhos, rumos e caminhos que não tinham sido trilhados. (Almir e Castro⁷⁵ – Acervo de depoimentos sobre a História da Ciência no Brasil – FINEP/CPDOC, 1977, p. 4)

1. Os Decretos 29.741 de 1951 e 50.737 de 1961: a legislação que ‘instituiu’ e ‘consolidou’ a CAPES

Após a contextualização histórica do momento de gestação da CAPES, uma breve análise da legislação que institui a Comissão (Decreto 29.741) e da legislação que consolida⁷⁶ a Campanha (Decreto 50.737) aparece como um espaço privilegiado por possibilitar uma reflexão sobre os objetivos, as metas e os

⁷⁵ Almir de Castro trabalhou com Anísio Teixeira no período de 1954 a 1964 como Diretor de Programas da CAPES e foi vice-reitor da Universidade de Brasília no curto período em que Anísio foi reitor. Mais informações sobre Almir e Castro, além da entrevista citada na epígrafe ver: Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da saúde pública no Brasil, 1993-1994. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1993.

⁷⁶ Consolidação entendida como uma ratificação, no campo da legislação, da dinâmica e os objetivos já observados e seguidos na prática cotidiana da CAPES,

desafios propostos e ensejar, mesmo de forma indireta, a compreensão sobre a imbricação desses objetivos e metas com as políticas públicas implementadas nos anos 1950, conforme o abordado na última parte do capítulo II que teve como um dos pontos centrais a ação governamental.

Cabe observar que os documentos “legais” estão sendo utilizados numa perspectiva relacional e não unilateral. Utilizo a legislação para auxiliar o entendimento do que foi proposto à instituição no plano dos valores proclamados. Entendo, pois, que a análise dos documentos apenas possibilita uma reflexão que não deve ignorar a participação dos diversos atores e os diferentes interesses em pauta – fatos inerentes a qualquer instituição. Assim, reforço a postura frente ao arcabouço legal, conforme explicitado na Introdução deste trabalho.

A CAPES foi instituída pelo Decreto n. 29.741 de 11 de julho de 1951⁷⁷. O referido Decreto “(...) institui uma Comissão⁷⁸ para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior”. Anísio Teixeira foi convidado pelo Ministro da Educação e Saúde, à época, Ernesto Simões Filho, e assumiu o cargo de Secretário Geral da Comissão que tinha seis meses como prazo para a instalação da Campanha – prazo, posteriormente, dilatado para um ano pelo Decreto 30.286⁷⁹.

Assim, em termos legais a CAPES nasce “(...) como uma Comissão sob a presidência do Ministro da Educação e da Saúde, tendo um Secretário Geral e contando com representantes das seguintes instituições públicas e privadas: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁸⁰, Conselho

⁷⁷ Decreto na íntegra ver: Anexos (n. 06).

⁷⁸ Comissão que foi designada somente em 16 de novembro de 1951, portanto quatro meses após a sua instituição.

⁷⁹ Ver: Anexos (n. 10).

⁸⁰ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos a partir de setembro de 1960 não teve mais representação na CAPES (Boletim Informativo CAPES, n. 94).

Nacional de Pesquisas (CNPq), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e um representante do Ministério de Educação e Saúde”.

Anísio Teixeira em entrevista extraída da publicação CAPES: documentos iniciais (1952:12), após as primeiras reuniões da Comissão, afirmou que a composição da mesma é digna de nota. Acrescentou no que concerne à formação da Comissão que “(...) trata-se de representantes de organizações propostas à coordenação de grandes atividades nacionais como o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio, de outras especializadas em setores vitais do desenvolvimento econômico e técnico do país, como a Comissão Nacional de Assistência Técnica, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Banco do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas e, por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que”, segundo Anísio, seria “(...) de algum modo, o órgão de visão do Brasil”.

No mesmo texto, Anísio afirma quanto aos objetivos de criação da Comissão que a mesma “(...foi constituída com o propósito de levar a manifestar-se sôbre o problema do nosso desajustamento profissional, técnico e científico, aquêles que se encontram do outro lado do processo de formação de nível superior, no país, isto é, do lado do emprêgo e da utilização do nosso capital técnico e profissional”. A Comissão funcionou como um espaço de discussão sobre questões atinentes ao desenvolvimento econômico, colocando frente a frente os diversos órgãos que tinham influência nessa área e que pertenciam à instância governamental e à instância privada.

A análise das palavras de Anísio propiciaram uma sustentação para os critérios que orientaram a escolha das instituições para a composição da Comissão. Entendo, assim, que a constituição da comissão foi um reflexo da política desenvolvimentista, ou seja, do conseqüente modelo de

industrialização implantado no país e reforçou, ainda, a postura assumida nas Mensagens Presidenciais – conforme estudado no capítulo II - que enfatizavam a relação economia e educação, evidenciando a necessidade da formação de quadros de nível superior para suprir as lacunas determinadas por um novo ritmo de crescimento econômico.

A Comissão teve na sua composição⁸¹ instituições diretamente ligadas à burocracia estatal, instituições públicas e privadas da área econômica, comissões que estabeleciam acordos de caráter internacional nas áreas técnica e científica e confederações que representavam a indústria e o comércio. A diversidade dessa composição é consequência da diversidade dos interesses políticos e econômicos em disputa em todos os campos.

O resgate desses embates desvela a dinâmica institucional que, diferentemente do entendimento proposto pelo senso comum, não “navegou” num mar de consensos e concordâncias, mas num processo de intensas discussões e de busca de hegemonia que vão se consubstanciar na organização e na prática da própria instituição.

No entender de Córdova (1986:17) “(...) a ideia inspiradora da Campanha é nitidamente a dos cientistas que lutavam, desde os anos 20, pelo seu espaço na Universidade. Mas durante os debates da Comissão encarregada de programar a Campanha, tornaram-se fortes as divergências entre estes⁸² e os “pragmáticos”, apoiados pelos representantes das confederações empresariais”. Tal disputa determina o embate de duas visões quanto ao papel do Estado face ao processo de desenvolvimento industrial. Os “pragmáticos” tinham a sua atenção voltada para a falta de técnicos para atender ao plano governamental de reequipamento nacional e os “políticos” enxergaram na CAPES o ponto de partida para uma reforma global da universidade, ampliando as

⁸¹Mais detalhes sobre as instituições que compunham a Comissão ver: Alzira Abreu *et al* no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro publicado pela FGV/CPDOC.

⁸² Que denomino grupo dos políticos.

suas condições de trabalho e, assim, possibilitando um avanço científico mais lento porém mais constante, menos casuístico e mais duradouro.

Assim, a atuação de Anísio neste longo processo de organização da Campanha foi pautada pela mediação, devido à presença desses dois grupos antagônicos no centro de decisões: o grupo dos "pragmáticos" clamava por reformas mais imediatas e qualificação profissional e o grupo dos "políticos" postulava objetivos de médio e longo prazo e tinha uma preocupação quanto à produção científica nacional. Assim, "(...) as diretrizes da CAPES nasceram de um compromisso entre essas duas tendências" (Mendonça, 1999:3). Esse compromisso gerou, segundo Córdova (1986:17), uma dinâmica de trabalho em que "(...) não se esperaria um estudo completo da situação, em favor de ações mais "objetivas" e rápidas, tampouco se dirigiria a formação apenas para campos científicos, mas para pessoal de nível superior em geral, incluindo profissionais "altamente especializados"(...). Uma situação complexa que, segundo Córdova, a administração de Anísio soube equilibrar e superar.

Antes de adentrarmos numa análise do decreto "instituidor" da CAPES (29.741) e do Decreto "consolidador" (50.737), penso ser interessante o conhecimento dos nomes dos primeiros representantes na Comissão e dos que exerceram as funções na Campanha. Passo a utilizar as informações constantes do Boletim Informativo CAPES n.1 de dezembro de 1952 que de forma precisa faz a distinção entre a Campanha e a Comissão.

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR⁸³ - Presidente: Ernesto Simões Filho, Secretário Geral:

⁸³ Curiosamente, o Boletim Informativo CAPES, n. 26, janeiro de 1955, na página 4, trouxe em um dos seus quadros informativos a indicação de Ernani Paiva Ferreira Braga para representar o Ministério da Saúde na CAPES. Vale ressaltar que tal notícia não se concretizou na prática, visto que o referido ministério só teve assento na Comissão enquanto existia a fusão com o Ministério da Educação.

Anísio Teixeira, Membros⁸⁴: Beatriz Marques de Souza Warlich (DASP); Ernesto de Oliveira Júnior (Comissão Nacional de Assistência Técnica); Glicon de Paiva Teixeira (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos); Otávio Augusto Lins Martins (CNPq); Joaquim Faria Góes Filho (Confederação Nacional da Indústria); Francisco Gama Lima Filho (Confederação Nacional do Comércio); Aldo Batista Franco (Banco do Brasil); Luís Narciso Alves de Matos (Fundação Getúlio Vargas) e Lourival Câmara (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR⁸⁵ - Secretário Geral: Anísio Teixeira e Diretor Executivo: Armando Hildebrando.

O Decreto 29.741 no que concerne aos objetivos propunha “(...) assegurar a existência de pessoal especializado (...) e oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, oportunidade de aperfeiçoamento (art.2º)”. A consecução de tais objetivos implicava “(...) promover o estudo das necessidades do País em matéria de pessoal especializado (...) mobilizar, em cooperação com instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no País para oferecer oportunidades de treinamento (...) a realização de programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer as necessidades de treinamento (...) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados (art.3º)”⁸⁶. As atividades da Campanha exigiram “(...)um fundo especial para custeio (...) constituído por contribuições de entidades públicas e privadas; donativos, contribuições e legados de particulares (...)”, além do previsto no

⁸⁴ O Boletim Informativo CAPES, n. 3, fevereiro de 1953, apresentou Anísio Teixeira como membro da Comissão, representando o Ministério da Educação e Saúde.

⁸⁵ A partir do Boletim Informativo CAPES, n.19, junho de 1954, a Campanha passou a ter uma Diretoria de Programas (cargo ocupado por Almir e Castro). A Diretoria de Programas absorveu a Diretoria Executiva em 1955, conforme o Boletim Informativo CAPES, n.27.

⁸⁶ Os grifos são meus.

orçamento das diferentes esferas do poder público e rendas oriundas dos serviços prestados pela própria CAPES (art. 4º).

A síntese do Decreto evidencia a preocupação com a especialização, aperfeiçoamento, treinamento e expansão dos centros que poderiam ensejar tais atividades e, também, a escola pós-graduada como uma das necessidades para o desenvolvimento nacional. Assim, a pós-graduação tem um destacado papel nas medidas que deveriam ser promovidas, prioritariamente, pela Comissão.

Quanto aos recursos financeiros para a realização dessas medidas - apesar de todas as possibilidades aventadas pelo texto legal - a CAPES sempre teve um orçamento aquém das suas reais necessidades, fato constatado pelo exame dos balanços apresentados nos Relatórios de Atividades. A ausência de verbas suficientes gerou uma dificuldade de implementar as políticas idealizadas e, conseqüentemente, tornou ainda mais complexa a missão da CAPES num momento histórico e econômico que exigia respostas rápidas e eficientes às novas demandas criadas.

O Decreto 50.737 de 1961⁸⁷, que entendo como um momento de consolidação “legal”, subordinou a CAPES “(...) diretamente à Presidência da República” (art.1º). Quanto a essa situação, considero interessante mencionar que o Boletim Informativo CAPES n. 106, p.2, de setembro de 1961, trouxe na íntegra o referido Decreto e o seguinte texto introdutório: “Em virtude do Decreto 50.737, de 7 de junho, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que estava subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, foi novamente ligada à Presidência da República”. O termo “novamente”, certamente, é uma referência ao momento inicial da CAPES que – enquanto aguardava uma ligação oficial com o INEP, instituição escolhida pela própria CAPES para seu órgão executor – teve as decisões iniciais tomadas no âmbito do gabinete da Presidência da República.

⁸⁷ Decreto na íntegra ver: Anexos (n. 08).

A defesa da posição aventada torna-se sustentável face ao trecho de um documento de 1951 que Anísio endereçou ao Ministro da Educação e que se referia à execução orçamentária da CAPES. Anísio afirmava que “(...) para a sua execução o decreto 29.741 prevê a constituição de um órgão especial, que seria proposto ao Presidente da República (...) conta, entretanto, o Ministério da Educação com um órgão de estudo – o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – que, com o auxílio da Comissão, podia encarregar-se dessa execução, dentro do espírito com que foi criado e com os recursos legais de que dispõe, recursos destinados especificamente a “Campanhas Extraordinárias” de Educação” (AT TEIXEIRA pi 51/52.00.00, p. 6-7).

Além de apontar o INEP como órgão de execução orçamentária, ainda inseriu a CAPES no rol das Campanhas Extraordinárias da Presidência da República⁸⁸. Evidentemente, houve um espaço temporal entre a sugestão e a concretização, fazendo com que a CAPES ficasse subordinada diretamente ao gabinete presidencial. Fato corroborado pela análise do documento AT Teixeira t 52/00.64 que versa sobre o INEP e os tipos de suas Campanhas: “(...) as que são geridas pelos serviços administrativos do INEP e as descentralizadas com administração autônoma”. Considero o segundo tipo aquele que abrigou a CAPES.

Vale ressaltar que, acompanhando o raciocínio de Córdova (1998:30), “(...) no ano de 1954, considerando-se vencida a etapa preliminar, a mesma Comissão, buscando atender ao artigo 7º⁸⁹ do decreto fundador (a que chamo de decreto instituidor), encaminha ao Ministro (da Educação), Cândido Mota Filho, uma exposição de motivos com a proposta de criação de uma Fundação que daria à Campanha uma estrutura definitiva”⁹⁰.

⁸⁸ A exposição de motivos nº 757 de 30 de junho de 1952 deu oficialmente à CAPES o status de Campanha Extraordinária.

⁸⁹ O art. 7º do decreto 29.741 de 1951 incumbiu a Comissão de propor a forma organizacional que sustentaria os projetos da CAPES.

⁹⁰ Tal opção só se concretizou trinta e oito anos depois, mas completamente dissonante em relação aos objetivos originalmente implícitos e explícitos nessa

O Decreto 50.737 colocou, ainda, como primeiro propósito da CAPES “(...) o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisas dos centros universitários brasileiros, visando a uma melhor formação dos quadros profissionais de nível superior do país (...)”. Assim, a proposta de melhoria do trabalho nos centros universitários correspondeu a um objetivo que, desde os primeiros passos, sempre expressou uma preocupação da CAPES, do grupo dos “políticos” do qual fazia parte o próprio Anísio – apesar de não ser destaque no Decreto “instituidor” – que apresenta relação com a formação de docentes, um ponto explorado no Capítulo I desta pesquisa.

O raciocínio de Anísio (CAPES: documentos iniciais, 1952:23) quanto à necessidade de oxigenação e de um esforço qualitativo no que tange às universidades brasileiras e o envio de graduados para a especialização no exterior apontava que “(...) por este modo, não somente se viria a concorrer para o aperfeiçoamento do ensino superior, mas, em verdade, também para ampliá-lo pois a solução importa em articular o ensino superior nacional com as universidades e centros de estudos superiores do estrangeiro”. Uma estratégia de articulação com os grandes centros culturais e a irradiação do saber oriundo de tais fontes.

Outro ponto que merece ser ressaltado foi a extinção da Comissão. O seu lugar foi ocupado por um Conselho Consultivo que tinha a função de “(...) apreciar o relatório das atividades e a prestação de contas do exercício anterior e aprovar os planos anuais de trabalho (art. 3º)”. O Conselho Consultivo, com pelo menos duas reuniões anuais, era composto por onze membros – “(...) todos de livre nomeação da Presidência da República” – incluindo um Coordenador e mais a representação da “(...) Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Conselho Nacional de Pesquisas, Banco

exposição de motivos através dos Decretos 8.405 de 9 de janeiro de 1992 e 5.211 de 19 de maio de 1992. Mais detalhes ver: Anexos (n. 11 e n. 12).

Nacional de Desenvolvimento econômico, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio (art.4º)”.

Portanto, a CAPES deixou de ter uma Comissão e passou a ser uma Campanha que contava com um Coordenador, um Diretor Executivo e um Conselho Consultivo. Tal transformação não seria imediata, pois somente em 24 de setembro de 1963 – mais de dois anos após a publicação do Decreto – foram nomeados os membros que ocupariam os cargos⁹¹.

CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR: Coordenador: Anísio Teixeira, Diretor Executivo: Almir de Castro e Membros do Conselho Consultivo: Anísio Teixeira (coordenador), Darcy Ribeiro (Presidência da República), Durmeval Trigueiro (Ministério da Educação e Cultura), Frederico José de Souza Rangel (Ministério do Trabalho e Previdência Social), Wladimir Murtinho (Ministério das Relações Exteriores), Manoel Frota Moreira (Conselho Nacional de Pesquisas), José Ribeiro Lira (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), Eduardo Simonsen (Confederação Nacional da Indústria), José Luiz de Magalhães Lins (Confederação Nacional do Comércio), Antônio Moreira Couceiro e Jacques Danon.⁹²

Uma primeira reflexão sobre este Decreto evidencia que foi estabelecida como prioridade “(...) a melhoria das condições de ensino e pesquisa dos centros universitários através, principalmente, de um investimento na qualificação de seus professores” (Mendonça,1997 b:1). Tal perspectiva colaborou para o reforço da centralidade e urgência da pós-graduação, enquanto expressão de uma preocupação que estava presente no documento legal que instituiria a CAPES em 1951, confirmando a utilização de uma estratégia que trazia o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, desde a década de 1950, vinculado à

⁹¹ Informação extraída do Boletim Informativo CAPES, n. 131, outubro de 1963.

⁹² Desvinculados de representação institucional, mas nomes ligados a atividades acadêmicas. Foram nomeados diretamente pelo Presidente da República, conforme o previsto no art. 4º do Decreto 50.737.

formação de um sistema que organizasse, divulgasse e irradiasse esta pós-graduação. O Decreto de 1961, agora analisado, recolocou a questão da pós-graduação com um dos propósitos centrais da CAPES e reafirmou a relação entre o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior e as prioridades ditadas pelo desenvolvimento econômico e social do país.

A supressão da Comissão e a criação do Conselho Consultivo com uma nova composição não apenas relativa aos representantes, mas acima de tudo às novas instituições com assento neste Conselho impulsiona uma comparação com a representação anterior. Assim, da extinta Comissão, somente o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio mantiveram a sua representação.

Entendo que as novas instituições que lograram pertencer ao Conselho - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho e Previdência Social - expressavam o quadro político-econômico da época e sua participação no Conselho adveio das suas especificidades no campo da burocracia estatal e da sua possibilidade de contribuir para a agilização da consecução dos objetivos da CAPES. O modelo de desenvolvimento econômico proposto, conforme o abordado no Capítulo II, tinha um caráter nacionalista-populista – governo Jânio Quadros – mas numa intensa dependência do capital internacional, situação acentuada no governo anterior por Juscelino Kubistchek.

2. A estrutura da CAPES: Programas e Serviços

O Decreto 29.741 de 1951 estipulou um prazo – posteriormente dilatado – para que a Comissão apontasse “(...) a forma definitiva que deve ser dada a entidade (...) (art.7º)”. Portanto, coube a própria CAPES a escolha do modelo estrutural que daria suporte ao trabalho a ser desenvolvido. Tal perspectiva reforça o grau de autonomia conquistado pela instituição dentro

do aparelho burocrático estatal e o seu comprovado prestígio junto às altas instâncias governamentais.

A opção recaiu numa estrutura simples que obteve como resultados a agilização e a dinamicidade institucional. A CAPES teve como estrutura inicial: dois programas – PROGRAMA UNIVERSITÁRIO (PgU) e o PROGRAMA dos QUADROS TÉCNICOS e CIENTÍFICOS (PQTC) e três serviços– o SERVIÇO de BOLSAS de ESTUDO (SBE)⁹³, o SERVIÇO de ESTATÍSTICA e DOCUMENTAÇÃO (SED)⁹⁴ e a SECÇÃO de ADMINISTRAÇÃO (SA)⁹⁵. Uma estrutura “enxuta” quando comparada à de outras instituições públicas da mesma área de atuação e que tinham nos Projetos a base de organização do seu trabalho.

Os Programas e Serviços empregavam a nomenclatura PROJETO para identificar cada unidade de trabalho da CAPES. Tal termo foi utilizado em larga escala nos Relatórios de Atividades. Para fins de exemplificação, um determinado Projeto recebeu a seguinte descrição PROJETO CAPES – 1.024/ PgU. 281/58. Esta sigla compreendia a identificação da instituição (PROJETO CAPES); um número geral de entrada (1.024); o setor que estava desenvolvendo o projeto (PgU); o número de entrada no setor (281) e o ano de entrada do projeto no planejamento da CAPES (58). O projeto poderia se referir a um simples auxílio individual de bolsa de estudo ou a uma substancial ajuda para o desenvolvimento de um centro de estudos pós-graduados. Uma

⁹³ Um dos mais importantes órgãos da CAPES: o Serviço de Bolsas de Estudo foi omitido na redação do art. 7º do Decreto 50.737 de 7 de junho de 1961. O Decreto 51.146 de 5 de agosto de 1961 no seu art. 1º corrigiu tal falha.

⁹⁴ Equivocadamente, foi elevado à Programa de Estudos, Levantamentos e Documentação pelo art. 7º do Decreto 50.737 de 1961, volta a ser denominado “serviço” pelo Decreto 51.146 (ver anexos). Assim, pelo texto legal passou a Serviço de Estudos, Levantamentos e Documentação. Tal denominação foi utilizada somente no Relatório de Atividades do ano de 1963.

⁹⁵ Intitulada Administração Geral (a partir do relatório geral do ano de 1956) e Secretaria Administrativa (a partir do Decreto 50.737 de 1961). A denominação de Secretaria Administrativa, apesar do Decreto de 1961, foi oficialmente utilizada somente no Relatório de Atividades do ano de 1963.

análise apurada das funções desses programas (atividades fins da organização) e serviços (atividades meio) proporcionará uma melhor compreensão dos Relatórios de Atividades e mesmo dos boletins da CAPES.

O PROGRAMA UNIVERSITÁRIO (PgU) tinha como objetivo principal auxiliar o desenvolvimento das Universidades e Institutos de ensino superior. Segundo o Boletim Informativo CAPES (n.126/127: 4,1963), um “(...) Setor particularmente dedicado aos campos das Ciências Biológicas, Medicina e afins, Ciências Sociais e Matemáticas, e Humanidades (...)”. Diante disso, o PgU executou “(...) um plano de melhorias das condições de ensino e pesquisa nos Centros Universitários do país (...)” (Boletim Informativo CAPES, n.38:4,1956). O programa foi ao encontro dos anseios da comunidade científica que viam na Universidade um espaço privilegiado para a consolidação da pesquisa no Brasil. Postura que se consolidou gradativamente desde a criação da Academia Brasileira de Ciência (1916), da Associação Brasileira de Educação (1924) e teve seu ápice com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, (1948). Anísio Teixeira manteve sólidas relações com as duas últimas instituições, tendo inclusive presidido ambas⁹⁶. No que concerne especificamente à relação com a SBPC, a CAPES publicou dois boletins exclusivamente dedicados à SBPC: o primeiro em 1957 (n.57) alusivo à IX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e o segundo em 1958 (n. 70) contemplando a X Reunião Anual, ficando patente a importância desse intercâmbio, mesmo de maneira informal pois a SBPC nunca teve assento na estrutura da CAPES.

A dinâmica utilizada pelo plano de melhorias incluiu, segundo o expresso no mesmo boletim, “(...) a importação de professores, assistentes e técnicos estrangeiros para a ministração de cursos regulares ou de pós-graduação das respectivas

⁹⁶ Mais detalhes sobre a participação de Anísio na ABE e na SBPC ver, respectivamente: Fernandes (1990) e Silva (2000).

especialidades, em colaboração com as cátedras brasileiras da mesma disciplina (...). Tal colaboração evidenciou a preocupação com a consolidação dos centros nacionais de pesquisa, após a partida dos professores estrangeiros, através do “(...) intercâmbio universitário de professores e assistentes brasileiros para programas de cursos, pesquisas e formação de técnicos (...)”. O plano apontou, também, como responsabilidade do PgU “(...) o aperfeiçoamento de pessoal docente superior por meio de cursos e estágios no país e no estrangeiro (...)”, dando ênfase “(...) ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos centros brasileiros de treinamento pós-graduado”.⁹⁷ A urgência da consolidação de um sistema de pós-graduação e a constituição de uma “rede” para tal empreendimento aparecem enredados no cerne do Programa Universitário e, novamente, expressam uma das razões para a existência da própria CAPES.

O auxílio às universidades e aos institutos superiores previstos nos planos do PgU, aconteceram via Projetos. Os Projetos atendiam os seguintes itens: Centros Universitários, Núcleos Universitários, Unidades de Trabalho Universitárias e Missões Universitárias. Termos que vão aparecer em diversos relatórios da CAPES e que ilustram os eixos de ação do Programa Universitário. A fim de obter uma explicação exata de cada um desses projetos passo a utilizar como base o Boletim Informativo CAPES (n. 23:3, 1954). O PgU teve os seguintes tipos de Projetos:

A. Centros Universitários - formados, na Universidade, por um professor contratado e um grupo de cinco ou seis assistentes brasileiros, recrutados em diferentes instituições de ensino superior no país, devendo cada Centro trabalhar com o mínimo possível de equipamento que lhe permita o treinamento dos próprios assistentes e o início dos trabalhos de pesquisa. O Centro será, por outro lado, a origem de um futuro instituto universitário de sua especialidade. Aí procurar-se-á aperfeiçoar o preparo de assistentes

⁹⁷ Os grifos são meus.

para que no futuro possam preencher os claros que ocorrem no campo universitário.

B. Núcleos Universitários - constituídos de um professor contratado, trabalhando em situação que lhe possibilite desenvolver o ensino e a pesquisa da disciplina, embora sem os propósitos tão amplos de um Centro, e um ou mais assistentes que já se encontrarem na Universidade. Diferentemente do Centro, que procurará ter âmbito nacional, o Núcleo compreenderá apenas elementos da Universidade na qual estiver instalado.

C. Unidades de Trabalho Universitárias – tipos designativos dos Projetos destinados a contratar um professor brasileiro ou estrangeiro, para trabalhar em uma organização brasileira já existente, não propriamente em posição de chefia, mas complementando o trabalho do professor nacional ou estrangeiro já em função na Universidade. Tais Unidades terão repercussão circunscrita ao ambiente em que se desenrolar a atividade do técnico contratado.

D. Missões Universitárias – compreendendo grupos de professores estrangeiros em ramos de especialidades correlatas para atuarem nas Universidades brasileiras.

O PROGRAMA dos QUADROS TÉCNICOS e CIENTÍFICOS (PQTC)⁹⁸, segundo o Boletim Informativo CAPES (n.126/127:5,1963) era um setor “(...) ao qual estão especialmente afetos os campos da Engenharia, Química, Arquitetura, Economia, Administração, Agronomia e Veterinária (...)”⁹⁹. O PQTC desenvolveu um trabalho que, de acordo com o Boletim Informativo CAPES (n.38:4,1956), era baseado em três linhas

⁹⁸ Desejo aduzir o comentário de Córdova (1998:45) ao perfil da CAPES quando assevera que “(...) iniciado com quadros técnicos e científicos foi incorporando, no discurso do Secretário Geral e na prática de operação do órgão, a dimensão das Artes, configurando-se, de fato, como quadros técnicos, científicos e artísticos”. O próprio autor assinala, porém, que a dimensão artística no momento em que os programas se especializaram em áreas de conhecimento desapareceu.

⁹⁹ Vale ressaltar que no Boletim Informativo CAPES n.138/139 de 1964 – Relatório anual de 1963 – houve a inclusão da expressão “Tecnologia em geral” e a supressão da “Química” como uma das áreas prioritárias para a atuação do PQTC.

principais: “(...) levantamento das disponibilidades e necessidades do país em matéria de pessoal especializado de nível superior; levantamento dos centros de preparação e aperfeiçoamento pós-graduado¹⁰⁰ existentes no país, com vistas à sua utilização para atendimento de nossas necessidades de especialização profissional, técnica, científica e cultural; preparação e aperfeiçoamento, no Brasil e no exterior, de especialistas de cuja falta se ressintam os quadros de pessoal do país”. O PQTC, grosso modo, tinha como tarefa a operacionalização dos levantamentos que eram essenciais para o pleno funcionamento do Programa Universitário pois tais levantamentos tinham a função de sinalizar as deficiências dos quadros profissionais e científicos e, mais que isso, revelar onde já existiam experiências em pós-graduação para que fossem avaliadas as suas bases e a contribuição que poderiam ofertar no suprimento das devidas carências de formação de pessoal especializado.

O SERVIÇO de BOLSAS de ESTUDO (SBE) era uma das mais importantes ferramentas de ação da CAPES pois tratava-se do instrumento mais eficaz e imediato no campo da especialização e aperfeiçoamento dos quadros nacionais. O SBE planejava e administrava os programas gerais de bolsas da Campanha¹⁰¹, empreendendo, outrossim, trabalhos relativos à divulgação de bolsas oferecidas por outras instituições e à seleção de candidatos as mesmas, além de reunir documentação para a constituição de informações sobre programas de bolsas de estudos e oportunidades de aperfeiçoamento no país e no exterior. A CAPES possuía, segundo o Boletim Informativo CAPES (n.38:5,1956), um sistema de bolsas de estudos que as dividia em três tipos:

¹⁰⁰ Os grifos são meus.

¹⁰¹ A utilização da expressão “programas gerais de bolsas da Campanha” se justifica por não ter sido a concessão de bolsas de estudo uma atividade exclusiva do SBE. O PgU e PQTC – conforme estudos empreendidos nos Relatórios de Atividades - possuíam, também, projetos voltados para tal finalidade.

TIPO A – Bôlsas de aperfeiçoamento, no país e, excepcionalmente, no estrangeiro, destinadas a jovens universitários recém-diplomados, que hajam revelado especiais aptidões durante o curso e que desejem prosseguir seus estudos através de cursos ou estágios, em nível de pós-graduação¹⁰². Visam tais oportunidades o preparo de pessoal docente para o ensino superior e a formação de profissionais especializados, pesquisadores e cientistas.

TIPO B – Bôlsas de aperfeiçoamento no país e no estrangeiro, destinadas a pessoal graduado já possuidor de tirocínio científico ou profissional, dedicado ao magistério superior, à pesquisa científica e à aplicação da ciência, ou à execução de obras e trabalhos em serviços públicos ou privados para os quais se exijam conhecimentos especializados mais avançados. Visam tais bôlsas o aperfeiçoamento de pessoal docente do ensino superior e de especialistas, técnicos e cientistas de alto nível, observadas as escalas de prioridades adotadas em função dos objetivos da CAPES.

TIPO C - Auxílios extraordinários, concedidos em caráter excepcional e limitado, e destinados a suplementar bôlsas proporcionadas por outras organizações a candidatos cujos estudos interessem aos objetivos da CAPES, mas que não disponham de recursos próprios para cobrir despesas não previstas por aquelas bôlsas.

A preocupação com o aperfeiçoamento e, portanto, formação do pessoal docente é presença marcante nos objetivos explícitos no próprio texto relativo às bolsas dos tipos A e B. Tais modalidades de bolsas refletem, também, a atenção dispensada aos novos e promissores professores e pesquisadores numa perspectiva de aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo, de renovação dos quadros profissionais. Uma renovação que teria como função trazer um novo alento à universidade e propiciar a mudança de relacionamento entre professores e alunos e de ambos com a própria estrutura universitária.

¹⁰² Os grifos são meus.

A Tabela 1 apresenta a variação anual do número de bolsas de estudo concedidas por todos os setores da CAPES no período de 1953 a 1963, contribuindo para a compreensão do esforço empreendido visto que as dotações orçamentárias destinadas à instituição sempre estiveram aquém das necessidades e, a partir dos anos 1960, as verbas foram também corroídas pelo processo inflacionário.

Tabela 1- Variação anual de Bolsas de estudo

Ano ↓	Número de Bolsas ↓
1953	54
1954	194
1955	184
1956	273
1957	358
1958	363
1959	403
1960	485
1961	454
1962	441
1963 ¹⁰³	283
TOTAL 1953/1963 ⇒	3.490

Fonte: Boletim Informativo CAPES, 138/139, p. 90, maio/junho, 1964.

O SERVIÇO de ESTATÍSTICA e DOCUMENTAÇÃO (SED) era responsável pela manutenção dos arquivos, cadastros e estatísticas dos assuntos atinentes ao ensino superior, as instituições que o ministram e os profissionais de nível superior, no Brasil e no exterior. A organização da biblioteca da CAPES e da documentação da Campanha, inclusive com a responsabilidade de organizar uma compilação de documentação nacional e estrangeira relativa ao ensino superior, bem como o fornecimento de dados estatísticos sobre matéria educacional a entidades e

¹⁰³ O ano de 1963 revelou-se um momento crítico para a CAPES visto que pela primeira vez foi forçada a cancelar o seu plano anual de bolsas no estrangeiro, por absoluta falta de recursos para financiá-lo.

pessoas interessadas no assunto estavam, também, no rol de atividades do SED.

O SED, numa abordagem mais detalhada, trabalhava com os levantamentos, os inquéritos estatísticos, a documentação e a divulgação do trabalho da CAPES e de outras instituições da mesma natureza. O Serviço de Estatística e Documentação, no entender de Córdova (1998:44), tinha como incumbência a realização de um “(...) levantamento geral da situação do ensino superior “civil” no país (com destaque para o ensino de Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem, de Engenharia, de Direito, de Filosofia, Ciências e Letras, de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, de Agronomia e Veterinária); a organização (...) do arquivo geral de documentação e a biblioteca especializada (...)”; outra atividade importante era a revisão e a atualização de “(...) um fichário com o cadastro de universidades, escolas, cursos, cadeiras e professores; levantamento e atualização das despesas públicas com educação; levantamento do movimento de exames vestibulares; organização e manutenção do calendário de Congressos, Conferências e reuniões para debate do ensino superior no país”.¹⁰⁴

A Tabela 2 elaborada e divulgada pelo SED exemplifica o trabalho desenvolvido pelo setor e, simultaneamente, possibilita o conhecimento das dotações distribuídas à CAPES no período de 1952 a 1963 – apenas numa perspectiva de comparação da evolução anual das verbas haja vista que o tempo decorrido e as diversas alterações no que tange à moeda brasileira impedem qualquer relação de valor absoluto face à atual política monetária. Porém, é flagrante o congelamento das verbas no período de 1959 a 1961, o pequeno aumento em 1962 seguido de novo congelamento nas verbas para 1963. Tal repetição dos valores destinados à CAPES num período marcado pelo processo

¹⁰⁴ Os levantamentos, inquéritos, estatísticas e eventos eram divulgados e atualizados constantemente pelos boletins e pelos relatórios anuais da CAPES.

inflacionário propicia a compreensão das dificuldades da instituição para a manutenção dos seus serviços.

Tabela 2 – Dotações distribuídas à CAPES pelo governo federal

ANO ↓	VERBAS EM CR\$ ¹⁰⁵ ↓
1952	21.030.000,00
1953	21.480.000,00
1954	8.720.000,00
1955	20.000.000,00
1956	30.000.000,00
1957	40.000.000,00
1958	60.000.000,00
1959	80.000.000,00
1960	80.000.000,00
1961	80.000.000,00
1962	100.000.000,00
1963	100.000.000,00
TOTAL ⇒	641.230.000,00

Fonte: Boletim Informativo CAPES, 139/139, p. 7, maio/junho, 1964.

Faltou apenas destacar a atribuição do SED que para esta pesquisa assume uma centralidade: a preparação das publicações da CAPES, dentre elas a publicação do Boletim Informativo CAPES¹⁰⁶. Além dos boletins, o SED publicou algumas séries: “Estudos e Ensaios”, “Levantamentos e Análises”, “Informação”, “Estudos de Desenvolvimento Regional” e um “Boletim de Informações sobre Bolsas de Estudo”¹⁰⁷. Publicações relevantes pelo conteúdo e pelo extenso trabalho realizado para a obtenção

¹⁰⁵ Cruzeiros.

¹⁰⁶ Publicação que será estudada no Capítulo IV.

¹⁰⁷ A publicação recebeu destaque no Boletim Informativo CAPES n. 8 de julho de 1953 que anunciou que acabara de ser publicado o número 2, certamente referente ao segundo semestre do ano de 1953. Tive contato com um exemplar do “boletim de informações sobre bolsas de estudo” de 1958 e que recebeu o número 13, donde se pode concluir que o referido boletim teve a periodicidade semestral.

de tais resultados. Segundo o Boletim Informativo CAPES (n.126/127:125,1963), “(...) a monografia ‘A formação de pessoal de nível superior e o desenvolvimento econômico’, síntese e conclusão dos vinte e dois trabalhos (um para cada estado) (...)” foi publicada pela série “Estudos de Desenvolvimento Regional”, num nítido sinal da seriedade e amplitude das tarefas sob a responsabilidade desse setor da CAPES.

A SECCÃO de ADMINISTRAÇÃO (SA) prestava o apoio logístico a todos os demais Serviços e Programas, sendo o setor responsável pelo expediente, pelo cuidado com o protocolo, a organização do arquivo, o recebimento e a expedição de correspondências. Além dessas funções, tinha a incumbência de coordenar o departamento de pessoal, tratar da aquisição de material, orçamento e contabilidade. Importantes tarefas que realizadas a contento contribuíram para que os gastos com a administração em 1963 ficassem com apenas 12,4% do total das dotações orçamentárias destinadas à CAPES. Feito invejável quando comparado com os 59,3% de 1952 e mais, ainda, considerando o processo inflacionário que atingiu patamares altíssimos em 1963 e que ocasionou um aumento de gastos com o setor administrativo e uma diminuição no número de bolsas (ver Tabela 1). A tabela 3 auxilia o entendimento da questão e apresenta a despesa anual relativa à administração da CAPES numa comparação dos gastos com os projetos.

Tabela 3- Gastos com a Administração da CAPES

ANO ↓	ADMINISTRAÇÃO (EM CR\$) ↓	PROJETOS (EM CR\$) ↓	TOTAL (EM CR\$) ↓	PERCENTUAL DE GASTOS COM ADMINISTRAÇÃO ↓
1952	446.678,80	306.379,00	753.417,80	59,3
1953	2.532.460,10	4.858.672,20	7.391.132,30	34,2
1954	3.010.096,00	15.378.987,60	18.389.083,60	16,4
1955	3.514.886,40	19.587.348,70	23.102.235,10	15,2
1956	4.194.090,40	23.546.736,20	27.740.826,60	15,1
1957	5.673.957,80	32.653.395,80	38.327.353,60	14,8
1958	7.106.446,50	42.784.875,90	49.891.322,40	14,2

1959	8.606.854,40	61.030.584,50	69.637.438,90	12,4
1960	10.602.348,80	79.115.829,40	89.718.178,20	11,8
1961	8.368.347,10	80.553.279,40	88.921.626,50	9,4
1962	10.242.298,40	94.286.881,10	104.529.179,50	9,8
1963	13.668.859,70	97.013.052,50	110.681.912,20	12,4
TOTAL 1952/1963	77.967.324,40	551.116.382,30	629.083.706,70	12,4 (média)

Fonte: Boletim Informativo CAPES, 138/139, p. 14, maio/junho, 1964.

A Tabela 4 estabelece uma síntese de todos os projetos, ou seja, as unidades de trabalho – conforme explicado anteriormente - executadas pelos Programas e Serviços da CAPES no período de 1952 a 1963. A complexa compilação de tais dados, haja vista que se encontram dispersas não só nos Relatórios mas, também, em publicações regulares do boletins, teve como critério a inclusão somente de projetos iniciados no ano em causa. Tal perspectiva evita a contagem de projetos, que iniciados em exercícios anteriores, continuariam em processo de execução, ocasionando uma distorção quantitativa com a dupla contagem de um mesmo projeto.

Tabela 4- Síntese dos Projetos desenvolvidos pelos Programas

PROGRA MAS ¹⁰⁸ ↓	ANO ⇒	1952 ¹⁰⁹ ↓	1953 ¹¹⁰ ↓	1954 ↓	1955 ¹¹¹ ↓	1956 ↓	1957 ↓	1958 ¹¹² ↓	1959 ↓	1960 ↓	1961 ↓	1962 ↓	1963 ¹¹³ ↓
PgU	02	08	08	-	89	27			168	243	178	108	108
							208	221					
PQTC	02	08	12	-	26	28	66	58	45	30	30	12	12
SBE	03	69	72	184	89	122	168	167	172	242	268	142	142
SED	01	04	05	-	02	02	-	01	-	-	-	-	-

¹⁰⁸ PgU – Programa Universitário; PQTC – Programa dos Quadros Técnicos e Científicos; SBE - Serviço de Bolsas de Estudos; SED - Serviço de Estudos, Levantamentos e Documentação. Reproduzo, a título de unificação terminológica, a nomenclatura utilizada no Boletim Informativo CAPES, n. 138/139 de 1964 que trouxe o Relatório de Atividades de 1963 – último relatório anual de atividades elaborado na gestão de Anísio Teixeira.

¹⁰⁹ Os dados relativos ao ano de 1952 foram obtidos no Boletim Informativo CAPES (n.1:3,1952) e no Boletim Informativo CAPES (n.23: 9,1954). O total de projetos (08) difere do encontrado por Córdova (1988:52) por ter o referido autor levado em consideração o número de projetos (06) citado no boletim n.01 que revelou apenas um (01) projeto relacionado a bolsa de estudos. Tal situação foi corrigida pelo boletim n.23 que definiu como três as bolsas concedidas pelo SBE. Porém, o equívoco reapareceu em todos os Relatórios posteriores que, de forma mecânica, foram reproduzindo informações de relatórios anteriores.

¹¹⁰ A partir de 1953, utilizo os Relatórios de Atividades da CAPES.

¹¹¹ Em relação ao ano de 1955 só foi possível localizar os projetos executados pelo SBE. O Boletim Informativo CAPES n. 38 de janeiro de 1956 trouxe aglutinadas as informações referentes aos anos de 1953 a 1955.

¹¹² O SED em 1958, 1960, 1961, 1962 e 1963 deu continuidade aos extensos estudos e levantamentos que vinha executando em anos anteriores.

¹¹³ No ano de 1963, conforme assinalamos no que concerne à ausência de recursos para o custeio de projetos do SBE, a questão financeira comprometeu projetos de todos os setores da CAPES.

TOTAL	08	89	97	184	206	179	442	447	389	515	476	262	262
-------	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

TOTAL GERAL: 3.294 PROJETOS EXECUTADOS¹¹⁴

Fonte: Boletim Informativo CAPES, 138/139, p. 16, maio/junho, 1964.

¹¹⁴ O número de projetos encontrados pelo levantamento que fiz diferem do apontado no Boletim Informativo CAPES n. 138/139 de 1964 – Relatório de Atividades de 1963 – que apontou a execução de 3.168 projetos. Credito tal diferença a desconsideração de alguns projetos realizados nos anos iniciais da CAPES até 1958, pois a partir de 1959 ocorreu a introdução dos Relatórios de Atividades anuais e mais completos. Os anos de 1956 e 1957 só tiveram relatórios referentes às atividades do 1º semestre.

Entendo que o encerramento do item “A estrutura da CAPES” permite uma visão sobre a distribuição das verbas gerais da CAPES pelos Programas e Serviços. Tais dados foram encontrados nos Relatórios de Atividades¹¹⁵, porém incompletos por não trazerem as referidas informações no período anterior a 1957. Entendo, mesmo com lacunas, que tais dados merecem uma observação atenta haja vista que o montante de verbas para cada setor e as alterações ocorridas na distribuição dos recursos financeiros expressam as mudanças de orientação no próprio projeto de ação institucional da CAPES.

Tabela 5- Verbas utilizadas pelos Setores e Programas

PROGRAMAS SERVIÇOS ↓	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
ADM. ¹¹⁶	3.280.000	7.200.000	10.000.000	11.000.000	10.000.000	10.000.000	8.000.000
PgU	11.000.000	19.000.000	24.000.000	24.000.000	25.000.000	20.000.000	25.000.000
PQTC	10.000.000	11.000.000	14.000.000	13.500.000	10.000.000	5.000.000	3.000.000
SBE	12.720.000	19.000.000	28.200.000	28.000.000	50.000.000	60.000.000	60.000.000
SED	3.000.000	3.800.000	3.800.000	3.500.000	5.000.000	5.000.000	4.000.000

FONTE: Boletim Informativo CAPES, 138/139, p. 60-61, maio/junho, 1964.

Cumprе assinalar que o exame da Tabela 4 em confronto com os dados da Tabela 2 (verbas anuais destinadas à CAPES) e da Tabela 3 (gastos com administração) revela que é necessária a compreensão que os valores expressos representam expectativas nem sempre confirmadas. Assim, deve-se considerar uma certa discrepância para mais ou para menos nos índices orçamentários face a questões que fogem ao controle da própria instituição como cortes imprevistos nas verbas, processo inflacionário, alta das

¹¹⁵ Tema central do próximo Capítulo.

¹¹⁶ Administração Geral da CAPES.

moedas estrangeiras prejudicando o planejamento das bolsas para o exterior.

Ainda, assim, penso ser relevante tecer comentários sobre aspectos presentes na Tabela 5. O primeiro deles refere-se ao equilíbrio até 1957 das verbas destinadas ao PgU, ao PQTC e ao SBE, ocorrendo a partir daí uma sensível diferenciação desfavorável ao PQTC. Tal acontecimento apresenta relação com a criação oficial da COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos) em 1960, mas já contando em 1958 com gigantescas verbas para a execução de um trabalho semelhante ao realizado pelo PQTC.

O segundo ponto apresenta relação com uma distribuição igualitária de verbas entre o PgU e o SBE até 1960 haja vista que no ano de 1961 as verbas destinadas ao SBE duplicaram frente às do PgU. Analiso essa situação como uma consequência do processo inflacionário que corroe as verbas direcionadas à CAPES numa junção com a desvalorização do cruzeiro, acarretando a elevação dos gastos com bolsas no exterior que não era uma atribuição específica do SBE mas que, de fato, era o setor com maior índice de utilização dessa modalidade de bolsa de estudo¹¹⁷

3. A dinâmica interna da CAPES

Após a abordagem da legislação que “instituiu” (Decreto 29.741 de 1951) e “consolidou” (Decreto 50.737 de 1961) a CAPES e o processo de estruturação da instituição, ressaltando seu programas e serviços, cabe entender como ocorreu a interação dos valores proclamados pela legislação e dos valores reais instalados nos diversos setores que, no formato de Comissão, se incumbiram de dinamizar a Campanha. Tal perspectiva remete à análise da dinâmica interna da CAPES e à análise de depoimentos de alguns atores que participaram do processo de sua construção institucional.

¹¹⁷ A situação tornou-se tão crítica que em 1963 todas as bolsas para o exterior foram canceladas.

Antes de explorar os depoimentos, desejo abordar a questão da instalação “oficial” da Campanha. A referida instalação só aconteceu dez anos após a criação da Comissão com o Decreto 50.737 de 7 de junho de 1961. Quanto a esse ponto cabe destacar que mesmo não oficializada pelo decreto que instituiu a CAPES, a Campanha sempre existiu e tinha um Secretário Geral (Anísio Teixeira) e um Diretor Executivo, mais tarde intitulado Diretor de Programas.

Desse modo, as entrevistas de Almir e Castro e Celso Barroso Leite¹¹⁸, diretores da instituição e conhecedores da sua dinâmica, possibilitam que eu defenda a tese que a ação de Anísio Teixeira frente à CAPES operou, primeiramente, uma inversão atinente aos objetivos da mesma contempladas pelo Decreto “instituidor” em relação ao Decreto “consolidador” que – em grande parte - só referendou o que na prática era uma realidade na dinâmica institucional da CAPES.

Anísio operou, também, uma inversão no processo de estruturação da CAPES. A Campanha – que pelo Decreto de criação da CAPES deveria ser instituída pela Comissão – é que, na verdade, comandou todo o percurso de concretização da CAPES.¹¹⁹ O Boletim Informativo CAPES (n.23:1,1954)¹²⁰ informa que “(...) sob os auspícios do Sr. Ministro da Educação e Cultura, Prof. Cândido Motta Filho, realizou-se no mês passado, na sede da CAPES, a VI Reunião da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de que a Campanha é órgão executivo (...)”.

¹¹⁸ Para uma noção da importância desses dois atores, empreendi um levantamento referente às citações ou notícias envolvendo ambos que apresentou o seguinte resultado: Almir e Castro aparece nos boletins n. 9 (1953), n.19 e n.23 (1954), n.35 (1955), n.83 (1960), n.102/103 (1961), n.115/116 e n.120 (1962) e n.137 (1964); Celso Barroso Leite nos boletins n. 77/78 (1959), n.102/103 (1961), n.132 (1963), n.141 (1964).

¹¹⁹ O próprio Boletim Informativo CAPES, n.1, dezembro de 1952, acentua tal inversão no texto “O que é a CAPES” por ter apresentado a Campanha como o órgão executivo da Comissão.

¹²⁰ O boletim n.23 trouxe o primeiro relatório anual das atividades da CAPES.

A notícia corrobora a posição assumida quanto ao comando da CAPES, pois a Comissão - designada em novembro de 1951 - iniciou oficialmente os seus trabalhos em 1952, tendo em 1954 a sua VI reunião. Num cálculo simples que inclui os anos de 1952, 1953 e 1954 a comissão só teve em média duas reuniões anuais, muito pouco para um grupo que deveria conformar uma Campanha de tamanha importância.

Além desse aspecto, cabe destacar que o próprio Decreto 50.737, mais uma vez, oficializou o que já era uma realidade no que concerne às relações de poder entre a Campanha e a Comissão. O Decreto extinguiu a Comissão e no seu art. 3º definiu que "(...) a CAPES será assessorada por um Conselho Consultivo, que se reunirá, pelo menos, duas vezes ao ano, para apreciar o relatório de atividades e a prestação de contas do exercício anterior e aprovar os planos anuais de trabalho". A extinta Comissão tinha um caráter executivo e o Conselho que a substituiu uma função consultiva. Acompanho o raciocínio de Córdova (1998:31) ao afirmar que "(...) não era mais a CAPES o órgão executivo de uma Comissão de notáveis, mas era um órgão, certamente respeitado, a ser "assessorado" pelos notáveis".

A compreensão da dinâmica interna da CAPES passa, obrigatoriamente, pela análise dos depoimentos de Almir e Castro e de Celso Barroso Leite¹²¹ sobre o trabalho que desenvolveram na CAPES¹²². No que concerne à utilização dos depoimentos, entendo que expressam uma visão particular e, mesmo afastados cronologicamente do tempo em que os fatos aconteceram, são fontes documentais extremamente importantes para o

¹²¹ Depoimento de Almir de Castro cedido ao projeto História da Ciência, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1977 e depoimento de Celso Barroso Leite ao Grupo de Pesquisa de História da Educação, PUC-Rio, Departamento de Educação, em 2000 e transcrito por Alessandra Stachuk de Mello, membro do referido grupo de pesquisa.

¹²² Almir de Castro ocupou o cargo de Diretor de Programas de 1954 a 1964 e Celso Barroso Leite teve dois períodos de atuação: 1957 a 1964 e retornando em 1967 como Diretor Executivo da CAPES.

desvelamento do cotidiano da CAPES, adquirindo um papel central para a compreensão da dinâmica da instituição.

Os depoimentos, mesmo sendo tomados em épocas distintas e com perspectivas e questões distintas, contribuem para o desvelamento de alguns pontos atinentes à relação da Ciência com o Estado, possibilitando a análise das políticas públicas que permearam tal relação e, conseqüentemente, a interferência dessas mesmas políticas no funcionamento da CAPES.

O espírito inventivo e incentivador de Anísio aparece no depoimento de Almir e Castro como um estímulo às universidades e um novo alento para que as mesmas desenvolvessem projetos e estudos até então inusitados. Uma ação criativa e embrionária, mesmo sem muita disciplina no próprio dizer de Castro (p. 4 e 7) ao afirmar que “(...) na verdade, esta questão começou de uma maneira também um pouco selvagem, porque, na minha opinião, uma das maneiras de fazer uma coisa boa é começar fazendo mal, sem uma disciplina (...). tínhamos uma organização um pouco ad hoc. Não nos prendíamos muito a organização, a regras rígidas”.

O depoimento de Leite (p.1) relativiza o entendimento quanto ao início selvagem e, principalmente, sem disciplina colocado por Castro. Leite asseverou que “(...) Almir era a maior autoridade da CAPES (...) O Almir de Castro era uma pessoa a quem a CAPES deve muito, ele era um tremendo administrador (...)”. Não obstante a questão disciplinar, a ação da CAPES começou a dar novas feições ao treinamento e aperfeiçoamento de profissionais de nível superior para o preenchimento das necessidades do país nos anos 1950, tempo marcado pela política desenvolvimentista que tinha na educação um dos seus motores.

A preocupação da CAPES com as Ciências Sociais, até então relegadas a um segundo plano ou simplesmente abandonadas em relação às agências de fomento, é mais um aspecto que merece destaque no tocante às implicações e às mudanças que a criação da Campanha e a direção dada por Anísio Teixeira iriam operar. Castro (p.6) ao abordar as relações entre desenvolvimento e

tecnologia afirmou que “(...) nós (da CAPES) não achávamos que o desenvolvimento era uma coisa estanque, que se atendia apenas com tecnologia, com ciências básicas, etc. Sabíamos que há um contexto de implicação e interação de todas as coisas e por isso mesmo, atendíamos também áreas como Ciências Sociais, que era uma área abandonada. A CAPES foi a primeira agência do governo a se preocupar com Ciências Sociais (...)”. Portanto, fica explícita a preocupação com a execução de um projeto que tinha como objetivo central a formação de docentes e pesquisadores na área de Ciências Sociais.

Num projeto de tal monta, a autonomia que tinha a CAPES em relação à burocracia estatal aparece nos dois depoimentos. Leite (p.20) ao responder como funcionavam as Campanhas Extraordinárias observou que “(...) achava muito curioso aquilo chamar Campanha, um termo assim, meio inovador, mas não entendia muito bem. Mas funcionou, foi um começo (...) a Campanha era uma ideia de fazer qualquer coisa desvinculada daquela estrutura (...)”. A expressão “daquela estrutura”, certamente, representa a pesada burocracia estatal e a conseqüente lentidão para tomada de decisões que não podiam aguardar o desfilar interminável de papéis pelas mesas dos órgãos do poder.

Castro (p.7) ao analisar o processo de trabalho da CAPES, incluiu, também, a questão da autonomia e afirmou que havia “(...) um status muito cômodo, muito flexível de trabalhar, porque nós éramos ao mesmo tempo ligados ao Ministério da Educação, que não se metia em nada conosco, e à Presidência da República. O fato de botar nos formulários “Presidência da República”, já dava um certo prestígio ao órgão (...) Tínhamos um esquema de normas que nos permitia não atendermos aquilo que achássemos não ser bom, apenas para constar, mas, na verdade, nós éramos suficientemente flexíveis para atender a tudo”. O trecho do depoimento colocou em evidência a liberdade conquistada pela CAPES e o seu prestígio institucional. Além disso, de maneira objetiva, esclareceu um questionamento sobre a quem estava

ligada a CAPES. O depoimento leva à conclusão que, independente de qualquer legislação, a CAPES sempre esteve subordinada e ligada à Presidência da República¹²³.

A aquisição de pessoal, recursos financeiros e agilização de decisões da CAPES aparece no depoimento como um fator preponderante para o sucesso alcançado pela mesma pois “(...) a CAPES foi um pouco experimental. Nasceu da base de amizade, do conhecimento e do respeito que tinha o Ministro Simões Filho pelo Anísio e que queria fazer uma experiência de um órgão flexível, que não estivesse sujeito às teias burocráticas e pudesse dar um incentivo direto à universidade brasileira” (Castro, p.12). A autonomia vivida pela CAPES propiciou, também, a consubstanciação de uma proposta cara a Anísio Teixeira, qual seja a intervenção no sistema educacional sem autoritarismo. Uma intervenção que se pautou na cooperação e descentralização, sem a perda da unidade.

Com relação à interação com outras agências de fomento à pesquisa, Castro (p.10) asseverou, num primeiro momento, que “(...) a CAPES também tinha contatos bastante estreitos com o CNPq e com todos os órgãos ou representações de países que davam bolsas”. Mais à frente, ao responder especificamente sobre as relações com o CNPq, afirmou que “(...) não eram relações institucionais. Eram relações que tinham sido derivadas, como acontece muito no Brasil, as relações de amizade entre mim e os dirigentes do CNPq (...)”.

Castro, quando questionado sobre uma possível divisão de trabalhos, em caráter oficial, entre a CAPES e o CNPq foi taxativo ao afirmar que “(...) nunca houve um entrosamento completo e

¹²³ Tal conclusão propicia o entendimento do espaço de mais de dois anos, após a publicação do Decreto 50.737, para a nomeação dos membros do Conselho Consultivo da CAPES. O Decreto foi publicado em junho de 1961, aproximadamente dois meses depois o sistema de governo brasileiro passou a ser o parlamentarismo que perdurou até o final de 1962. Houve, assim, uma indefinição quanto ao destino e organização dos órgãos que estavam vinculados à Presidência da República.

uma articulação entre os dois órgãos” (p.11). Conclui dizendo que “(...)havia duplicação”. É interessante reproduzir a continuidade do parágrafo pois é retomada a questão da duplicação de tarefas, mas trazendo uma importante contribuição para essa análise que entendo como a possibilidade de uma “duplicação necessária” ao dizer que “(...) nós, com os conhecimentos que tínhamos, cada um, do que o outro órgão fazia, procurávamos evitar a duplicação, na medida que achávamos conveniente, porque às vezes não achávamos mesmo conveniente”.¹²⁴ Castro explicitou, ainda, a justificativa para tal postura ao declarar que “(...) havendo tão pouco em matéria de bolsa, em matéria de auxílio universitário (...) um auxílio informal, flexível, não submetido às regras daspeanas¹²⁵ etc., não tinha importância que mais de um órgão fizesse a mesma coisa. Porque, por mais que fizessem os dois órgãos num mesmo campo, não conseguiriam fazer nem a metade, nem 1/10 do que seria necessário fazer(...)”. A colocação expressa a autonomia e credibilidade alcançadas pela CAPES.

Assim, Castro definiu como “(...) um contato de troca de informações para orientação da política dos dois órgãos” - ora pendendo para contatos estreitos e ora pendendo para a informalidade. Essa posição remete ao aprofundamento sobre a temática visto que, desde o Decreto de sua criação, a CAPES tinha na formação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior a presença de um representante do CNPq. Tal fato sugere que deveria existir uma relação formal entre as duas instituições, porém o depoimento de Leite confirmou a situação de informalidade ao comentar que “(...) às vezes o CNPq tinha uma pessoa que ele queria dar bolsa, mas já havia esgotado a quota, então a CAPES dava. Era uma coisa mais pessoal do que formal (...)”.

¹²⁴ Os grifos são meus.

¹²⁵ Relativo ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – órgão criado em 1938 e responsável pelo aperfeiçoamento do pessoal administrativo dos serviços públicos federais. Mais detalhes sobre o DASP ver: Draibe (1985).

O levantamento da história, das características e das necessidades das faculdades e das universidades brasileiras realizado pela CAPES – o primeiro deste tipo realizado no Brasil – é tratado com relevância no depoimento pois propiciou a oportunidade para a criação de um catálogo das instituições superiores que, constantemente atualizado através do Boletim Informativo CAPES, serviria de ponto de orientação para a tomada de decisões da Instituição quanto às ações a serem implementadas na distribuição de recursos. Tais indicadores, segundo Castro (p.17), “(...) saíam praticamente a cada ano e, além do levantamento das faculdades, fizemos alguns estudos importantes sobre (...) a questão da necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento. Um pouco deste mito do que se precisava e do que não se precisava”. Portanto, os levantamentos mais uma vez aparecem como instrumentos essenciais para o conhecimento do estado em que se encontrava o ensino superior no país a fim de oferecer uma orientação em relação às ações prioritárias para a solução dos entraves encontrados tanto no plano educacional quanto no plano econômico.

A preocupação com a formação do corpo docente, presença constante no pensamento de Anísio e já destacado neste trabalho, ficou explícita quando Castro (p.25) afirma que “(...) todo o nosso sistema, o nosso programa de treinamento era dirigido preponderante e prioritariamente para o pessoal docente. Queríamos melhorar o corpo docente (...)”. Todo o investimento em bolsas de estudo e treinamentos feitos para o alcance deste objetivo aparecem no depoimento como um elo inextricável que une ensino e pesquisa que, no dizer de Castro, era um binômio que não admitia qualquer possibilidade de separação. Fato que muitas vezes não ocorreu no campo das políticas públicas quando se fez presente um hiato entre as estratégias de implementação da política econômica desenvolvimentista e a implantação da política de ciência e tecnologia, num descompasso que fez por merecer um aprofundamento frente à crítica encetada por Castro (p.32) de “(...) que não havia uma política científica brasileira”.

O processo de discussões, final dos anos 1950, que desembocaria na criação da Universidade de Brasília (UnB) e o efetivo funcionamento da mesma são citados no depoimento de Castro como um movimento importante na consolidação de um novo modelo de universidade que passaria a ser espelho para a reformulação ou criação de novas universidades no país. Há, neste momento, um destaque para o envolvimento, dentre outros, de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira para consubstanciação de tal projeto. Leite (p.6), mesmo declarando não ter participado ativamente das reuniões de criação da referida universidade relata que “(...) eles (Anísio, Darcy e Almir de Castro) faziam as reuniões para a criação da Universidade de Brasília lá na CAPES (...)”. Houve discordâncias dentro do grupo quanto ao papel dessa universidade. Para Anísio a UnB deveria ser uma universidade voltada exclusivamente para a pós-graduação, mas não era essa a posição majoritária no grupo e prevaleceu a tese que deveria oferecer primeiramente a graduação e, gradativamente, tais cursos dariam origem aos cursos de pós-graduação.

Assim, após a análise de alguns pontos relativos à dinâmica interna da CAPES, considero necessário explicitar o que à época se entendia como estudos de pós-graduação para uma compreensão da utilização do termo nos Relatórios de Atividades – próxima etapa do trabalho e nos boletins da CAPES. A tarefa está imbricada com a dinâmica interna da instituição, ou seja, apresenta uma ligação direta com a concepção de estudos pós-graduados construída no cotidiano da CAPES.

A CAPES, conforme o estudado neste Capítulo, desde o momento de sua instituição tinha como atribuição “(...) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados” (Decreto 29.741, art. 3º, letra f). Uma responsabilidade imensa frente às expectativas criadas e às necessidades do país. Assim, o comentário de Almir e Castro (apud Córdova, 1998:60), quanto aos objetivos imediatos da CAPES fornece a extensão exata da relevância dessa atribuição, ao afirmar que se tratava da “(...) promoção de cursos de pós-

graduação de todo tipo, sem cogitação imediata de sua ordenação e regulamentação (...). Quanto à ordenação e à regulamentação esclareceu, no prosseguimento de suas observações que, “(...) depois viriam, inclusive com decisiva participação, como membros do Conselho Federal de Educação¹²⁶, de professores vinculados direta ou indiretamente à CAPES”.

Os trechos extraídos por Córdova de um artigo de Almir e Castro possibilitam um entendimento da abrangência do termo “pós-graduação” que estava presente em todas as publicações da CAPES, incluindo os Boletins e os seus Relatórios de Atividades. Desse modo, a questão da diversidade dos cursos considerados de pós-graduação como “estágio de aperfeiçoamento pós-graduado”, “curso pós-graduado” (independente do tempo de duração e das exigências para o ingresso e para a conclusão), “mestrado” e “doutorado” (com exigências semelhantes às atuais) demonstram que, por mais óbvio que possa parecer, os cursos intitulados de pós-graduação apresentavam relação direta com a sua feitura após a realização da graduação. Tal observação se faz importante porque muitos projetos desenvolvidos pela CAPES e inseridos no item pós-graduação corresponderiam hoje a cursos de pós-graduação lato sensu, a especializações e alguns a atualizações de curto prazo.

A comparação estabelecida visa, apenas, ao entendimento de termos que tiveram significativa presença no trabalho realizado pela CAPES e não a qualquer tipo de desconsideração que tenha como princípio a análise da qualidade tendo a carga horária como parâmetro. O próprio artigo de Almir e Castro apontou a diretriz que guiou a Campanha: apoiar todo o tipo de iniciativa que tivesse a pós-graduação como alvo. Essa postura está imbricada com o espírito experimental, autônomo e, de certa forma, ousado levado a termo pela CAPES.

¹²⁶ Atualmente, Conselho Nacional de Educação (Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995).

Desejo retomar, ainda, a questão da ordenação e regulamentação citadas por Castro. À ideia de regulamentação dos cursos de pós-graduação foi acrescida a movimentação posterior no Conselho Federal de Educação (CFE), inclusive com a presença de conselheiros que tiveram ligações com a CAPES¹²⁷. Tal perspectiva leva à conclusão de que à época da instituição da CAPES e durante boa parte de sua existência sob a gestão de Anísio Teixeira não havia uma legislação específica para a pós-graduação e que o referido Conselho teve destacado papel na elaboração de medidas que organizassem e regulamentassem esse nível de ensino.

A ausência de uma legislação mais específica sobre a pós-graduação não anulou a contribuição de Anísio Teixeira e da CAPES para a institucionalização desse nível de ensino no Brasil. Institucionalização que não pode ser considerada, somente, como um fruto da elaboração de instrumentos legais. Tal elaboração foi um marco do regime militar que assumiu o poder no país em 1964. Entretanto, considero que as afirmações que sustentam que a pós-graduação só foi institucionalizada após o golpe militar de 1964 esquecem da existência de uma outra vertente da palavra “institucionalização” que é “(...) dar caráter institucional a (...) tornar institucional (...) adquirir o caráter de instituição; tornar-se institucional (...)” (Holanda, 1986:953). Esta vertente apresenta ligação com todo o trabalho desenvolvido pela CAPES - na gestão de Anísio - com o apoio a todas as iniciativas voltadas para a pós-graduação e um intenso investimento nos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado¹²⁸, dando um caráter institucional à pós-graduação no Brasil.

¹²⁷ O próprio Anísio Teixeira foi empossado no cargo de conselheiro em 1962 – notícia veiculada pelo Boletim Informativo CAPES n. 112.

¹²⁸ Os Relatórios de Atividades da CAPES – analisados no Item 5 do Capítulo IV – possibilitarão uma compreensão do processo de institucionalização da pós-graduação efetivado pela CAPES, bem como do papel exercido pelos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado.

Retomando a questão da institucionalização pelo seu caráter legal, ou seja, pela vertente da regulamentação, a pós-graduação apareceu pela primeira vez na legislação federal através da Lei 4.024 de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹²⁹. A Lei 4.024, art. 69, ao explicitar os diferentes tipos de cursos superiores apresentou na letra b os cursos de pós-graduação. A presença da pós-graduação nesse texto legal, apesar de importante, não pode ser considerada como um marco consolidador e organizador desse nível de ensino. Concordo com o raciocínio de Fávero (1976:88) ao afirmar que “(...) essa Lei não chegou a determinar a natureza e as funções da pós-graduação; somente a partir do Parecer nº 977 de 1965 do CFE esses cursos são claramente definidos”. Nesse momento, a fala de Almir e Castro pode ser compreendida em toda a sua extensão pois articulada à de Fávero torna-se evidente que o Conselho Federal de Educação ficou com a responsabilidade de estruturar em termos legais e doutrinários a pós-graduação no Brasil.

O Parecer nº 977 definiu a pós-graduação como um “(...) ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação, sistematicamente organizado visando a desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico de mestre ou doutor”. A institucionalização da pós-graduação no Brasil, no que concerne ao plano de organização de normas para validação de cursos e diplomas, ocorreu em 1968 através da Lei 5.540 (Lei da Reforma do Ensino Superior) e, nesse ponto, complementada pelo Parecer nº 77 do CFE que, segundo Fávero (1976:88), “(...) visando preservar o alto nível exigido pela pós-graduação, determinou normas para o credenciamento dos cursos, considerando que os diplomas de mestre e doutor só terão validade nacional e gozarão das prerrogativas que lhes serão asseguradas se os cursos de pós-graduação forem credenciados pelo CFE, nos termos da referida Lei”.

¹²⁹ A Lei 9.394 de dezembro de 1996 é a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O presente trabalho não tem a intenção de estabelecer um histórico da legislação referente à pós-graduação no Brasil. Tarefa que exigiria espaço para um estudo que levantasse todo o arcabouço legislativo até a chegada à legislação em vigência¹³⁰. Assim, apenas foram analisados trechos de documentos legais que se constituíram como momentos marcantes da regulamentação, organização e normatização, enfim, da institucionalização legal desse nível de ensino. A citação de tais instrumentos legais, a maioria com elaboração posterior à gestão Anísio Teixeira frente à CAPES, teve como fim o entendimento dos diferentes termos utilizados referentes ao que à época se entendia como pós-graduação e, além disso, a compreensão desse momento inicial com percalços e dificuldades como a gênese (que transparece na análise do Relatórios de Atividades da CAPES) do processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil.

¹³⁰ Sobre legislação vigente visitar site: <http://www.capes.gov.br>

CAPÍTULO IV

O BOLETIM INFORMATIVO CAPES: A REDE EM AÇÃO

Gostaria de viver noutra época?...
No passado ou no futuro?
- No futuro, depois do ano 2.000.
(Trecho da entrevista dada por Anísio ao jornal
"A Noite" – seção Personalidade – 1955)

1. Considerações iniciais

A análise do Boletim Informativo CAPES busca desvelar a própria história da instituição, os seus propósitos, os seus desafios e a contribuição de Anísio Teixeira e da CAPES para a institucionalização da pós-graduação no Brasil. Percebo que tal história está imbricada com um determinado modelo de formação e de estruturação da CAPES como uma "rede" que num processo de mão dupla procurou abarcar as diversas instituições e atores envolvidos com a formação de quadros de nível superior do país, especialmente no que se refere à docência e à sua formação em nível pós-graduado, objetivando estabelecer novas perspectivas e parâmetros para o ensino e pesquisa nas universidades brasileiras.

A formação e a estruturação da CAPES como uma "rede" trouxeram como consequência a necessidade, vencidas as etapas de conformação e organização inicial, de exteriorização das ações desenvolvidas, dos projetos realizados ou em execução, das ofertas de serviços da CAPES e, por fim, das perspectivas e projeções da Campanha a médio e longo prazos. Assim, tornou-se urgente a existência de um instrumento que além de prestar

contas e divulgar o trabalho da CAPES desse visibilidade a essa “rede” e às suas ações, utilizando estratégias que possibilitassem a construção de um centro articulador e de um movimento de engajamento para o alcance das metas traçadas.

Uma “rede” em ação: agindo e interagindo, enviando e recebendo contribuições, envolvendo e envolvida, num movimento de organização sem centralização e intervenção sem desmobilização. Enfim, uma “rede” em ação que não desprezou a reação dos demais segmentos envolvidos no processo de sua tessitura e que teve no Boletim Informativo CAPES um instrumento privilegiado para a concretização de tais objetivos.

Os boletins da CAPES constituem uma importante fonte documental por permitirem um mergulho no processo de construção e solidificação da pós-graduação no Brasil e no papel exercido por Anísio Teixeira nesse processo. Esta colocação define o recorte temporal para o estudo dos boletins: 1952 a 1964, período que corresponde quase que integralmente à gestão de Anísio Teixeira frente à CAPES. Gestão que teve início em 1951 e se encerrou em 1964. O número de boletins estudados referentes ao período citado chegou a 145, 137 da gestão de Anísio Teixeira e 08 da gestão de Suzana Gonçalves que substituiu Anísio, após seu afastamento da CAPES em 1964.

Entendo que a mais enriquecedora postura face à determinação de apresentar o Boletim Informativo CAPES é a que possibilita dar voz ao próprio periódico. O primeiro número do Boletim¹³¹, publicado em dezembro de 1952, trouxe uma seção intitulada “Apresentação” que continha os objetivos da CAPES e do periódico. A transcrição do texto que compõe a seção torna-se imperiosa por propiciar a compreensão das posteriores alterações e transformações ocorridas no percurso de publicação do referido periódico. A observação atenta do exposto nessa “Apresentação” revela um campo fértil para o cotejamento dessa fase inicial com outras fases, possibilitando apontar as mudanças no aspecto

¹³¹ Mais detalhes sobre o Boletim Informativo CAPES n.1 ver: Anexos (n. 03).

editorial que foram consequências das vicissitudes sofridas pela própria instituição.

O Boletim Informativo CAPES (n.1,p.1) abordou, nessa Apresentação, primeiramente, os objetivos gerais da Campanha, colocando em evidência os objetivos orientadores do trabalho da instituição¹³² ao afirmar que:

A CAPES, órgão destinado a contribuir para a melhoria do ensino universitário brasileiro, o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior em atividade no País, e a facilitar a concessão de bolsas de estudos a jovens bem dotados e sem recursos financeiros, vem se constituindo, pelas suas próprias atribuições, um centro natural de coleta de dados e informações de todo o Brasil e mesmo do estrangeiro.

A continuação da referida apresentação estabeleceu o elo entre os objetivos da CAPES e os objetivos do Boletim ao definir que "(...) é do interesse de técnicos, professores, administradores e alunos das escolas superiores, e também dos que nela se formaram, tomar conhecimento desses dados e informações. Êste, justamente, o objetivo do presente "Boletim", que se destina à divulgação de atos, dados, fatos e acontecimentos de relêvo ocorridos no ensino superior, bem como à divulgação de ocorrências, atividades e iniciativas de maior importância do pessoal que constitui o quadro brasileiro de técnicos, cientistas, artistas e humanistas". O texto especificou o público ao qual o periódico era destinado e enumerou os itens que seriam o alvo da atenção da publicação para um processo de divulgação.

Ainda na seção Apresentação, considero ser imprescindível realçar o seguinte trecho: "(...) O Boletim da CAPES é, assim, noticioso apenas; não publicará artigos, estudos, debates de ideias". Todavia, o estudo empreendido sobre os boletins não confirmou as premissas contidas nesse último trecho da apresentação. O percurso com os boletins no que tange ao estudo

¹³² Objetivos estudados no Capítulo III.

de suas seções e ao seu conteúdo revelaram o quanto a dinâmica institucional e o contexto histórico provocaram alterações nos rumos e na construção de um objeto, pois “(...)noticioso apenas” representa tudo que o Boletim Informativo CAPES jamais foi.

Assim, num processo constante de aperfeiçoamento crítico, de reavaliação do seu papel institucional, a CAPES utilizou o Boletim como um efetivo instrumento que possibilitou acionar as estratégias de irradiação, articulação e mobilização. Haja vista que as estratégias aventadas no parágrafo anterior exigiram mais do que apenas um caráter noticioso, mas sim um periódico que propiciasse a divulgação, o debate e o confronto de ideias.

A seção Apresentação, apesar das limitações impostas ao próprio periódico, não descartou a comunicação com o público ao explicitar que “(...) para melhor cumprir seu objetivo, solicita o “Boletim da CAPES” que lhe sejam enviados, para publicação, notícias, dados e informações de interesse geral, relacionados com o ensino universitário e com a cultura brasileira”. Portanto, não obstante as delimitações, o Boletim nasceu sob o signo da possibilidade do intercâmbio de ideias, da troca de informações e, evidentemente, incitando uma mobilização em torno de temas relacionados ao ensino superior e à cultura brasileira. Fato corroborado pelas seções posteriormente criadas e as correspondências enviadas que extrapolaram bastante o determinado, transformando o Boletim Informativo CAPES num espaço privilegiado de debate de questões educacionais nacionais e internacionais.

2. Informações gerais

O Boletim Informativo CAPES tinha uma periodicidade mensal¹³³ que foi preservada até o fim do período abarcado por

¹³³ Exceto para números que, eventualmente, publicaram extensos Relatórios de Atividades e que tornaram a publicação temporariamente bimestral. Mais detalhes no Item 5 deste Capítulo.

este estudo. Mesmo os problemas relativos aos recursos financeiros que atrasaram e, muitas vezes, inviabilizaram os projetos da CAPES não interromperam o processo de elaboração dos boletins. Tais constatações, porém, não garantem que o processo de distribuição do periódico tenha sido rigorosamente mantido visto que a conferência desse aspecto se afigurou impossível pela ausência, até então, de documentos que permitissem quaisquer inferências sobre a questão.

Um outro ponto que permaneceu sem rastros conclusivos, não obstante todos os esforços empreendidos e mediante a análise dos Relatórios elaborados na gestão de Anísio, refere-se à tiragem do Boletim. Tal questão não esteve presente em qualquer Relatório de Atividades da CAPES no período de 1953 a 1964¹³⁴ pois esses documentos apenas relacionaram os números publicados no ano anterior ou no máximo – conforme o 10º Relatório – um levantamento dos gastos com a publicação, impossibilitando qualquer tentativa sensata de arbitramento da tiragem visto que os valores estão expressos em moeda não mais existente e mesmo a instabilidade da política monetária brasileira não favorece a atualização dos valores declarados para uma aproximação do custo da unidade do periódico e, daí, a operação de extração da referida tiragem.

Foi possível levantar indícios de que era significativa a tiragem e que os boletins eram distribuídos para diferentes instituições. Córdova (1998:51) afirma que “(...) A publicação do Boletim Informativo da CAPES simultaneamente oferece à instituição um resumo ou balanço de suas atividades, para sua avaliação interna, e a sociedade uma espécie de prestação de contas. As publicações eram, inclusive, divulgadas junto às missões diplomáticas no exterior, com o auxílio da Divisão

¹³⁴ O Relatório de Atividades da CAPES de 1965 assinalou, pela primeira vez, a tiragem do Boletim Informativo CAPES: 2.200 exemplares. O Relatório de 1966 afirmou que a tiragem mensal superou os dois mil exemplares. Entendo que tais dados por pertencerem à gestão posterior à de Anísio não possibilitam a afirmação que a mesma tiragem do Boletim tenha ocorrido na gestão deste.

Cultural do Itamaraty(...).¹³⁵ Possibilidade real haja vista o intercâmbio da CAPES com diversos países no que concerne a bolsas de estudos. Ainda sobre esse ponto, Leite (2000:10) assevera que os boletins da CAPES eram enviados “(...) para as Universidades todas, para as autoridades do Ministério, para ex-bolsistas”. O depoimento de Leite abre mais ainda o leque das instituições e pessoas que recebiam o periódico, possibilitando a afirmação de que não poderia ser desprezível a sua tiragem.

Desejo, também, aduzir sobre a distribuição dos boletins um trecho do Relatório de Atividades da CAPES de 1964 – não estudado por estar fora do período definido pelo recorte deste trabalho – que se refere exclusivamente ao “Boletim da CAPES”. O trecho tece comentários minuciosos relativos à distribuição que não constaram de qualquer relatório anterior. O texto afirma que “(...) procedeu-se à revisão do registro de pessoas e entidades, às quais vinha êle (o boletim) sendo distribuído, para retificação de enderêços, inclusão de novos interessados e eliminação de fichas, em alguns casos (...) deve-se registrar que o Boletim, embora desprezioso¹³⁶ (sic), tem grande aceitação e é objeto de constante procura, por parte de pessoas e entidades”. O restante do trecho corrobora os depoimentos anteriores e reafirma a importância do periódico e a repercussão das questões levantadas pelo mesmo¹³⁷.

Um outro ponto é a variação do número de páginas do Boletim. O Boletim do número 01 ao 11 era composto por 12 páginas (1952-1953); avançou para 16 páginas no número 12 e permanecendo assim até o número 39 (1953-1956). O próprio Boletim n. 12 (p. 7) esclarece que “(...) estas 16 páginas

¹³⁵ Os grifos são meus.

¹³⁶ Os grifos são meus.

¹³⁷ O Boletim Informativo CAPES também teve destaque na imprensa. Cito como exemplos, dentre outros, notícias encontradas no “Jornal do Comércio” em 30/11/56 e no jornal “Correio da Manhã” em 22/10/57 que citam artigos de Anísio Teixeira publicados pelo Boletim.

representam, assim, um modesto marco do primeiro ano de vida do Boletim de Informações da CAPES”.

O Boletim dobrou o número de páginas a partir do número 40 – momento em que assumiu a Presidência da República Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado o Ministério de Educação e Cultura, mantendo tal quantidade até o número 145, último analisado por este trabalho. A variação do quantitativo de páginas do Boletim e o seu respectivo aumento teve relação com as mudanças de orientação política e, também, com a complexificação do trabalho da CAPES, ocasionado pelo crescimento do volume dos projetos executados pela instituição e requerendo um maior espaço para a irradiação de tais iniciativas e objetivando a tentativa de gerar um processo de mobilização.

Além dos Relatórios de Atividades que não estão incluídos no parágrafo anterior.¹³⁸ O Boletim Informativo CAPES teve, ainda, em 1957 duas edições especiais com 44 páginas totalmente dedicadas à IX e à X Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A estrutura das duas edições foi semelhante: trouxeram um texto de abertura assinado por Anísio Teixeira, presidente da SBPC à época; um relatório anual; a composição da Diretoria; a lista com os participantes da Reunião; o programa da Reunião e a íntegra de algumas palestras proferidas no evento. As edições especiais confirmaram os importantes laços que envolviam as duas instituições, independente do fato de a SBPC nunca ter sido escolhida para ter assento na Comissão da CAPES.

3. A estrutura gráfica do Boletim Informativo CAPES

A análise da estrutura gráfica do Boletim Informativo CAPES traduz o meu entendimento de que o estudo sobre um periódico deve não só abranger os conteúdos veiculados mas, também, os aspectos que envolvem a materialidade desse objeto cultural

¹³⁸ Mais detalhes sobre o assunto no Item 5 deste Capítulo.

através da sua forma de impressão. O estudo sobre a estrutura impressa ou gráfica do objeto possibilita a compreensão da forma que o periódico chegou aos seus leitores e, evidentemente, abre espaço para inferências preliminares sobre a atração despertada nos mesmos. A perspectiva assumida não objetiva qualquer separação arbitrária entre o texto e as formas impressas, apenas contribui com o acréscimo de mais um elemento para o enriquecimento da abordagem sobre o objeto.¹³⁹

A Folha de Rosto¹⁴⁰ (ou 1º capa) do Boletim Informativo CAPES trazia uma foto com uma legenda que identificava a página em que se encontrava a referida notícia expressa pela imagem; abaixo da foto em tipos maiores o nome CAPES e em seguida o título completo e oficial da publicação BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR; abaixo do título e centralizado aparecia o Frontispício¹⁴¹; por último o mês de publicação, o ano e o número. É importante aprofundar algumas características dos elementos que compõem a folha de rosto do Boletim.

As fotos, considerados os 145 números estudados e apenas as que se encontravam na folha de rosto¹⁴², se afiguraram como um interessante instrumento de divulgação de eventos de caráter científico/educacional/cultural como conferências seminários, cursos, palestras, reuniões, festivais estudantis etc.; eventos de caráter político como posse de ministros, presidentes, conselheiros, reitores etc.; há também fotos que enfatizam o caráter arquitetônico de projetos, maquetes ou prédios

¹³⁹ Questão já discutida no Item 3 da Introdução deste trabalho.

¹⁴⁰ Ver: Anexos (n. 03) – Boletim Informativo CAPES, n.1.

¹⁴¹ Estampa colocada na face da folha de rosto.

¹⁴² O Boletim apresentou – em média - 3 a 4 fotos pelas suas páginas, especialmente a partir do número 12 que celebrou um ano de existência do periódico. Este aspecto contribuiu, certamente, para um custo maior da publicação, mas a tornou mais atraente.

construídos de cidades universitárias, universidades, faculdades, laboratórios e centros de pesquisa em funcionamento.

A iconografia teve um papel significativo nas estratégias montadas pela CAPES, principalmente no que objetiva a irradiação e divulgação de suas propostas e objetivos, que colocaram em evidência situações que expressavam dinamismo (as de caráter científico e educacional), empreendimento (as referentes a construções e planos das cidades universitárias) e mudanças em órgãos da administração direta federal ou em entidades subordinadas ao poder público (as de caráter político).

As fotos buscaram transmitir aos leitores os avanços consubstanciados e os projetos ainda em fase de preparação pela CAPES e por outros órgãos governamentais. Projetos que direta ou indiretamente tinham no aperfeiçoamento do pessoal de nível superior o seu cerne, consoante a um dos objetivos centrais da CAPES. Abaixo da foto da folha de rosto, havia uma legenda que direcionava o leitor para a página onde se encontrava a reportagem, estabelecendo, grosso modo, um entendimento de que a foto representava uma chamada para matéria considerada importante, mas nem sempre a principal.

Apresento na Tabela 6 um levantamento do quantitativo de fotos da folha de rosto do Boletim mediante a classificação estabelecida:

Tabela 6 - levantamento do quantitativo de fotos da folha de rosto do Boletim

CARÁTER CIENTÍFICO/EDUCACIONAL/CULTURAL	62
CARÁTER ARQUITETÔNICO	58
CARÁTER POLÍTICO	19

TOTAL⇒ 139¹⁴³

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 145.

O levantamento evidenciou um equilíbrio entre as fotos voltadas para aquilo que intitulei “caráter científico/

¹⁴³ Seis Relatórios de Atividades utilizaram, face à sua extensão, dois números do periódico.

educacional/cultural” e “caráter arquitetônico” que, em síntese, expressa que a dinâmica da própria CAPES estava voltada para as questões que refletissem um posicionamento empreendedor para a solução de problemas que atingiam não só a formação e aperfeiçoamento de quadros superiores para o país, mas também a todo o sistema educacional brasileiro, determinado a necessidade de profundas alterações para a sua correção.

Ainda na folha de rosto, cabe aprofundar o ponto referente ao título completo e oficial do Boletim Informativo CAPES. Até o Boletim 138/139 – maio e junho de 1964 que trouxe o 10º Relatório de Atividades – o nome permaneceu como Boletim Informativo da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, mesmo com uma nova legislação em vigor (Decreto 59.932 de 26 de maio de 1964)¹⁴⁴ que transformou a CAPES numa coordenação. Na contracapa a nova denominação apareceu e foi incorporada à estrutura organizacional da Campanha. O Boletim 140 (julho de 1964) foi o primeiro a estampar na folha de rosto a palavra COORDENAÇÃO no lugar da palavra CAMPANHA.

O Frontispício¹⁴⁵ presente na folha de rosto do Boletim Informativo CAPES esteve também em todos os boletins estudados e em todas as outras publicações da CAPES, até 1964. Portanto, mais que a estampa do Boletim expressava um símbolo da própria CAPES. O frontispício trazia a deusa Atena (para os gregos) e Minerva (para os romanos).¹⁴⁶ A deusa Atena, segundo a Coleção Mitologia (vol. I, p. 146), “(...) ao sair do crânio de Zeus já envergava brilhante armadura (...) e brandia a lança (...) assim, desde o primeiro instante de existência, caracterizava-se como divindade guerreira. Mas não encarna a força bruta que massacra sem propósitos. Antes, representa a arte bélica, a luta racional e justa, que tem por objetivos defender ideais elevados,¹⁴⁷ divulgar a cultura grega, estabelecer a paz e assegurar a ordem entre seus

¹⁴⁴ Decreto na íntegra ver: Anexos (n. 13).

¹⁴⁵ Ver estampa em Anexos (n. 03) – Boletim Informativo CAPES, n.1.

¹⁴⁶ Ver a figura “Atena Pensativa” em Anexos (n. 16).

¹⁴⁷ Os grifos são meus.

devotos”. Ribeiro Junior (1984:42) afirma que Atena “(...) tornou-se conselheira dos deuses (...) e intitulada Deusa da Razão, presidindo as artes e a literatura”. Em Roma como Minerva, acompanhando o texto da Coleção Mitologia (vol. I, p. 148), “(...) era venerada com deusa da vitória, protetora da oliveira, médica, inspiradora de poetas e de políticos”.

Defendo a tese que a simbologia que presidiu a escolha de Atena (Minerva) para o frontispício de todas as publicações da CAPES não foi fruto do acaso. A escolha buscou expressar o entendimento de um grupo sobre as propostas e objetivos que deveriam orientar a dinâmica institucional. Expressou, portanto, a representação simbólica de uma instituição que nasceu sob o signo de travar uma luta racional e justa por ideais elevados, uma luta árdua, cotidiana, para que a sabedoria se instaurasse e a razão tivesse espaço na sociedade¹⁴⁸.

A mudança do Frontispício ocorreu a partir do Boletim n. 146 de janeiro de 1965¹⁴⁹. Tal mudança foi aventada no Relatório de Atividades do ano de 1964 (p. 17) e sobre os aspectos gráficos do Boletim afirmava que “(...) Foi feito um estudo de modificação de sua apresentação, dentro de moldes atualizados, de forma a torná-lo mais vivo e promocional. Aprovado o Projeto pelo Conselho Deliberativo, o número de janeiro de 1965 já foi lançado dentro das novas normas de apresentação”. Empreendi uma pesquisa para o acompanhamento de tais mudanças que tornariam “*mais vivo e promocional*” o Boletim e percebi que apenas o fundo de sustentação do novo frontispício passou a ser colorido com uma variação mensal da cor utilizada. A Folha de Rosto passou a não

¹⁴⁸ Em diversos textos Anísio destacou o papel da civilização grega e a questão da racionalidade. Apenas como exemplo, dentre outros textos, cito “Ciência e Humanismo” (1955 c), “Espírito criador e civilização” (1960 d), “Ensino humanístico e ensino técnico em nosso tempo” (1971) e “Cultura e tecnologia” (1971 b). Tal fato não comprova que Anísio tenha sozinho escolhido a estampa, pois seria uma tentativa de adivinhação que está fora dos planos deste trabalho, mas acena para a possibilidade dele ter contribuído efetivamente para a escolha.

¹⁴⁹ Novo frontispício ver: Anexos (n.15).

ter mais fotos (assim como todo o Boletim), o próprio nome do periódico e o nome da instituição deixam de compor tal folha, passando para a 4ª capa. Certamente, uma discutível mudança em relação ao objetivo proposto de conferir ao periódico uma vivacidade e um caráter mais promocional.

A 2ª CAPA, verso da folha de rosto, apresentava a composição da Comissão e da Campanha¹⁵⁰. A estrutura trazia os cargos, os seus respectivos membros e a quais instituições públicas ou privadas estavam vinculados. A ordem e a forma de apresentação sofreram algumas alterações no percurso. Alterações estas que foram consequência das reestruturações de caráter legal sofridas pela CAPES ou mesmo fruto da dinâmica interna da instituição, que evidenciaram modificações, ao menos no plano dos valores proclamados que transformaram a estrutura e a composição gráfica da 2ª capa. Considero interessante determinar os momentos em que as alterações se fizeram presentes, acrescentando que, de maneira geral, houve um descompasso entre a oficialização de uma nova estrutura organizacional e sua transposição para o Boletim.

O Boletim n. 1 (1952), na sua 2ª capa, apresentou a seguinte estrutura: COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR: Presidente, Secretário Geral e Membros; CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR: Secretário Geral e Diretor Executivo. O cargo de Diretor Executivo desapareceu da 2ª capa nos Boletins n. 10 e n. 11 (1953), retornando no Boletim n. 12 do mesmo ano e dividindo espaço com um novo cargo “Diretor de Programas” a partir do Boletim n. 14 de 1959 e deixando definitivamente de aparecer com a publicação do Boletim n.27 de 1955.

O Boletim n. 131 (1963), numa comparação com o Boletim n.1, apresentou uma mudança significativa em relação à estrutura da 2ª capa. A seguinte organização passou a presidir a publicação:

¹⁵⁰ A análise das variações referentes à composição e à estrutura da CAPES estão presentes no Item 1 do Capítulo III.

CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES): Coordenador, Diretor Executivo e Conselho Consultivo (membros). O Boletim n. 140 de julho de 1964, não mais na gestão de Anísio porém analisado por este trabalho, teve na sua 2ª capa a estrutura: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES): Conselho Deliberativo, Presidente, Membros e Diretora-Executiva¹⁵¹.

A 3ª Capa foi aproveitada com espaço complementar para a última seção do Boletim e mesmo sendo constantemente utilizada não recebeu número dentro da paginação do periódico, assim como a 2ª capa. As matérias presentes na 3ª capa, portanto, variaram conforme as alterações sofridas na organização e estruturação das seções que compunham o Boletim. Tal questão será analisada com propriedade no próximo Item deste Capítulo.

A 4ª Capa apresentou, até o Boletim n. 145, um retângulo envolvendo o seguinte texto: “A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e em quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do país¹⁵². O texto sintetizou os objetivos da CAPES traçados pelo Decreto 29.741 de 11 de julho de 1951, no seu artigo 2º. A 4ª Capa foi totalmente modificada, a partir do Boletim n. 146 de janeiro de 1965, e passou a ter apenas os seguintes dizeres: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (MEC).

A análise da estrutura gráfica do Boletim Informativo CAPES possibilitou uma série de inferências sobre o periódico, num trabalho que teve como sustentação a materialidade do objeto e os

¹⁵¹ Cabe destacar que, até o último número estudado o 145 de dezembro de 1964, o Boletim Informativo trouxe na 2ª capa o endereço completo da CAPES para o estabelecimento de contatos através de visitas, correspondências ou ligações telefônicas com os interessados nos serviços prestados pela instituição.

¹⁵² O Boletim n. 1, que está nos Anexos deste trabalho, trouxe também na 4ª Capa esse texto, porém uma falha na reprodução omitiu os detalhes de tal capa. Assim, identifiquei a necessidade de incluir nos Anexos (n. 17) um modelo desta 4ª Capa.

seus aspectos gráficos que de forma significativa constituem importantes elementos para o entendimento das estratégias lançadas e as táticas utilizadas para a consecução dos objetivos traçados pela instituição. Entendo ser o momento de abordar o complemento desta faceta gráfica: as seções e os seus conteúdos expressos no Boletim Informativo CAPES.

4. A análise das seções do Boletim Informativo CAPES

A análise das seções do Boletim Informativo CAPES solicita a divisão do trabalho em duas fases: a primeira que se estendeu do Boletim número 1 ao número 39 e a segunda que se iniciou com o Boletim número 40 e prosseguiu até o número 137. Tal divisão em duas fases não representa uma ruptura mas, sim, um momento de crescimento e refinamento do periódico.

A divisão servirá, apenas, como um roteiro para o entendimento de momentos distintos vividos pelo periódico quanto à organização das seções, à sua constância e mesmo ao título explícito dado a cada uma delas. Vale frisar que ao instituir tal separação pretendo possibilitar uma compreensão da gênese de cada seção que pontificou naquilo que considero a primeira fase e a sua continuidade na segunda. Esses estudos serão fundamentais para uma posterior análise específica das principais seções que se tornaram presença constante nos boletins.

A primeira fase apresentou uma inconstância no que tange à continuidade e a incerteza ou ausência de títulos que apresentassem cada seção. O periódico viveu nesse instante um reflexo do que vivenciou a própria instituição: um período de experimentações e vicissitudes na sua dinâmica interna, características inerentes a qualquer instituição com um papel marcante na elaboração e gestão de políticas públicas educacionais.

Não obstante esse entendimento, tal perspectiva dificultou a elaboração de um levantamento preciso sobre as mesmas, pois as referidas incertezas geraram indefinições e exigiram que na

tentativa de sistematizar o trabalho tivesse que – muitas vezes arbitrariamente, outras levando em consideração os títulos constantes da segunda fase - estabelecer títulos por proximidade ou afinidade temática. A Tabela 7 traz o levantamento da ocorrência das seções nessa primeira fase e a indicação da continuidade de cada uma (muitas vezes com outro título) na segunda fase. O número ao lado do título da seção indica o Boletim no qual teve a sua primeira presença.

Tabela 7 – Seções no Boletim Informativo CAPES

SEÇÃO (1ª FASE)↓	⇒	SEÇÃO (2ª FASE)↓
EDITORIAL * (1)	⇒	EDITORIAL *
ATIVIDADES DA CAPES (1)	⇒	ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES
UNIVERSIDADE EM CONSTRUÇÃO * (1)	⇒	MUNDO UNIVERSITÁRIO
EVENTOS ACADÊMICOS /CIENÉTICOS (1)	⇒	MUNDO UNIVERSITÁRIO**
EVENTOS ACADÊMICOS /CIENÉTICOS (1)	⇒	MUNDO UNIVERSITÁRIO**
LEGISLAÇÃO * (1)	⇒	ATOS OFICIAIS
NOTÍCIAS DIVERSAS (2) / OUTRAS NOTÍCIAS (35)	⇒	NOTICIÁRIO
LEVANTAMENTOS SOBRE ENS. SUPERIOR E QUADROS SUPERIORES * (2)	⇒	ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES **
BOLSAS DE ESTUDO (3)	⇒	ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES
NOVOS CATEDRÁTICOS (4)	⇒	ATOS OFICIAIS **
EDUCAÇÃO COMPARADA* (6)	⇒	ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO
ATUALIZAÇÃO DOS DADOS RELATIVOS AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR (29)	⇒	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 137.

* Título não oficializado pelo periódico.

** Seções da segunda fase que incorporaram mais de uma seção da primeira.

O Boletim número 40 inaugurou uma nova fase em relação às seções, pois reorganizou as já existentes, proporcionou um maior

espaço para o periódico visto que das 16 páginas anteriores avançou para 32, promoveu um intenso aproveitamento de notícias veiculadas pela imprensa e trouxe a presença de seções inéditas: “Forum de Opiniões” e “Publicações”. Assim, o considero um marco divisor das duas fases apontadas e, ao mesmo tempo, o fio condutor da dinamização e aprofundamento das temáticas abordadas pelo Boletim Informativo CAPES.

Cabe ressaltar que os conteúdos das seções da primeira fase serão alvo de estudo específico, pois o estabelecimento das duas fases teve como objetivo a sistematização do percurso das mesmas e da sua nomenclatura a fim de facilitar a compreensão do exame, a seguir, que analisará o conteúdo de cada uma das seções explicitadas na Tabela 8, bem como estabelecer explicações sobre a escolha dos títulos, tendo como base os 137 números do Boletim Informativo CAPES estudados, sob a gestão de Anísio Teixeira.

Tabela 8 – Os títulos das seções do Boletim Informativo CAPES¹⁵³

SEÇÕES ↓
EDITORIAL
ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES
MUNDO UNIVERSITÁRIO
NOTICIÁRIO
ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO
FORUM DE OPINIÕES
ATUALIZAÇÃO DOS DADOS RELATIVOS AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR
PUBLICAÇÕES
ATOS OFICIAIS

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 137.

Editorial

Antes de ingressar na análise dos editoriais do Boletim, entendo ser importante revelar que a palavra “Editorial” não apareceu em qualquer um dos 137 números abarcados por este

¹⁵³ Para demonstrativo de todas as seções que serão analisadas ver: Anexos (n. 18).

trabalho. A opção de nomear a seção com esse título se afigurou como possível após a pesquisa de inúmeras fontes que contribuíram para uma consistente definição da mesma.

A leitura de Córdova (1998:52) apontou, ao comentar as seções do Boletim, que “(...) trazia um artigo de fundo, de autoria qualificada, abordando problemas da educação (...)”. Portanto, o autor acusou a existência de um “artigo de fundo” e que possuía uma “autoria qualificada”. Concordo com a primeira proposição sobre a ocorrência de um artigo de fundo e discordo da segunda. Fiz um exame detalhado e até o Boletim n. 39 os artigos citados por Córdova não explicitavam a autoria. Fato que torna a expressão autoria qualificada – que entendo não só como sendo um produto de qualidade, mas acima de tudo escrito por um autor identificado – imprecisa.

O depoimento de Leite¹⁵⁴ (2000:10) colaborou de maneira decisiva para a solução sobre a questão terminológica. Ao responder uma indagação relativa ao papel do Boletim na divulgação do trabalho da CAPES, Leite afirmou que “(...) o Boletim divulgava o movimento, por várias vezes eu fazia o editorial, tinha alguns artigos meus também, pois eu gostava muito desse lado do jornalismo”. Categoricamente, alguém que viveu a dinâmica interna da CAPES classificou a seção como “Editorial”.

A busca da definição exata para a palavra “Editorial” encaminhou a minha pesquisa para o Dicionário da Língua Portuguesa (Holanda, 1986:619) que trouxe as seguintes definições “1.Relativo a editor ou editora.(...)2.Artigo que exprime a opinião do órgão, em geral escrito pelo redator-chefe, e publicado com destaque; artigo de fundo (...)”. Desse modo, a discussão sobre o título a ser empregado nas seções, nas quais o Boletim não nomeou, assume relevância visto que a definição encontrada no dicionário, especialmente no que se refere à função do “Editorial” que é exprimir a opinião da instituição, confirmou a importância que tinha a referida seção em relação aos objetivos

¹⁵⁴ Depoimento utilizado no Item 3 do Capítulo III.

traçados para o periódico. Vale destacar que a expressão “artigo de fundo” utilizada por Córdova se afigurou como sinônima de editorial no dicionário.

Desvelada a questão anterior e na compreensão de que os editoriais do Boletim Informativo CAPES expressaram a opinião do órgão, entendo que torna-se imprescindível registrar que a existência de uma seção¹⁵⁵ que publicou artigos que abordavam questões antenadas com o seu tempo e polêmicas à época foi de encontro ao exposto no Boletim n.1¹⁵⁶ (p.1) sobre o caráter da publicação ao afirmar que “(...) o Boletim da CAPES é, assim, noticioso apenas; não publicará artigos, estudos, debates de ideias”. O Boletim, em momento algum, foi somente noticioso.

A orientação expressa no Boletim n. 1, evidentemente, não foi seguida e de forma efetiva o Boletim n. 40 – antes já considerado por mim um marco – rompeu de maneira definitiva com a orientação emanada dos momentos iniciais da CAPES. O referido Boletim, além de inaugurar uma série de editoriais que traziam o embate e suscitavam o debate de ideias, pela primeira vez apresentou a identificação, a assinatura, do autor do artigo. A seção Editorial utilizou as estratégias de irradiação e de mobilização visto que os artigos tinham por objetivo a divulgação de uma posição institucional e nos momentos de crises ou embates suscitar movimentos de contribuição ou de posicionamento pelos atores envolvidos sobre as questões em pauta.

A Tabela 9 traz o levantamento dos temas com maior incidência nos editoriais visto que o espaço deste trabalho não permite a análise de cada um dos 137 artigos publicados. Porém, considero importante uma visão dos temas que tiveram uma presença mais significativa nos editoriais. Assim, a fim de sistematizar e possibilitar uma apreensão objetiva desse trabalho, elaborei após a leitura dos 137 editoriais¹⁵⁷ algumas áreas de

¹⁵⁵ A seção ocupou – em média – duas páginas no Boletim.

¹⁵⁶ Ver: Anexos (n. 03).

¹⁵⁷ A seção “Editorial “ esteve presente em todos os números estudados do Boletim Informativo CAPES.

concentração temática que tentam agrupar os artigos por uma provável afinidade de assuntos. Portanto, somente os temas com o maior número de ocorrências aparecerão na tabela e, posteriormente, serão objeto de breves comentários.

Tabela 9 – Temas com maior incidência nos editoriais

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA ↓	OCORRÊNCIAS ↓
<u>SERVIÇOS/ ATIVIDADES DA CAPES</u> (DIVULGAÇÃO)	25
<u>UNIVERSIDADE</u> (FUNÇÕES/PAPEL/REFORMA/ENSINO/PESQUISA)	22
<u>CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO</u> (RELAÇÕES)	22
<u>DISCURSOS</u> (POSSES/INAUGURAÇÕES/HOMENAGENS)	17
<u>ARTIGOS INTERNACIONAIS</u> (TRANSCRITOS DE REVISTAS/JORNAIS/BOLETINS)	08
<u>EVENTOS CIENTÍFICOS</u> (COBERTURA)	06
<u>LEGISLAÇÃO</u> (COMENTÁRIOS)	06
<u>PÓS-GRADUAÇÃO</u> (ORGANIZAÇÃO/ NECESSIDADE/CURSOS)	05
	Total: 128*

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 137.

* Dos 137 boletins estudados, 9 não possuíam editoriais por serem Relatórios de Atividades – exceção: Boletim n. 23, 1º Relatório, 1954.

O Editorial, conforme assinalado, adquire um grau de importância elevado por se tratar de uma seção que emite a posição institucional frente aos momentos de dúvidas, polêmicas, decisões, planos etc. Momentos que exigem um posicionamento firme e eficiente face aos desafios cotidianos haja vista que os temas abordados nos editoriais do Boletim Informativo CAPES expressaram essas situações e as respostas da instituição a cada um desses instantes.

Desejo estabelecer breves comentários sobre o levantamento das áreas de concentração temáticas e o número de ocorrências

das mesmas, esclarecendo que o número de ocorrências refere-se somente à seção “Editorial”. Explicito tal aspecto a fim de evitar quaisquer distorções na compreensão da proposta de trabalho porque o tema “pós-graduação”, por exemplo, no Editorial apresentou apenas cinco ocorrências. O quantitativo elevar-se-á se somado às ocorrências dessa mesma temática em outras seções.

A área de concentração temática Serviços/Atividades da CAPES abrangeu a divulgação de reuniões, programas, projetos e serviços sob a responsabilidade da instituição como bolsas de estudos, levantamentos relativos ao ensino superior, levantamentos sobre os quadros profissionais de nível superior, estatísticas relativas aos concluintes anuais dos diferentes cursos superiores. Os editoriais dedicados a essa temática ficaram restritos aos 40 primeiros números do Boletim pois tais levantamentos e estatísticas passaram a ser matéria obrigatória nos Relatórios de Atividades da CAPES.

A área que identifiquei como Universidade trouxe artigos que propunham as funções que deveriam ser exercidas pelas universidades na construção da ciência e da cultura nacional, assim como o papel de centros criadores e irradiadores de conhecimento. Os artigos postulavam, também, uma ampla reforma do sistema universitário e a inseparável relação ensino e pesquisa como uma exigência da universidade moderna e, conseqüentemente, um trabalho de formação do corpo docente e um efetivo esclarecimento do corpo discente quanto ao seu papel na tessitura dessa universidade. Dentre as vinte e duas ocorrências, destaco os artigos “O mito da cultura geral no ensino superior” de Anísio Teixeira (Boletim n. 41, 1956); “Ensino e pesquisa na universidade” de Thales de Azevedo (Boletim n. 64, 1958) e “O destino das universidades” de Florestan Fernandes (Boletim n. 75, 1959).

As relações existentes entre Ciência, Educação e Desenvolvimento compuseram a segunda área de concentração temática com o maior número de ocorrências no editorial. O estabelecimento da relação entre os três itens adveio da convicção

que o despertar de uma Ciência nacional e a sua aplicação ocasionaria uma elevação do padrão educacional e teriam como resultado o desenvolvimento econômico do país. “Ciência e educação” de Anísio Teixeira (Boletim n. 50, 1957); “Diferentes estratégias para a política de desenvolvimento” também de Anísio Teixeira (Boletim n. 98, 1961) e “Universidade e desenvolvimento” de Durmeval Trigueiro Mendes (Boletim n. 130, 1963) exemplificam os artigos que formaram essa área de concentração.

A análise do Sistema escolar brasileiro, no que concerne aos níveis primário e secundário, apontou a presença de artigos polêmicos que espelhavam a luta travada pelos defensores da escola pública e laica num momento em que avançavam os movimentos de defesa da escola privada e da escola confessional. O Boletim abriu espaço para aqueles que defendiam os interesses privados ou religiosos mas, logo em seguida, lançava editoriais que tinham como tarefa rebater o que foi colocado. Os defensores da escola pública ocuparam praticamente todos os espaços nos editoriais sobre essa temática. Destaco os seguintes artigos: “A escola pública” de Anísio Teixeira (Boletim n. 48, 1956); “Educação privada e pública” de Afrânio Coutinho (Boletim n. 49, 1956); “Instrução pública no Brasil” de Jacques Lambert (Boletim n. 81, 1959); “Proscrever a escola pública é estrangular o país” de Jayme Abreu (Boletim n. 88, 1960); “O espectro monopolista” de Tristão de Athayde (Boletim n. 99, 1961) e “Escola pública e escola privada” (Boletim n. 101, 1961) - artigo que não estava assinado e que foi uma resposta ao editorial “O espectro monopolista” que apresentou uma transcrição de um artigo de Athayde publicado pelo Jornal do Brasil.

A área de concentração temática Discursos abrangeu as posses de Presidentes da República, Ministros de Estado, Reitores de Universidades, Conselheiros etc. Os discursos que pontificaram inaugurações de Universidades, Centros de Pesquisas, Laboratórios especializados e mais os que prestaram homenagens a nomes importantes do meio acadêmico, científico, cultural e político. “Dewey e a filosofia da educação” de Anísio

Teixeira (Boletim n. 85, 1959) foi um artigo que prestou uma homenagem ao centenário de nascimento do eminente filósofo.

Os Artigos Internacionais tinham a função de colocar em pauta temas que estavam sendo discutidos em outros países através de associações, conselhos, centros de pesquisas e instituições com representatividade mundial. Tal perspectiva não requeria um alto grau de complexidade visto que a CAPES, conforme explícito em diversos números do Boletim, recebia inúmeras publicações internacionais e enviava representantes a diversos encontros científicos internacionais. Destaco os seguintes artigos: “O papel da Ciência na Educação” discurso de Bertrand Russell ao receber o prêmio de popularização da ciência conferido pela UNESCO (Boletim n. 68, 1958) e “Onde nos leva a Ciência?” discurso de Sir James Gray – ex-presidente da Associação Britânica para o Progresso da Ciência - (Boletim n. 83, 1959).

Os Eventos Científicos cobertos pelos editoriais do Boletim Informativo CAPES marcaram seis ocorrências das quais quatro se referem à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A SBPC recebeu, inclusive por parte da CAPES, uma publicação exclusiva em 1957 no Boletim n. 57. Vale realçar que Anísio Teixeira ocupou o cargo de presidente da SBPC no biênio 1957-1958. Os artigos abarcaram as Reuniões anuais, os programas, os participantes, as palestras e os principais focos de discussão na comunidade científica brasileira.

A área de concentração temática Legislação trouxe artigos sobre as discussões que envolveram o processo de elaboração da Lei 4.024 – a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e a elaboração do Plano Nacional de Educação. Desejo destacar os editoriais “Prioridade para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” trechos do discurso de posse de Antônio Balbino de Carvalho como Ministro da Educação e Saúde (Boletim n. 7, 1953); “Meia vitória, mas vitória” de Anísio Teixeira sobre a redação final da Lei 4.024/61 (Boletim n. 109, 1961) e, também, de Anísio “Plano Nacional de Educação” (Boletim n. 123, 1963).

A Pós-graduação foi contemplada nos editoriais com artigos que expressaram a urgência de uma organização desse nível de ensino, a divulgação de cursos pós-graduados em andamento à época, o apoio a cursos pós-graduados e a instituições que poderiam receber incentivos e recursos financeiros para se transformarem em centros de aperfeiçoamento e pós-graduação. “Inaugurado na E.N.E. o curso de engenheiros rodoviários” divulgação do primeiro curso de pós-graduação da Escola Nacional de Engenharia (Boletim n. 10, 1953); “Missão universitária de administração de negócio no Brasil” convênio celebrado entre a CAPES e a Fundação Getúlio Vargas para a vinda de uma missão estrangeira para a implantação de cursos pós-graduados na área de Administração de Negócios (Boletim n. 15, 1954) e “Curso de especialização em estruturas de concreto armado” (Boletim n. 19, 1954) são os editoriais que considero relevantes na área de concentração estudada.

Desejo encerrar a análise dos editoriais com um levantamento dos autores que mais contribuíram para essa seção. Cabe esclarecer que optei por computar somente artigos assinados, visto que até o número 39 os editoriais não eram assinados, e descartar os editoriais que apenas reproduziram – tanto no plano nacional quanto no internacional – trechos de entrevistas de outros periódicos; discursos de posse de Presidentes da República, Ministros de Estado e Reitores e que não tiveram como objetivo inicial a publicação no Boletim Informativo CAPES.

Assumi tal postura por entender que a contribuição desses autores com seus artigos colocou em evidência o espaço privilegiado que ocupou a pós-graduação no Boletim. Portanto, para captar esse movimento só os artigos direcionados para serem publicados no periódico foram contabilizados. A Tabela 10 oferece a visão do quadro de colaboradores para a seção em tela, destacando a presença marcante de Anísio Teixeira. Presença que

considero que deve ser compreendida como um privilégio pela posição ocupada na CAPES.¹⁵⁸

Tabela 10 – Quadro de colaboradores da Seção “Editorial”

AUTORES ↓	Nº DE ARTIGOS ↓
ANÍSIO TEIXEIRA (Formação: Direito)	32
AFRÂNIO COUTINHO (Formação: Língua/Literatura)	02
THALES DE AZEVEDO (Formação: Antropologia)	02
CLÓVIS SALGADO (Formação: Medicina)	02
PAULO SAWAYA (Formação: Filosofia)	02
WALTER OSWALDO CRUZ (Formação: Ciências Biológicas)	02

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 40 ao nº 137.

Assim, apenas com o intuito de enriquecer o levantamento e demonstrar a diversidade de campos ideológicos presentes no periódico, apresento alguns outros nomes que colaboraram com os editoriais do Boletim: Lourenço Filho, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Jayme Abreu, Lúcio Costa, Newton Sucupira, Celso Kelly, J. Leite Lopes, Durmeval Trigueiro Mendes, Roberto Campos, Valnir Chagas, José Veríssimo e Ernesto de Oliveira Júnior.

¹⁵⁸ Interessante destacar que durante a breve gestão de Jânio Quadros, à frente da Presidência da República, nenhum Editorial recebeu assinatura. Os artigos versavam sobre campanhas e projetos do governo, a mensagem presidencial de Jânio e a polêmica envolvendo a elaboração da Constituição do então Estado da Guanabara, polêmica referente ao capítulo sobre educação (Boletins n. 99 e n. 101). Entendo que essa situação – que cessou com a assunção de João Goulart – foi fruto de uma postura personalista de Jânio Quadros e, conseqüentemente, de uma certa instabilidade de Anísio Teixeira nos postos que ocupava na CAPES e no INEP.

Estudos e Atividades da CAPES

Considero que para o entendimento desta seção torna-se necessário ressaltar que a mesma nasce com a incumbência de divulgar o trabalho desenvolvido, tanto no que concerne aos estudos empreendidos ou a outras tantas atividades exercidas pela CAPES. Assim, já o Boletim Informativo n. 1 dedicou duas páginas para a referida seção¹⁵⁹, consubstanciando o caráter de estratégia de irradiação que a seção “Estudos e Atividades da CAPES” incorporou.

A seção anterior, Editorial, esteve presente em todos os números dos boletins que foram estudados, o mesmo não ocorreu com as demais seções. A presença da Seção “Estudos e Atividades da CAPES” em apenas 44 boletins e a sua ausência em 91 deles, ao contrário do que uma leitura precipitada possa indicar, não significa que a seção foi desconsiderada ou foi gradativamente perdendo espaço por ter falhado em seus objetivos. Num processo surpreendente e inverso - que exige atenção - a seção passou a receber mais espaço pois enquanto a sua presença foi rareando nos números regulares dos boletins, foi se consolidando nos Relatórios de Atividades da CAPES como um elemento fundamental para a elaboração de tais instrumentos de aferição e divulgação do trabalho institucional - um balanço das atividades da Campanha.

Correspondendo, em geral, a uma ausência prolongada da seção nos números regulares, percebe-se em contrapartida a sua colocação e o nível das informações prestadas. Apenas para exemplificar, houve quatro grandes períodos de ausência da seção “Estudos e Atividades da CAPES”: n. 6 ao 22 (n. 23 = Relatório); n. 26 ao 37 (n. 38 = Relatório); n. 117 ao 125 (n.126-127 = Relatório) e n. 128 ao 137 (n. 138-139 = Relatório), porém fica flagrante que, após cada um dos períodos de ausência, ocorreu a publicação de

¹⁵⁹ A seção ocupou - em média - duas páginas no Boletim.

um Relatório de Atividades que proporcionou mais espaço e destaque para a seção.

Entendo ser possível, após abordar a questão da presença e do “peso” da seção no Boletim, tecer considerações sobre os conteúdos presentes. Tais conteúdos informavam, dentre outros, acerca das seguintes atividades realizadas pela CAPES ou em cooperação com outras instituições:

- inquéritos sobre o ensino superior e deficiência de pessoal qualificado;

- censos e levantamentos sobre ensino superior atinentes ao ingresso no sistema, número de alunos, escolas superiores existentes com os seus currículos e programas, institutos de pesquisa e suas condições de trabalho, formandos nos diversos cursos superiores, novos cursos;

- cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação com os referidos programas;

- seminários; intercâmbio com universidades e instituições estrangeiras e nacionais;

- estudos sobre a conjuntura econômica brasileira;

- informações referentes a bolsas de estudo no país ou no exterior;

- levantamento do número, da formação e da distribuição dos professores do ensino médio

pelas unidades da federação apoiado em quadros estatísticos;

- gastos públicos da União com os variados níveis de ensino.

A seção “Estudos e Atividades da CAPES” permitiu, enfim, a divulgação do trabalho desenvolvido pelos Programas e Serviços da instituição, numa postura condizente com os objetivos e estratégias traçados, mantendo uma relação de correspondência entre o crescimento da seção e a consolidação dos Relatórios de Atividades.

No que concerne à questão da pós-graduação que se afigura fundamental para o trabalho, das ocorrências da seção levando somente em consideração os números regulares do Boletim – haja

vista que os Relatórios serão alvo de uma análise específica¹⁶⁰ - foram encontrados 14 registros referentes a cursos de aperfeiçoamento pós-graduado.

Mundo Universitário

Conforme o explicitado na Tabela 7, antes da denominação oficial da seção por parte do Boletim como “Mundo Universitário” (a partir do n. 40), optei por dois títulos que entendi expressarem características e momentos do periódico e do próprio trabalho da CAPES que acentuaram determinados aspectos e delinearam um estilo para a seção.

O primeiro título “Universidade em Construção” buscou trabalhar com o duplo sentido da expressão e captar o que se apresentou quase como um paradigma na análise dos boletins de n. 1 ao 21 nos quais cerca de 14 davam relevância – inclusive com a utilização de fotos¹⁶¹ – à construção de cidades universitárias, a instalações de universidades, a faculdades e aos institutos de pesquisas. Um movimento que teve como perspectiva a importância do ensino superior na Universidade com suas instalações apropriadas e, também, mesmo no que se refere a faculdades isoladas e institutos de pesquisa, a demonstração de instituições que aliavam ensino e pesquisa.

Apenas como ilustração, os 14 boletins - publicados durante os anos de 1953 e 1954 - apresentaram os seguintes projetos arquitetônicos ou instalações em funcionamento das seguintes instituições:

- Cidade universitária da Universidade do Brasil
- Cidade universitária da Universidade do Recife
- Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil

¹⁶⁰ Item 5 deste Capítulo.

¹⁶¹ Sobre a questão das fotos no Boletim Informativo CAPES ver Item 3 deste Capítulo.

- Universidade do Recife, Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
- Centro técnico de Aeronáutica de São José dos Campos
- Laboratório de Microbiologia da Faculdade Nacional de Farmácia
- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Cidade universitária da Universidade de São Paulo
- Instituto do Professor Primário, Universidade do Paraná
- Faculdade de Medicina da Universidade do Recife
- Cidade universitária de Campinas

Esta tendência, após 1954, não desapareceu completamente da publicação, mas conviveu ao lado de uma preocupação maior com a divulgação de cursos e eventos científicos promovidos pelas universidades, faculdades e institutos de pesquisa. Preocupação que desencadeou a escolha de um segundo título para a seção “Mundo Universitário”: Eventos Acadêmicos/Científicos, que procurou expressar o novo rumo que tomou a seção, num período que se delineou a partir do Boletim n. 22 e que além da relevância das instalações, aspecto que evidentemente merece consideração, abordou a divulgação de cursos, de eventos culturais e científicos oferecidos por universidades, faculdades e institutos de pesquisa, complementando a seção que - a partir do número 40 do Boletim Informativo CAPES - foi consolidada com o nome “Mundo Universitário”, assim permanecendo até o último boletim estudado¹⁶².

Em diversos números do Boletim, a nomeação de catedráticos, os levantamentos realizados pelo MEC sobre o ensino superior (dados sobre vestibulares, matrículas nas escolas superiores, número de formandos, investimentos etc), os eventos promovidos pelos Diretórios Acadêmicos e as propostas de currículo mínimo para cursos superiores emanadas do Conselho

¹⁶² A seção ocupou – em média – seis páginas no Boletim.

Federal de Educação (CFE)¹⁶³ estiveram presentes na seção “Mundo Universitário”.¹⁶⁴ Entendo que esses aspectos e os levantados anteriormente permitem afirmar que a seção em estudo foi uma das mais importantes do Boletim ao repercutir os acontecimentos do meio acadêmico e estabelecer elos com os diferentes segmentos da comunidade acadêmica – professores, alunos, pesquisadores, membros do CFE, membros do MEC etc. Fez valer, com extrema habilidade, a utilização das estratégias de irradiação, articulação e mobilização.

Quanto ao item pós-graduação e no que se refere à divulgação e/ou apoio aos cursos no interior da seção “Mundo Universitário”, após levantamento que somente se ateve aos números regulares do Boletim, foram encontrados 114 registros referentes a cursos de aperfeiçoamento pós-graduado. Cursos que tinham relação com diferentes campos do conhecimento, com os seguintes destaques: área de energia nuclear, área de pavimentação de estradas de rodagem, área de edificações, área de planejamento gerencial e econômico, área de medicina e área de ciências sociais. A seção demonstrou um empenho e uma urgência em divulgar e sistematizar tais áreas de ensino.

Noticiário

A seção “Noticiário” ocupou – em média - seis páginas no Boletim e foi tão importante no que concerne aos objetivos a serem alcançados, aos conteúdos abordados e à presença no Boletim quanto à anterior. Inclusive alguns temas que apareceram na seção “Mundo Universitário” também se fizeram presentes na seção “Noticiário”. Cito, como exemplos, notícias sobre a nomeação de

¹⁶³ A presença do CFE se fez notar a partir de 1962, não coincidentemente o ano em que Anísio passou a integrar o referido Conselho.

¹⁶⁴ Posteriormente, a nomeação de catedráticos se enquadrou na seção “Atos Oficiais”.

novos catedráticos¹⁶⁵ com sete ocorrências, os levantamentos realizados pelo MEC, os eventos promovidos pelas Universidades, pelos Diretórios Acadêmicos e as notícias do CFE que não posso precisar o número exato de ocorrências, por estarem situados em áreas temáticas amplas que serão explicitadas.

Aliás, cabe registrar que encontrei nas seções “Mundo Universitário” e “Noticiário” notícias que nitidamente deveriam estar na seção “Forum de opiniões” – que ainda será analisada. Indo, além, verifiquei que uma notícia intitulada “Atividades de bolsistas da CAPES” apareceu nos boletins 130/132/137 na seção “Noticiário” e no número 134 na seção “Mundo Universitário”, lembrando ainda que diversas notícias internacionais apareceram na seção ora em estudo e que deveriam compor a seção “Aspectos Internacionais da Educação”. Mediante os fatos, é possível elaborar a seguinte indagação: o Boletim não criou “fronteiras” excessivamente rígidas entre as seções ou o ocorrido é fruto da desorganização? Trata-se de questão que ficará aberta.

A seção em discussão teve dois nomes oficiais “Notícias diversas” (boletim n.2 ao n. 8 e n. 10 ao n. 30 – perfazendo o número de 28 boletins) e “Outras Notícias” (boletins n. 35 e n. 36). A preocupação da 1ª fase residiu nos seguintes aspectos: diretores e reitores nomeados para as escolas superiores e universidades, reconhecimento de cursos superiores, autorização para funcionamento de novos cursos superiores, processo de criação de escolas superiores, intercâmbio internacional, eventos acadêmicos e científicos, notícias das universidades e institutos de pesquisa e bolsas de aperfeiçoamento pós-graduado.

Os conteúdos explorados pela seção diferiram bastante dos que foram abarcados nessa primeira fase, a partir da reestruturação e da alteração do título – inclusive com o espaço

¹⁶⁵ “Novos Catedráticos” surgiu no Boletim n. 4 como se fosse uma seção, porém o seu caráter circunstancial – dependia da efetiva nomeação dos professores para existir – fez com que surgisse esporadicamente em diversas seções. Dentre elas, “Mundo Universitário” e “Noticiário”. Após esse momento de instabilidade, foi absorvida pela seção “Atos Oficiais”.

médio passando de duas para seis páginas. Das questões enfatizadas, inicialmente, restaram o intercâmbio internacional, os eventos científicos, as notícias das instituições de ensino e pesquisa e as bolsas de estudo. Assim, a estes aspectos outros seriam acrescentados para a formação da seção “Noticiário”.

Analisar uma seção que se fez presente em 114 números e que tinha uma média de 16 notícias por Boletim, perfazendo um total de 1.824 ocorrências, exige uma sistematização e uma organização de tais notícias (ocorrências) em grandes áreas temáticas¹⁶⁶. Elaborei a Tabela 11 com as áreas com maior incidência para um preciso desdobramento das características principais da seção:

Tabela 11 – Áreas temáticas da Seção “Noticiário”

EVENTOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS	275 notícias
INSTITUIÇÕES	214 notícias
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	193 notícias
INTERCÂMBIO INTERNACIONAL	146 notícias
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PÓS-GRADUADO	64 notícias

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 137.

A divulgação de seminários, simpósios, congressos, reuniões e encontros nacionais e internacionais foi a base de formação da área Eventos Acadêmicos e Científicos. Área que registrou o maior número de notícias, face ao seu papel fundamental para o Boletim e, conseqüentemente, para o trabalho da CAPES, haja vista que o poder de irradiação educacional, científica ou cultural presente em tais eventos vai ao encontro das estratégias lançadas pela instituição. Os referidos eventos promovidos por distintas instituições e, muitas vezes, por diretórios acadêmicos suscitavam a oportunidade do debate, do confronto de ideias e da mobilização de forças para a continuidade do processo de aprofundamento das

¹⁶⁶ Um único número do Boletim apresentou, muitas vezes, diversas notícias sobre uma mesma área temática. Isto explica, por exemplo, o fato de algumas áreas registrarem mais notícias do que o número de boletins pesquisados.

temáticas abordadas. Dessa forma, encontros regionais que se tornaram nacionais e, mais tarde, internacionais, criando uma perspectiva de articulação.

A área Instituições abrangeu as notícias referentes às universidades, aos institutos e aos centros de pesquisa, aos conselhos federal/estaduais/municipais, às comissões e às associações. Um amplo espectro de organizações, mas com uma marca definidora: as suas ligações com a educação, ciência e cultura. Assim, exerceram papel preponderante as ocorrências relativas aos cursos e pesquisas desenvolvidos nas Universidades, escolas superiores e Institutos; aos pareceres e às resoluções do Conselho Federal de Educação; aos cursos e aos debates nas reuniões anuais da SBPC; aos eventos científicos e às discussões travados no âmbito do CNPq; aos eventos culturais realizados pela Comissão Nacional do Folclore; aos projetos e Campanhas coordenadas pelo INEP e, conseqüentemente, ao trabalho desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)¹⁶⁷. Além dessas instituições, mereceram destaque a Associação Brasileira de Educação (ABE),¹⁶⁸ a Sociedade Brasileira de Sociologia¹⁶⁹ e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁷⁰. Portanto, a área irradiou e articulou o trabalho de diversas instituições, demonstrando também o seu poder de mobilização.

¹⁶⁷ Instituído pelo Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955 com o intuito de dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para o melhor cumprimento de sua tarefa precípua de estudos e da que cabe em virtude de estar incumbido do aperfeiçoamento do magistério brasileiro, primário e normal.

¹⁶⁸ Criada em 1924 com o objetivo de congregar educadores do Brasil.

¹⁶⁹ A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), foi fundada em 1937, inicialmente como Sociedade Paulista de Sociologia e, posteriormente, em 1950, transformada em sociedade científica de âmbito nacional, integrando a então recém-formada International Sociological Association (ISA).

¹⁷⁰ Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Destinava-se ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira para permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

Os levantamentos realizados pelo IBGE e pelo Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura sobre profissões, níveis de escolaridade da população dos estados e municípios da federação; os informes relativos às reformas, aos planos e às campanhas educacionais e às verbas despendidas pelo poder público com a educação formam o eixo da área Ministério da Educação. Uma importante área temática visto se tratar do órgão que tinha sob a sua responsabilidade a gestão da educação nacional.

A área Intercâmbio Internacional trouxe notícias sobre visitas de professores e pesquisadores estrangeiros ao Brasil individualmente ou em “missões culturais”; convênios de cooperação em diferentes setores, tendo como relevância a ciência, a educação e a economia; a construção de Centros Culturais para o estreitamento de relações internacionais e as palestras e conferências oriundas de tais intercâmbios. Muitas vezes o intercâmbio significou, também, a ida de professores e pesquisadores brasileiros para ministrarem cursos e aulas no exterior e a construção por parte do governo brasileiro de Casas para estudantes que estavam fora do país por motivo de bolsas de estudo e o recebimento de estudantes estrangeiros devido aos convênios de cooperação e de intercâmbio educacional e cultural. Tal perspectiva possibilitou a existência de legados que marcaram a continuação dos trabalhos iniciados por professores ou pesquisadores estrangeiros em muitas universidades ou institutos de pesquisa.

As notícias referentes à área Cursos de Aperfeiçoamento Pós-graduado tiveram um destaque na seção por ensejarem a oportunidade de divulgação de bolsas de estudo para especialização e aperfeiçoamento em diversos campos do conhecimento. Os cursos e as bolsas de estudo no Brasil foram predominantes em comparação com o oferecido no exterior, sendo que poucas foram cedidas pela CAPES que utilizou publicações específicas ou correspondência direta com as instituições para a divulgação de bolsas de estudo. A área temática atendeu a uma importante missão da CAPES que tinha no Serviço de Bolsas de Estudo um dos seus pilares institucionais. As 64 notícias sobre cursos pós-graduados e bolsas de estudo extraídas da seção “Noticiário” não expressam um total e, sim, uma ínfima

parte do oferecido pela CAPES nesse aspecto e que foi minuciosamente estudado no Capítulo III e será objeto de reflexão do Item 5 deste Capítulo.

Assim, a seção “Noticiário” evocou a participação das estratégias de irradiação, articulação e mobilização tendo construído, com a participação das seções analisadas anteriormente, mais uma parte da “rede” que se vai completar após o estudo de todas as seções do Boletim.

Aspectos Internacionais da Educação

O título acima se fez presente somente a partir do Boletim n. 40. Antes, porém, identifiquei em quatro números do periódico, contendo em média 1 (uma) página por edição, notas que tinham em questões educacionais e científicas de cunho internacional a sua essência. Intitulei tais achados de “Educação Comparada” visto que o objetivo era divulgar em que estágios se encontravam a educação e a ciência em diversos países para o estabelecimento – mesmo de maneira indireta – de uma comparação com o momento vivido à época.

A seção “Aspectos Internacionais da Educação”, conforme assinalado, a partir do n. 40, tornou-se fixa no Boletim e teve ampliado o seu espaço para em média seis páginas. Portanto, entendo que, para um estudo mais objetivo e ao mesmo tempo preciso de uma seção que alcançou relevância dentro do referido periódico, torna-se necessária a divisão em três partes básicas: as fontes utilizadas para a elaboração das notas; os países abordados e os temas de maior incidência.

O Boletim Informativo CAPES, em diversos números, trouxe, através do que o próprio periódico definiu como “pequenos informes”¹⁷¹, um balanço das publicações recebidas de vários

¹⁷¹ Os pequenos informes abordaram outros assuntos como os aniversários do periódico, divulgação de cursos, notícias sobre universidades, levantamentos sobre os diversos níveis de ensino etc.

países introduzido pelo seguinte texto: “A CAPES recebeu, o mês passado, 35 publicações, 20 das quais sobre Universidades. Destas, 11 vieram dos Estados Unidos, 4 da Inglaterra, 2 da França, 2 da Itália e 1 do Canadá” (n. 25, p.12, 1954)¹⁷². Portanto, a CAPES recebia mensalmente revistas, jornais e boletins internacionais especializados que serviram para a montagem de uma biblioteca com a compilação de informações referentes à Educação Superior no Brasil e no exterior, que ofereceu sustentação às matérias da seção¹⁷³. Apresento as publicações mais utilizadas e que foram extraídas das próprias notas: Time, Fortune, Science, Science News Letter, Newsweek, School and Society, Higher Education, The Economist, Bulletin, L’Express, Le Figaro, Avenirs, Overseas Education e Noticias de Educación Iberoamericana.

A seção apresentou notas sobre 79 países, abarcando todos os continentes. Os países com o maior número de notícias foram: Estados Unidos = 74, França = 35, Grã-Bretanha (Inglaterra, Gales e Escócia) = 31, República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) = 20 e U.R.S.S, com 19 notícias.¹⁷⁴ O número e a procedência das publicações recebidas pela CAPES, conforme exemplo no parágrafo anterior, permite apontar que a causa desses países ocuparem as três primeiras posições se deve à quantidade de material que enviaram e à existência de diversos convênios de cooperação e intercâmbio educacional com o Brasil, incluindo-se na questão do intercâmbio a Alemanha. A posição da U.R.S.S. pode causar um estranhamento, ainda mais num período no qual a chamada “guerra fria” estava em pauta, mas vale esclarecer que a CAPES recebia também as publicações da ONU e da UNESCO – informativos que dentre outros assuntos abordavam as questões educacionais de todos os países membros.

¹⁷² O primeiro registro de periódicos recebidos ocorreu no Boletim n.8 de julho de 1953.

¹⁷³ Atribuição do Serviço de Estatística e Documentação (SED).

¹⁷⁴ Considerando somente a América do Sul, Chile, Argentina e Colômbia foram os países que mais se destacaram.

Os assuntos que tiveram maior relevância na seção “Aspectos Internacionais da Educação” podem ser divididos em quatro áreas temáticas, conforme a Tabela 12:

Tabela 12- Notícias da Seção “Aspectos Internacionais da Educação”

EDUCAÇÃO SUPERIOR	145 notícias
SISTEMA EDUCACIONAL	75 notícias
LEVANTAMENTOS E INQUÉRITOS	53 notícias
INSTITUTOS DE PESQUISA	24 notícias

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 137.

O item Educação Superior, o que obteve o maior número de participações na seção, teve como proposta divulgar a criação de universidades e de escolas superiores, comentar e avaliar a importância de novos cursos de graduação e pós-graduação criados, analisar os projetos de expansão e de novas instalações de diversas escolas superiores, realizar um balanço dos recursos financeiros necessários para a manutenção das pesquisas e do ensino nas escolas superiores e, sobretudo, demonstrar a relevância da educação superior e o papel da Universidade face ao trinômio educação/ciência/cultura. Assim, a seção estabelece exemplos e virtudes da Universidade e o seu potencial de favorecer o crescimento pessoal e coletivo, num processo em que articula a propagação com a produção de conhecimento.¹⁷⁵

Os diferentes níveis de ensino (exceção: nível superior), a análise dos currículos de diversos países, o número de alunos matriculados nos variados níveis educacionais e sua relação com a qualidade do ensino, um estudo sobre as instalações escolares em países com situação econômica diferenciada, um estudo do sistema educacional de alguns países¹⁷⁶ e as reformas educacionais

¹⁷⁵ Vale destacar que o ensino de Medicina foi, segundo o levantamento, objeto de 18 notícias. Ocupou, portanto, mais de 10% do total das notícias da área temática voltada para a Educação Superior e merecendo ampla cobertura o ensino de Medicina na U.R.S.S.

¹⁷⁶ Cito, a seguir, os países que tiveram os seus sistemas educacionais minuciosamente analisados: Estados Unidos, Grã-Bretanha, U.R.S.S., Canadá,

propostas estabeleceram o rumo da área Sistema Educacional. Um trabalho significativo que, certamente, possibilitou um cotejamento com a realidade educacional brasileira e seus problemas centrais, problemas que poderiam encontrar em experiências vivenciadas em outros países não a solução, mas um caminho inicial para a reflexão.

A área Levantamentos e Inquéritos trabalhou com o quantitativo, com a faixa etária e com a questão de gênero de alunos e professores, além disso buscou identificar nos países escolhidos para a divulgação dos dados a formação dos professores, os títulos acadêmicos e cursos diversos que contribuíram para essa formação, incluindo as formas que esses países encontraram para a qualificação adequada dos seus docentes. Os dados estatísticos levantados colaboraram para o entendimento da situação educacional e da necessidade de profissionais especializados em educação face, em alguns casos, ao crescimento do número de alunos. A área propiciou um estudo sobre a dimensão dos desafios que teriam que ser enfrentados, sendo um deles bastante presente em diversos países: a evasão escolar.

A quarta área com o maior número de ocorrências na seção em análise se referiu aos Institutos de Pesquisa, às academias ou associações científicas que não estavam ligadas às universidades e que apresentavam trabalhos significativos e sérios de caráter científico e educacional. Um destaque para as instituições que, mesmo descoladas do clima das universidades e muitas vezes sem os recursos necessários para a consecução dos seus projetos de pesquisa, se tornaram centros de excelência e referência para diversos campos do conhecimento.

A seção “Aspectos Internacionais da Educação” proporcionou a existência de um verdadeiro banco de dados constantemente

China, Portugal, Índia, Sião (atual: Tailândia), Indonésia, Colômbia, Congo (atual: República Democrática do Congo), Dinamarca, República Federal Alemã (atual: Alemanha), Gana, Israel, Filipinas, Paraguai e Coréia do Norte.

atualizado para o trabalho das universidades, escolas superiores, institutos de pesquisa e órgãos governamentais sobre a questão da educação, sua organização curricular, a formação de docentes, a pesquisa, a importância de levantamentos sobre alunos e professores e, sobretudo, a produção do conhecimento que se dava em diferentes contextos e situações.

Assim, cumpriu o objetivo de suscitar a comparação e utilizou as estratégias para a conformação de uma “rede” que não abre mão das possibilidades de trocas de informações haja vista ensejarem debates que trazem a oportunidade de participação e mobilização. Portanto, entendo que a seção complementou as duas anteriores “Mundo Universitário” e “Noticiário”, pois acrescentou aos acontecimentos nacionais as experiências internacionais.

Fórum de Opiniões

A seção foi criada a partir do Boletim n. 40 e a considero a única realmente inédita no contexto da publicação. A sua existência contrariou princípios explicitados no próprio Boletim Informativo CAPES n. 1 (p.1) que ao definir os objetivos e características do periódico afirmou o compromisso de ser apenas noticioso e que não publicaria artigos, estudos e debates de ideias¹⁷⁷. O surgimento da seção “Forum de Opiniões” foi de encontro aos rumos apontados no primeiro número do periódico haja vista que seu título aponta o teor do seu conteúdo. Um conteúdo que teve exatamente nas questões polêmicas e no debate de ideias o seu eixo. Mas, não num processo de ruptura e, sim, conforme já assinalado – numa perspectiva de refinamento institucional.

As notícias e textos utilizados pela seção não foram escritos especialmente para o Boletim, mas foram retirados de jornais e revistas. Portanto, entrevistas ou cobertura de eventos pela mídia impressa em momentos de inauguração, posses etc. Alguns eram

¹⁷⁷ Os grifos são meus.

fragmentos da entrevista concedida, outros o texto na íntegra. A seção transcreveu as ocorrências que foram publicadas, buscando captar as questões nacionais mais candentes com ênfase para a Educação e a Ciência. Muitas vezes foram veiculadas notícias que eram críticas contundentes ao MEC e a outros órgãos do Governo Federal. Críticas presentes nos boletins: 48, 49, 68, 81, 111 e 125 referentes ao MEC e sua estrutura considerada obsoleta e mumificada; a centralização excessiva e a distribuição desigual de verbas entre os diferentes níveis de ensino. Quanto ao governo federal, de maneira geral, foram encetadas críticas relativas à ausência de recursos para bibliotecas públicas; descompasso entre o discurso e a prática no campo do aparelhamento de universidades e institutos de pesquisa e os preços abusivos dos livros, tornado a leitura um luxo e não uma necessidade (boletins 121, 122, 125 e 129).

Após desvelar o espírito que deu a base para o trabalho desenvolvido pela seção, cabe a análise que aponte as questões mais exploradas a cada dois anos, oferecendo algumas inferências sobre o contexto, que fez com que tais pontos merecessem destaque.

Nos dois primeiros anos analisados, 1956-1957 (média: três páginas), houve um predomínio dos temas ligados à Universidade. Aliás, a Universidade apareceu como ponto principal em todos os anos, envolvendo a discussão de sua autonomia, uma veemente crítica à multiplicação indiscriminada de escolas superiores isoladas contrariando o princípio pleno de Universidade, a polêmica questão das funções da Universidade e o seu importante papel na união entre o ensino e a pesquisa. Os cursos de Medicina também tiveram predomínio com a indicação da necessidade de reformas devido à obsolescência do seu currículo e da aparelhagem utilizada para o ensino. Outro aspecto que merece destaque foi a presença de críticas ao modelo dos exames de acesso ao ensino superior, o vestibular, que alcançou o auge em 1958.

O Vestibular, o Ensino Técnico e a Pesquisa foram os temas centrais do biênio 1958-1959 (média: duas páginas). As notícias que fizeram alusão ao vestibular revelaram a preocupação com o

elevado índice de reprovação, o número de excedentes, ou seja, alunos que eram aprovados mas não cursavam por falta de vagas, transformando o concurso numa barreira quase intransponível e ocasionando constantes manifestações dos candidatos reprovados e dos futuros vestibulandos. O ensino técnico recebeu no biênio um tratamento privilegiado visto que a falta de escolas e de profissionais formados nesse nível implicava num sensível atraso em diversas áreas que eram consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. Tal perspectiva se repete no que tange à pesquisa e à necessidade de institutos e laboratórios aparelhados para a manutenção de determinado grau de independência em relação ao sistema de produção do conhecimento oriundo do exterior, interesse consoante com o momento histórico vivido no Brasil¹⁷⁸.

Os anos de 1960-1961 (média: duas páginas) - anos que assistiram à intensificação do processo beligerante à distância (a guerra fria) que não se restringiu a dois países, mas constituiu uma rede de relações complexas que envolveu numerosas nações e teve na segurança nacional e continental uma de suas consequências mais visíveis - apontaram o curso de Engenharia Nuclear e o seu currículo como uma das questões mais abordadas no periódico. Além dessa preocupação, que compreendo como uma expressão de um tempo, marcam presença as notícias relativas à LDBEN, antes e depois de sua aprovação que se deu em 1961, ensejando críticas ao texto legal e discursos de interpretação dos artigos que compunham o documento num processo de defesa de determinados pontos que suscitaram polêmicas como, por exemplo, as verbas públicas para a escola privada.

A Universidade, o Vestibular, a Engenharia Nuclear e o curso de Medicina reaparecem no período 1962-1963 (média: quatro páginas) como temas mais abordados pela seção. Quanto ao ano de 1964 não foi possível a abordagem completa e consistente, pois

¹⁷⁸ Trata-se do nacional-desenvolvimentismo. Este ponto foi desenvolvido no capítulo 2, item 2.2 “O contexto de criação da CAPES: os anos 1950”.

somente quatro boletins foram publicados na gestão de Anísio Teixeira frente à CAPES. Desejo, ainda, divulgar os nomes dos que mais tiveram textos ou entrevistas selecionadas para a seção: Afrânio Coutinho (literatura), Anísio Teixeira, José Leite Lopes (cientista), João Cristóvão Cardoso (presidente do CNPq). A seção esteve presente em todos os boletins a partir do número 40, exceções: Relatórios de Atividades da CAPES e Edições Especiais.

Estabelecimentos de Ensino Superior

O levantamento de instituições de ensino superior foi um dos mais significativos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Estatística e Documentação da CAPES, tendo como objetivo o mapeamento de todas as universidades e escolas superiores do país e contendo os cursos, o nome do reitor, do diretor de cada faculdade e o endereço completo da instituição. Um trabalho de vulto e que dependeu do preenchimento dos questionários para a sua agilização e demandou constantes atualizações que foram o foco desta seção face à possibilidade do contato e articulação institucional. O levantamento de instituições superiores era uma publicação especial da CAPES separada do Boletim Informativo que, pela sua periodicidade mensal, ensejou a oportunidade das atualizações necessárias ao catálogo de instituições.

A apresentação dessa nova seção foi feita no Boletim n. 29 (p.1,1955) que anunciou a publicação do 4º número do Indicador de Estabelecimentos de Ensino Superior “(...) a fim de manter atualizadas as informações relativas aos estabelecimentos de ensino superior existentes no país (...)”. Prossegue o periódico “(...) cuidadosamente selecionada, a matéria do novo catálogo (indicador) acha-se distribuída em três partes”.

Tabelas¹⁷⁹

I – Estabelecimentos de ensino superior que funcionaram no país, em 1954;

II – Matrícula geral, em 1954, por Unidades da Federação, segundo os ramos de ensino superior;

III – Matrícula na 1ª série, em 1954, por Unidades da Federação, segundo os ramos de ensino superior;

IV – Conclusões de curso, em 1953, por Unidades da Federação e segundo os ramos de ensino acima citados.

Relação dos estabelecimentos – I

Nesta parte são apresentados os estabelecimentos de ensino superior, segundo os ramos de ensino, com discriminação dos cursos por êles mantidos, número de alunos matriculados em 1954 (em geral no 1º ano) e de diplomados em 1953, em cada um dos cursos ministrados.

Relação dos estabelecimentos – II

A terceira e última parte do novo catálogo compreende a relação dos estabelecimentos do ensino superior existentes no País, mas segundo as Unidades da Federação e com indicação de endereço e do nome do Diretor em exercício em 31 de dezembro de 1954.

O próprio Boletim n. 29 (p. 2) anunciou também os motivos e a necessidade de uma nova seção ao afirmar que “(...) pela natureza da matéria que encerra, passível de constantes alterações, o catálogo vai se tornando, com o correr do tempo, um tanto desatualizado. Uma simples mudança de diretor de escola, por exemplo, implica que informes sôbre a mesma ali apareçam como um dado a corrigir. Assim sendo, é propósito dêste Boletim, por deliberação da CAPES, reservar, mensalmente, em suas últimas páginas, o espaço necessário ao registro dessas alterações”. Inicialmente a seção foi intitulada “Atualização dos

¹⁷⁹ No mesmo número do Boletim (p. 2) foi feita a ressalva que as tabelas não incluíam os cursos de pós-graduação.

dados relativos aos estabelecimentos de ensino superior”, depois “Atualização do indicador dos estabelecimentos de ensino superior” e, finalmente, “Estabelecimentos de ensino superior”. Após o devido entendimento do que foi a elaboração e os objetivos do catálogo e a necessidade de sua atualização, entende-se a razão do nascimento desta nova seção.

Publicações

A seção foi criada a partir do Boletim n. 40 e prestou uma contribuição à divulgação de publicações de diferentes temas, instituições e autores. A sua existência expressou o entendimento do papel que as referidas publicações teriam no tocante à construção de uma “rede” que buscou na irradiação da informação e dos veículos que a conduziam um dos seus marcos.

Assim, sugerir a leitura de determinados livros, recomendar certos artigos em periódicos especializados ou anunciar o lançamento de uma nova revista ou boletim constituiu uma prática de valorização de tais instrumentos que abarcaram a área educacional e científica. A análise do conteúdo da seção terá como aspectos centrais os tipos de publicação, o caráter das publicações e os temas mais abordados.

Antes de ingressar na questão do conteúdo, desejo ressaltar que a seção teve até o Boletim n. 75 a média de duas páginas, passando a uma página a partir desse número e com o crescimento” do espaço dedicado à seção “Atos Oficiais” - número 108 em diante – chegou em diversos boletins a ter apenas metade de uma página para o seu trabalho de divulgação.

O alargamento do espaço da seção “Atos Oficiais”, não coincidentemente, passou a se materializar com a subida de João Goulart ao poder como presidente, mas num sistema parlamentarista pela primeira vez na história do país, o que gerou a necessidade de uma série de medidas legais especialmente no âmbito da estruturação dos órgãos públicos que tinham a educação como objetivo e responsabilidade.

Os tipos de publicação que alimentaram a seção “Publicações” e o número de suas participações no Boletim Informativo CAPES foram os seguintes: revistas (41), livros (32), boletins (28), teses/ensaios/palestras e comunicações mimeografadas (25), relatórios (08), catálogos (07), anais (05) e anuários (02). Os dados revelam que das 148 notas de divulgação quase metade, ou seja 69, teve como material para a elaboração das notas da seção os periódicos: revistas e boletins, aspecto que realça o papel atribuído pela CAPES a esses periódicos como uma privilegiada estratégia de intervenção e que apresenta relação direta com a próprio tema deste trabalho.

O caráter das publicações difundidas pelo Boletim se refere ao local e origem de sua elaboração. Assim, constatei a presença de dois blocos: publicações que representavam a voz de instituições públicas ou privadas¹⁸⁰(departamentos de universidades, diretórios acadêmicos, institutos de pesquisa, associações educacionais, entidades de pesquisa, sindicatos, órgãos governamentais – inclusive a CAPES - e organizações internacionais), perfazendo 120 notas e as publicações emanadas de editoras privadas e que não representavam uma coletividade, não possuindo, assim, a força de um conjunto articulado de proposições e posturas institucionais, alcançou 09 notas. Ainda no que se refere ao caráter da publicação, 91 notas eram relativas a publicações nacionais e 56 internacionais¹⁸¹.

Os temas mais abordados pela seção “Publicações” foram relativos às Ciências Sociais (sociologia/política) e Educação haja vista as acaloradas discussões à época – o Boletim n. 40 que

¹⁸⁰ Destaques: CBPE, INEP, MEC, Universidade do Brasil, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Minas Gerais, PUC-RJ, Fundação Getúlio Vargas, Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, UNESCO e ONU.

¹⁸¹ Das 148 notas, apenas 02 eram relativas a publicações da própria CAPES: Série - “Estudos de Desenvolvimento Regional” (conjunto de monografias) e “A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico” (resumo da série “Estudos de Desenvolvimento Regional”).

inaugura a seção foi publicado em 1956 – sobre questões políticas, sociológicas e educacionais com destaque para o papel da Universidade e o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Temas que suscitaram diversos escritos que tiveram ampla cobertura e divulgação por parte do periódico¹⁸². Portanto, a seção em pauta contribuiu de forma efetiva para a consubstanciação da estratégia de irradiação articulada pela CAPES via o seu Boletim Informativo.

Atos Oficiais

A seção apareceu com esse título pela primeira vez no Boletim n. 40. Porém, a questão dos atos de governo e seus instrumentos legais (leis, decretos, portarias etc.) foram abordados sem um lugar específico pelos Boletins n. 01 de 1952 que abordou a legislação que instituiu a CAPES, o Boletim n. 26 de 1955 que trouxe a equivalência do ensino médio e o Boletim n. 35 também de 1955 que publicou o Decreto sobre a ordem do mérito educativo. A partir de seu lançamento oficial no Boletim n. 40 até o último número estudado neste trabalho, a seção “Atos Oficiais” esteve presente em todos os boletins.

A seção apresentou os tópicos seguintes de forma mais constante: Professores catedráticos - Decretos de nomeação oriundos do executivo federal; Diretor / Reitor – designação; Legislação – importantes Decretos e Portarias da área educacional; Aposentados; Cátedras em concurso; Alteração em regimento – modificações nos regimentos das universidades, seus departamentos e institutos; Comissões coordenadoras – designadas pelo MEC para atribuições diversas e Conselho Universitário – formação e nomeação de membros. Eventualmente, o Conselho Federal de Educação e o CNPq se fizeram presentes nesta seção que buscou atualizar os leitores e a

¹⁸² Dentre os autores mais divulgados destaco: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, L. A. Costa Pinto e Gilberto Freyre.

comunidade acadêmica e científica sobre a regulamentação de diversos setores, especialmente no campo educacional.

Após o estudo dos números regulares do Boletim Informativo, entendo ser importante uma análise dos Relatórios de Atividades da CAPES que procura captar a sua contribuição para a consecução dos objetivos institucionais traçados com a intensificação da utilização das estratégias de irradiação, articulação e mobilização.

5. A exteriorização da ação: os relatórios de Atividades da CAPES

O estudo dos Relatórios de Atividades da CAPES possibilita o entendimento da importância desse instrumento para a instituição, num processo de avaliação interna e externa do exercício de suas atribuições, das suas ações e da avaliação do alcance dos objetivos a ela imputados. Além de ser uma forma de divulgação institucional a publicação dos relatórios, no dizer de Córdova (1998:51), “(...) oferece à instituição um resumo ou balanço de suas atividades (...) e à sociedade uma espécie de prestação de contas”.

As considerações feitas no parágrafo anterior não suprimem as estratégias de articulação, irradiação e mobilização, aventadas superficialmente na Introdução deste trabalho, presentes tanto nos relatórios quanto no Boletim Informativo. A afirmativa pode ser corroborada pela existência do documento intitulado “CAPES: sua organização e realizações” apresentado em 1954 à VI Reunião Anual da SBPC, momento importante para a comunidade científica brasileira, documento que – na verdade – era um relatório sobre as atividades e realizações da Campanha desde sua instituição até aquele momento¹⁸³.

¹⁸³ Não tive contato direto com o documento, porém encontrei referências sobre a sua existência na dissertação “CAPES: a opção pela eficácia” de Marisa Trindade Mattos (1993) e no trabalho “CAPES: origem, realizações e significações” de

Os Relatórios de Atividades da CAPES foram publicados como números regulares do Boletim Informativo¹⁸⁴, mantendo, assim, todas as características gráficas e materiais dos mesmos. Os dois primeiros Relatórios de Atividades (boletim n. 23 e n. 38) continham notícias e divulgações usualmente inseridas em números regulares dos boletins. Tal situação referente ao conteúdo foi modificada a partir do terceiro relatório (boletim n. 44). Desta forma os boletins que divulgavam os relatórios passaram a abordar exclusivamente questões atinentes ao relato de atividades da CAPES e, complementando o grau de especificação que passaram a ter tais instrumentos, o boletim responsável pela publicação do Relatório do ano de 1959 (n. 91/92 de 1960) apresentou na capa a expressão “Relatório Anual”-nunca antes utilizada¹⁸⁵.

Antes de ingressar na análise dos conteúdos dos relatórios, é necessário dar visibilidade ao número de Relatórios de Atividades publicados com o número de páginas, com o período a que se refere e quanto ao aspecto de receber o título “oficial” de relatório anual. A Tabela 13 busca preencher a necessidade de informações sobre estes pontos.

Rogério de Andrade Córdova (1998). O Boletim Informativo CAPES, n.24, novembro de 1954 na sua página 2 trouxe informações gerais sobre a VI Reunião Anual da SBPC, mas nada explicitou quanto à participação da CAPES no evento.

¹⁸⁴ Vale observar que a partir do Relatório de Atividades de 1964, publicado em 1965 na gestão de Suzana Gonçalves frente à CAPES, não mais foram utilizados números regulares do Boletim. O Relatório passou a ser uma publicação isolada e especial.

¹⁸⁵ Cabe lembrar que, mesmo de forma inconstante, os boletins passaram a trazer a partir do número 40 de março de 1956 uma seção intitulada “Estudos e Atividades da CAPES”. A seção propiciou a publicação de breves relatórios das atividades dos diferentes Programas e Serviços da instituição. Tais informações, antes da introdução da nova seção, apareciam de maneira menos sistemática nas seções “Notícias Diversas” e “Outras Notícias”. Mais detalhes sobre a questão no Item 4 deste Capítulo.

Tabela 13 – Os Relatórios de Atividades da CAPES

ASPECTOS ↓	ANO DA PUBLI CAÇÃO ⇒	1954	1956	1957	1959	1960	1961	1962	1963	1964
MÊS DA PUBLICAÇÃO		OUT.	JAN. JUL.	JUL.	ABR. MAI.	JUN. JUL.	MAI. JUN.	JUN. JUL.	MAI. JUN.	MAI. JUN.
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO		23	38 e 44	56	77 /78	91/92	102/103	115/116	126/127	138/139
NÚMERO DE PÁGINAS		17	17 e 37	49	93	109	135	109	126	103
PERÍODO DE ABRANGÊNCIA		1952 1953 1954	1955 1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
INTRODUÇÃO DADA AO TEXTO		AC	*	AC	AC	RA	RA	RA	RA	RA

Fonte: Boletim Informativo CAPES – nº 1 ao nº 137.

AC – Atividades da CAPES

* Principais Realizações e Atividades da CAPES

RA – Relatório Anual

Uma primeira aproximação com os dados contidos na Tabela 13 revela que os anos de 1955 e 1958 não tiveram publicações dedicadas à sistematização e à divulgação das atividades da Campanha, situação que se repete na pesquisa feita em todos os boletins editados nos referidos anos. Apenas os boletins n. 29, 31 e 34 de 1955 abordavam questões referentes ao Indicador de Estabelecimentos de Ensino Superior – publicação que era uma espécie de catálogo com informações diversas sobre todas as unidades da federação e os seus estabelecimentos de ensino superior – que era uma atribuição do Serviço de Estudos, Levantamentos e Documentação da CAPES. A ausência mais sentida em relação a tais informações refere-se ao ano de 1958 pois os boletins – conforme já observado - passaram a trazer a partir do número 40 de 1956 uma seção intitulada “Estudos e Atividades da CAPES”. A seção, que não foi utilizada em todo o ano de 1958, propiciou a publicação de breves relatórios das atividades dos diferentes Programas e Serviços da instituição.

O mês da publicação dos Relatórios, somente a partir de 1960, parece estabilizar-se e girar em torno do período marcado pelos meses de maio, junho e julho, tempo ideal para um levantamento de atividades do ano anterior e para o anúncio de algumas realizações do ano corrente e perspectivas para ao ano seguinte. A partir de 1959, o aumento do volume de Projetos e ações coordenados pela CAPES fez com que os Relatórios ficassem mais complexos e extensos exigindo, assim, uma só edição que na prática valeria por dois números dos boletins, uma edição casada.

A variação do número de páginas acompanhou a complexidade do trabalho desenvolvido pela CAPES. Desse modo, a Tabela 13 indica que o Relatório de Atividades de 1959 apresentou quase o dobro de páginas do relatório anterior, numa evidente demonstração de crescimento que vai culminar com as 135 páginas do Relatório Anual de 1960 publicado em 1961.

O período de abrangência revela a irregularidade quanto à divulgação das atividades da Campanha até o ano de 1957. As

atividades relativas aos anos de 1952, 1953 e 1954 só foram publicadas, em conjunto, em 1954. O 2º semestre dos anos de 1956 e 1957 não foram abordados pelos Relatórios de Atividades e nem pelas publicações regulares dos boletins, constituindo-se em uma lacuna importante no processo de estudo das ações da CAPES. A partir de 1959, ocorreu um processo de normalização no fluxo das informações com um mecanismo que consagrou a utilização de um único Relatório Anual sempre contendo as atividades do ano anterior.

O item “introdução dada ao texto”, Tabela 13, buscou identificar qual a nomenclatura utilizada por cada número dos boletins para introduzir o corpo de informações relativas à CAPES. Até 1959, recebeu nomenclaturas diferentes como: “atividades da CAPES” e “principais realizações”, passando em 1960 a ser intitulado “relatório anual”. Desejo explicitar que mediante essas diferentes nomenclaturas e as suas distintas abrangências defendo a utilização da expressão “Relatório de Atividades” por entender que a mesma define com mais clareza o papel exercido por esses relatórios e alcança o cerne de tais publicações no seu objetivo de exteriorização das atividades e ações realizadas pela CAPES, consubstanciando as estratégias de irradiação, articulação e mobilização acionadas.

Dessa maneira, torna-se necessário o conhecimento dos temas abordados pelos Relatórios de Atividades da CAPES, propiciando, posteriormente, a análise do seu conteúdo. A Tabela 14 mostra os assuntos presentes nos dez relatórios. Assuntos esses que, de maneira um tanto arbitrária, intitulei “seções”.

Tabela 14 – Seções dos Relatórios de Atividades da CAPES

RELA TÓRIO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓	SEÇÃO ↓
Nº 1 ¹⁸⁶ 1952 1953 1954	VI Reunião da Comissão Consultiva	Atividades (PgU)	Atividades (SBE)	Atividades CAPES	Atividades (PQTC)	Atividades (SED)	Notícias diversas	—	—	—
Nº 2 1955	CAPES: Legislação	CAPES: objetivos	CAPES: programa	CAPES: organiza ção	CAPES: funções dos órgãos	CAPES: desenvol vimento do trabalho	CAPES: realiza ções	Plano para 1956	Notí cias diver sas	—
Nº 3 1956	História da CAPES	Atividades (PgU)	Atividades (PQTC)	Atividades (SBE)	Atividades (SED)	Catálogo de estabele cimentos	—	—	—	—
Nº 4 1957	Orçamento	Atividades (AG) ¹⁸⁷	Atividades (PgU)	Atividades (PQTC)	Atividades (SBE)	Atividades (SED)	—	—	—	—
Nº 5 1958	Orçamento	Atividades (AG)	Atividades (PgU)	Atividades (PQTC)	Atividades (SBE)	Atividades (SED)	—	—	—	—
Nº 6 1959	CAPES: legislação	CAPES: objetivos	CAPES: programa	CAPES: organiza	CAPES: funções dos	Dotação de	Ativ. (PgU)	Ativ. (PQTC)	Ativ. (SBE)	Ativ. (SED)

¹⁸⁶ A organização numérica foi por mim estabelecida para facilitar a análise dos documentos visto que tal identificação nunca ocorreu nas capas dos relatórios.

¹⁸⁷ Administração Geral.

				ção	órgãos	verbas				
Nº 7 1960	CAPES: legislação	CAPES: objetivos	CAPES: programa	CAPES: organi zação	CAPES: funções dos órgãos	Dotação de verbas	Ativ. (PgU)	Ativ. (PQTC)	Ativ. (SBE)	Ativ. (SED)
Nº 8 1961	CAPES: legislação	CAPES: objetivo	CAPES: programa	CAPES: organi zação	CAPES: funções dos órgãos	Dotação de verbas	Ativ. (PgU)	Ativ. (PQTC)	Ativ. (SBE)	Ativ. (SED)
Nº 9 1962	CAPES: legislação	CAPES: objetivo	CAPES: programa	CAPES: organi zação	CAPES: funções dos órgãos	Dotação de verbas	Ativ. (PgU)	Ativ. (PQTC)	Ativ. (SBE)	Ativ. (SED)
Nº 10 ¹⁸⁸ 1963	História da CAPES e análise crítica	CAPES: objetivos	CAPES: realizações	CAPES: análise crítica sobre verbas	CAPES: Legislação e organização	Dotação de verbas	Ativ. (PgU)	Ativ. (PQTC)	Ativ. (SBE)	Ativ. (SED)

Fonte: Relatórios de Atividades da CAPES de 1952 a 1963.

¹⁸⁸ Elaborado na gestão de Anísio Teixeira e publicado na gestão de Suzana Gonçalves.

A Tabela 14 oferece subsídios para uma aproximação de caráter geral em relação aos Relatórios de Atividades da CAPES. A fim de examinar o processo de elaboração e publicação, de forma específica e mais complexa, proponho uma chave interpretativa dividida em três fases: a primeira com o 1º, 2º e 3º relatórios; a segunda fase com o 4º e o 5º e a terceira que vai do 6º ao 10º. Uma divisão que – certamente - apresenta imperfeições, mas que pode contribuir para uma visão mais ampla do conjunto via a compreensão de certas características de suas partes.

A primeira fase foi marcada pela busca de um modelo de organização, observadas as constantes mudanças nas partes constituintes dos relatórios como experiências na busca do padrão ideal para a instituição – postura bastante coerente com o início dos trabalhos da própria CAPES como um órgão experimental¹⁸⁹. Assim, a seção que relatava as reuniões da Comissão executora da CAPES, um precioso informe sobre as discussões travadas nessa instância, esteve presente somente no 1º Relatório. Relatório este que introduziu um balanço detalhado das ações e projetos dos diversos setores da CAPES (aspecto que só seria retomado no 3º Relatório), trouxe também um quadro esclarecedor sobre as atividades da Campanha no período de 1952 a 1954 e a seção “Notícias Diversas”¹⁹⁰ que reapareceu no 2º Relatório e não mais constou dos relatórios seguintes. O 2º Relatório acrescentou às temáticas abordadas pelo anterior uma preocupação com a divulgação da legislação, dos objetivos e da estrutura organizacional da CAPES, apontando os planos de trabalho para o ano seguinte e trazendo as principais realizações da CAPES – entretanto sem o detalhamento do anterior. Finalmente, o 3º Relatório trouxe uma breve introdução sobre o trabalho realizado de 1952 a 1955, retomou um caminho traçado pelo 1º Relatório no que concerne à análise minuciosa dos projetos realizados e inovou

¹⁸⁹ Questão discutida no Item 3 do Capítulo III.

¹⁹⁰ A seção “Notícias Diversas” foi veiculada pela primeira vez no Boletim Informativo CAPES n.2, janeiro, de 1953.

ao incluir na quarta capa as alterações no “Indicador de estabelecimentos de Ensino Superior”¹⁹¹.

A segunda fase evidenciou o surgimento de um período de estabilização do modelo de elaboração dos relatórios haja vista que o estudo do 4º e do 5º relatório revelou a manutenção das mesmas temáticas e seções, iniciando com a questão do orçamento da CAPES e a distribuição das verbas pelos Programas e Serviços. Os dois relatórios explicitam de maneira detalhada o trabalho desses órgãos através dos projetos postos em ação. O modelo adotado, portanto, foi utilizado em dois relatórios consecutivos.

A terceira fase assistiu ao processo de consolidação de um modelo de relatório que teve como princípio a seleção, após tantas experiências, das partes tidas com essenciais para a divulgação do trabalho da CAPES. O 6º Relatório – aquele que abre esta fase – foi o primeiro a trazer na capa a expressão “Relatório Anual” que além de apresentar relação com a tese que defendo sobre o momento de consolidação, definiu também uma periodicidade para a publicação. Assim, o 6º, 7º, 8º, 9º e 10º relatórios apresentaram a mesmas seções e constituíram uma consolidação do modelo de elaboração de um instrumento altamente significativo para os objetivos e estratégias acionadas pela CAPES. Percebo tal fase, também, como reflexo de um momento de consolidação da própria instituição.

O espaço deste trabalho não permite uma análise exaustiva dos Relatórios de Atividades da CAPES. Porém, considero importante destacar as inovações presentes, os trechos importantes e, ao final de cada estudo, elaborar um quadro resumo com o número de projetos voltados especificamente para

¹⁹¹Tarefa a cargo do SED que tinha como objetivo “(...) a organização e publicação de um catálogo de estabelecimentos de ensino superior civil existentes no país, com indicação do endereço completo, nome do dirigente e cursos mantidos (...)” (Boletim Informativo CAPES, n.23:15, outubro, 1954). Algumas informações exigiram uma preocupação constante com o seu processo de atualização.

a pós-graduação¹⁹². As bolsas de estudo para aperfeiçoamento pós-graduado no exterior; as bolsas para aperfeiçoamento pós-graduado no país¹⁹³; o auxílio a cursos pós-graduados; o contrato de professores estrangeiros para as universidades e a cooperação da CAPES para o desenvolvimento e funcionamento dos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado (CNAP)¹⁹⁴ são os componentes que busco privilegiar na elaboração desse quadro resumo por entender que os mesmos acionaram as estratégias de irradiação, articulação e mobilização conformadoras da rede – conceitos explicitados na Introdução deste trabalho. Passo, assim, a explicitar as características de cada um dos pontos escolhidos para a composição dos quadros.

As bolsas de estudos para aperfeiçoamento pós-graduado no exterior exerceram um importante papel na construção da rede visto que o intercâmbio com instituições de comprovado conceito internacional colocaram os bolsistas brasileiros em contato com novas perspectivas no campo da pesquisa. O acompanhamento realizado pela CAPES durante a estada no exterior e após o retorno ao país possibilitou um efetivo engajamento desses quadros – na sua maioria docentes – nas universidades de origem num processo de utilização dos conhecimentos construídos, consubstanciando uma estratégia de irradiação e ao mesmo tempo de articulação de um *locus* que mobilizasse pesquisadores e professores em torno da Ciência.

As bolsas eram concedidas “(...) a pessoal graduado já possuidor de tirocínio científico ou profissional, dedicado ao magistério superior, à pesquisa científica e à aplicação da ciência (...) visam tais bolsas o aperfeiçoamento de pessoal docente do ensino superior e de especialistas, técnicos e cientistas de alto

¹⁹² Utilizo o termo pós-graduação dentro da perspectiva abordada no Item 3 do Capítulo III.

¹⁹³ Bolsas dirigidas aos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado e a outras instituições que não estavam incluídas nestes Centros.

¹⁹⁴ Abreviatura utilizada por mim com a intenção de agilizar a leitura do trabalho, mas que nunca foi usada em qualquer publicação oficial da CAPES.

nível (...).¹⁹⁵Para a elaboração do quadro resumo considerei apenas as bolsas subvencionadas com verbas próprias da CAPES, desconsiderando portanto a modalidade “auxílios” por serem destinados a suplementar as bolsas proporcionadas por outras organizações.

As bolsas para aperfeiçoamento pós-graduado no país foram importantes instrumentos para a consecução do plano de trabalho da CAPES pois “(...) destinadas a jovens universitários recém-diplomados (...) e que desejem prosseguir seus estudos através de cursos ou estágios, em nível de pós-graduação. Visam tais oportunidades o preparo de pessoal docente para o ensino superior e formação de profissionais especializados, pesquisadores e cientistas”. Portanto, bolsas para promissores pesquisadores e futuros professores das universidades brasileiras, acionando as estratégias de irradiação e mobilização haja vista que os bolsistas eram enviados para diversas instituições, levando a “cultura” de sua instituição de origem e conhecendo a da instituição que o recebia – num processo de mobilização de todos os atores envolvidos.

Parte dessas bolsas foi direcionada para os CNAP e parte para outras instituições que não estavam incluídas na rede formada por esses Centros Nacionais de Pós-graduação. Assim, conclui-se que seria incorreto somar o número de bolsas atribuídas a essa categoria às bolsas concedidas para estudos nos CNAP. O procedimento mais sensato é analisar o número de bolsas concedidas para aperfeiçoamento e perceber quantas delas foram direcionadas para os CNAP.

O auxílio a cursos pós-graduados, excluídos os que eram Centro Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado por terem recursos específicos, englobava subvenções para promoção de cursos, palestras, seminários, contratação temporária de professores

¹⁹⁵ As citações utilizadas para a explicação dos aspectos abordados no quadro resumo foram retiradas do Item 2 “A estrutura da CAPES: Programas e Serviços”- Capítulo III.

brasileiros ou estrangeiros e divulgação dos eventos no meio acadêmico. Tal perspectiva de trabalho apontou para um tipo de projeto desenvolvido pelo PgU: os núcleos universitários. Os núcleos universitários eram “(...) constituídos de um professor contratado, trabalhando em situação que lhe possibilite desenvolver o ensino e a pesquisa da disciplina, embora sem os propósitos tão amplos de um Centro, e um ou mais assistentes que já se encontrarem na Universidade”. Um trabalho a longo prazo face ao processo de construção dos institutos de pesquisa ao cercar o professor titular de diversos assistentes que, na saída do mesmo, executariam os estudos iniciados, numa postura que permitia a existência de resíduos que dessem continuidade ao projeto.

O contrato de professores estrangeiros para as universidades atendeu o exposto no Projeto Missões Universitárias do PgU que tinha como objetivo a contratação de “(...) grupos de professores estrangeiros em ramos de especialidades correlatas para atuarem nas Universidades brasileiras”. Considero a execução de tal projeto um avanço e uma oportunidade de convivência e intercâmbio com os professores titulares brasileiros e assistentes visando ao processo de desenvolvimento do ensino e da pesquisa. A CAPES, assim, acionou as estratégias de irradiação e mobilização visto serem ações de alto caráter acadêmico que envolveram divulgação de novas metodologias de pesquisa e ensino e aplicação dessas dentro da realidade brasileira. Uma oxigenação necessária para o desenvolvimento do trabalho científico.

Quanto aos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado (CNAP), foram legalmente instituídos pelo Decreto 29.741 de 11 de julho de 1951, art. 3º - letra F – e à CAPES cabia as seguintes iniciativas de cooperação:

- a. manutenção de professôres e especialistas responsáveis pelo treinamento de bolsistas;
- b. promoção de cursos pós-graduados;
- c. intercâmbio de pessoal universitário, no país;
- d. financiamento de cursos especializados, de curta duração, ministrados em instituições de ensino superior por professôres de outras

universidades; e. concessão de bolsas de iniciação, para o aperfeiçoamento pós-graduado, com vistas ao preparo de pessoal docente para o ensino superior e a formação de pesquisadores e cientistas; e f. realização de seminários e outras reuniões de caráter científico no país.

Os CNAP, portanto, foram criados pela CAPES e apresentaram relação com o projeto Centros Universitários do PgU que:

eram formados, na Universidade, por um professor contratado e um grupo de cinco ou seis assistentes brasileiros, recrutados em diferentes instituições de ensino superior no país, devendo cada centro trabalhar com o mínimo possível de equipamento que lhe permita o treinamento dos próprios assistentes e o início dos trabalhos de pesquisa. O Centro será, por outro lado, a origem do futuro instituto universitário de sua especialidade. Aí procurar-se-á aperfeiçoar o preparo de assistentes para que no futuro possam preencher os claros que ocorrem no campo universitário.

Importante iniciativa que novamente expressou a preocupação com os resíduos, ou seja, a continuidade dos trabalhos em execução e que contou com a cooperação da CAPES na aquisição de materiais, instrumentos, contratação de professores e técnicos.

Quanto aos critérios de definição dos CNAP, Castro (1977:5) ao se referir ao aperfeiçoamento no país como “treinamento regional”, afirmou que a CAPES operacionalizou um levantamento das universidades que poderiam abrigar os Centros, adotando como princípio o aproveitamento dos grandes centros nacionais existentes e gerando a expressão Centro de Excelência – que pelos estudos comparativos¹⁹⁶ realizados equivale ao Centro Universitário e, conseqüentemente, aos

¹⁹⁶ Para o estudo serviram como base: a entrevista de Almir e Castro, o livro de Córdova “CAPES: origem, realizações, significações” e os próprios Relatórios de Atividades da CAPES. Mais detalhes ver: Referências bibliográficas.

Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado. Os CNAP foram selecionados gradativamente. As seis primeiras instituições escolhidas foram, segundo o Boletim Informativo CAPES n. 23, p.3, de 1954 (1º relatório) as seguintes universidades: do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, do Brasil, de Minas Gerais, da Bahia e do Recife. O número de Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado chegou a vinte em 1963, de acordo com o Boletim Informativo CAPES n. 138/139 (p.11). Entendo que os CNAP face à sua dinâmica de trabalho estavam totalmente imbricados com as estratégias de articulação, irradiação e mobilização utilizadas pela CAPES.

Mesmo após a gestão de Anísio Teixeira na CAPES, os CNAP continuaram a exercer um importante papel em relação à pós-graduação. Córdova (1998:102) registra a ocorrência do “Seminário sobre Ensino Universitário” promovido pelo Conselho Federal de Educação (CFE), em 1966, que teve como objetivo central estabelecer um intercâmbio entre o CFE e as universidades e, dentre outros temas, discutir a questão da pós-graduação e cita uma moção apresentada por Clóvis Salgado¹⁹⁷ (p.113) que fez referência direta aos CNAP, pedindo que a mesa diretora do Seminário se dirigisse “(...) aos órgãos públicos destinados ao aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (CAPES) e ao estímulo à pesquisa (CNPq) no sentido de que procurassem concentrar seus recursos no desenvolvimento de Centros Nacionais de Ensino Pós-graduados”¹⁹⁸. Na mesma linha de raciocínio, desejo ressaltar que uma publicação especial da CAPES de 1967 (p. 6), ao descrever as categorias gerais dos projetos executados pela instituição no período de 1953 a 1966, enfatizou o “(...) desenvolvimento de centros nacionais de aperfeiçoamento pós-graduado e o refôrço do equipamento dos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado”. As duas categorias se

¹⁹⁷ Ministro da Educação e Cultura na presidência de Juscelino Kubitschek e em 1966 membro do CFE.

¹⁹⁸ Os grifos são meus.

complementam e sugerem que, além do aparelhamento dos CNAP existentes, houvesse um investimento na criação de novos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado.¹⁹⁹

O 1º RELATÓRIO²⁰⁰ teve uma seção dedicada ao relato da VI reunião da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, um momento de efetiva centralidade, levando em conta que a Comissão era o órgão avaliador e assessor no que se refere aos planos de trabalho da CAPES. Tal aspecto é confirmado pelo texto ao assinalar que “(...)inicialmente, fêz o professor Anísio Teixeira uma exposição detalhada dos objetivos da CAPES, seus programas de trabalho e planos de estudo, seguindo-se-lhe o Dr. Almir de Castro, a quem coube o relato de atividades da Campanha (...)”. O relato sucinto foi, na verdade, utilizado como uma introdução para a apresentação do “(...) relatório de 1953 e o plano de trabalho para 1954 elementos que figuravam no índice dos documentos de trabalho da Reunião(...)” (p.2).

As atividades da CAPES em 1953 constituíram a parte seguinte do relatório com uma exposição sobre as atribuições e Projetos do PgU²⁰¹ e um resumo do trabalho desenvolvido pelo SBE. Interrompendo a sequência das atividades dos diversos setores, o relatório trouxe um quadro resumo das atividades da CAPES no período de 1952 a 1954 relativas ao “(...) contrato de professores e técnicos, auxílios concedidos a professores universitários brasileiros e ao número de bolsas de estudo concedidas pela CAPES com a especificação da natureza das bôlsas e campos de estudo (pp.8 e 9)”.

A seção “Notícias Diversas”, presente nos números regulares dos boletins, trouxe sete informes diversos: “(...) conferências sobre

¹⁹⁹ Em 1970, o Decreto 67.350 propôs a criação dos Centros Regionais de Pós-graduação. Segundo Córdova (1998:162), a implantação dos Centros Regionais – no geral – foi mal-sucedida.

²⁰⁰ Detalhes referentes ao número da publicação dentro dos boletins, número de páginas e período de abrangência consultar Tabela 13.

²⁰¹ As atribuições dos Programas e Serviços da CAPES foram explicitadas no Item 2 do Capítulo III.

matemática; curso de extensão universitária sobre psicologia e criminalidade; instalação de um centro de estudos de Direito; uma notícia sobre a entrega de um título de professor honorário; a posse do secretário geral do Conselho Nacional de Geografia; a divulgação do prêmio Sul-América para o melhor trabalho sobre a definição de uma política nacional de transporte e a nomeação de novos catedráticos para as escolas superiores” (pp. 16-17).

QUADRO RESUMO – 1º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	51
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR*	128
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP**	—
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	—
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS***	05
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	19

* Cedidas com verbas exclusivamente da CAPES.

** Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado.

*** Cursos que não estão incluídos na estrutura dos CNAP.

O 2º RELATÓRIO empreendeu diversas alterações em relação ao anterior, num processo de experimentação e busca de um modelo para a elaboração de um importante instrumento. As novas seções “Legislação”, “Objetivos gerais” e “Objetivos dos Programas” reproduzem os artigos 2º e 3º do Decreto 29.741 de 11 de julho de 1951²⁰² e a seção intitulada “O que é a CAPES” – presente no Boletim Informativo CAPES (n.1, p. 2-3,1952). Portanto, novos itens que divulgaram os aspectos legais que embasaram o funcionamento e os princípios orientadores da instituição.

A seção “Organização” trouxe considerações sobre a Comissão, seu perfil e a sua responsabilidade de promover a Campanha. Ao ingressar na questão da relação da CAPES com o INEP o texto afirma que “(...) a ação da CAPES é conduzida, provisoriamente,²⁰³ sob a forma de campanha do Instituto

²⁰² Decreto analisado no Item 1 do Capítulo III.

²⁰³ Os grifos são meus.

Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC, em virtude da aprovação presidencial feita nêsse sentido pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (...)” (p.2). Tal enunciado repete o exposto no Boletim n.1 de 1952 e já discutido no corpo desta pesquisa, porém cabe salientar que a continuação do texto do relatório revelou o desejo de novas perspectivas para a condução da CAPES ao definir que:

tal medida visou primariamente atender aos problemas de administração da Campanha em sua fase preliminar de trabalho. Presentemente, porém, face à experiência adquirida, aos resultados colhidos e à amplitude das atividades da CAPES, considera a Comissão ultrapassada aquela etapa inicial, tendo proposto às autoridades competentes a transformação da CAPES num órgão adequado à extensão de seus programas e seus objetivos – uma fundação – à qual caberiam, definitivamente, os encargos de execução sistemática da Campanha.

A questão da transformação da CAPES em Fundação reapareceu dois anos após a exposição de motivos entregue ao Ministro de Educação da época, exposição explicitada no Item 1 do Capítulo III.

Os diversos Programas e Serviços foram abordados pela seção “Funções dos órgãos da CAPES” que teve como objetivo explicar o papel de cada um desses órgãos e sua integração no projeto institucional. A seção foi extremamente minuciosa ao lidar com os tipos de bolsas do SBE, numa postura que identifica o grau de importância que tal Serviço possuía na dinâmica de trabalho da CAPES.

As dotações orçamentárias e o número de Projetos executados nos anos anteriores, além da especificação da natureza das iniciativas contidas nos mesmos foram os temas da seção “Desenvolvimento dos trabalhos da CAPES”. A seção teve um papel introdutório para a seguinte “Principais realizações”.

A seção “Principais realizações” marcou o início da repetição da estrutura do Relatório anterior pois, apenas, enumerou de maneira geral os diversos Projetos executados pela CAPES. Entretanto, uma repetição que não foi em termos qualitativos e quantitativos fidedigna como o primeiro Relatório pois não discriminou – como o anterior fizera – o Programa ou Serviço ao qual cada Projeto pertencia, dificultando um levantamento estatístico minucioso e prejudicando, também, a compreensão do trabalho de cada setor.

O “Plano de trabalho para 1956” foi uma inovação por lançar em linhas gerais as perspectivas de Atividades para o ano corrente relativa a todos os Programas e Serviços, numa mostra de organização e clareza dos objetivos a serem alcançados. Entendo que tal demonstração buscava colocar em evidência a maturidade alcançada pela CAPES e a conseqüente necessidade de autonomia que viria com a sua transformação em fundação.

A última seção do Relatório foi intitulada por mim, de forma arbitrária, “Notícias diversas” pois não trouxe qualquer título de identificação mas apresenta profundas semelhanças em termos de conteúdo com a seção assim identificada no relatório anterior. A seção trouxe duas notícias relativas aos cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação que funcionaram com o financiamento ou cooperação da CAPES e uma notícia sobre o Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil – Instituto considerado pela CAPES um dos centros de excelência do Brasil.

QUADRO RESUMO – 2º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	158
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	50
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	34
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	08
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	14
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	36

O 3º RELATÓRIO, ainda em busca de um modelo organizacional, apresentou duas inovações em relação aos anteriores: a seção que intitulei “Introdução” e a que aparece com o nome “Alterações no indicador de estabelecimentos de ensino superior”. Manteve o Relatório às seções destinadas a um levantamento dos Projetos executados pelos Programas e Serviços da CAPES, retomando o que fora utilizado no 1º Relatório.

A seção “Introdução” trouxe um histórico da CAPES, desde 1952, abrangendo um levantamento quantitativo dos Projetos executados, as iniciativas contempladas pelos mesmos, um balanço sobre as dotações orçamentárias e o plano de trabalho para o ano em curso. Esse Relatório, publicado no mês de julho, realizou um apanhado apenas do primeiro semestre de 1956. Apesar de o Boletim n. 49, dezembro, de 1956 (p. 7) no espaço dedicado à Seção “Estudos e Atividades da CAPES” apresentar a seguinte promessa: “(...) As atividades da CAPES, durante o ano de 1956, serão objeto de um número especial do Boletim Informativo, que divulgará trechos do seu relatório anual”. A promessa não foi cumprida visto que somente o 1º semestre do ano em curso foi abordado.

Desejo destacar na seção “Introdução” a análise crítica encetada a respeito das verbas dedicadas à CAPES que possibilitam o entendimento da relação existente entre os objetivos traçados pela instituição e o contexto político no qual está inserida. O texto (p.2) afirma que “(...) em cada um dos exercícios de 1952 e 1953 contou a CAPES com dotações de vinte e um milhões de cruzeiros, total reduzido a menos da metade em 1954” – o primeiro corte de verbas sofrido pela CAPES. A CAPES trabalhou com a perspectiva de verbas que beiravam os cinquenta milhões para o ano de 1955, verba aprovada pelo DASP²⁰⁴, mas o

²⁰⁴ Instituído pelo Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938 “que organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. “Art. 1º Fica criado, junto à Presidência da República, o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) diretamente subordinado ao Presidente da República”.

poder legislativo limitou a dotação orçamentária a vinte milhões. O texto do Relatório acrescenta que para o ano de 1956 “(...) foram solicitados sessenta milhões, também sumàriamente cortados para trinta na elaboração final do Orçamento Geral da União”.

As consequências dos cortes orçamentários sofridos pela CAPES e o momento em que tais supressões acontecem ensejaram uma crítica relevante visto que esta junção de fatores atingiu a dinâmica de trabalho da instituição. Segundo o Relatório (p.2):

verifica-se, assim, que a CAPES nos primeiros anos dispôs de recursos superiores às suas possibilidades de ação – então condicionadas aos resultados de uma etapa de experiência sôbre métodos, ambiente e linhas de atividade – recursos esses que passaram a se restringir e a faltar, justamente no momento em que a organização e o meio já se encontravam preparados para o desenvolvimento de um programa de âmbito verdadeiramente nacional.

A determinação em traçar um quadro da realidade financeira institucional, o grau de autonomia para a elaboração de tal crítica, a lucidez argumentativa e a objetividade marcam esse trecho do Relatório que expôs uma questão central para as instituições que, mesmo detentoras de uma certa flexibilidade e liberdade de atuação, ficam na dependência de verbas públicas diminutas e pulverizadas por diversas outras instituições.

O ponto expresso no texto revela o desequilíbrio de forças no momento de elaboração de um orçamento público de vulto e o descompasso existente entre as prioridades traçadas pelos discursos governamentais e as minguadas dotações orçamentárias que na prática inviabilizam parte dos projetos elaborados.

O Relatório apresentou, ainda, uma alteração no indicador de estabelecimentos de ensino superior, um levantamento feito pela CAPES e que previa constantes atualizações face às questões envolvidas como endereços, nomes dos diretores, etc. As

alterações foram também publicadas em diversos números regulares do Boletim Informativo CAPES.

QUADRO RESUMO – 3º RELATÓRIO*

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	187
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	17
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	45
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	02
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	02
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	11

* O 3º relatório apresentou somente dados referentes ao primeiro semestre de 1956.

O 4º e o 5º RELATÓRIOS serão analisados em conjunto por ensinarem a elaboração de um modelo parcial de organização e confecção desses instrumentos. Apresentaram duas novidades em relação aos anteriores: um resumo do orçamento previsto para o ano corrente e inclusão das atividades da Administração Geral (setor que corresponde ao Serviço de Administração da CAPES). A seção “Resumo do orçamento previsto” apontava a quantidade de recursos financeiros destinados a cada um dos setores evidenciando um plano de aplicação de recursos que atendesse as necessidades e os objetivos da CAPES. Pela primeira vez, houve a divulgação dos gastos com a discriminação do total despendido para cada Programa ou Serviço.²⁰⁵

A seção “Atividades da Administração Geral” enumerou as atribuições sob a responsabilidade do setor como a lotação e movimentação de pessoal; serviços de terceiros; aquisição de material permanente; compra de material de consumo; controle dos serviços e encargos; controle das despesas de viagens etc. Interessante colocação para o entendimento das tarefas de um serviço fundamental para a organização e funcionamento da CAPES.

²⁰⁵ Uma análise desses dados foi empreendida no Item 2 do Capítulo III.

QUADRO RESUMO – 4º RELATÓRIO*

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	132
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	10
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	106
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	08
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	08
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	10

* O 4º relatório apresentou somente dados referentes ao primeiro semestre de 1957.

QUADRO RESUMO – 5º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	155
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	24
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	32
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	33
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	02
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	17

O 6º, 7º, 8º, 9º E 10º RELATÓRIOS serão estudados em conjunto por pertencerem a um momento que considero de consolidação do modelo de sua elaboração. Interessante observar que o modelo escolhido mesclou seções existentes no 1º e no 2º RELATÓRIO (ver Tabela 14), numa perspectiva que aponta um longo período de experimentação na busca de um formato que desse consistência e visibilidade às estratégias institucionais privilegiadas.

Os Relatórios dessa fase trouxeram as seguintes seções: Legislação; Objetivos; Programas; Organização; Funções dos órgãos da CAPES; Resumo do orçamento previsto; Atividades do PgU; Atividades do PQTC; Atividades do SBE e Atividades do SED. A única inovação em relação aos relatórios anteriores constitui-se na presença de um quadro de dotação de verbas que tinha como intenção divulgar as verbas gerais enviadas à CAPES, via orçamento geral da União. A seção de dotação de verbas no 6º

Relatório discriminou as verbas destinadas à Campanha no período de 1952 a 1960. Os demais relatórios dessa fase repetiram o quadro e apenas acrescentaram os dados do ano corrente²⁰⁶.

Antes da exposição do quadro resumo de cada relatório, desejo abordar alguns aspectos do 10º RELATÓRIO que entendo ter determinadas peculiaridades que o diferenciam dos demais – não ao ponto de desvinculá-lo dessa fase – possibilitando a análise de trechos que desvelam o momento específico vivido pela CAPES que evidentemente não estava apartado do contexto do país.

O Relatório possui uma Introdução que ao contemplar a questão das verbas o fez de maneira crítica, assim como o 3º RELATÓRIO, mas superando em muito a ousadia demonstrada nesse ao afirmar que “(...) ainda não pôde a CAPES, apesar dos seu doze anos de funcionamento, empreender programa de ação condizente com a amplitude dos seus objetivos, privada que estêve, até agora, dos recursos para tal indispensáveis (...)” (p.1). O relatório expôs uma situação insustentável para um órgão que gozava de autonomia dentro do aparelho estatal, tinha liberdade para criar receitas próprias como prestadora de serviços à iniciativa privada e ainda contava com a possibilidade de estabelecer convênios com agências internacionais de fomento à pesquisa propiciando o acesso a bolsas de estudo e intercâmbios educacionais por elas propostos. Torna-se visível a nulidade da geração própria de receitas, a pouca participação da iniciativa privada em relação à complementação de recursos necessários e a inconstância dos acordos com as agências internacionais.

O surgimento de órgãos que tinham finalidades idênticas às da CAPES originou também um severa crítica pois a criação de tais órgãos “(...) concorreu para a dispersão de funções que a legislação criadora lhe atribuíra e de recursos que normalmente lhe deveriam caber (...)” (p.1). A CAPES, desse modo, diante dos poucos recursos recebidos direcionou para áreas específicas “(...)

²⁰⁶ A Tabela 2 - inserida no Item 2 do Capítulo III – apresenta as dotações orçamentárias da CAPES no período de 1952 a 1963.

onde sua atuação tem sido indiscutivelmente útil, mas cujo vulto muito longe ainda está do que deveria assumir um plano eficiente de aperfeiçoamento de pessoal superior (...)."

Um dos órgãos que duplicaram tarefas e retiraram verbas da CAPES foi a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI)²⁰⁷. Criada pelo Decreto nº 49.355 de 28 de novembro de 1960 a COSUPI nasceu de uma vertente do pensamento pragmático e imediatista que residiu em parte na burocracia estatal e nas escolas técnicas superiores. A COSUPI tinha o objetivo "(...) de renovar a estrutura das Universidades e escolas de tecnologia" (Boletim Informativo CAPES, n. 79, p. 2, junho de 1959). Apenas para o estabelecimento de uma comparação no tocante às verbas, o Boletim Informativo CAPES (n.64, p. 32, 1958) ao divulgar o ato oficial de designação dos membros para a constituição da COSUPI, afirma que esta teria "(...) por finalidade planejar o emprêgo das verbas de 130 milhões para a instalação dos Institutos de Tecnologia e de 100 milhões para aumentar a eficiência do ensino das escolas de engenharia do país". A CAPES no mesmo ano teve à disposição somente 60 milhões para gerenciar todos os seus projetos.

A criação da COSUPI gerou críticas também por parte da SBPC que se posicionou contra a dispersão de recursos provocada pelo programa, contra a sua orientação especialista, bem como contra a política de concentrar em institutos a pesquisa científica, desestimulando os núcleos consolidados nas faculdades e organismos científicos mais apropriados.

O 10º RELATÓRIO trouxe, ainda, a informação de que a CAPES teria a verba de 700 milhões de cruzeiros consignadas no Orçamento Geral da União para 1964. As vicissitudes políticas e as manobras realizadas na votação final do orçamento diminuíram sensivelmente as dotações orçamentárias previstas. O

²⁰⁷ O Decreto 53.932 de 26 de maio de 1964 reuniu a CAPES e a COSUPI na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mais detalhes ver: Anexos (n. 13).

relatório foi o último organizado e elaborado na administração de Anísio Teixeira frente à CAPES. A publicação do documento aconteceu na gestão de Suzana Gonçalves e sofreu as alterações relativas às novas regras em vigência.

QUADRO RESUMO – 6º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	241
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	29
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	103
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	21
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	23
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	27

QUADRO RESUMO – 7º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	160
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	24
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	142
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	56
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	28
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	25

QUADRO RESUMO – 8º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	251
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	22
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	114
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	20
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	21
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	30

QUADRO RESUMO – 9º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	184
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR	29
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	135
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	20

AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	11
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	21

QUADRO RESUMO – 10º RELATÓRIO

BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	157
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR ²⁰⁸	----
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAP	95
COOPERAÇÃO COM OS CNAP	37
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	09
CONTRATO DE PROFESSORES ESTRANGEIROS PARA AS UNIVERSIDADES	19

²⁰⁸ Bolsas canceladas por falta de recursos financeiros.

QUADRO GERAL DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

(CONTRIBUIÇÕES PARA A PÓS-GRADUAÇÃO)

RELATÓRIO ⇒	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
ANO (S) ABORDADO (S) ⇒	1952 1953 1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
ASPECTOS↓										
BOLSAS DE APERFEIÇOAMENTO PÓS-GRADUADO NO PAÍS	51	158	187	132	155	241	160	251	184	157
BOLSAS APERFEIÇOAMENTO PÓS-GRADUADO NO EXTERIOR	138	50	17	10	24	29	24	22	29	—
BOLSAS PARA ESTUDOS NOS CNAF	—	34	45	106	32	103	142	114	135	95
COOPERAÇÃO COM OS CNAF	—	08	02	08	33	21	56	20	20	37
AUXÍLIO A CURSOS PÓS-GRADUADOS	05	14	02	08	02	23	28	21	11	09
CONTRATO DE PROFESSORES. ESTRANGEIROS	19	36	11	10	17	27	25	30	21	19

Após a apresentação do quadro geral, desejo explicitar algumas constatações a título de introduzir futuras possibilidades de reflexão visto as limitações deste trabalho:

A. a oscilação das bolsas de aperfeiçoamento pós-graduado no país a partir de 1958;

B. o constante decréscimo das bolsas de aperfeiçoamento pós-graduado no exterior até o cancelamento dessa modalidade em 1963;

C. a falta de dados relativos aos CNAP até 1954;

D. a constância do número de bolsas para os CNAP a partir de 1959;

E. a estabilização em patamares razoáveis de cooperação com os CNAP a partir de 1958;

F. a estabilização em patamares razoáveis do auxílio aos cursos pós-graduados a partir de 1959;

G. a constância numérica alcançada no contrato de professores estrangeiros a partir de 1958.

Considero importante aduzir a relevância que Anísio Teixeira imprimiu aos relatórios durante toda a sua carreira à frente de instituições públicas. Os relatórios eram para Anísio mais do que uma prestação de contas, eram um levantamento do que foi realizado e do que ainda deveria ser feito. Apontavam perspectivas e necessidades sendo, portanto, densos e propositivos. Dentre tantos, vale citar:

A. "Relatório apresentado ao governo do Estado da Bahia pelo Diretor Geral da Instrução, comissionado em estudos na América do Norte" – relata as impressões e observações de sua viagem aos Estados Unidos, o trabalho foi publicado em 1928 e distribuído gratuitamente pela Diretoria Geral de Instrução com o título "Aspectos Americanos da Educação"

B. "O ensino no Estado da Bahia – 1924-1928" – apresentado ao governador Góis Calmon do Estado da Bahia em 1928, sendo um balanço das realizações efetivas do período.

C. "Sugestões para reorganização progressiva do sistema educacional baiano" – apresentado em 1929 ao governo estadual,

o relatório resume algumas das novas orientações adquiridas em seus estudos sobre Filosofia da Educação na Universidade de Columbia.

D. “Educação pública, administração e desenvolvimento” – relatório apresentado por Anísio Teixeira em 1934 no cargo de Diretor Geral de Educação do Distrito Federal.

E. “Relatórios administrativos dos anos de 1947 a 1950” – relatórios apresentados por Anísio como responsável pela pasta da Educação, tecendo uma análise crítica da situação educacional na Bahia e propondo alternativas e investimentos para a reversão do problema.

CONCLUSÃO

**O real não está na chegada e nem na saída,
ele se dispõe pra gente no meio da travessia.
(Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)**

A repetição da epígrafe utilizada na Apresentação deste trabalho, no início da travessia, expressa a dificuldade e o peso presentes no termo Conclusão. Entendo que o real – não como sinônimo de verdade, mas como uma tentativa empreendida por este trabalho de apreensão das relações (intra e inter) institucionais - se apresentou no meio do percurso com os Boletins da CAPES. Assim, pretendo apenas destacar alguns pontos que marcaram tal percurso ciente das possíveis lacunas que numa visão prospectiva abrem possibilidades para a realização de estudos posteriores haja vista o vasto material estudado e as limitações desta pesquisa.

Primeiramente, cabe destacar a constante preocupação de Anísio Teixeira com a formação e atualização de professores dos diferentes níveis de ensino, num compromisso que esteve presente em toda a sua atuação intelectual comprometida com a ação pública. Uma preocupação que ficou patente nas reformas propostas nas diferentes gestões frente à pasta da Educação.

Vale ressaltar o seu pensamento e ação no que se refere ao papel da Universidade no Brasil, situando e buscando empreender as reformas necessárias para a consubstanciação de um locus de criação da Cultura e Ciência nacionais e sinalizando a urgência da existência de um sistema de pós-graduação. Portanto, um compromisso que foi o horizonte de sua carreira e no percurso com os boletins se revelou um aspecto que, paulatinamente, Anísio reforçou na dinâmica de funcionamento da CAPES até o momento em que tal perspectiva assumiu uma centralidade

dentro do fazer institucional, muitas vezes contrariando as orientações emanadas e as prioridades estabelecidas pelos documentos legais.

A delicada e precisa mediação exercida por Anísio nos primeiros momentos de existência da CAPES - na qual diferentes correntes de pensamento travaram embates quanto ao papel e aos objetivos da instituição – retrata um outro significativo aspecto do percurso e que teve como resultado a preponderância da Campanha (que oficialmente sequer existiu até 1961) sobre a Comissão (criada dez anos antes). Uma inversão face aos documentos legais, mas uma situação que no estudo encetado com o periódico, ao menos no plano dos valores proclamados pelos diversos documentos analisados, se consolidou como rotina na dinâmica interna da CAPES. Uma rotina repleta de significação que possibilitou a Anísio como Secretário Geral da Campanha uma considerável autonomia para a definição dos rumos institucionais.

Deste modo, no âmbito da burocracia estatal, propiciou à instituição um tratamento privilegiado no processo de elaboração e implementação de políticas públicas relativas à sua área de atuação. A credibilidade conquistada pela CAPES a credenciaram – em alguns momentos – como o principal órgão de consultas para a elaboração de políticas públicas para a educação do país superando inclusive o próprio Ministério da Educação.

Um outro ponto do percurso que merece destaque se refere à compreensão da CAPES como uma rede que abarcou instituições e também atores isolados. Uma rede com três momentos distintos: o da formação, quando das discussões preliminares para a constituição e elaboração do seu caráter; o da estruturação, a partir da legislação que “criou” a Campanha e propiciou a sua efetiva organização; o da ação, quando foram lançadas as estratégias para o crescimento e consolidação da própria rede.

As publicações da CAPES merecem atenção especial porque captaram os três aspectos levantados no parágrafo anterior no tocante à construção da rede. Porém, coube aos boletins a tarefa

de elucidar o processo de formação, divulgar a organização e através de sua ação consolidar o trabalho realizado pela CAPES, num processo que transpareceu de forma veemente no estudo dos Relatórios de Atividades feito por este trabalho. Portanto, os boletins se configuraram como um instrumento que exteriorizou os caminhos e as opções institucionais realizadas pela CAPES e contribuiu para a construção e solidificação da rede, assumindo um importante papel como porta-voz oficial do órgão.

O papel de porta-voz oficial da CAPES remete à questão das estratégias que cunhei como de irradiação, articulação e mobilização presentes no Boletim Informativo e que foram essenciais para a concretização dos objetivos da CAPES. Entendo que abordar as estratégias assinala a possibilidade de levantar mais um aspecto que considero pertinente ressaltar visto que estavam diretamente ligadas com a construção da própria rede. A irradiação das iniciativas institucionais, principalmente das que se relacionavam com cursos pós-graduados, propiciaram expectativas de uma articulação para a organização de um sistema nacional de pós-graduação, que só foi possível com o envolvimento e mobilização de diferentes atores e instituições num processo que – conforme o estudo empreendido - teve no periódico um elemento central de expressão da urgência dos estudos pós-graduados para o aperfeiçoamento dos quadros de nível superior do país.

Portanto, além de todo o processo de criação de uma rede, todos os projetos e bolsas referentes aos cursos de pós-graduação e aos recursos direcionados para a criação e dinamização dos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-graduado (CNAP) pela CAPES foram consequências de um trabalho voltado para a consolidação e institucionalização da pós-graduação no Brasil. Institucionalização que não pode ser confundida com regulamentação de caráter legal, pois negar tal diferenciação seria, por certo, negar a contribuição de muitos para a consolidação e institucionalização da pós-graduação no Brasil.

Assim, ao concluir um trabalho que se propôs a um percurso com os boletins da CAPES num tempo passado, sinto-me direcionado a visitar o presente, mais precisamente a página de apresentação da – hoje - cinquentenária CAPES, na internet, que traz um breve histórico do qual retiro um trecho que por trás de cada palavra, pela expressão de cada linha e pela lembrança de diversos momentos abordados por este trabalho soam como uma mistura mágica entre passado e presente. Trecho que afirma, para os que sabem ler nas entrelinhas, a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil:

(...) Ao longo desses anos, a CAPES vem cumprindo seu objetivo principal de subsidiar o MEC na formulação das políticas de pós-graduação, coordenando e estimulando – mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos - a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência em grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda profissional dos setores públicos e privados. A CAPES é a única agência de fomento à pós-graduação, no Brasil, a manter um sistema de avaliação de cursos reconhecido e utilizado por outras instituições nacionais (...).

REFERÊNCIAS

A. ARQUIVOS:

1. Arquivo privado organizado pelo CPDOC/FGV/RJ

ARQUIVO ANÍSIO TEIXEIRA (códices)

- Série Correspondência

ATc 29.11.01 - Carta de Lourenço Filho a Anísio Teixeira (01/11/1929).

ATc 53.03.08 - Carta de Paulo Duarte Guimarães a Anísio Teixeira (07/08/1964).

ATc 54.05.11/2 – Carta de Anísio Teixeira a Abgar Renault (19/05/1964).

ATc 62.04.24 - Carta de Jaime Abreu a Robert. J. Havighurst (24/04/1964).

ATc 62.04.24/3 – Carta de Darcy Ribeiro a Anísio Teixeira (28/03/1966).

ATc 64.04.26 - Carta de Terezinha Eboli a Anísio Teixeira (26/04/1964).

ATc 64.05.08 - Carta de Anísio Teixeira a Thiago de Mello (19/05/1964).

ATc 64.05.17 - Carta de Anísio Teixeira a Alceu Amoroso Lima (17/05/1964).

- Série Recortes de jornais

ATj 61 – Advertência de D. Vicente Scherer ao Ministro da Educação (25/02/1958).

- Depoimentos de educadores e funcionários solidários com o atual diretor do INEP. Movimento do meio educacional ante a notícia de sua demissão (17/04/1958).

- Trabalhar pela escola pública não é propor política da escola única (16/04/1958).

- Série Produção intelectual

AT pi 50.01.00 – Embrião das ideias de Anísio sobre a CAPES – 1950.

AT pi 51/52.00.00 - Fase preliminar da CAPES/ atitudes emergenciais - – 1951.

AT pi 52/53.00.00 - Anísio Teixeira e suas relações com o Ministério da Educação e Saúde – 1952.

AT pi 52/64.00.00 - Plano Emergencial da CAPES – 1952.

- Série Temáticos

AT t 52/00.64 – O INEP e suas Campanhas Extraordinárias – 1952.

2. Arquivo privado – Paulo Duarte Guimarães

TEIXEIRA, Anísio. Carta a Paulo Duarte Guimarães, 08/06/1969.

B. OBRAS DE ANÍSIO TEIXEIRA

TEIXEIRA, A. (1924). A propósito da escola única. *Revista do Ensino*, v. 01, n. 03.

TEIXEIRA, A. (1932). Discurso de posse do Director Geral de Instrução Pública. *Boletim de Educação Pública*, v. 02, n. 1-2, p. 75-76.

TEIXEIRA, A. (1932 b). Reorganização do Ensino Normal e sua transposição para o plano universitário: criação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. *Boletim de Educação Pública*, v. 02, n. 1-2, p. 110-117.

TEIXEIRA, A. (1947). Autonomia para a educação na Bahia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 11, n 29, p. 89-104.

TEIXEIRA, A. (1952). Discurso de posse do prof. Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 17, n. 46, p. 69-79.

- TEIXEIRA, A. (1952 b). Estudo sobre o projeto de lei das diretrizes e bases da educação nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 18, n. 48, p. 73-128.
- TEIXEIRA, A. (1953). Romper com a simulação e a influência do nosso ensino. *Formação*, v.16, n.176, p 11-16.
- TEIXEIRA, A. (1953 b). A universidade e a liberdade humana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 20, n. 51, p. 3-22.
- TEIXEIRA, A. (1954). A educação que nos convém. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 21, n. 54, p. 16-33.
- TEIXEIRA, A. (1954b). Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro. *Boletim informativo CAPES*, n. 14, p. 01-12.
- TEIXEIRA, A. (1954 c). O humanismo técnico. *Boletim CBAI*, v. 08, n. 02
- TEIXEIRA, A. (1955). Bases da teoria lógica de Dewey . *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 23, n. 57, p. 03-27.
- TEIXEIRA, A. (1955 b). O espírito científico e o mundo atual. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 23, n. 58, p. 03-25.
- TEIXEIRA, A. (1955 c). Ciência e humanismo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 24, n. 60, p. 30-44.
- TEIXEIRA, A. (1956). Descentralizar a educação, uma reforma que se impõe. Rio de Janeiro: *O Globo*, 07/12.
- TEIXEIRA, A. (1956 b). Elaboração da cultura brasileira. *Boletim Informativo CAPES*, n. 40, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1956 c). O mito da cultura geral no ensino superior. *Boletim Informativo CAPES*, n. 41, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1956 d). Educação popular versus educação de “elite”. 1956. *Boletim Informativo CAPES*, n. 46, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1956 e). A escola pública. *Boletim Informativo CAPES*, n. 48, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1956 f). Centro brasileiro de pesquisas educacionais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 25, n. 61, p. 145-149.

- TEIXEIRA, A. (1956 g). A administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 25, n. 63, p. 03-23.
- TEIXEIRA, A. (1957). A escola brasileira e a estabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 28, n. 67, p. 03-29.
- TEIXEIRA, A. (1957 b). Ciência e educação. *Boletim Informativo CAPES*, n. 50, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1957 c). Lei e tradição. *Boletim Informativo CAPES*, n. 54, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1957 d). Reorganização e não apenas expansão da escola brasileira. *Boletim Informativo CAPES*, n. 58, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1957 e). Falsa elite. *Boletim Informativo CAPES*, n. 60, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1957 f). Ciência e Arte de Educar. *Educação e Ciências Sociais*, ano 2, v. 2, n. 5, ago.
- TEIXEIRA, A. (1958). O espírito científico e o mundo atual. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 23, n. 58, p. 03-25.
- TEIXEIRA, A. (1958 b). Variações sobre o tema da liberdade humana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 29, n. 69.
- TEIXEIRA, A. (1958 c). Por que especialistas de educação? *Boletim Informativo CAPES*, n. 62, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1958 d). O ensino secundário. *Boletim Informativo CAPES*, n. 66, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1958 e). Dez anos. *Boletim Informativo CAPES*, n. 70, p. 01-06.
- TEIXEIRA, A. (1958 f). Entrevista ao Correio da Manhã. *Educação e Ciências Sociais*, v. 03, n. 08, p. 133-137.
- TEIXEIRA, A. (1959). Mais uma vez convocados – manifesto ao povo e ao governo. *Educação e Ciências Sociais*, v. 04, n. 10, p. 05-33.
- TEIXEIRA, A. (1959 b). Dewey e a filosofia da educação. *Boletim Informativo CAPES*, n. 85, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1960). Confronto entre a educação superior dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 33, n. 78, p. 63-74.

- TEIXEIRA, A. (1960 b). Educação e nacionalismo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 34, n. 80, p. 205-208.
- TEIXEIRA, A. (1960 c). Um fato novo . *Boletim Informativo CAPES*, n. 89, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1960 d). Um grande esforço de toda a vida. *Boletim Informativo CAPES*, n. 96, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1960 d). Espírito criador e “civilização” . *Boletim Informativo CAPES*, n. 97, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1961). Diferentes estratégias para a política do desenvolvimento. *Boletim Informativo CAPES*, n. 98, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1961 b). Educação e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 35, n. 81, p. 71-92.
- TEIXEIRA, A. (1961 c). União intelectual das três Américas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 35, n. 82, p. 180-183.
- TEIXEIRA, A. (1961 d). Custo mínimo da educação primária por aluno. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 35, n. 82, p. 180-183.
- TEIXEIRA, A. (1961 e). A universidade americana em sua perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 36, n. 84, p. 48-60.
- TEIXEIRA, A. (1961 f). A expansão do ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 36, n. 83, p. 03-04.
- TEIXEIRA, A. (1962). A admissão ao ensino superior. *Boletim Informativo CAPES*, n. 111, p. 01-04.
- TEIXEIRA, A. (1962 b). O desafio da educação para o desenvolvimento. *Boletim Informativo CAPES*, n. 112, p. 01-03.
- TEIXEIRA, A. (1962 c). Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 37, n. 86, p. 59-79.
- TEIXEIRA, A. (1962 d). Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 37, n. 85, p. 181-188.
- TEIXEIRA, A. (1962 e). Meia vitória, mas vitória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 37, n. 86, p. 222-223.

- TEIXEIRA, A. (1962 f). Supremacia do formal. *Boletim Informativo CAPES*, n. 118, p. 01- 03.
- TEIXEIRA, A. (1962 g). Reforma do selvagem humano? *Boletim Informativo CAPES*, n. 120, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1962 h). Busca incessante da verdade. *Boletim Informativo CAPES*, n. 121, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1962 i). Plano Nacional de Educação. *Documenta*, n. 8, p. 24-31.
- TEIXEIRA, A. (1963). 1963: ano da educação. *Boletim Informativo CAPES*, n. 122, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1963 b). Plano Nacional de Educação. *Boletim Informativo CAPES*, n. 123, p. 03.
- TEIXEIRA, A. (1963 c). Estado atual da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 39, n. 89, p. 08-16.
- TEIXEIRA, A. (1963 d). Revolução e Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 39, nº 90, p. 03-07.
- TEIXEIRA, A. (1963 e). Mestres do amanhã. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 40, n. 92, p. 10-19.
- TEIXEIRA, A. (1963 f). Educação e comunicação. *Boletim Informativo CAPES*, n. 131, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1963 g). Unidade no Brasil. *Boletim Informativo CAPES*, n. 132, p. 01-04.
- TEIXEIRA, A. (1964). Plano e finanças da educação. *Boletim Informativo CAPES*, n. 134, p. 01- 02.
- TEIXEIRA, A. (1964 b). Funções da universidade. *Boletim Informativo CAPES*, n. 135, p. 01-02.
- TEIXEIRA, A. (1964 c). A universidade de ontem e de hoje. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 41, n. 95, p. 27-47.
- TEIXEIRA, A. (1966). Educação como experiência democrática e como ciência experimental: nova fronteira para a cooperação internacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 45, n. 102, p. 257-272.
- TEIXEIRA, A. (1966 b). O problema da formação do magistério. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 46, n. 104, p. 278-287.

- TEIXEIRA, A. (1967). Aspectos da reconstrução da universidade latino-americana. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 47, n. 105, p. 55-67.
- TEIXEIRA, A. (1968). A longa revolução de nosso tempo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 49, n. 109, p. 11-26.
- TEIXEIRA, A. (1968 b). Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 50, n. 111, p. 21-82.
- TEIXEIRA, A. (1969). Tecnologia e pensamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 51, n. 113, p. 157-159.
- TEIXEIRA, A. (1969 b). Escolas de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 51, n. 114, p. 239-259.
- TEIXEIRA, A. [1970?]. A falta da universidade moderna para a formação da cultura nacional (mimeo.).
- TEIXEIRA, A. (1971). Ensino humanístico e ensino científico em nosso tempo. *Temas*, v. 01, n. 01, p. 05-12.
- TEIXEIRA, A. (1971 b). Cultura e tecnologia. . *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 55, n. 121, p. 12-37.
- TEIXEIRA, A. (1971 c). Educar para o equilíbrio da sociedade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 55, n. 122, p. 191-196.
- TEIXEIRA, A. (1971 d). Educação: suas fases e seus problemas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 56, n. 124, p. 284-286.
- TEIXEIRA, A. (1975). *Pequena introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TEIXEIRA, A. (1976). *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL.
- TEIXEIRA, A. (1989). *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- TEIXEIRA, A. (1994). *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TEIXEIRA, A. (1996). *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TEIXEIRA, A. (1997). *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

TEIXEIRA, A. (1998). *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

TEIXEIRA, Anísio; RAMOS, Jairo; CARDOSO, Fernando Henrique (1961). Universidade de Brasília. *Anhembi*, vol. 11, n. 128, p. 259-267.

C. TESES E DISSERTAÇÕES

BARREIRA, Luiz Carlos (1989). *O dependentismo e o desenvolvimentismo na reflexão de Anísio Teixeira sobre a educação escolar brasileira*. Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da PUC-São Paulo.

BRANDÃO, Zaia (1992). *A "intelligentsia" educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da escola nova no Brasil*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio.

CARVALHO, Janete Magalhães (1992). *A formação do professor pesquisador em nível superior no Brasil: análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico científica (1945-1964)*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UFRJ.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (1976). *A universidade brasileira em busca de sua Identidade*. Tese de Livre Docência, Departamento de Educação da PUC-Rio.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (1982). *Educação e modernidade: o projeto educacional de Anísio Teixeira*. Dissertação de mestrado, Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

LOBO, Yolanda Lima (1991). *A construção e definição de políticas de pós-graduação em educação no Brasil: a contribuição de Anísio Teixeira e de Newton Sucupira*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio.

MATTOS, Marisa Trindade (1993). *CAPES: a opção pela eficácia*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

MENDONÇA, Ana Waleska P. Campos (1993). *Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora*. A

universidade de educação de Anísio Teixeira. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio.

MOREIRA, Carlos Otávio Fiuza (1995). Anísio Teixeira: Ciência, Progresso e Educação. Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da PUC-Rio.

SILVA, Itan Pereira (1978). *A universidade brasileira no pensamento de Anísio Teixeira. Dissertação de mestrado*, Departamento de Educação da PUC-Rio.

XAVIER, Libânia Nacif (1993). *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Educação da PUC-Rio.

XAVIER, Libânia Nacif (1999). *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960)*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação da PUC-Rio

D. LIVROS

ABREU, Jaime (s/d). *Educação, sociedade e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE.

AZEVEDO, Fernando (1996). *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: Editora UnB.

AZEVEDO, Janete M. Lins (1997). *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados.

BASTOS, Maria Helena Camara (1997). As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: Denice Barbara Catani e Maria Helena Camara Bastos (orgs.). *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras.

_____ (1997 b). A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944 In: Denice Barbara Catani e Maria Helena Camara

Bastos (orgs.). *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (1999). Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução In: Antônio Augusto Gomes Batista e Ana Maria de Oliveira Galvão (orgs.). *Leitura, práticas, impressos e letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (1976). *O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BENJAMIN, Andrew (1997). Tempo e tarefa. In: Andrew Benjamin e Peter Osborne (orgs.). *A filosofia de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Zahar.

BENJAMIN, Walter (1985). Sobre o conceito da História In: Walter Benjamin. *Magia e técnica, arte e política- obras escolhidas – vol. 01*. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, Zaia (2000). A historiografia da educação na encruzilhada In: José Luís Sanfelice et al (orgs.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados.

BRANDÃO, Zaia, MENDONÇA, Ana Waleska (orgs.) (1997). *Por que não lemos Anísio Teixeira?* Rio de Janeiro: Ravil.

BRITTO, Jader de Medeiros (1999). Jayme Abreu. In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

BURKE, Peter (org.) (1992). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez (1981). *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal.

CARDOSO, Miriam Limoeiro (1978). *Ideologia do desenvolvimento-Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARNOY, Martin (1984). *Educação, Economia e Estado*. São Paulo: Cortez.

CARVALHO, Marta Maria Chagas, BICCAS, Maurilane Souza (2000). Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino In: Marta Maria Chagas de Carvalho e Diana

Gonçalves Vidal (orgs.). *Biblioteca e Formação Docente*. Belo Horizonte: Autêntica.

CARVALHO, Marta Maria Chagas (1996). Estratégias textuais e editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil: uma perspectiva
 IN *Escuela nueva en Argentina y Brasil: visiones comparadas*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, p. 59-72.

CARVALHO, Marta Maria Chagas (1998). A configuração da historiografia educacional brasileira In: Marcos Cezar Freitas(org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto.

CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.

CASPARD, Pierre, CASPARD, Pénélope (1997). Imprensa pedagógica e formação contínua dos professores primários (1815-1939) In: Denice Barbara Catani e Maria Helena Camara Bastos (orgs.). *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras.

CATANI, Denice Barbara, BASTOS, Maria Helena Câmara (1997). *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras.

CHARTIER, Roger (1990). *A história cultural - entre práticas e representações*. São Paulo: Difel.

CHARTIER, Roger (org.) (1996). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.

CUNHA, Luís Antônio (1980). *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio (1983). *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio (1986). *A universidade temporã – o ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio (1999). Joaquim Faria Goés Filho In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

DARNTON, Robert (1992). História da leitura In: Peter Burke (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (2000). Algumas reflexões sobre a pesquisa histórico- sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira In: José Luís Sanfelice, José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani (orgs.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados.

DRAIBE, Sônia (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUBY, Georges (1993). *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ.

FÁVERO, Osmar (1999). Durmeval Trigueiro In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

FERNANDES, Ana Maria (1990). *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Universidade de Brasília.

FERNANDES, Florestan (1966). *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (1999). Revistas pedagógicas: qual é a identidade do Impresso? In: Antônio Augusto Gomes Batista e Ana Maria de Oliveira Galvão (orgs.). *Leitura, práticas, impressos e letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica.

FREITAG, Bárbara (1986). *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes.

FREITAS, Marcos Cézar (1999). *Memória intelectual da educação brasileira*. São Paulo: EDUSF.

GADOTTI, Moacir (1990). *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática.

GADOTTI, Moacir (1997). *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez.

GANDINI, Raquel (1980). *Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira (1930- 1935)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GANDINI, Raquel (1995). *Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952*. Campinas: UNICAMP.

GERIBELO, Wanda Pompeu (1977). *Anísio Teixeira - análise e sistematização de sua obra*. São Paulo: Atlas.

HAMLIN, D.W (1990). *Uma história da filosofia ocidental*. Rio de Janeiro: Zahar.

HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto (1994). *A invenção do Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.

HORTA, José Silvério Baía (1983). Planejamento educacional. In: TRIGUEIRO, Durmeval (org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 195-239.

IANNI, Octavio (1986). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INEP (1987). *A educação nas mensagens presidenciais*. Brasília: MEC/INEP.

KNELLER, George F. (1983). *Introdução à filosofia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar,

KONDER, Leandro (1998). História dos intelectuais nos anos 50. In: Marcos Cezar Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto.

LARROYO, Francisco (1974). *História geral da pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou.

LE GOFF, Jacques (1990). *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP.

LIBÂNIO, José Carlos (1984). *Democratização da escola pública*. São Paulo: Loyola.

LIMA, Hermes (1978). *Anísio Teixeira: estadista da educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LOVISOLO, Hugo (1990). A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e ideias atuais. Algumas chaves para ler Anísio Teixeira. In: ALMEIDA, Stela B. (org.). *Chaves para ler Anísio Teixeira*. Salvador: OEA/ UFBA/ EGBA.

LÖWI, Michael (1998). *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen*. São Paulo: Cortez.

LUDKE, Menga, ANDRÉ Marli Eliza Dalmazo de Afonso (1986). *Pesquisa em educação: abordagens Qualitativas*. São Paulo: E.P.U..

MAURÍCIO, Lúcia Velloso (1999). Darcy Ribeiro. In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

- MENDES, Durmeval Trigueiro (1983). Existe uma filosofia da educação brasileira? In: TRIGUEIRO, Dumerval (org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 49-134.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. Campos (1996). A história da educação face à crise dos paradigmas In: Zaia Brandão (org.). *A crise dos paradigmas*. São Paulo: Cortez.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. Campos (1997). O educador: intelectual ou burocrata? Uma perspectiva histórica. In: Vera Candau (org.). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. Campos (1999 b). Anísio Teixeira: um criador de instituições – apresentação do livro *Educação no Brasil* de Anísio Teixeira. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MENDONÇA, Sonia Regina (1988). Estado e economia no Brasil: opções de **desenvolvimento**. **Rio de Janeiro: Graal**.
- MICELI, Sérgio (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.
- MICELI, Paulo (1998). Sobre história, Braudel e os vaga-lumes. A Escola dos Annales e o Brasil. In: Marcos Cezar Freitas(org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto.
- MOREIRA, J. Roberto (1960). *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: CLAPCS.
- MOREIRA, Carlos Otávio Fiuza (1997). Anísio Teixeira e a ideia do progresso. In: Creso Franco e Sonia Kramer (orgs.). *Pesquisa e educação: história, escola e formação de professores*. Rio de Janeiro: Ravil.
- NAGLE, Jorge (1976). *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: E.P.U.
- NÓVOA, Antônio (1997). A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português In: Denice Barbara Catani e Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). *Educação em Revista. A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras.
- NUNES, Clarice (2000). *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF.
- NUNES, Clarice (1999). Anísio Teixeira In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

PAIVA, Vanilda (1973). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola.

PAIXÃO, Léa Pinheiro (1999). João Roberto Moreira In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

PÉCAUT, Daniel (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (1999). Abgar Renault In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

PRADO JÚNIOR, Caio (2000). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

REZENDE, Antonio Muniz (1984). *O saber e o poder na universidade: dominação ou serviço?* São Paulo: Cortez.

RIBEIRO JUNIOR, João (1984). *Grécia mitológica*. Campinas: Papirus.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira (1980). *História da Educação no Brasil (1930 - 1973)*. Petrópolis, Vozes.

ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovich (1973). *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANFELICE, José Luís et al (2000). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, Dermeval (1983). *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, Dermeval (1983 b). Tendências e correntes da educação brasileira. In: Trigueiro, Dumerval (org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.19-47.

SAVIANI, Dermeval (1985). *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez,

SAVIANI, Dermeval (1991). *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, Dermeval (1996). *Política e educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, Dermeval (1996 b). *Educação brasileira: estrutura e sistema*. Campinas: Autores Associados.

- SAVIANI, Dermeval (1999). História das ideias pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: Luciano Mendes de Faria Filho (org.). *Pesquisa em história da educação*. Belo Horizonte: Horta Grande.
- SCHAEFFER, Maria Lúcia Garcia Pallares (1988). *Anísio Teixeira - formação e primeiras realizações*. São Paulo: FEUSP.
- TAMBARA, Elomar (2000). Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. In: José Luís Sanfelice, José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani (orgs.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados.
- TANURI, Leonor Maria (1999). A historiografia da educação brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à da instalação dos cursos de pós-graduação. In: Carlos Monarcha (org.). *História da educação brasileira*. Ijuí: UNIJUÍ.
- TRIGUEIRO, Dumerval (1983). Existe uma filosofia da educação brasileira? In: TRIGUEIRO, Dumerval (org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.19-47.
- VELOSO, Jacques (org.) (1999). *Quem pesquisa o quê em educação*. Brasília/São Paulo: ANPED.
- VEYNE, Paul (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: UNB.
- VIANA FILHO, Luís (1990). *Anísio Teixeira, a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al (1991). *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática.
- VILARINHO, Lúcia Regina Goulart (1999). Luiz Alves de Mattos In: Maria de Lourdes Fávero e Jader Britto (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

E. ARTIGOS DE JORNAIS

- A TARDE (13/07/1986). *Anísio Teixeira, Simões Filho e Otávio Mangabeira* (texto de Hermano Gouveia Neto).
- A TARDE (25/07/1986). *Anísio, o curso de suas ideias* (texto de Thales de Azevedo).

A TARDE (12/06/1987). *Anísio, o educador do ano 2000* (texto de Zélia Bastos).

A TARDE (19/08/1995). *Ele pensava e executava* (texto de Darcy Ribeiro).

A TARDE (09/05/2000). *Cem anos de Anísio Teixeira terá resgate de seu projeto*.

CORREIO DA MANHÃ (22/10/1957). *Legislação do ensino é totalitária*.

CORREIO DA MANHÃ (07/07/1957). *O Brasil também está na corrida científica*.

CORREIO DA MANHÃ (08/05/1958). *O custo da gratuidade*.

CORREIO DA MANHÃ (06/12/1958). *Na comissão de peritos da OEA o professor Anísio Teixeira*.

CORREIO DA MANHÃ (28/12/1958). *Dois mestres brasileiros vão aos Estados Unidos*.

DIÁRIO DE NATAL (2000). *Uma trajetória engajada com a reconstrução da educação pública* (texto de Marta Maria Araújo).

DIÁRIO DE NATAL (13/06/2000). *Escola presta homenagem ao educador Anísio Teixeira*.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (17/04/1958). *Depoimentos de educadores e funcionários solidários com o atual diretor do INEP*.

FOLHA DIRIGIDA (07/09/1999). *Anísio Teixeira: um homem à frente de sua época*.

FOLHA DIRIGIDA (26/10/2000). *Reforma da Universidade* (texto de Fernando Gouvêa).

JORNAL DE BRASÍLIA (09/07/2000). *Filósofo da educação*.

JORNAL DO BRASIL (18/07/1999). *A utopia da educação pública*.

JORNAL DA CIÊNCIA (2000). *Anísio Teixeira e a Ciência no país* (texto de João Augusto de Lima Rocha).

JORNAL DO COMÉRCIO (30/11/1956). *Escola e oficina*.

O ESTADO DE SÃO PAULO (13/03/1962). *Inaugurou-se o I Seminário para treinamento de pessoal em pesquisas educacionais*.

O ESTADO DE SÃO PAULO (02/09/1959). *Professores iniciam um grande debate sobre os problemas atuais da educação no Brasil*.

O GLOBO (29/07/2000). *O homem que quis educar todo o Brasil* (texto de Rachel Bertol).

O GLOBO (07/12/1956). *Descentralizar a educação, uma reforma que se impõe*.

TRIBUNA DA BAHIA (03/04/1971). *Filósofo e executivo da educação* (texto de Hermes Lima).

TRIBUNA DA IMPRENSA (19/06/1958). *Anísio: educação em 50 minutos*.

TRIBUNA DA IMPRENSA (29/03/1971). *ABC de Anísio Teixeira* (texto de Jeremias Duarte).

F. ARTIGOS DE REVISTAS

BRANDÃO, Zaia (1992). A teoria como hipótese. *Teoria & Educação*, n. 05, p. 161-169.

BRANDÃO, Zaia (1995). A construção e desconstrução de uma memória: a Escola Nova no Brasil. *Cadernos PUC-Rio*, n.15.

BRANDÃO, Zaia (1995). A construção de um objeto de pesquisa: problematizando a interdisciplinaridade. *Cadernos PUC-Rio*, n.17.

BRANDÃO, Zaia (1995). Tensões e ambiguidades do campo educacional: a procura de uma identidade. *Cadernos PUC-Rio*, n.25.

BRANDÃO, Zaia (1995). A identidade do campo educacional. *Cadernos PUC-Rio*, n.26.

BRANDÃO, Zaia (1997). "Escolanovismo" no Brasil: um equívoco na historiografia da educação brasileira. *Cadernos PUC-Rio*, n.27.

BRANDÃO, Zaia (1997 b). Conversas com pós-graduandos. *Cadernos PUC-Rio*, n.32.

CARVALHO, Marta Maria Chagas (1988). Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). *Cadernos de Pesquisa*, n. 66, p. 04-11.

CARVALHO, Marta Maria Chagas (1989). O novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, n.71, p. 29-35.

CARVALHO, Marta Maria Chagas (1994). Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da Pedagogia (1931-1935). *Cadernos ANPED*, n.7, p. 41-60.

CARVALHO, Marta Maria Chagas (2000). Anísio Teixeira: itinerários. *Contato*, v. 2, n.7, p. 85-101.

CHAVES, Miriam Waidenfeld (1999). A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey. *Revista Brasileira de Educação*, n.11, p. 86-98.

CUNHA, Luís Antônio (1984). Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. *Em Aberto*, ano 3, n. 23, p. 07-26.

CUNHA, Luís Antônio (2000). 1997 repete 1937? *Contato*, v. 2, n.7, p. 103-116.

FAUSTO, Boris (1972). A crise dos anos 20 e a revolução de 30. Pequenos ensaios da história da república. *Cadernos CEBRAP*, n.10.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, SILVA, Ana Elisa Gerbasi (1991). Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, R.J. (1939-1951). *Cadernos de Pesquisa*, n. 78, p. 59-71.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (1988). “Da universidade “modernizada” à universidade “disciplinada””: Atcon e Meira Mattos. *Educação & Sociedade*, ano X, n. 30.

FREITAS, Marcos César (2000). As metáforas de Anísio Teixeira. *Veredas*, v. 05, n. 05, p. 26-28.

GONDRA, José Gonçalves (1997). O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: A Revista Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.78, n.188/189/190, p. 374-395.

GUILHERME, Wanderley (1962). Desenvolvimentismo: ideologia dominante. *Tempo Brasileiro - Revista de Cultura* – n. 2, p. 155-192.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés (1999). Raízes da historiografia brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, n.106, p. 159-171.

LELIS, Isabel, MENDONÇA, Ana Waleska (1992). Universidade e formação de professores. *Cadernos PUC-RIO*, n.04.

LOPES, Eliane Marta Teixeira (1994). Pensar categorias em História da Educação e Gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 111.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA (1984).
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 65, n. 150, p. 407-425.

MARTINS, Luciano (1987). A gênese de uma intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 04, p. 66-87.

MEC – Organização do Ministério de Educação e Cultura (1960).
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 34, n. 80, pp.100-118.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (2000). A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p. 131-150.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (1997). O educador: de intelectual a burocrata. *Educação & Sociedade*, n. 58, pp. 156-172.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (1996). O intelectual como dirigente e como educador. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 77, p. 304-317.

MORAES, Maria Célia Marcondes (1996). Pontos de investigação, teoria e método em uma pesquisa histórica em educação. *Educação & Sociedade*, n. 55, p. 263-281.

MORAES, Maria Célia Marcondes (1993). Para além do fragmento: a particularidade como conhecimento da História. *Cadernos ANPED*, n. 05, p. 139-156.

NAGLE, Jorge (1984). História da educação brasileira. *Em Aberto*, ano 3, n. 23, p. 07-26.

NUNES, Clarice, CARVALHO, Marta Maria Chagas (1993). Historiografia da educação e fontes. *Cadernos ANPED*, n. 05, p. 07-64.

NUNES, Clarice (1992). História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*, n. 06, p. 151-183.

NUNES, Clarice (2000). Um mestre pela escola pública. *Veredas*, v. 05, n. 56, p. 28-29.

OLIVEIRA, Francisco (1977). A economia brasileira. Crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP*, p. 5-81.

PRADO, Ricardo (2000). O guerreiro da sala de aula. *Revista Nova Escola*.

SCHWARTZMAN, Simon (1963). Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: do nacionalismo ao

desenvolvimentismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 03, n. 01, p. 271-282.

(1963). Desenvolvimento econômico e (1982). A pesquisa científica no Brasil: matrizes culturais e institucionais. *Pesquisa Médica*, v. 01, p. 137-160.

SCHERER, Vicente, Arcebispo (1958). Memorial dos bispos gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única. *Vozes*, v. 52, p. 362-364.

SILVA, Arlette Pinto Oliveira (2000). A presença do educador na ABE. *Educação*, v. 32, n. 101, p. 12-17.

SOARES, Magda (1984). Travessia: tentativa de um discurso da ideologia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 65, n. 150, p. 337-368.

SOUZA, Alírio Fernão Barbosa (2000). Anísio Teixeira e as dificuldades de renovação da Educação superior no Brasil. *Revista da Bahia*, v. 32, p. 54-69.

TEIXEIRA, José Antônio (2000). Anísio Teixeira: 100 anos de pensamento vivo. *Educação*, v. 32, n. 101, p. 05-11.

VIDAL, Diana Gonçalves, CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de (1992). A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 73, n. 175, p. 407-430.

WANDERLEY, Luiz Eduardo (1998). Criação de universidades: um processo à brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, n. 8, p. 86-91.

WARDE, Miriam Jorge (1984). Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*, ano 3, n. 23, p. 07-26.

ZANCAN, Glaci (2000). Ciência e tecnologia: formação de recursos humanos. *Contato*, v. 2, n. 7, p. 123-129.

G. LEGISLAÇÃO

BRASIL, Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/7/1938, Página 15. 168.

BAHIA (Estado). Lei nº 347, de 13 de dezembro de 1950. Cria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e lhe proporciona recursos para a respectiva manutenção. Diário Oficial do Estado da Bahia, publicado em 17 de dezembro de 1950.

BRASIL. Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior. Lex- Coletânea de Legislação: edição federal, p. 324, 1951.

BRASIL. Portaria Ministerial n. 1.008, de 12 de novembro de 1951. Designa Anísio Teixeira para exercer as funções de Secretário Geral da CAPES.

BRASIL. Decreto n. 30.286, de 19 de dezembro de 1951. Dilata o prazo dado à Comissão no Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951 para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/12/1951, Página 18.650.

BRASIL. Decreto n. 49.355, de 28 de novembro de 1960. Cria a COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos) e determina o seu funcionamento sob a forma de Campanha. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/11/1960, Página 15.464.

BRASIL. Decreto n. 50.732, de 06 de junho de 1961. Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/6/1961, Página 5.120.

BRASIL. Decreto n. 50.737, de 07 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Lex- Coletânea de Legislação: edição federal, p. 596, 1961.

BRASIL. Decreto n. 51.146, de 05 de agosto de 1961. Altera dispositivo do Decreto n. 50.737, de 07 de junho de 1961. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/8/1961, Página 7.113.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ata da 1ª sessão preparatória do conselho diretor da Fundação Universidade de Brasília, 05 de janeiro de 1962.

BRASIL. Decreto n. 53.932, de 26 de maio de 1964. Altera dispositivos dos Decretos n. 29.741, de 11 de julho de 1951; 50.737, de 07 de junho de 1961; 49.355, de 28 de novembro de 1960; 51.405, de 06 de fevereiro de 1962; 52.456, de 16 de setembro de 1963, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a CAPES, COSUPI e PROTEC. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/5/1964, Página 4.513.

BRASIL. Decreto n. 54.356, de 30 de setembro de 1964. Dispõe sobre o regime de organização e funcionamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/10/1964, Página 9.012.

BRASIL. Decreto n. 8.405, de 09 de janeiro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a instituir como Fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/1/1992, Página 366.

BRASIL. Decreto n. 5.211, de 19 de maio de 1992. Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências. Diário Oficial da União de 20.5.1992.

H. LIVROS, ARTIGOS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS PUBLICADOS PELA CAPES

ABREU, Jaime (1960). Proscrever a escola pública é estrangular o país. *Boletim Informativo CAPES*, n. 88, p. 01-03.

- AMADO, Gilberto (1960). A crise da livre crítica no Brasil. *Boletim Informativo CAPES*, n. 93, p. 01-02.
- ATHAYDE, Tristão (1961). O espectro monopolista. *Boletim Informativo CAPES*, n. 99, p. 01-03.
- AZEVEDO, Thales (1958). Ensino e pesquisa na universidade. *Boletim Informativo CAPES*, n. 64, p. 01-03.
- AZEVEDO, Thales (1959). Ciências Sociais: um programa para 1959. *Boletim Informativo CAPES*, n. 76, p. 01-03.
- BOLETIM INFORMATIVO CAPES. n. 01 ao 145, 1951 a 1964.
- CAMPOS, Roberto (1957). As quatro ilusões do desenvolvimento. *Boletim Informativo CAPES*, n. 53, pp. 01-03.
- CAPES: documentos iniciais (1952). n. 01, ano 01.
- CHAGAS, Valnir (1963). O curso de Pedagogia das faculdades de filosofia. *Boletim Informativo CAPES*, n. 124, p. 01-02.
- CÓRDOVA, Rogério de Andrade (1998). *CAPES: origem, realizações, significações*. Brasília: CAPES, vol. I.
- CÓRDOVA, Rogério de Andrade, GUSSO, Divonzir Arthur, LUNA, Sérgio Vasconcelos (1986). *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESU/CAPES.
- COSTA, Lúcio (1961). O novo humanismo científico e tecnológico. *Boletim Informativo CAPES*, n. 106, pp. 01-02.
- COUTINHO, Afrânio (1956). Educação privada e pública. *Boletim Informativo CAPES*, n. 49, pp. 01-03.
- COUTINHO, Afrânio (1960). Escola pública e escola privada. *Boletim Informativo CAPES*, n. 94, p. 01-03.
- CRUZ, Walter Oswaldo (1958). Tempo integral. *Boletim Informativo CAPES*, n. 73, p. 01.
- CRUZ, Walter Oswaldo (1963). Ciência e administração. *Boletim Informativo CAPES*, n. 133, pp. 01-03.
- FERNANDES, Florestan (1959). O destino das universidades. *Boletim Informativo CAPES*, n. 75, p. 01-03.
- MENDES, Durmeval Trigueiro (1963). Universidade e desenvolvimento. *Boletim Informativo CAPES*, n. 130, p. 01-02.

OLIVEIRA JUNIOR, Ernesto Luiz (1956). O ensino primário. *Boletim Informativo CAPES*, n. 42, p. 01-02.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa, CARNEIRO, Edison (1955). *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Anos: 1953/1954. *Boletim Informativo CAPES*, n. 23, 16 páginas, out., 1954.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1955. *Boletim Informativo CAPES*, n. 38, 16 páginas, jan., 1955.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1956 (1º semestre). *Boletim Informativo CAPES*, n. 44, 36 páginas, jul., 1956.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1957 (1º semestre). *Boletim Informativo CAPES*, n. 56, 48 páginas, jul., 1957.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1958. *Boletim Informativo CAPES*, n. 77/78, 92 páginas, abr./mai., 1959.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1959. *Boletim Informativo CAPES*, n. 91/92, 109 páginas, jun./jul., 1960.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1960. *Boletim Informativo CAPES*, n. 102/103, 134 páginas, mai./jun, 1961.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1961. *Boletim Informativo CAPES*, n. 115/116, 109 páginas, jun./jul., 1962.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1962. *Boletim Informativo CAPES*, n. 126/127, 125 páginas, mai./jun , 1963.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1963. *Boletim Informativo CAPES*, n. 138/139, 104 páginas, mai./jun , 1964.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Ano: 1964. Edição especial, 57 páginas, fev., 1965.

SALGADO, Clóvis (1956). Reforma de base. *Boletim Informativo CAPES*, n. 43, p. 01-02.

SALGADO, Clóvis (1957). Ensino superior. *Boletim Informativo CAPES*, n. 61, p. 01-03.

SAMPAIO, Nelson de Souza (1957). Ciência e desenvolvimento. *Boletim Informativo CAPES*, n. 59, p. 01-03.

SAWAYA, Paulo (1958). Faculdades isoladas no interior. *Boletim Informativo CAPES*, n. 63, p. 01-03.

- SAWAYA, Paulo (1960). Seleção dos estudantes para o curso superior. *Boletim Informativo CAPES*, n. 87, p. 01-02.
- SUCUPIRA, Newton (1962). Pesquisa científica na universidade. *Boletim Informativo CAPES*, n. 114, p. 01-02.
- VERÍSSIMO, José (1960). A instrução no Brasil. *Boletim Informativo CAPES*, n. 86, p. 01.

I. ENTREVISTAS

1. Acervo de depoimentos sobre a História da Ciência no Brasil – FINEP/CPDOC. Depoimento selecionado. Almir e Castro – ano: 1977.
2. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da saúde pública no Brasil, 1993-1994. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ COC. Entrevista selecionada. Almir e Castro – ano: 1993.
3. Acervo de depoimentos do Grupo de Pesquisa de História da Educação, Departamento de Educação da PUC-Rio Depoimento selecionado. Celso Barroso Leite – ano: 2000

J. OBRAS DE REFERÊNCIA

- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO (1983). ABREU, Alzira e BELOCH, Israel (coords.), Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- DICIONÁRIO DE EDUCADORES NO BRASIL (1999). FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jader (orgs.), Rio de Janeiro, UFRJ.
- GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES (1996). Grécia, vol. II. Madri: Edições del Prado.
- HISTÓRIA DA ARTE ((1978). Coleção, tomo II. São Paulo: Salvati do Brasil.
- MITOLOGIA (1973). Coleção, vol. I. São Paulo: Abril Cultural.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1986). FERREIRA, Aurélio B. de Holanda, Rio de Janeiro.

K. DOCUMENTOS DE ACESSO EXCLUSIVO EM MEIO ELETRÔNICO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Coleção de artigos e trabalhos. São Paulo, 1996. CD-ROM.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Apresenta textos discutidos nas reuniões anuais. Disponível em: <http://www.anped.org.br>

BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção 1982 a 1987. Rio de Janeiro, 1999. CD-ROM.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. Apresenta textos do educador, homenagens e depoimentos prestados sobre a vida e obra de Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira>.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Apresenta um histórico da instituição e as pesquisadas financiadas. Disponível em: <http://www.cnpq.br>

IBICT. Teses on-line. Rio de Janeiro, 1999.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Apresenta um histórico da Fundação, a estrutura, a legislação que regulamenta a pós-graduação e uma variedade de programas e informações sobre os sistemas de avaliação institucional no Brasil e no exterior. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Catálogo geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Blumenau, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Apresenta projetos, programas e possibilita acesso a diversos textos através de sua biblioteca virtual. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Apresenta programas, projetos, legislação e ações do ministério referente a todos os níveis de ensino. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. Coleção geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Curitiba, 1999. Base de dados em Microisis.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Coleção geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Rio de Janeiro, 1999. Base de dados em Microisis.

PROQUEST. Dissertations abstracts, 1999.

UNIBIBLI (USP/UNESP/UNICAMP). Coleção geral das bibliotecas. Dissertações e teses. São Paulo, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Catálogo geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Fortaleza, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Catálogo geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Belo Horizonte, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Catálogo geral das bibliotecas. Dissertações e teses. Rio de Janeiro, 1999.

L. DIVERSOS

CARVALHO, Janete Magalhães (1992). *A pesquisa no período que antecedeu a reforma Universitária de 1968 – as condições de produção e os discursos. Síntese da Pesquisa “A formação do professor pesquisador em nível superior no Brasil: Análise do discurso do governo e da comunidade científica”*. Universidade Federal do Espírito Santo.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Pedagogia e usos escolares do impresso: uma incursão do domínio da história cultural*. (mimeo , s/d).

CASTANHO, Sérgio (2000). Questões teórico-metodológicas de História Cultural e Educação. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro.

CHAVES, Miriam Waidenfeld (1998). *A universidade: a utopia de Anísio Teixeira*, (mimeo.).

CHAVES, Miriam Waidenfeld (1998). *A universidade hoje: em busca de uma "tradição esquecida*. As lições de Anísio Teixeira, (mimeo.).

DANTAS, Andréa Maria Lopes (2000). *A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho*. Texto apresentado para exame de Qualificação. PUC-SP.

FAVORETO, Aparecida (2000). Anísio Teixeira numa perspectiva histórica. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha, OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti (1999). *Uma abordagem sobre o contexto dos anos 50. (mimeo.)*.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NA BAHIA (1951). Estatuto aprovado em sessão do Conselho Diretor em 9 de maio.

GONÇALVES, Suzana (1969). Estrutura da Universidade In: *Anais do fórum A educação que nos convém*". Rio de Janeiro: APEC.

GOUVÊA, Fernando (1999). *História e democracia na reforma da universidade no Brasil: na busca do elo perdido um encontro com o pensamento de Anísio Teixeira* (mimeo.).

IANNI, Octavio (1988). Estado, sociedade e cultura In: *Anais da IV Conferência Brasileira de Educação`*(1986),Goiânia, p. 50-56, tomo I. São Paulo: Cortez.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. et al (1999). A Formação dos Mestres: A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil – Trabalho apresentado no *Congresso Jornadas de Historia de la Educación - Universidade Nacional de Quilmes - Argentina*.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. et al (2000). Pensamento e ação de Anísio Teixeira: a CAPES dos anos 50/60 – Trabalho

apresentado no *I Congresso Brasileiro de História da Educação* – UFRJ.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (1997 b). *A formação dos mestres e a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil*. Projeto de Pesquisa, Departamento de Educação da PUC-RJ (mimeo).

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (1998). *Anísio Teixeira: universidade e a formação da nação*, (mimeo.).

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (1999). *As origens da pós-graduação no Brasil*. Texto para grupo de pesquisa, (mimeo.).

NÓVOA, Antonio (1999). *História da educação: “novos” sentidos”, “velhos” problemas*. Capítulo do relatório de prova de agregação para a Universidade de Lisboa, 1996.

NUNES, Clarice (1999 b). *Interrogando a avaliação dos trabalhos de História da Educação: o inventário de uma prática*, (mimeo.).

PINTO, Diana Couto (2000). Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma trajetória bem sucedida? In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro.

ROSA, Guimarães (1965). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

SCHWARTZMAN, Simon (1991). A capacidade institucional da pesquisa no Brasil. In: *Seminário Desarrollo de la capacidad institucional para la investigación en América Latina y el Caribe*, Colômbia.

SEPULVEDA, José Antônio Miranda (2000). A educação nacional-desenvolvimentista de San Tiago Dantas. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro.

SILVA, Vera Lúcia Pereira (2000). A concepção de escola nova para Anísio Teixeira In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro.

SOUZA, Rita de Cássia (2000). Escola nova e disciplina – uma leitura a partir da Revista do Ensino (1925-1930) In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida (1995). *Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura*. São Paulo: PUC (mimeo.).

XAVIER, Libânia Nacif (2000). A pesquisa educacional como razão: análise de uma experiência institucional (1950-1960). In: *Anais do X Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*, Rio de Janeiro.

ANEXOS

01. AT pi 50.01.00 – Embrião das ideias de Anísio sobre a CAPES – 1950.
02. CAPES: documentos iniciais (1952), n. 01, ano 01 (discursos de Ernesto Simões Filho e Anísio Teixeira de 1951 – ano de instalação da CAPES).
03. Boletim Informativo CAPES n. 01 de dezembro de 1952.
04. Lei nº 347, de 13 de dezembro de 1950. Cria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia e lhe proporciona recursos para a respectiva manutenção.
05. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NA BAHIA (1951). Estatuto aprovado em sessão do Conselho Diretor em 9 de maio.
06. Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.
07. Portaria Ministerial n. 1.008, de 12 de novembro de 1951. Designa Anísio Teixeira para exercer as funções de Secretário Geral da CAPES.
08. Decreto n. 50.737, de 07 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951.
09. Decreto n. 51.146, de 05 de agosto de 1961. Altera dispositivo do Decreto n. 50.737, de 07 de junho de 1961.
10. Decreto n. 30.286, de 19 de dezembro de 1951. Dilata o prazo dado à Comissão no Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951 para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
11. Decreto n. 8.405, de 09 de janeiro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a instituir como Fundação pública a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências.

12. Decreto n. 5.211, de 19 de maio de 1992. Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências.

13. Decreto n. 53.932, de 26 de maio de 1964. Altera dispositivos dos Decretos n.29.741, de 11 de julho de 1951; 50.737, de 07 de junho de 1961; 49.355, de 28 de novembro de 1960; 51.405, de 06 de fevereiro de 1962; 52.456, de 16 de setembro de 1963, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão, a CAPES, COSUPI e PROTEC.

14. Boletim de informações sobre bolsas de estudos da CAPES sobre Bolsas de Estudos para o ano de 1959.

15. Novo frontispício das publicações da CAPES a partir de 1965.

16. Figura “Atena Pensativa” – extraída da coleção Mitologia, vol. I, Abril Cultural, 1973.

17. Modelo da 4ª Capa do Boletim Informativo CAPES.

18. Boletim Informativo CAPES n. 45, agosto, 1956. Boletim demonstrativo das seções analisadas no Capítulo IV.

ANEXO 01

AT pi 50.01.00 – Embrião das ideias
de Anísio sobre a CAPES – 1950

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC/RJ
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
GRUPO DE PESQUISA – COORD.: PROF.^a ANA WALESKA MENDONÇA

ANÁLISE DE DOCUMENTOS

01. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

TÍTULO: sugestões para um plano de auxílio ao ensino superior do país
CÓDIGO: pi 50.01.00
TIPO DE DOC.: plano de ação
AUTOR: Anísio Teixeira posição: secretário de educação da Bahia
DATA (PROVÁVEL): 1950
DIVERSOS: timbre do serviço público estadual da Bahia / datilografado /
endereçado a Clemente Mariani

02. CONTEXTO

. 2º governo Vargas – ideologia nacional-desenvolvimentista

03. CONTEÚDO

. críticas ao processo de seleção de professores e alunos para o ensino superior
. levantamento das necessidades de professores para o ensino superior
. contratação , se necessário, de professores estrangeiros
. seleção entre os graduados para a pós-graduação no exterior (bolsas)

04. INFORMAÇÕES RELEVANTES

. embrião das idéias de Anísio frente à CAPES

BRASIA - SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

*Sugestão para um plano de auxílio ao ensino superior do país
apresentada ao Dr. Renato Lessa em 1950 (Anexo 1. Terceira)*

1. O ensino superior visa preparar o quadro profissional, técnico e científico de nível universitário. Um plano de auxílio a esse ensino deve, portanto, concorrer para que sejam melhor preenchidas essas funções e, se possível, ampliado o seu alcance.
2. Para melhorar a qualidade do ensino, o auxílio pode consistir em disposições que concorram para uma seleção mais alta dos alunos (melhor aluno, melhor ensino, mesmo que as condições sejam as mesmas), em recursos para melhorar as instalações e equipamentos, e, sobretudo e acima de tudo, em melhores professoras.
3. O auxílio para melhorar o aluno e melhorar as instalações é possível, imediatamente, desde que haja recurso suficiente.
4. A dificuldade está no professorado. O próprio concurso é ineficaz, desde que não existam professores disponíveis. O concurso e processo de escolha entre capazes de mais capaz. Não havendo, porém, os capazes, não é possível o concurso.
5. Ora, como o professor é realmente a chave não só do progresso como do funcionamento adequado do ensino superior, o auxílio somente será significativo e de real importância para o país, se conseguir melhorar efetivamente o seu professorado.
6. Parece-nos, assim, que este deve ser o ponto central do auxílio que se teria de exercer pelos seguintes modos, afim de não ficarem frustrados os seus próprios objetivos:
 - a) - Levantamento cuidadoso das necessidades do ensino superior existente em relação ao professorado. Este levantamento ou inquerito não se limitaria ao exame das vagas existentes, mas iria à análise das deficiências do ensino, mesmo quando a cadeira estivesse preenchida e faltasse ao professor preparo adequado ou adequado espírito profissional.
 - b) - Fornecimentos dos recursos necessários para o contato de elementos nacionais disponíveis para a vaga de alguma cadeira ou curso. Tais novos elementos seriam selecionados no país com o mais rigoroso escrutínio, buscando-se conhecer de seu preparo, técnico e habilitação profissional. Seria trabalho longo e custoso de seleção, a ser feito pelo Departamento Nacional de Ensino, sem preocupação de número, mas, tão somente de qualidade e alta qualidade. Cada um dos elementos humanos assim escolhido iria preencher, em tal ou qual escola superior, por contrato, a falta existente e já devidamente verificada pelo D.N.E.
 - c) - como não é possível, com o recurso tão somente ao elemento nacional, preencher todas as deficiências do magistério superior, iniciar, imediatamente, o estudo dos elementos disponíveis no estrangeiro para o contrato no Brasil. Será também trabalho permanente.

te do D.N.E., que manteria uma relação sempre atualizada de professores de alta capacidade, em condições de aceitar contrato no país.

d) - Nem a seleção no país, nem o contrato no estrangeiro viriam, porém, resolver completamente o problema. Ao lado dessas medidas, mais ou menos imediatas, importa criar um processo regular para que surjam os futuros professores, ou para que se apresse a sua formação. Este processo regular é o da seleção entre os graduados brasileiros dos elementos que devem ir buscar, no estrangeiro, o complemento indispensável de cultura para se fazerem verdadeiros professores pelo preparo e pelo espírito profissional.

O auxílio de longo alcance ao ensino superior estaria nessa medida, a ser tomada com coragem e decisão. O plano consistiria na remessa ao estrangeiro, para os melhores centros de cultura do mundo, de cerca de 500 graduados das escolas superiores do país, escolhidos com o mais alto rigor, e cada um deles com a obrigação de fazer estudos determinados e programados, por dois, no mínimo, e até por cinco anos. Estes graduados, se provassem bem, voltariam para preencher os claros do magisterio superior e também os ~~claros do magisterio superior~~ claros dos quadros civis técnicos e científicos do país. Por este modo, não somente se viria a concorrer para o enriquecimento do ensino superior, mas, em verdade, também para ampliá-lo, pois a solução importa em articular o ensino superior nacional com os recursos existentes no estrangeiro. Passaríamos a contar com 500 matrículas nas escolas superiores do mundo. O movimento de intercâmbio cultural existente no Ocidente e a boa vontade das nações para a sua expansão no Brasil é tão manifesto que não é necessário fundamentar a viabilidade dessas medidas.

Em resumo, propomos que o auxílio ao ensino superior assumia as seguintes modalidades:

A) - melhorar os critérios de seleção dos alunos destinados ao ensino superior pela elevação dos padrões do exame vestibular;

B) - seleção, em todo país, de elementos humanos capazes de exercer atualmente o magisterio superior e o contrato dos melhores para as escolas existentes, à luz das necessidades, devidamente estudadas, dessas escolas;

C) - contrato no estrangeiro de professores de alto preparo e especialização para a regência de cátedras no país;

D) - organização de um serviço especial de ensino superior no estrangeiro, para cerca de 500 graduados de escolas superiores brasileiras, rigorosamente seleciona

dos e que iriam se especializar nos centros superiores de cultura, em setores devidamente escolhidos e determinados. Os estudos preliminares para essa distribuiçã consistiriam no levantamento das atuais necessidades técnicas-científicas e de magisterio superior em todo o país

E) - As bolsas de estudo no país poderiam também ser desenvolvidas, mas somente com os seguintes objetivos:

a) - fornecer a alunos excepcionalmente capazes e que, por nenhum outro meio, possam fazer o ensino superior, a oportunidade de fazê-lo;

b) - fornecer a alunos de uma determinada região, onde falte ensino superior, oportunidade de fazê-lo em outro estado ou região.

ANEXO – 02

CAPES: documentos iniciais (1952), nº 01, ano 01 (discursos de Ernesto Simões Filho e Anísio Teixeira de 1951 – ano de instalação da CAPES).

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR

PUBLICAÇÃO N.º 1

DOCUMENTOS INICIAIS



MARÇO DE 1952

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Declarações iniciais do senhor Ministro da Educação e Saúde, Dr. Simões Filho, em entrevista coletiva à imprensa em 13 de julho de 1951

- "A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, cujas bases estão delineadas no Decreto assinado pelo Senhor Presidente da República, atenderá a uma das mais urgentes necessidades que tem o Brasil: a de organizar-se para os grandes empreendimentos de um futuro próximo. Quem tenha tido a seu cargo, neste país, tarefa de organização e administração, de âmbito público ou privado, sabe que o problema de pessoal, de tão difícil, chega a ser angustiante. Não temos gente capacitada para os postos em que se exigem conhecimentos e técnicas, indispensáveis ao tipo atual de sociedade, eminentemente industrial e técnico."

- "A crescente industrialização do país, o aprimoramento das atividades agrícolas, a complexidade da administração pública e particular, tudo isso vai num ritmo que não conseguimos acompanhar no preparo de pessoal capaz, não só de atender às exigências atuais, como dos tempos que se aproximam. A urgência de preparar equipes de especialistas nos vários ramos de atividade é tão grande que não podemos aguardar o lento resultado do nosso atual sistema escolar."

- "São muito recentes, e ainda em número deficiente, os cursos de preparação do material humano indispensável ao progresso do país, ao aproveitamento em nosso benefício dos conhecimentos e técnicas que a ciência moderna vai alargando.

- O primado das letras sobre as ciências, que foi um dos males de nossa formação cultural, precisa ser corrigido nas suas conseqüências atuais. A Comissão ora instituída por S. Excia. o Senhor Presidente da República, e a que me compete presidir como titular da pasta de Educação e Saúde, vai por todos os meios promover a formação de especialistas para as atividades básicas do país. Antes de tudo, procurar conhecer quais os setores e os programas de trabalho mais necessitados de pessoal altamente

capacitado. E, quando tivermos cifras esclarecedoras, passaremos a desenvolver um programa de acelerada recuperação: concedendo bolsas, organizando cursos de pos-graduação, auxiliando instituições nacionais de aperfeiçoamento".

- "O resultado será a formação de pessoal capaz de dirigir e de ser dirigido: economistas, estatísticos, técnicos em finanças, pesquisadores sociais para citar apenas alguns grupos que estão pedindo grandes reforços. Visaremos a obtenção a curto prazo de tripulações para novas unidades, não só de empreendimentos governamentais, como também da iniciativa privada.

- Para corrigir uma deformidade congênita da nossa formação profissional, não seria adequada mais uma lei ou mais uma repartição pública. Daí a idéia de uma campanha. Alguma coisa de vivo que desperte o interesse e a colaboração de todos. Esperamos em breve poder sair do regime "dos práticos sem técnica e dos técnicos sem ciência". Há muitas resistências a enfrentar, mas há disposição para a nova campanha. O Brasil precisa de todos para torná-la vitoriosa.

Discurso do Senhor Ministro da Educação e Saúde, Dr. Simões Filho, ao instalar os trabalhos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em dezembro de 1951.

Meus Senhores:

A Comissão que instala os seus trabalhos. neste momento. e a que tenho a honra de presidir. tem a incumbência, sobremodo complexa e difícil. de concretizar os objetivos do Decreto n 29. 741. de 11 de julho de 1951.

Resumi, naquela oportunidade, em entrevista à imprensa. os principais intuitos da campanha planejada, como sendo a obtenção de especialistas e pesquisadores para as atividades básicas do país. Quis com essa expressão significa que a sobrevivência de um povo que se viu. como o nosso. investido bruscamente de graves responsabilidades internacionais e dinamizado por uma acelerada transformação industrial. depende

de um rendimento humano altamente qualificado nos setores de pesquisa! científicas e técnicas que asseguram o impulsionamento constante de um moderno organismo político e social.

Pareceu ao Govêrno que o nosso ensino de nível superior, se atendia em parte à formação de pessoal de rotina para as diversas atividades profissionais, não estava aparelhado para fornecer, com a urgência necessária, equipe de especialistas capazes dêsse trabalho de inovação e de pesquisa. Observei ainda que essa urgência era tão grande que não podemos aguardar o lento resultado de uma política escolar nesse sentido.

O problema, portanto, deve ser atacado sob a forma de mobilização dos recursos materiais e humanos que possam ser colocados, por meio de um treino intensivo dentro e fora do país, ao nível dessas tarefas de cúpola.

Os estudos e trabalhos que irão ocupar a comissão, ora instalada, são estudos e trabalhos que se iniciaram, nos principais países ocidentais, logo após a terminação da segunda guerra mundial. Na Inglaterra, em dezembro de 1945. o Presidente do Conselho nomeou uma comissão, como esta, "para examinar as diretrizes que deveriam orientar a utilização e o desenvolvimento dos recursos humanos e materiais no campo científico durante os dez anos seguintes e submeter à apreciação do Conselho um relatório capaz de facilitar o planejamento nos setores dependentes daqueles recursos humanos científicos."

Nos Estados Unidos, o Presidente Truman nomeou, em julho de 1946, a Comissão Presidencial de Educação Superior com a tarefa de examinar as funções da educação superior na democracia americana e os meios pelos quais as mesmas poderiam ser atendidas.

Na França, a Reforma Langevin e o espírito de planejamento de após-guerra não descuraram do assunto que foi, entretanto, apreciado em conjunto com os estudos de sua intensa e extensa reconstrução educacional. Nos países despertados para a independência e o desenvolvimento, no Oriente, já foram feitos

inquéritos sôbre as deficiências de recursos humanos especializados.

Não iremos, assim, fazer um trabalho sem precedentes, mas antes dar tardio início a uma das necessidades mais urgentes do nosso momento, que é a de balancear o nosso capital humano científico e profissional e estudar e planejar os meios de ampliá-lo, enriquecê-lo e melhorá-lo.

Por outro lado, a nova cooperação intelectual que a Organização da Nações Unidas vem desenvolvendo no mundo, por si e pela UNESCO, e que as nações- membros também vêm individualmente estimulando como uma das altas formas de auxílio mútuo e compreensão internacional, oferece um campo propício à expansão cultural e permite que o Brasil, ao examinar as suas necessidades de formação profissional e científica, não se atenha somente aos recursos locais, mas planeje livremente dentro dos recursos internacionais que lhe vêm sendo oferecidos pelo sadio espírito de amizade que une as nações ocidentais.

A simples leitura dos dispositivos que regulam o funcionamento da comissão revela a amplitude de funções a ela atribuídas. Para atendê-las será necessário elaborar dentro das contingências nacionais, um plano nacional de preparação do pessoal de nível superior - a expressão a que se refere o decreto no seu art. 6º é a de um plano nacional de aperfeiçoamento - destinado a "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades dos empreendimentos públicos e privados" no país. A única restrição à amplitude dêste plano está na referência ao "nível superior" do pessoal especializado, sem o que os objetivos da Campanha incluiriam a própria formação vocacional em nível secundário.

Para a elaboração dêsse plano, precisamos de proceder, preliminarmente, a um levantamento das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, profissão por profissão e setor por setor, afim de colhêr os elementos necessários ao empreendimento cometido à nossa responsabilidade.

Se, por êste :nodo, iremos fazer o inventário dos recursos profissionais existentes no país e levantar o mapa de suas deficiências, por outro lado, não podemos esquecer que a grande necessidade do nosso tempo não é tão sómente a dêsse quadro técnico e profissional, mas, sobretudo, a do quadro dos cientistas próprios ditos, pois êstes é que irão elaborar os conhecimentos novos com os quais haveremos de edificar a nossa emancipação econômica e técnica.

Não será necessário nos arraigarmos na defesa do ponto de vista de que a nossa maior deficiência, ou melhor, dependência, está na falta de cientistas que conduzam os estudos e pesquisas indispensáveis à elaboração de uma tecnologia tropical capaz de nos erguer aos níveis a que a ciência, nos países temperados, elevou a sua civilização, por meio da tecnologia de clima temperado.

Precisamos de um quadro de cientistas qualificados nas ciências matemáticas, físicas, químicas, biológicas e sociais, devotados a pesquisas e estudos e indiretamente ao ensino e que nos venham dotar dos conhecimentos necessários à promoção do progresso, bem estar e independência do povo brasileiro, porque nada menos do que isso está hoje a depender da ciência e da tecnologia que haveremos de criar, com aquela ciência, para a nossa geografia e o nosso homem.

Para isto, parece-me, cumpriria fazer, em todo o país, um recrutamento dos seus melhores talentos e oferecer-lhes condições para se transformarem nos cientistas capazes dos estudos originais de que precisa o Brasil para sua definitiva emancipação.

Com êstes novos recursos é que a Comissão poderá encarar a tarefa longa e árdua, que tem diante de si, uma dessas tarefas para sempre inacabada, como é a de levantar o quadro de nossas necessidades em recursos humanos no campo da técnica e da ciência e procurar preenchê-lo adequada e abundantemente. E' tôda a obra do ensino superior do país que terá de ser ampliada, enriquecida e estimulada nos seus fins e nos seus meios. Só a formação de especialistas, em todos os setores fundamentais das

ciências, nos mais altos centros universitários do estrangeiro, nos poderá suprir dos elementos indispensáveis ao êxito dessa tarefa. Não basta mobilizar os recursos existentes. Será preciso ampliá-los. E isto só poderemos fazer mantendo o nosso grande centro de estudos pos-graduados no estrangeiro.

Até hoje não temos cuidado, em nosso ensino superior, senão de preparar os profissionais de ciência aplicada, isto é, de ciência formulada e conhecida. Urge, agora, preparar os cientistas, isto é, os homens que elaboram e formulam a ciência que aqueles profissionais irão aplicar, urge preparar os especialistas e pesquisadores que constituem, em tôdas as nações, o estado-maior dos seus exércitos técnicos e profissionais.

Para o cumprimento da tarefa dêste porte a comissão disporá, coordenando os seus trabalhos, da colaboração de um homem da capacidade do Dr. Anísio Teixeira.

Designo - o Secretário Geral do novo órgão, com aprovação e louvor do Senhor Presidente da República. Nêle e nos seus ilustres companheiros, o Govêrno deposita muitas esperanças.

Após as primeiras reuniões da Comissão, o Sr. Anísio Teixeira fez ao "Globo" as seguintes declarações referentes ao início dos trabalhos, em 17-12-51.

Não há ângulo pelo qual se observe a situação brasileira, em que logo não avulte a tremenda desproporção entre os seus recursos educacionais e a tarefa de progresso e expansão que vem o Brasil, a despeito de tudo, enfrentando e realizando.

Seja no ensino primário, seja no secundário geral e profissional. seja no ensino superior, as deficiências são tão grandes e tão extensas que forçoso será admitir que a maior parte das técnicas elementares e superiores de que dispõe o Brasil - e por certo delas dispõe, pois, ai estão as suas realizações, na agricultura, no comércio e na indústria são adquiridas diretamente pelo tirocínio de experiência e êrro em que o lança a falta de estudos regulares e eficientes.

O Professor Ernesto de Oliveira Júnior, representante da Comissão Nacional de Assistência Técnica, em nossa Comissão, teve oportunidade, em uma das reuniões, de apresentar sumariamente o caso da engenharia nacional. Não será preciso outro para nos dar a visão do problema. Tinha o Brasil em 1945 a mesma produção industrial que os Estados Unidos em 1890.

Nessa data, para assistir à sua produção, contavam os Estados Unidos com 600 engenheiros por milhão de habitantes. Deveríamos, então, dispor no Brasil para atingir essa proporção, de 30.000 engenheiros em 1945.

Pois, até 1948, a totalidade dos engenheiros diplomados e registrados no país era de 11.837, sendo 10.199 para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas e 1.638 para todos os demais estados do Brasil.

Nos Estados Unidos, à medida que se desenvolvia a economia, crescia o número de engenheiros por milhão de habitantes, acrescenta o Professor Oliveira Júnior, atingindo em 1948, a 2.500.

De modo que, se apenas desejássemos conservar aquela distância que, em 1945, nos separava dos americanos - 55 anos de atraso - e permanecesse estacionária a nossa população de 50 milhões - deveríamos ter em 1955 40.000 engenheiros, para isto devendo preparar mais de 5.000 engenheiros por ano.

Na realidade, ainda não chegamos a diplomar 1.000 engenheiros anualmente. Em 1950, o número de diplomas registrados foi de 951.

Na América do Norte receberam grau de engenheiros 50.000.

A deficiência quantitativa salta aos olhos e não seria outra a de quase todas as demais profissões e grupos de especialidades. O quadro das deficiências qualitativas é igualmente impressionante. Basta refletir nas diferenças que vão entre a Escola Politécnica da Universidade de S. Paulo e algumas das novas escolas de engenharia do país, para logo se ver o que devem ser as diferenças de formação profissional entre uma e outras.

Será o estudo, tão minucioso quanto possível, de tal situação que a Comissão deseja empreender.

Ao lado do levantamento das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, um inquérito sôbre os recursos existentes para o seu preparo. Acreditamos que, uma vez expostos, ao país, os fatos em tôda sua extensão e gravidade, seja possível preparar a opinião pública para as medidas necessárias.

A composição da Comissão incumbida de proceder a estas verificações é digna de nota. Trata-se de representantes de organizações propostas à coordenação de grandes atividades nacionais, como o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, de outras especializadas em setores vitais do desenvolvimento econômico e técnico do país, como a Comissão Nacional de Assistência Técnica, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Banco do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas e, por fim, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que é, de algum modo, o órgão de visão do Brasil.

Como se vê, a Comissão foi constituída com o propósito, de levar a manifestar-se sôbre o problema do nosso desajustamento profissional, técnico e científico, aquêles que se encontram do outro lado do processo de formação de nível superior, no país, isto é, do lado do emprêgo e da utilização do nosso capital técnico e profissional.

Vamos examinar o problema do ponto de vista das necessidades reais do Brasil com a esperança de que os elementos, por nós colhidos, possam ajudar-nos a todos a armar as soluções adequadas e progressivas.

O nosso trabalho, portanto, nos primeiros meses, será o de planejar e executar o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal de nível superior, procedendo ao levantamento detalhado dos recursos humanos existentes em cada profissão ou setor de especialização, à verificação da produção normal de

especialistas para cada um dêles e à estimativa dos *deficits* dessa produção nos próximos dez anos.

Enquanto se realiza êsse inquérito de longo alcance, a Comissão se propõe a fazer um levantamento sumário das possibilidades e recursos de aperfeiçoamento existentes no país, das disponibilidades de bolsas de estudo fora do país e de especialistas estrangeiros para contrato no Brasil, a fim de poder funcionar como um Centro de Informações, no Ministério da Educação, para as pessoas que precisem ou queiram treino especializado e para entidades que desejem empregar pessoal especializado.

Será dispensável acentuar a oportunidade e urgência dos trabalhos atribuídos à Comissão.

As necessidades que vamos examinar são por todos sentidas. Nas poucas reuniões realizadas houve uma como porfia em se demonstrar os esforços fragmentários mas significativos que já se vêm fazendo, por tôda a parte, para prover as condições de aperfeiçoamento de nível superior no campo das atividades públicas e privadas. Sómente o Banco do Brasil como nos declarou o Professor Aldo Franco, já aprovou um programa para remessa de 30 funcionários especializados, por ano, para cursos de aperfeiçoamento no Exterior.

O programa de bolsas da Comissão Brasil-Estados Unidos está sendo executado com rigoroso espírito de estudo e uma viva preocupação de ajustá-lo a necessidades concretas e reais. Constitui, pelos modos que está empregando, um exemplo significativo da viabilidade do nosso inquérito mais amplo para todo o país. O Dr. Glycon de Paiva apresentou-nos, na Comissão, os resultados do inquérito realizado em Minas para o levantamento das suas necessidades de pessoal especializado para projetos específicos e melhoramentos de certas repartições técnicas do Govêrno de Minas, constituindo o trabalho uma feliz antecipação do que nos cumpre fazer em escala nacional e para todos os setores da vida pública e industrial do país - concluiu o ex-secretário de Educação da Bahia.

ANEXO 03

Boletim Informativo CAPES n.01 de
dezembro de 1952



1 Reunião dos Diretores das Escolas de Engenharia (Texto na página 11)

CAPES

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR



DEZEMBRO DE 1952 Nº 1

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR

Presidente

Ernesto Simões Filho Ministro da
Educação e Saúde

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira

Membros:

- Beatriz Marques de Sousa Wahrlich**
-Departamento Administrativo do Serviço Público.
- Ernesto de Oliveira Júnior**
-Comissão Nacional de Assistência Técnica.
- Glicon de Paiva Teixeira**
Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.
- Otávio Augusto Lins Martins**
-Conselho Nacional de Pesquisas.
- Joaquim Faria Góes Filho**
-Confederação Nacional de Indústria.
- Francisco Gama Lima Filho**
-Confederação Nacional do Comércio.
- Aldo Batista Franco**
-Banco do Brasil S. A.
- Luís Narciso Alves de Matos**
-Fundação Getúlio Vargas.
- Lourival Câmara**
-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira
Diretor Executivo
Armando Hildebrand

Ministério da Educação e Saúde -10 andar _ C. Postal
5158 -End. Teleg. EDCAPES -Rio de Janeiro -Brasil

APRESENTAÇÃO

+++++++A CAPES, órgão destinado a contribuir para a melhoria do ensino universitário brasileiro, o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior em atividade no País, e a facilitar a concessão de bôlsas de estudo a jovens bem dotados e sem recursos financeiros, vem-se constituindo, pelas suas próprias atribuições, Um centro natural de coleta de dados e informações de todo o Brasil e mesmo do estrangeiro. E' do interesse de técnicos, professôres, administradores e alunos das escolas superiores, e também dos que nela se formaram, tomar conhecimento dêsses dados e informações. Êste, justamente, é o objetivo do presente «Boletim», que se destina à divulgação de atos, dados, fatos e acontecimentos de relêvo ocorridos no ensino superior, bem como à divulgação de ocorrências, atividades e iniciativas de maior importância do pessoal que constitui o quadro brasileiro de técnicos, cientistas, artistas e humanistas. O Boletim da CAPES é, assim, noticioso apenas; não publicará artigos, estudos, debates de idéias.

Para melhor cumprir seu objetivo, solicita o «Boletim da CAPES» lhe sejam enviados, para publicação, notícias, dados e informações de interesse geral, relacionados com o ensino universitário e com a cultura brasileira.

O QUE É A CAPES

PELO Decreto n• 29. 741, de 11 de julho de 1951, foi criada a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sob a presidência do Ministro da Educação e Saúde e composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio.

O órgão executivo da Comissão é a CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O objetivo da CAPES é a promoção de uma campanha para a melhoria do ensino superior no País e a realização de medidas destinadas a assegurar a existência de um quadro de técnicos, cientistas e humanistas suficiente para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Também incumbe à CAPES oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos econômicos, condições para realizarem sua formação profissional ou científica de nível superior, bem como o seu aperfeiçoamento.

Para consecução desses objetivos, deverá a CAPES, de acôrdo com o decreto de sua criação:

a) promover o estudo das necessidades do País em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;

b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no País, para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;

c) promover, em coordenação com os órgãos existentes, o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, e seus organismos especializados e resultantes de acôrdos bilaterais firmados pelo Govêrno brasileiro;

d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito

por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados.

Nos termos da proposta da Comissão, aprovada pelo Presidente da República, em 1952, foi o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) incumbido da execução da Campanha em sua fase inicial. O plano de trabalho da CAPES, em sua primeira etapa de trabalho, prevê:

1. Levantamento geral e estudo crítico da situação do ensino superior e do quadro de técnicos, cientistas, artistas e humanistas do País;

2. Assistência técnica às escolas superiores, através de contrato, no estrangeiro, de missões universitárias e de técnicos de alto nível, para atuarem no ensino superior.

3. Concessão a graduados e técnicos de bolsas de estudo e facilidades para estágios de observação nos centros mais adiantados do País e do estrangeiro.

4. Bolsas de estudo a jovens bem dotados e sem recursos econômicos, para que curse escolas superiores brasileiras.

PROJETOS EM ANDAMENTO NA CAPES

A CAPES executa suas atividades: sob a forma de projetos. Cada projeto é corporificado em um documento que compreende a justificativa e os objetivos da iniciativa, o plano de trabalho, prazo de execução, orçamento e um «término de encerramento» com indicação dos resultados alcançados, observações sobre a execução do projeto, recomendações e despesas efetuadas.

Encontram-se em andamento na CAPES os seguintes projetos:

- 1- estudo da situação do ensino de medicina no Brasil;
- 2- levantamento da situação do ensino superior no País;
- 3- colaboração com o Museu Nacional, da Universidade do Brasil, para o contrato do taxidermista Carl Mielke;
- 4- estudo da situação do ensino de engenharia no Brasil;
- 5- bolsa de estudo na Universidade de Coimbla para a profa. Maria Carmelita Junqueira Ayres;
- 6- estudo da situação econômica do Brasil.

ATIVIDADES DA CAPES

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entrou em sua fase executiva com a aprovação, pelo Presidente da República, de seu plano de trabalho e com o conseqüente destaque de verba do I.N.E.P., em 28 de julho de 1952, para o início de suas atividades. O programa de trabalho da CAPES traduz-se em projetos e atividades de assistência técnica no campo do ensino superior e da especialização técnica e -científica, do mesmo nível. Na realização desse programa já foram efetuados ou encontram-se em andamento, entre outros, os seguintes projetos e atividades:

O ensino de engenharia sanitária

Em cooperação com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o Institute of Inter-American Affairs (IIAA) realizou a CAPES minucioso estudo sobre o ensino de Hidráulica e Higiene e Saneamento em 12 escolas de engenharia do País. O estudo foi feito pelo Engenheiro Sanitarista Prof. Emil T. Chanlett, que apresentou, sobre o assunto, extenso relatório com Sugestões e recomendações. Será realizado, em julho de 1953, em São Paulo, e sob a direção do Prof. Chanlett, um «workshop sobre Engenharia Sanitária.

Inquérito

Na consecução do programa a que se propôs realizar, vem a CAPES promovendo um inquérito entre autoridades e organizações públicas e privadas no campo da ciência, da indústria, da agricultura, dos transportes, dos serviços de todos os gêneros, para apurar as faltas e deficiências de profissionais especializados naqueles campos. O inquérito em questão foi lançado em maio de 1952 e deverá estar concluído, na sua primeira fase, em abril de 1953.

Intercâmbio com universidades e entidades estrangeiras

A CAPES estabeleceu contáto com 143 universidades estrangeiras para obtenção de dados, informações e publicações. Destas, 16 são da França; 39 da Itália; 7 do Canadá; 19 da Gran-Bretanha e 62 dos Estados Unidos. Já recebeu a CAPES desses países 405 publicações.

Também iniciou intercâmbio com 16 associações de educação e institutos científicos estrangeiros para o fim de permuta de publicações e informações sobre ensino superior.

Escolas de ensino superior existentes no País

Em 1952, segundo cadastro organizado pela CAPES, em colaboração com a Diretoria do Ensino Superior e o I.B.G.E., funcionaram no País 263 escolas superiores. Desses estabelecimentos, 49, ou seja 18,6%, encontram-se localizados no Distrito Federal; 52, ou 19,7%, em São Paulo. Essas duas unidades da Federação englobam, portanto, 101 estabelecimentos de ensino superior, cabendo às restantes os 162 outros, assim distribuídos: 1 no Amazonas,

9 no Pará, 3 no Maranhão, 1 no Piauí, 8 no Ceará, 1 no Rio Grande do Norte, 7 na Paraíba, 18 em Pernambuco, 3 em Alagoas, 4 em Sergipe, 15 na Bahia, 33 em Minas Gerais, 4 no Espírito Santo, 9 no Estado do Rio, 15 no Paraná, 4 em Santa Catarina, 21 no Rio Grande do Sul e 6 em Goiás.

Censo das Escolas Superiores

Em maio do corrente ano foi iniciada a distribuição dos questionários destinados ao levantamento preliminar dos estabelecimentos de ensino superior existentes no País e ao registro de professores, pós-graduados e alunos dos cursos em funcionamento.

Até novembro último, tinham sido devolvidos à CAPES, além dos questionários referentes a alguns daqueles estabelecimentos de ensino, 472 fichas de professores e 347 de alunos.

Estudo sobre a conjuntura econômica no Brasil

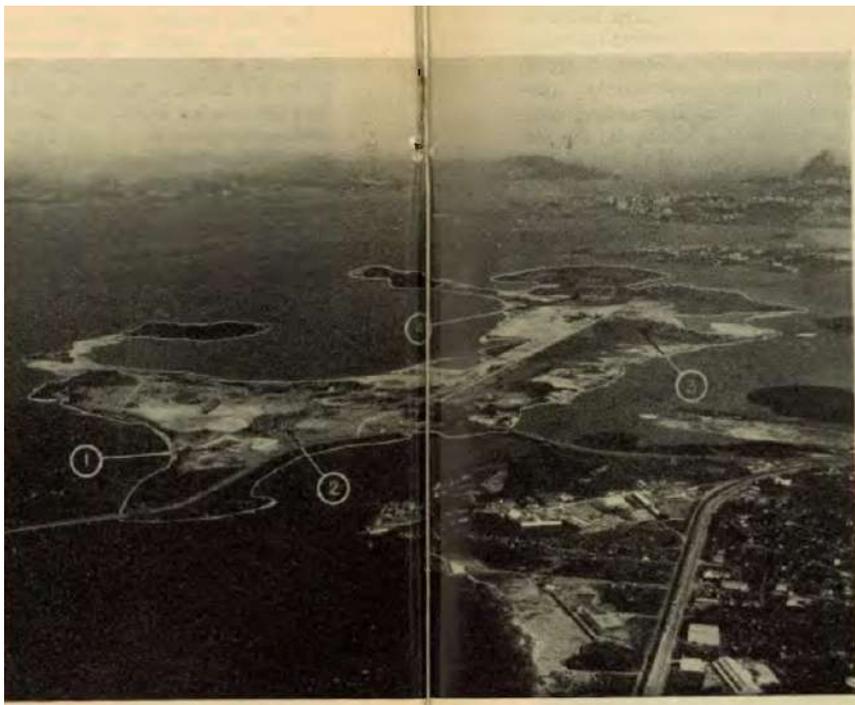
Visando a melhor poder conduzir os programas de atendimentos a faltas e deficiências sentidas no campo das profissões de nível superior, está a CAPES promovendo um estudo da conjuntura econômica do Brasil e suas tendências. Dêsse estudo, que abrangerá análises econômicas, nacionais e regionais, foi encarregado o Dr. Francisco Mangabeira.

A CAPES em entendimento com a UNESCO

Foi recebido da UNESCO um estudo especial e sugestões sobre a concessão de bolsas e o recrutamento de professores e técnicos estrangeiros para nosso País. Dispõe-se essa organização internacional a dar a maior cooperação aos trabalhos da CAPES.

Para auxiliar a formação de técnicos e especialistas em todo o mundo, organizou a UNESCO, para o ano de 1953, um programa de concessão de bolsas de estudo, cujo total ascende a duas mil e quinhentas.

CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL *



Vista aérea da "Ilha Universitária"

- 1- Instituto de Puericultura
- 2- Hospital de Clínicas
- 3- Escola Nacional de Engenharia
- 4 -Faculdade Nacional de Arquitetura.

APÓS decorridos oito anos da assinatura do Decreto-lei nº 7217, que instituiu, na Divisão de Planejamento do D.A.S.P., um Escritório Técnico para o Planejamento e construção das obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, surgem agora, como frutos de sucessivos estudos a que procederam renomados engenheiros e arquitetos nacionais, bem como ilustres técnicos estrangeiros convidados pelo Govêrno, as primeiras unidades escolares da futura Cidade Universitária.

Problema dos mais complexos, o projeto definitivo da futura Cidade resultou, em parte, das conclusões dos estudos levados a efeito entre os anos de 1935 e 1945, segundo as quais a Universidade do Brasil deverá ser urbana e

abranger, num mesmo «campus», tôdas as suas organizações de educação, ensino, cultura, pesquisa, assistência técnica, esportes, administração, residências e serviços auxiliares, além de museus, jardins e hortos florestais, biotério, biblioteca central, jardim zoológico etc .

Dentre aquêles estudos, todavia, o da localização da futura Cidade foi o que mais tempo e trabalho exigiu dos técnicos incumbidos de promovê-la. Basta lembrar, para que se tenha uma idéia do que foi aquela difícil tarefa, que antes de ser adotada a localização atual, nada menos de onze outras soluções foram tentadas.

Muito valeu, entretanto, a extensão daqueles estudos. Pesados os inúmeros fatores na classificação das doze localizações analisadas, chegou-se, em fase final, à «Ilha Universitária, - resultante da uni- ficação de nove ilhas situadas na enseada de Manguinhos, entre a ponta do Caju e a Ilha do Governador, a menos de 9 km do centro e com uma área total, após executados todos os trabalhos de uni- ficação, terraplanagem e saneamento, de 5. 957.000 metros quadrados.

Se bem que a lotação inicialmente assentada para servir de base ao proporcionamento das diversas zonas urbanísticas e dos edifícios da futura Cidade tenha sido de 15.500 alunos, estudos posteriores foram conduzidos de modo a permitir o crescimento progressivo do conjunto universitário, a fim de comportar, no futuro, até 30.000 estudantes em condições normais.

De um modo geral, a Cidade Universitária ficará constituída pelas seguintes zonas ou centros:

- 1- Centro Administrativo;
- 2- Centro de Filosofia, Ciências, Letras e Educação;
- 3- Centro de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas;
- 4- Centro Médico, Odontológico, Farmacêutico e Hospitalar;
- 5- Centro de Engenharia, Químico, Tecnológico, Eletrotécnico e de Física Nuclear;
- 6- Centro de Belas Artes;
- 7- Centro de Educação Física;
- 8- Centro Residencial;
- 9 - Centro dos Serviços Auxiliares;
- 10 - Centro Florestal e Zoológico.

O Boletim da CAPES publica neste número três expressivas fotografias da Cidade Universitária da Universidade do Brasil: uma vista aérea da Ilha e duas da Faculdade Nacional de Arquitetura - em projeto e em construção.

Esta Faculdade, situada no Setor de Arquitetura e Urbanismo e limitada pelos Setores de Engenharia e de Belas Artes, foi uma das primeiras obras a ser atacada na construção da Cidade Universitária. Seu edifício, que se compõe de quatro blocos ligados entre si, foi projetado de acôrdo com um organograma apresentado pelo Prof. Ewerard Nunes Pires, Diretor dareferida Faculdade e membro da Comissão Supervisora do Planejamento da Cidade.

Inscrito num retângulo de 262 por 246 metros, apresenta o projeto um bloco principal de oito pavimentos, com uma área bruta de 33.660 metros quadrados; outro em dois pavimentos, medindo o térreo 2.282 metros quadrados em pilo- tis e igual área o superior, onde ficará situada a biblioteca; um terceiro, cuja área é de 12.330 metros quadrados, coberto por sheds e destinado às cadeiras que necessitam de instalações especiais ou de grandes laboratórios e, finalmente, um quarto bloco, especialmente estudado para o 'Museu de Arquitetura Comparada, que deverá dispor de 5. 200 metros quadrados.

A lotação média normal da Faculdade pode oscilar entre 900 e





Faculdade Nacional de Arquitetura.
(Construção)

1. 260 matrículas, cabendo a cada série 180 a 252 alunos, distribuídos em quatro turmas, as quais, por sua vez, para o ensino das cadeiras práticas, serão subdivididas em duas. A cada ano letivo corresponderá um pavimento, apresentando, todos, a mesma composição.

* 1 - O Escritório Técnico para o Planejamento e Construção das Obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, a cuja frente está o Dr. Luiz Hildebrando de B. Horta Barboza, fica situado no 7º pavimento do Palácio da Fazenda, no Distrito Federal.

2 - Todos os dados aqui indicados sobre a Cidade Universitária da Universidade do Brasil foram colhidos em recente publicação daquele Escritório Técnico.

ESTUDO DA SITUAÇÃO DO ENSINO DE MEDICINA E ENGENHARIA NO BRASIL

COM o fim de apurar as condições reais de formação, aperfeiçoamento e especialização do médico e do engenheiro, respectivamente nas escolas de medicina e hospitais e nas escolas de engenharia, de química e de arquitetura, bem como nos centros de estudos e pesquisas tecnológicas do País, firmou a CAPES, com a Associação Médica Brasileira (AMB) e com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), dois Convênios da maior significação e oportunidade para o ensino universitário do Brasil.

Nos termos desses Convênios, ficam aquelas duas associações obrigadas a realizar, a primeira até 30 de junho de 1953 e a segunda até 31 de maio do mesmo ano, cada uma no seu campo de ação, um estudo minucioso e crítico da situação atual de tôdas as escolas de medicina, de engenharia, de arquitetura e de química, bem como dos centros de especialização de engenheiros e de médicos no País.

Obrigam-se, ainda, aquelas instituições a organizar, com o resultado geral dos estudos previstos nos respectivos Convênios, um relatório minucioso e objetivo, que forneça elementos para adoção de medidas, quer de iniciativa da própria escola, quer de iniciativa da CAPES, quer dos governos, quando fôr o caso, no sentido de melhorar o preparo dos médicos, técnicos e engenheiros brasileiros.

Tanto o primeiro quanto o segundo dos Convênios firmados prevêem, em relação às escolas e centros por êles abrangidos, o estudo detalhado:

- a - das instalações e equipamentos desses, centros e escolas;
- b - do corpo docente e o pessoal técnico e administrativo (seleção, regime de trabalho, freqüência, obras publicadas, pesquisas etc., bem como estudo individual dos professôres, assistentes, auxiliares de ensino etc.);
- c - dos programas e sua execução nos diversos cursos e cadeiras (processos de ensino empregados);
- d - do corpo discente (inquérito sôbre a disposição para o estudo, freqüência, interêsse pelo estudo, atividades extra-curriculares etc.).

Findos os prazos previstos para o término desses estudos e levantamentos, deverão a Associação Médica Brasileira e a Associação Brasileira de Normas Técnicas, cada uma na parte que lhe cabe, apresentar à CAPES sugestões sôbre:

- a - os meios de melhorar o ensino de medicina e engenharia no País;
- b - as medidas que se impõem para fazer com que as escolas atendam melhor às necessidades técnicas, industriais e culturais do meio a que servem;
- c - a forma a seguir para auxiliar as escolas, a fim de que preencham suas finalidades reais;
- d - a instituição de um sistema de bolsas de estudo no País e no estrangeiro para profissionais e assistentes de ensino das escolas de medicina e engenharia;
- e - a instituição de um sistema de bolsas de estudo para alunos bem dotados e sem recursos econômicos das escolas de medicina e engenharia;
- f - a conveniência de se organizarem missões de professores e técnicos estrangeiros e nacionais para trabalharem em escolas de medicina e engenharia do País bem como o estabelecimento de normas para os contratos a serem feitos com tal objetivo.

Assinaram êsses Convênios o eng. Paulo Sá, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, e o Dr. Dorival Macedo Cardoso, pela Associação Médica do Brasil. Pela CAPES assinou seu Secretário Geral, Prof. Anísio Spínola Teixeira.

1 REUNIÃO DOS DIRETORES DAS ESCOLAS DE ENGENHARIA (capa)

PROMOVIDA pelo Setor Tecnológico do Conselho Nacional de Pesquisas, e sob a presidência do engenheiro Paulo Sá, Diretor da Escola Politécnica da Universidade Católica do Rio de Janeiro e Secretário Geral da Associação Brasileira de Normas Técnicas, teve lugar, em 30 de outubro último, na sede dessa associação, no Distrito Federal, importante reunião de Diretores de Escolas de Engenharia de todos os Estados do Brasil.

Dos mais importantes para o ensino superior no País, os objetivos dessa reunião tiveram em vista:

- 1º - estimular a pesquisa tecnológica nas diversas escolas de engenharia;
- 2º - estudar a situação atual do ensino de engenharia no Brasil;
- 3º - conhecer, mediante cuidadoso estudo do problema, das deficiências dos atuais programas de ensino de engenharia, bem como das correções que êsses programas comportem.

Além do Dr. Paulo Sá, estiveram presentes à reunião o Prof. Francisco Lessa, pela Escola Nacional de Engenharia; o Prof. Antônio Valente Couto, pela Escola de Engenharia Mackenzie; o Prof. José Rodrigues Seabra, pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá; o Prof. Dino Bigalli, pela Escola de Engenharia Industrial de São Paulo; o Prof. Francisco Magalhães Gomes, pela Escola de Engenharia de Minas Gerais; o Prof. Luís Leseigneur de Faria, pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul; o Prof. Ildefonso Puppi, pela

Escola de Engenharia do Paraná; o Prof. Antônio Carlos Cardoso, pela Escola Politécnica de São Paulo; o Prof. Miguel Pernambuco Filho, pela Escola de Engenharia do Pará; o Prof. Dido Fontes de Faria Brito, pela Escola Politécnica do Espírito Santo; o Prof. Carlos F. de Simas, pela Escola Politécnica da Bahia; o Prof. Luís Paulo de Freitas, pela Escola Politécnica de Pernambuco; o Prof Athos da Silveira Ramos, pela Escola Nacional de Química; o Prof. Anísio Spínola Teixeira, pela Comissão Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o Major Aldo Vieira da Rosa, pelo Instituto Tecnológico Aeronáutico de São José dos Campos.

Durante a reunião, debateram os Diretores os múltiplos problemas atinentes ao ensino de engenharia no Brasil, principalmente no que diz respeito às deficiências e às necessidades das nossas escolas, concordando, todos, em que se faz necessário, principalmente, organizar em tôdas as Escolas de Engenharia do País equipes de pesquisadores, de professôres e de alunos com o fito de estimular, entre êstes e aquêles, o espírito pesquisador e a consciência da necessidade de experiência viva e pessoal no ensino.

Presente aos debates, o Prof. Anísio Teixeira expôs aos Diretores o pensamento da CAPES sôbre os temas ali debatidos, dizendo concordar com êles em que o problema da Escola Superior está a exigir de nós uma reforma total, mesmo na atitude do aluno em relação à Escola.

De 9 a 12 de fevereiro próximo, reunir-se-ão na Capital de São Paulo cêrca de 1.500 cirurgiões. O total compreende 500 norte-americanos, entre os quais o famoso Charles Mayo, chefe da mundialmente conhecida Clínica Mayo, 100 canadenses, 800 brasileiros e 100 outros de diversos países.



Prof. Rubens Maciel

O Dr. Rubens Maciel, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, aceitou o convite que lhe fêz o Sr. Ministro da Educação, Dr. Ernesto Simões Filho, para chefiar o Programa Universitário da CAPES.

Por êsse motivo, o Professor Maciel deverá visitar, nos meses de dezembro corrente e de janeiro próximo, as Universidades do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Belo Horizonte, Bahia e do Recife, onde entrará em entendimentos com os respectivos Reitores, bem como com os Diretores e Professôres das Faculdades e Institutos que compõem as referidas Universidades.

O Programa Universitário da CAPES, na chefia do qual vem de ser investido o Professor Maciel, prevê, por outro lado, a vinda de missões universitárias estrangeiras para os diversos centros culturais do País. E, assim sendo, após efetuadas as visitas às Universidades acima indicadas, viajará o Professor Rubens Maciel para a Europa e os Estados Unidos, a fim de, pessoalmente, promover ali a escolha dos professôres e técnicos que devem vir ao Brasil para atuarem em nossas escolas de ensino superior.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.

ANEXO – 04

Lei nº 347, de 13 dezembro de 1950.
Cria a Fundação para o
Desenvolvimento da Ciência na
Bahia e lhe proporciona recursos
para a respectiva manutenção.

LEI Nº 347 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1950

CRIA A FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NA BAHIA E LHE PROPORCIONA RECURSOS PARA A RESPECTIVA MANUTENÇÃO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, com autonomia administrativa e financeira nos termos desta lei.

Art. 2º A fundação destina-se a coordenar, estimular e assistir a pesquisa e o trabalho científico, em todos os seus ramos, concorrendo para o desenvolvimento da ciência por todos os meios a seu alcance.

Art. 3º A fundação será administrada por um Conselho Diretor composto de sete membros, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação, que se dediquem a estudos e pesquisas científicas.

Parágrafo único - O primeiro Conselho Diretor será nomeado livremente pelo Governador do Estado.

Art. 4º Ao Conselho Diretor cabe, elaborar o Estatuto da Fundação e providenciar a aquisição de sua personalidade jurídica.

Art. 5º Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por seis anos.

Parágrafo único - De três em três anos haverá, alternadamente, renovação de três e quatro membros, mediante

indicação em lista tríplice organizada pelo Conselho Diretor e enviada ao Governador do Estado para escolha e nomeação.

Art. 6º Para manutenção da fundação, o Governo do Estado entregará a seu Conselho Diretor metade da percentagem prevista no artigo 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que recolherá, em quotas mensais, a um estabelecimento de crédito desta cidade, sem prejuízo de outros recursos que lhe venham a ser atribuídos pelo Governo, ou que a fundação venha a obter por outros meios. O Conselho Diretor fica obrigado a prestar contas anualmente ao Secretário de Educação e Saúde.

Art. 7º Extinguindo-se a fundação, seus bens e direitos passarão ao domínio do Estado.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de dezembro de 1950.

OCTAVIO MANGABEIRA
Governador

ANEXO 05

**FUNDAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO DA
CIÊNCIA NA BAHIA (1951).**

Estatuto aprovado em sessão do
Conselho Diretor em 9 de maio.

Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia

DOS FINS E OBJETIVOS:

Art.1º - A Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia, criada pela Lei nº 347 de 13 de Dezembro de 1950, do Estado da Bahia, com autonomia administrativa e financeira, destina-se a coordenar, estimular e assistir a pesquisa e o trabalho científico, em todos os seus ramos, concorrendo para o desenvolvimento da ciência por todos os meios a seu alcance.

Art. 2º - Para realizar os objetivos constantes do artigo anterior, a Fundação, com sede e foro na Cidade do Salvador, manterá as seguintes atividades:

a) um centro de informações científicas tão completo quanto possível, especialmente do Estado e do País;

b) o patrocínio, promoção e custeio de estudos e pesquisas, isoladamente ou por meio de ajustes e contratos com entidades oficiais ou particulares, nos diversos campos da ciência;

c) um serviço de bolsas de estudos e de pesquisas, dentro e fora do País, bem como de cursos especializados e conferências culturais, isoladamente ou mediante ajustes e contratos, com entidades oficiais ou particulares;

d) um serviço de intercâmbio cultural e outras formas de cooperação científica.

DA ADMINISTRAÇÃO:

Art. 3º - Todos os poderes e faculdades residem no Conselho Diretor, que é o supremo órgão diretor da Fundação. Este

Conselho é composto de sete membros, nos termos da lei nomeados pelo Governador do Estado, com mandato por seis anos.

§ 1º - os primeiros membros do Conselho terão mandatos respectivamente de três e seis anos, nos termos dos respectivos decretos de nomeação;

§ 2º - de três em três anos haverá, alternadamente, renovação de três e quatro membros, mediante indicação em lista tríplice, organizada pelo Conselho e enviada ao Governador do Estado para escolha e nomeação;

§ 3º - o Conselho reunir-se-á ordinariamente de dois em dois meses.

Art. 4º - O Conselho elegerá, dentre os seus membros, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral, com mandatos de um ano, podendo ser reeleitos.

Art. 5º - A Presidência é o órgão da Fundação, quando esta se manifestar como pessoa jurídica.

Art. 6º - Ao Presidente compete:

a) zelar pela fiel execução dos Estatutos e resoluções do Conselho e da Assembléia;

b) presidir as sessões do Conselho;

c) convocar sessões extraordinárias do Conselho, quando julgar conveniente;

d) representar a Fundação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

e) autorizar e ordenar pagamentos de despesas.

Art. 7º - Ao Vice-Presidente cumpre substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, bem como desempenhar atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho.

Art. 8º - Ao Secretário Geral compete:

a) superintender os serviços técnicos e administrativos da Fundação;

b) secretariar as reuniões do Conselho, redigindo as atas, preparando as ordens do dia e tudo mais que for necessário ao seu andamento;

c) presidir as sessões da Comissão Técnica Permanente, e convocá-las;

d) a guarda dos bens sociais;

e) a arrecadação de toda a receita da Fundação;

f) a apresentação das contas do exercício anterior, na primeira sessão ordinária do ano;

g) a preparação da prestação de contas do Conselho à Secretaria de Educação do Estado;

h) elaborar a proposta preliminar do programa de trabalho anual da Fundação e a do orçamento;

i) propor a admissão do pessoal administrativo, técnico e científico;

j) submeter à aprovação do Conselho as propostas de bolsas de estudos e de pesquisas e os convênios necessários à realização do programa da Fundação;

k) autorizar o pagamento de despesas, por delegação escrita do Presidente.

DA ASSEMBLÉIA GERAL:

Art. 9º - A Assembléia Geral da Fundação, cuja mesa será constituída pelo Conselho Diretor da Fundação, compor-se-á dos sócios coletivos e individuais.

Art. 10º - Compete à Assembléia reunir-se, com qualquer número, na primeira quinzena de maio, em dia pré-fixado pelo Conselho, para tomar conhecimento do relatório anual do Conselho Diretor da Fundação e fazer sugestões sobre o programa do exercício seguinte.

DOS SÓCIOS:

Art. 11º - Os sócios da Fundação serão individuais ou coletivo e serão apresentados mediante proposta ao Conselho de dois sócios, em pleno gozo de seus direitos.

Art. 12º - Os sócios individuais poderão ser:

a) efetivos, os que contribuirão para a Fundação, mensal, semestral ou anualmente;

b) correspondentes, os que residem fora da Capital do Estado e forem aceitos pela maioria do Conselho;

c) honorários, os que prestarem relevantes serviços à Fundação, por proposta de um Conselho e a juízo unânime do Conselho;

d) beneméritos, os que contribuírem com donativos que, por proposta de um Conselheiro e a juízo unânime do Conselho mereçam esse título.

Parágrafo Único - São direitos dos sócios efetivos:

a) indicar novos associados;

b) tomar parte nas Comissões Técnicas, dentro do critério de escolha do Conselho;

c) sugerir ao Conselho medidas que visem beneficiar o desenvolvimento da ciência;

d) gozar de todas as vantagens que possam ser dadas pela Fundação com a garantia de preferência, em igualdade de condições com estranhos.

DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 13º - O Conselho, pelo voto da maioria de seus membros, organizará tantas Comissões Técnicas quantas forem julgadas necessárias para o alcance dos fins e objetivos da Fundação.

Parágrafo Único - Uma das Comissões Técnicas, considerada de caráter permanente, constituir-se-á de representantes das instituições de pesquisas científicas escolhidas a juízo do Conselho.

Art. 14º - À Comissão Técnica Permanente compete, mediante solicitação do Conselho:

a) opinar sobre a proposta de programa científico da Fundação, e apresentar sugestões:

b) examinar a natureza e as finalidades de novas instituições que pretendam ingressar na Comissão Técnica permanente, e opinar sobre sua admissão;

c) tomar parte, por um ou mais dos seus membros, em comissões julgadoras de concursos, prêmios, bolsas de estudos, livros ou quaisquer outras atividades de natureza técnica.

Parágrafo Único - compete igualmente à mesma Comissão sugerir ao Conselho providências, medidas e iniciativas que possam beneficiar o desenvolvimento dos serviços a cargo da Fundação.

DO PATRIMÔNIO SOCIAL:

Art. 15º - O ativo do patrimônio da Fundação será constituído:

a) da renda que lhe é atribuída por lei;

b) de valores e bens que possuir;

c) de contribuições oficiais ou particulares, de sócios ou de terceiros, por meio de mensalidades, legados, doações, subvenções ou outro qualquer auxílio.

Art. 16º - A alienação ou gravame dos bens sociais não se farão sem a prévia e expressa autorização do Conselho.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS:

Art. 17º - O ano social se encerrará no primeiro dia útil da segunda quinzena de maio.

Art. 18º - Os mandatos do Presidente, do Vice-presidente, e do Secretário Geral, inclusive os dos eleitos após a aprovação destes Estatutos, terminarão no primeiro dia útil da quarta semana de maio de 1952.

Art. 19º - Os mandatos dos atuais Conselheiros contarão da data da instalação da Fundação, em 25 de janeiro de 1951.

Art. 20º - No caso de extinção da Fundação reverterá o seu ativo ao Estado, nos termos da lei.

Art. 21 - Os presentes Estatutos poderão ser reformados pelo Conselho, pelo voto de cinco Conselheiros.

(Aprovado em sessão do Conselho Diretor, a 9 de maio de 1951).

ANEXO 06

Decreto nº 29.741, de 11 de junho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

DECRETO Nº 29.741, DE 11 DE JULHO DE 1951

Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, I, da Constituição,

DECRETA:

Art.1º Fica instituída, sob a Presidência do Ministro da Educação e Saúde, uma Comissão composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, para o fim de promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Art. 2º A Campanha terá por objetivos:

a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.

b) oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a tôdas as oportunidades de aperfeiçoamentos.

Art. 3º Para a consecução desses objetivos a Comissão deverá:

a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;

b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas, competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;

c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;

d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados.

Art. 4º Haverá um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, o qual será constituído de:

a) contribuições de entidades públicas e privadas;

b) donativos, contribuições e legados de particulares;

c) contribuições que forem previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades para-estatais e sociedades de economia mista;

d) renda eventual do patrimônio da Campanha;

e) renda eventual dos serviços da Campanha.

Art. 5º As contribuições de entidades públicas ou privadas serão utilizadas, no mínimo de 50% de seu valor, em programas de interesse direto para os ramos de atividades das instituições contribuintes.

Art. 6º Os programas de aperfeiçoamento mantido pelos governos locais e entidades privadas que atenderem aos objetivos da Campanha serão considerados como integrantes do plano nacional de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Nesta hipótese, êsses programas poderão ser auxiliados pela Campanha, na forma em que ficar determinado e segundo os critérios que forem estabelecidos pela Comissão instituída no art. 1º.

Art. 7º A Comissão proporá ao Presidente da República, até 31 de dezembro de 1951, a forma definitiva que deve ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da Campanha.

Parágrafo único. A Comissão proporá igualmente tôdas as medidas julgadas indispensáveis ao desempenho de suas funções, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º O Presidente da Comissão baixará as instruções necessárias à organização e execução da campanha.

Art. 9º Os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e sociedades de economia mista deverão facilitar o afastamento dos seus servidores selecionados para o programa de aperfeiçoamento instituído neste Decreto.

Art. 10. O Banco do Brasil facilitará cambiais para as bolsas concedidas, e, na medida das possibilidades, a transferência dos salários e vencimentos dos beneficiários do programa de aperfeiçoamento.

Art. 11. Os membros da Comissão não perceberão remuneração especial pelos seus trabalhos, mas serão considerados como tendo prestado relevantes serviços do país.

Art. 12. Êste Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1951, 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

Francisco Negrão de Lima

Danton Coelho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 13/07/1951

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1951, Página 10425
(Publicação Original)

Coleção de Leis do Brasil - 1951, Página 8 Vol. 6 (Publicação
Original)

ANEXO 07

Portaria Ministerial nº 1.008, de 12 de novembro de 1951. Designa Anísio Teixeira para exercer as funções de Secretário Geral da CAPES

Portaria Ministerial nº 1.008 de 12 de Novembro de 1951.

Faz designação

O Ministro da Educação na qualidade de Presidente da Comissão instituída pela Decreto no. 29,741, de 11 de julho último, para promover uma CamPanha Nacional de APerfeiçoamento de Pessoal de nível superior, resolve designar o Professor Anísio Spinola Teixeira para exercer as funções de Secretário Geral da referida Comissão.

Simões Filho

ANEXO 08

Decreto nº 50.737, de 07 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo Decreto nº 29.741, 11 de julho de 1951

Decreto nº 50.737, de 7 de Junho de 1961

Organiza a Companhia Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, prevista pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de que trata o Decreto nº 29.741, de 11 de junho de 1951, fica subordinada à Presidência da República.

Art. 2º Incumbe à CAPES formular e pôr em execução programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

1 - o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisas dos centros universitários brasileiros, visando a melhor formação dos quadros profissionais de nível superior do país;

2 - o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior já existente, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do País;

3 - a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;

4 - a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a latino-americanos e afro-asiáticos para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;

5 - a promoção de outras medidas necessárias à consecução dos seus objetivos definidos nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 29.741.

Art. 3º A CAPES será assessorada por um Conselho Consultivo, que se reunirá, pelo menos, duas vezes ao ano, para apreciar o relatório das atividades e a prestação de contas do exercício anterior e aprovar os planos anuais de trabalho.

Art. 4º O Conselho Consultivo será integrado por 11 (onze) membros, todos de livre nomeação do Presidente da República, inclusive um Coordenador, um representante da Presidência da República, um representante do Ministério da Educação e Cultura, um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante do Conselho Nacional de Pesquisas, um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, um representante da Confederação Nacional da Indústria e um representante da Confederação Nacional do Comércio.

Art. 5º As sessões do Conselho Consultivo serão presididas por um dos membros, eleito pelos demais pelo prazo de um ano, e deliberará por maioria absoluta de votos.

Art. 6º A execução dos planos anuais de trabalho caberá ao Coordenador que será auxiliado por um Diretor Executivo.

Art. 7º Para execução de seu programa de trabalho, a CAPES será integrada pelos seguintes setores: I 1 - Programa Universitário. I 2 - Programa dos Quadros Técnicos e Científicos. I 3 - Programa de Estudos, Levantamentos e Documentação. I 4 - Secretaria Administrativa.

Art. 8º A Direção da CAPES baixará as instruções referentes ao funcionamento de seus diversos serviços, bem como à concessão de bôlsas e auxílios, as quais deverão ter ampla divulgação.

Art. 9º A Direção da CAPES proporá igualmente tôdas as medidas julgadas indispensáveis ao seu funcionamento, inclusive a requisição dos servidores públicos civis na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Os dirigentes dos órgãos da administração pública das autarquias e das sociedades de economia mista deverão facilitar o afastamento de seus servidores selecionados para os programas de aperfeiçoamento previstos neste Decreto.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, (D.F.), 7 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS
Oscar Pedroso Horta
Afonso Arinos de Mello Franco
Clemente Mariani
Brigido Tinoco
Castro Neves
Arthur Bernardes Filho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 07/06/1961

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/6/1961, Página 5154
(Publicação Original)

Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 409 Vol. 4
(Publicação Original)

ANEXO 09

Decreto nº 51.146, de 05 de agosto de 1961. Altera dispositivo do Decreto nº 50.737, de 07 de junho de 1961

DECRETO nº 51.146 - DE AGOSTO-DE 1961

Altera dispositivo do
Decreto nº. 50.737, de 7-
6-61.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item 3, da Constituição, decreta:

Art. 1o. Fica alterado o art. 7o. ao Decreto no. 50.737, de 7 de junho de 1961, que organiza a Campanha Nacional de Pessoal as Nível Superior, Prevista pelo Decreto 29.741, de 11 de Junho de 1951, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.7o. Para a execução de seu programa de trabalho. A CAPES será integrada pelos seguintes setores:

- 1- Programa Universitário;
- 2- Programa dos Quadros Técnicos e Científicos;
- 3- Serviço de Estudos, Levantamentos e Documentação;
- 4- Serviço de Bolsas de Estudo;
- 5 - Secretaria Administrativa.

Art. 2o. Este Decreto entrará em vigor na data da sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF), 5 de agosto de 1961; 140o. da Independência e 73o. da República.

JÂNIO QUADROS
Oscar Pedroso Horta
Afonso Arinos de Melo
Franco
Hamilton Prisco Paraiso
Brígido Tinoco
Castro Neves
Arthur Bernardes Filho

ANEXO 10

Decreto nº 30.286, de 19 de dezembro de 1951. Dilata o prazo dado à Comissão no Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951 para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DECRETO Nº 30.286, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951

Dilata o prazo que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica dilatado, para 30 de junho de 1952, o prazo mencionado no art. 7º do Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, que instituiu Comissão para promover uma Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Lopes.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 22/12/1951

Publicação:

• Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/12/1951, Página 18650
(Publicação Original)

• Coleção de Leis do Brasil - 1951, Página 199 Vol. 8
(Publicação Original)

ANEXO 11

Decreto nº 8.405, de janeiro de 1992.
Autoriza o Poder Executivo a instituir como Fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências

DECRETO No. 8.405 - DE 9 DE JANEIRO DE 1992.

Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. É o Poder Executivo autorizado a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.

Art. 20. A fundação CAPES terá como finalidade o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

Parágrafo 10. É o Poder Executivo autorizado a transferir para a Fundação CAPES os imóveis disponíveis da União que sejam necessários ao exercício e ao desenvolvimento das atividades.

Parágrafo 20. O patrimônio da fundação CAPES será ainda constituído pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir, inclusive mediante legados de pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 30. Constituem receita da fundação CAPES:

I - as dotações consignadas na lei orçamentária da União;

II - os auxílios e as subvenções concedidas por entidades de direito público ou de direito privado;

III - as rendas de quaisquer espécies produzidas por seus bens ou atividades;

IV - as contribuições provenientes de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - os saldos financeiros dos exercícios;

VI - outras rendas eventuais.

Art. 40. São órgãos de direção da Fundação
Art. 60. São órgãos de direção da Fundação CAPES:

I - o Conselho Superior;

II - a Diretoria, composta pelo Presidente e
pelos Diretores;

III - o Conselho Técnico-Científico.

Parágrafo único. O Estatuto da fundação CAPES.
disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos de que
trata este artigo.

Art. 50. São criados os cargos de provimento
efetivo e em comissão e as funções de confiança da fundação
CAPES, na conformidade dos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo 10. Os vencimentos dos cargos de
provimento efetivo da fundação CAPES são os constantes do Anexo
III desta Lei, vigentes em 10. de novembro de 1991, sobre os
quais incidirão as antecipações e os reajustes posteriormente
concedidos.

Parágrafo 20. As descrições dos cargos de
provimento efetivo do quadro da fundação CAPES são os constantes
do Anexo IV desta Lei.

Art. 60. Os servidores atualmente em exercício
no órgão autônomo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior poderão optar pela sua integração à fundação
CAPES, no prazo de trinta dias da data de sua publicação.

Parágrafo único. Aos servidores que não
manifestarem a opção referida neste artigo aplicar-se-á o
disposto no parágrafo 20. do art. 37 da Lei no. 8.112, de 11 de
dezembro de 1990.

Parágrafo 30. Os servidores que manifestarem a
opção referida no artigo anterior serão enquadrados nos cargos
criados por esta Lei, com atribuições iguais ou semelhantes aos
que atualmente ocupam, observada a sua qualificação profissional.

Parágrafo único. O enquadramento a que se refere
este artigo somente terá validade após homologada pela Secretaria
de Administração Federal e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 70. Encerrado o enquadramento previsto nos
artigos 80. e 90. desta Lei, ficará a fundação CAPES autônoma a
requisitar servidores da Administração Federal direta, autárquica
e fundacional, em igual número ao de vagas remanescentes de seu
quadro de lotação.

Art. 80. O Ministro de Estado, no prazo de
sessenta dias, contados da data de publicação desta Lei, adotará

das providências necessárias para a constituição da Fundação CAPES, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. Constituída a Fundação CAPES, mediante aprovação do seu Estatuto, extingui-se-a a órgão autônomo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Art. 9º. E o Poder Executivo autorizado a remanejar os créditos orçamentários da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, para atender às despesas de constituição, instalação e manutenção da Fundação CAPES.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de Janeiro de 1992; 171o. da Independência e 104o. da República.

FERNANDO COLLOR
José Goldemberg

ANEXO 12

Decreto nº 5.211, de 19 de maio de 1992. Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências

DECRETO No. 5.241 - DE 19 DE MAIO DE 1992

Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere a art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 10, e 70, da Lei No. 8.405, de 9 de Janeiro de 1992, decreta:

Art. 10. É instituída a fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Art. 20. São aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 30. O regimento interno da CAPES será aprovado pelo Ministério de Estado da Educação e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 40. Fica extinto o órgão autônomo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cujos créditos orçamentários são remanejados para a fundação CAPES.

Art. 50. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Revoga-se a alínea "e" do inciso III do art. 20 do Anexo I do Decreto No. 99.678, de 8 de novembro de 1990.

Brasília, 19 de maio de 1992; 1710. da Independência e 1040. da República.

FERNANDO COLLOR
José Goldemberg
João Neillão Neto

ANEXO 13

Decreto nº 53.932, de 26 de maio de 1964. Altera dispositivos dos Decretos nº 29.741, de 11 de julho de 1951; 50.737, de 07 de junho de 1961; 49.355, de 28 de novembro de 1960; 51.405, de 06 de fevereiro de 1962; 52.456, de 16 de setembro de 1963, e 53.325, de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão, a CAPES, COSUPI e PROTEC

Decreto nº 53.932, de 26 de Maio de 1964

Altera dispositivos dos Decretos ns. 29741, de 11 de julho de 1951, 50737, de 07 e junho de 1961, 51146, de 05 de agosto de 1961, 49355, de 28 de novembro de 1960, 51405, de 6 de fevereiro de 1962, 52456 de 16 de setembro de 1963, e 53325 de 18 de dezembro de 1963, reunindo num só órgão a Capes, Cosupi e Protec.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de que tratam os Decretos nºs 29.741, de 11 de julho de 1951, 50.737, de 7 de junho de 1961, e 51.146, de 5 de agosto de 1961, órgão da Presidência da República; a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI); de que tratam os Decretos nºs 49.355 de 28 de novembro de 1960, 51.405, de 6 de fevereiro de 1962, e 52.456, de 16 de setembro de 1963, órgão do Ministério da Educação e Cultura; e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), de que trata o Decreto nº 53.325, de 18 de dezembro de 1963, órgão do Ministério da Educação e Cultura, ficam reunidos na Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Cultura e que poderá regulamentar atividades e aprovará regimento internos.

Art. 2º A CAPES terá como objetivo a formulação e execução de programas anuais de trabalho, orientados com os seguintes propósitos:

1 - aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do país;

2 - colaboração com as Universidades e Escolas Superiores do país proporcionando-lhes assistência técnica no sentido da melhoria dos seus padrões de ensino e de pesquisa;

3 - apoiar Centro de Pesquisa e Treinamento Avançado, que possam colaborar em programas de formação e adestramento de pessoal graduado e estimular a formação de centros da mesma natureza de que seja carente o país;

4 - coordenar, respeitada a autonomia das Universidades, os planos nacionais de expansão de matrículas nas áreas em que haja maior demanda, facilitando, ainda, o suprimento de recursos adicionais ou extraordinários que se façam necessários ao cumprimento desses mesmos planos;

5 - a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;

6 - a administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a elementos estrangeiros para cursos de graduação e pós graduação no Brasil;

7 - a promoção de encontros de professores e pesquisadores visando a elevar os padrões de ensino e difundir-los por todo o país.

Art. 3º Para alcançar os objetivos referidos no artigo 2º, deverá a CAPES concentrar e coordenar esforços e recursos financeiros, inclusive decorrentes de empréstimos externos, visando a fortalecer setores de conhecimento que mais de perto interessam aos planos de educação superior.

Art. 4º Os auxílios concedidos pela CAPES visando à complementação de recursos dos Centros de Treinamento para o cumprimento de programas específicos de formação de pessoal ou desenvolvimento de novos centros terão sempre caráter temporário, estabelecendo-se, em cada caso, convênio com as instituições contempladas de sorte que através recursos regulares

previstos nos orçamentos das mesmas seja assegurada a continuidade de seu funcionamento.

Parágrafo único. Em qualquer caso a cooperação prestada não deverá cobrir despesas de manutenção ou substituir os recursos regulares das instituições assistidas.

Art. 5º A CAPES será orientada por um Conselho Deliberativo integrado por 9 membros designados pelo Presidente da República, pelo prazo de 3 anos e mediante indicação do Ministro da Educação e Cultura.

§ 1º Dois dos nove membros do Conselho são considerados membros natos: o Diretor da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura e o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

§ 2º A Presidência do Conselho caberá ao Ministro da Educação e Cultura, sendo seu substituto eventual o Diretor da Diretoria de Ensino Superior.

Art. 6º Competirá ao Conselho Deliberativo:

1 - definir a política da organização e aprovar as suas normas de trabalho;

2 - aprovar anualmente os planos de trabalho organizados pelos seus órgãos técnicos;

3 - examinar e aprovar projetos de trabalho específicos que lhe sejam submetidos;

4 - aprovar a concessão de bônus de estudo no país e no estrangeiro;

5 - aprovar os planos de aplicação dos recursos;

6 - aprovar a proposta orçamentária anual;

7 - exercer a superior jurisdição da entidade.

Art. 7º A execução das deliberações do Conselho Deliberativo estará a cargo de um Diretor Executivo e de cinco Secretários encarregados, respectivamente, dos seguintes setores:

1 - Programa Universitário e Centros de Treinamento;

2 - Programa dos Quadros Técnicos e Científicos;

3- Serviço de Estudos, Levantamentos e Documentação;

4 - Serviço de Bônus de Estudo; e

5 - Secretaria Administrativa.

Parágrafo único. O Diretor Executivo e os Secretários serão de livre escolha do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º O Diretor Executivo proporá ao Conselho Deliberativo tôdas as medidas julgadas indispensáveis ao seu funcionamento, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor.

Art. 9º Os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e das sociedades de economia mista deverão facilitar o afastamento de seus servidores selecionados para os programas de aperfeiçoamento previstos neste Decreto.

Art. 10. Passarão ao Patrimônio da CAPES todos os bens de qualquer natureza pertencentes à atual Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, à COSUPI e ao PROTEC.

Parágrafo único. A Divisão de Material do Ministério da Educação e Cultura providenciará a lavratura dos termos que forem imprescindíveis para efetivar a transferência do acervo material das entidades que integrarão ao nôvo órgão.

Art. 11. As dotações consignadas no orçamento geral da União (1964), em favor da atual Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para a COSUPI e o PROTEC serão aplicadas, no corrente exercício, através da CAPES, obedecidos os planos já aprovados pelos órgãos ora extintos, desde que ratificados pelo Conselho Deliberativo previsto no Art. 5º dêste Decreto.

Art. 12. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H.CASTELLO BRANCO
Flávio Lacerda

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 26/05/1964

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/5/1964, Página 4513 (Publicação Original)

- Coleção de Leis do Brasil - 1964, Página 53 Vol. 4 (Publicação Original)

ANEXO 14

Boletim de informações sobre bolsas de estudos da CAPES sobre Bolsas de Estudos para o ano de 1959.

CAPES
BOLETIM DE INFORMAÇÕES
SÔBRE BOLSAS DE ESTUDO

PROGRAMAS DE BÔLSAS
E AUXÍLIOS PARA 1959



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR

Nº 13 RIO DE JANEIRO - SETEMBRO - 1958

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE
PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR

Órgão Executivo da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Ministro da Educação e Cultura
CLÓVIS SALGADO

Secretário Geral
ANÍSIO S. TEIXEIRA

Diretor de Programas
ALMIR DE CASTRO

Av. Marechal Câmara, 210 -8º e 9º andares - Caixa Postal, 5.185
End. Teleg. EDCAPES - Rio de Janeiro -Brasil
Telefone: 32-5312

PROGRAMAS DE BOLSAS E AUXÍLIOS PARA 1959

1

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), dando prosseguimento ao seu Programa de Bôlsas de Estudo, elaborado em função dos objetivos que lhe foram fixados pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, concederá no ano de 1959 bôlsas para estudos de aperfeiçoamento e especialização.

2. TIPOS DE BÔLSAS

2.1- TIPO "A" - Bôlsas de especialização ou aperfeiçoamento, no país, destinadas a jovens universitários recém-diplomados, que hajam revelado especiais aptidões durante os respectivos cursos e desejem prosseguir seus estudos através de cursos ou estágios, em nível de pós-graduação. Visam tais oportunidades o preparo de pessoal docente para o ensino superior e a formação de profissionais especializados, pesquisadores e cientistas. Essas bôlsas podem, também, ser conferidas a cientistas ou profissionais que pretendam realizar cursos ou estágios em organizações de renome nacional.

2.2- TIPO "B" - Bôlsas de aperfeiçoamento no estrangeiro, destinadas a pessoal graduado, já possuidor de tirocínio científico ou profissional, dedicado ao magistério superior, à pesquisa científica e à aplicação da ciência, ou à execução de obras e trabalhos em serviços públicos ou privados para os quais se exijam conhecimentos especializados mais avançados e, excepcionalmente, a jovens universitários recém-diplomados, que hajam revelado especiais aptidões durante os respectivos cursos, para estudos especializados. Visam tais bôlsas o aperfeiçoamento de pessoal docente universitário e de especialistas, técnicos e

cientistas de alto nível, observadas as escalas de prioridade adotadas em função dos objetivos da CAPES.

2.3 - TIPO "C" - Auxílios extraordinários destinados a permitir a candidatos contemplados com bolsas de outras organizações a aquisição de passagens ou o pagamento de taxas escolares, quando as referidas bolsas não compreenderem essas despesas. Os pedidos de suplementação de quotas de manutenção de bolsas concedidas por outras entidades não serão considerados pela CAPES.

3.ÓRGÃOS EXECUTORES

3.1- Os programas gerais de bolsas de estudo da CAPES são planejados e executados através do seu Serviço de Bolsas de Estudo (SBE), que para tal se acha adequadamente articulado com instituições universitárias e científicas, e organizações profissionais, nacionais, internacionais e estrangeiras.

3.2- Por outro lado, os setores básicos da Campanha, o Programa Universitário (PGU) e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) elaboram, em função das indicações fornecidas pelo desenvolvimento dos serviços a seu cargo, planos próprios de concessão de bolsas, observados os mesmos tipos acima descritos.

4.CRITÉRIOS E FORMAS DE CONCESSÃO

4.1- Na impossibilidade de estender os seus programas de bolsas de estudo a todos os ramos de atividade do pessoal de nível superior, a CAPES obedecerá, no estabelecimento de seus planos, como vem procedendo em outras áreas de sua atuação, a critérios de prioridade, visando investir, preferentemente, seus recursos em projetos de significação mais imediata para o desenvolvimento técnico e econômico do país, no que se refere aos campos de estudo a serem contemplados.

As bolsas de aperfeiçoamento da CAPES serão concedidas:

4.1.1- mediante planos gerais ou especiais, oportunamente divulgados pelos métodos usuais de publicidade, nos meios universitários. científicos, tecnológicos e administrativos do País.

4.1.2- pela escolha, por iniciativa e a juízo da CAPES, de profissionais e especialistas cujo aperfeiçoamento tenha relevante alcance para o atendimento dos objetivos da Campanha, considerados simultâneamente os campos de atividades dos candidatos visados e suas altas qualificações.

4.1.3- como resultado do desenvolvimento das atividades dos setores básicos da CAPES. o Programa Universitário e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos, junto a instituições universitárias ou científicas e a organizações públicas ou privadas, às quais a CAPES preste cooperação.

5.COMITÊ DE BÔLSAS DE ESTUDOS DA CAPES

O estudo das candidaturas apresentadas, bem como o julgamento e a seleção final dos inscritos, serão procedidos por um Comité de Bôlsas de Estudo, constituído por membros da direção da CAPES, para tal anualmente designados pelo Secretário-Geral.

6.VALOR DAS BÔLSAS

6.1- Indica a experiência da CAPES que o melhor critério a adotar quanto ao valor das bôlsas é o da determinação de limites máximos e mínimos, ao invés de quantias fixas para todos os casos. critério que assegura melhor adaptação das bôlsas aos casos individuais, permitindo levar em consideração diversos fatores variáveis, tais como salários e rendimentos do bolsista, suas obrigações de família, duração da bôlsa, custo dos estudos, participação da entidade empregadora, etc.

6.2- Poderão ser previstas pelas bôlsas despesas relativas aos seguintes itens:

6.2.1- Transporte de ida e volta do bolsista;

6.2.2- Manutenção do bolsista durante o período de estudos;

6.2.3- Taxas escolares ou despesas decorrentes de estágios de treinamento;

6.2.4 - Quota para aquisição de livros (até US\$75,00);

6.2.5 - Ajuda de custo para despesas de viagem (até US\$50,00 ou Cr\$ 5. 000,00);

6.2.6 - Seguro de saúde (até US\$40.00):

6.2.7 - Viagens exigidas para o cumprimento do plano de estudos.

6.3 - As despesas de manutenção (item 6.2.2), serão fixadas até Cr\$ 15.000,00 mensais, para bôlsas de estudo no país e entre US\$ 100,00 e US\$325,00 mensais, para bôlsas de estudo no estrangeiro, observados os tetos de US\$225,00 para os bolsistas que viajem sós e de US\$325,00 para os que se façam acompanhar da espôsa.

6.4 - A CAPES não concederá outros auxílios para as despesas de viagem ou de manutenção de acompanhantes dos bolsistas.

7.DURAÇÃO DAS BÔLSAS

7.1 - Os limites mínimo e máximo para a duração das bôlsas de aperfeiçoamento são fixados, respectivamente, em 4 e 12 meses.

7.2 - Tratando-se de cursos pós-graduados ou de estágios que exijam um período maior, as bôlsas poderão ser renovadas, na dependência dos resultados alcançados pelo bolsista e das informações prestadas pelos orientadores dos seus estudos.

8.RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

8.1- Apenas as bôlsas referidas em 4 .1. 1, constantes de planos gerais ou especiais, serão anualmente anunciadas pela CAPES, para recrutamento de candidatos.

8.2- Os candidatos poderão solicitar, espontâneamente ou por iniciativa das instituições a que estiverem ligados, o patrocínio da

CAPES para os estudos que pretendem realizar, sendo, então, enquadrados pelo SBE nos planos vigentes no exercício.

8.3 - Para as bolsas (Tipos "A" e "B") constantes dos planos gerais referidos em 4. 1.1, cujo número variará anualmente em função dos recursos de que disponha a CAPES, serão normalmente aceitas inscrições durante o último quadrimestre de cada ano para os candidatos a bolsas no exercício seguinte. Durante os primeiros meses do ano procederá a CAPES ao estudo, através do SBE, das candidaturas apresentadas com a documentação completa, em função das qualificações dos candidatos, do grau de prioridade apresentado pelos seus planos de estudo e da perspectiva de adequada aplicação da experiência adquirida pelos futuros bolsistas nos respectivos setores de atividade.

8.4 - As candidaturas, depois de estudadas e convenientemente instruídas e informadas pelo SBE, serão submetidas ao Comité de Bolsas de Estudo da CAPES..

8.5 - Aquele órgão procederá à escolha para as bolsas do tipo "A", destinadas a estudos no país, na primeira quinzena de fevereiro, dando-se conhecimento da mesma, aos interessados, na segunda quinzena daquele mês. Na última semana de abril, realizar-se-á a seleção para as bolsas do tipo "B", no estrangeiro, sendo os resultados divulgados nos primeiros dias de maio.

8.6- Variando anualmente o número de bolsas em função do montante de recursos disponíveis, não corresponderá o mesmo. necessariamente, ao total de candidatos qualificados para obtenção daquelas oportunidades de aperfeiçoamento. Assim, em relação às pessoas inscritas e não contempladas com bolsas, embora devidamente qualificadas para tal, empenhar-se-á a CAPES em obter a cooperação de outras instituições que mantenham programas semelhantes, visando à colocação dos candidatos.

8.7 - Os planos especiais de bolsas obedecerão a condições que serão divulgadas com a devida antecedência, em cada oportunidade.

8.8- Na seleção de candidatos a qualquer tipo de bolsa, dar-se-á preferência aos que, pela natureza das funções que exerçam no magistério, em instituições científicas e de pesquisa, em serviços públicos ou em empresas particulares, tenham ampla oportunidade de divulgar e aplicar os conhecimentos adquiridos através da bolsa.

8.9- Sistemáticamente, a CAPES ouvirá a opinião de professores de diretores de instituições de ensino e pesquisa, de responsáveis por serviços públicos ou empresas, e de outros especialistas, a respeito das qualificações dos candidatos, do mérito e alcance dos planos de estudo apresentados e da oportunidade da concessão da bolsa.

8,10 - As bolsas do tipo "C" (auxílios) serão concedidas quatro vezes por ano, em ocasiões previamente Lixadas, efetuando• se a seleção pelos critérios já descritos. No que se refere a épocas de inscrição e seleção, ver item 10.3.

9.PLANO DE BÔLSAS E A.UXÍLIOS PARA 1959

9 .1 - No exercício de 1959 a CAPES concederá um limitado número de bôlsas do tipo "B", para o estrangeiro e, um maior número dos tipos "A" e "C". Tais oportunidades serão abertas aos candidatos que se apresentarem à CAPES ou que à mesma forem encaminhados pelas instituições onde trabalham.

10.INSCRIÇÕES

10.1 - Para as bôlsas dos tipos "A" e "B", a serem concedidas em 1959, as inscrições estarão abertas no Serviço de Bôlsas de Estudo da CAPES até 31 de dezembro de 1958.

10.2 - As inscrições dos candidatos só serão aprovadas pela CAPES após o preenchimento dos formulários próprios, a prestação de informações solicitadas e a apresentação dos documentos requeridos, de acôrdo com cada caso.

10.3 - Para os auxílios referidos no item 2.3 - "Tipo C", a CAPES solicita que as pessoas ou instituições interessadas

apresentem seus pedidos com a antecedência de 120 dias sobre a data prevista para o início dos estudos do candidato.

10.3.1 - Dada a impossibilidade de estudar e solucionar as candidaturas a auxílios. Isoladamente, à proporção que se apresentam, reúne-as a CAPES em grupos, examinando-as, cada ano, em épocas previamente fixadas. Assim, no próximo ano, para fins de seleção, serão estudadas as candidaturas a auxílios em quatro ocasiões, a saber, primeira semana dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, o que equivale a dizer que serão concedidos quatro grupos de auxílios, naquelas épocas específicas, não se fazendo qualquer concessão entre essas ocasiões. Dessa forma, por exemplo, um pedido de auxílio apresentado à CAPES após o processamento do estudo e da seleção do primeiro grupo de candidaturas, isto é, depois da segunda semana de janeiro, só poderá ser considerado por ocasião do estudo do segundo grupo de candidaturas, cuja seleção se deverá processar em abril;

10.3.2 - A observância do prazo de 120 dias de antecedência a que se refere o item 10.3, assegurará o enquadramento de cada caso no adequado grupo de concessões e, conseqüentemente, permitirá que os candidatos tenham os seus pedidos solucionados em tempo oportuno. Recomenda, portanto, a CAPES, com o maior, empenho, que os candidatos em perspectiva apresentem suas solicitações de modo a que as mesmas possam ser examinadas dentro de um dos quatro períodos escolhidos para os trabalhos de seleção.

10.3.3 - Os pedidos de auxílios para passagens serão sistematicamente atendidos através do fornecimento das próprias passagens, via aérea, classe turista, ficando a critério desta Campanha a escolha da Companhia na qual deverá ser efetuada a viagem. Sómente nas ocasiões em que a CAPES não dispuser de recursos para o pagamento integral das passagens, será concedido auxílio em dinheiro. Poderão ser também considerados para efeito de pagamento de auxílio em dinheiro, os casos em que o bolsista desejar viajar de navio e a passagem por esta via for de preço inferior à importância que iria esta Campanha despende com a

compra da passagem aérea. Tais pedidos, entretanto, serão considerados excepcionalmente, devendo o candidato apresentá-los com a devida antecedência, documentando a pretensão com carta da companhia de navegação, notificando o preço da passagem reservada.

10.4 - As candidaturas deverão ser apresentadas, por carta, especificando formação e tirocínio profissional, científico ou de magistério, aperfeiçoamento ou especialização pretendidos, local e instituição escolhidos para os estudos, ao Serviço de Bólsas de Estudo da CAPES, à Av. Marechal Câmara, 210 - 9º andar - Tel.: 32-5312, Rio de Janeiro, DF. Nesse local, acham-se à disposição dos interessados os formulários de candidatura, bem como pessoas habilitadas a prestar sôbre as bólsas de estudo da CAPES quaisquer informações de que necessitem os candidatos em perspectiva.

ANEXO 15

Novo frontispício das publicações
da CAPES a partir de 1965.

 capes

816

COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE I
(MEC)

RELATÓRIO — 1963

ANEXO 16

Figura “Atena Pensativa” – extraída da coleção Mitologia, vol. I, Abril Cultural, 1973.



ANEXO 17

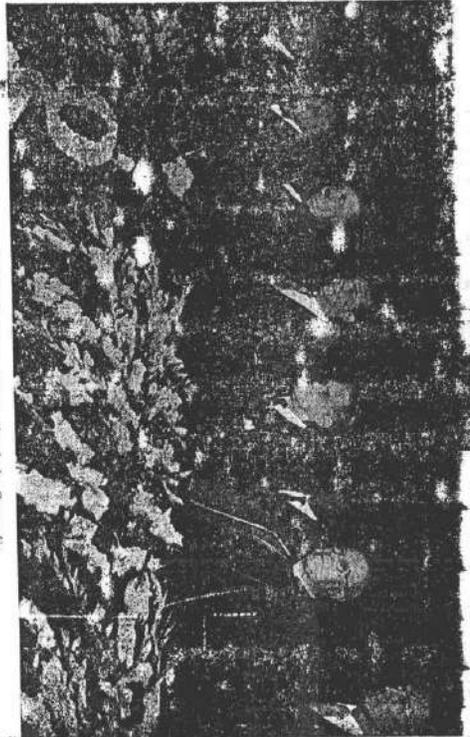
Modelo da 4^a Capa do Boletim Informativo CAPES.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.

ANEXO 18

Boletim informativo CAPES nº 45, agosto, 1956. Boletim demonstrativo das seções analisadas no Capítulo IV.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.



XVIII Congresso Internacional de Geografia
(Texto na página 10)

CAPES

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR



1956

AGOSTO

3-105
113
2045

**COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Presidente
Clóvis Salgado
Ministro da Educação e Cultura
Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira

Membros:

Beatriz Marques de Sousa Wahlflich
— Departamento Administrativo do Serviço Público.
Ernesto Luiz de Oliveira Júnior
— Comissão Nacional de Assistência Técnica.
Gilton de Paiva Teixeira
— Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.
Antônio Moreira Couzeiro
— Conselho Nacional de Pesquisas.
Joaquim Faria Góes Filho
— Confederação Nacional da Indústria.
Francisco Gama Lima Filho
— Confederação Nacional do Comércio.
Aldo Batista Franco
— Banco do Brasil S. A.
Luís Narciso Alves de Matos
— Fundação Getúlio Vargas.
Laurival Câmara
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Anísio Spínola Teixeira
— Ministério da Educação e Cultura.

**CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira
Diretor de Programas
Almir de Castro

Avenida Marechal Câmara, 160 — 8º andar — C. Postal
5185 — End. Tel. EDCAPEs — Rio de Janeiro — Brasil
Telefones: 52-9072

O LIVRO BRASILEIRO

Anísio S. Teixeira

Há bens na vida que, de tão preciosos, ficam acima de qualquer avaliação econômica. Dentre eles, estão os objetos de arte, as "cousas de beleza", e os livros, antes do período de sua difusão pela imprensa.

A evolução da indústria do livro tem, na realidade, as suas particularidades. Antes da invenção da imprensa, não se diferenciava que o livro somente fosse acessível a instituições ou a pessoas excepcionalmente ricas. Com a imprensa, o livro passou muito mais acessível, mas, nem por isso chegou para a bolsa de todos. A sua acessibilidade a muitos somente foi assegurada pela biblioteca.

Com efeito, enquanto o jornal e a revista logram, com o espediente de anunciar, pagar as suas despesas, deste modo, ser distribuídos e prontos a receber do seu aderente o preço total, isto é, as despesas de impressão e distribuição autorais, de propaganda, de distribuição e mais o lucro do produtor.

Impossível, assim, ao livro o milagre do jornal. O recurso único para a acessibilidade do livro é a sua compra, em massa, pelas bibliotecas públicas e escolares.

Foi isto que fizeram todas as nações civilizadas, instituído rios de bibliotecas, cujo número corre par-

te. O livro, nas poucas civilizações antigas que o tiveram, chegou a ocupar a categoria de sagrado e atingir então o mais alto nível existente das cousas sem preço.

Não é por isto tão inexplicável a atitude brasileira de considerar o livro mercadoria fora do comércio, a ser dada de graça. Não poucos a nenhum produzir seu produto de preferência. Somente ao editor ou ao autor.

A luta contra o "preço" dos livros tem algo de místico, como se não conheçamos que pudesse tal mercadoria ser mais e preço.

Talvez o exame dessa atitude ajude-nos a compreender porque há de viver o Brasil eternamente nessa crise de produção de livros, não havendo como originar-se do livro nacional.

Em indústrias similares, como a da imprensa e das revistas, estamos rapidamente progredindo, não tendo os nossos jornais nem periódicos de que se esqueceriam dos jornais e revistas do resto do mundo. Porquê não sucede com o livro algo de idêntico?

interior a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, o senhor Sebastião Marcondes da Silva, tenente-coronel do Exército e médico-veterinário, ex-chefe do Serviço de Veterinária do 2.º Regimento Militar, declarando-se contrário à medida, propôs, entretanto, a criação de novas Faculdades no interior, especialmente em Pindamonhangaba, zona de criação de gado, onde já existe uma Estação Experimental de Produção Animal.

«Não há duas medicinais, mas apenas uma. E é em São Paulo

que encontramos os melhores laboratórios de pesquisas médicas e médico-veterinárias. Bastaria citar o Instituto Adolfo Lutz, o Biológico e o Butantã e os departamentos mais modernos aparelhamentos para os trabalhos médico-veterinários ... Criação nas Faculdades no interior, a da capital seria, naturalmente, o centro metropolitano dos estudos veterinários em nosso Estado, oferecendo às demais as referências, o que só podemos dispor num centro como São Paulo.»

ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES

Professorado do ensino médio

A composição do professorado do ensino médio, segundo o grau e a natureza dos diplomas dos professores, é um aspecto do maior interesse para o pesquisador das questões ligadas ao ensino, bem como para o legislador.

A falta de dados concretos, foi essa matéria sempre tratada à base de estimativas mais ou menos precárias ou de um ou outro levantamento de âmbito por demais restrito para uma visão aproximada do conjunto.

Com o objetivo de cobrir essa lacuna, em o Serviço de Estatística da Educação e Cultura promoveu um Inquérito Junto (conjuntamente com a Unidade da Federação, da composição dos estabelecimentos de ensino médio existentes no País, em seu grau de seus níveis ou, em última que se solicita, de cada um dos

As proporções que figuram nas tabelas basicamente em apurações provisorórias, sujeitas pois a modificação, não deverão ser de molde a invalidar os dados mostrados.

Tabela I — Distribuição Percentual, Segundo o Grau dos Diplomas, do Professorado do Ensino Médio — 1965

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	n.º de estabelecimentos interiores			Distribuição percentual do professorado do Ensino Médio								
	Total	Capital	Interior	(Grau superior)		(Grau médio)		(Não diplomado)				
				Total	Capital	Total	Capital	Total	Capital			
(BRASIL)	42,6	35,5	43,5	40,3	48,8	33,5	41,2	39,4	48,5	18,4	31,8	40,3
Roraima	56,0	50,0	—	0	51,6	51,6	—	36,9	36,9	—	—	—
Acre	38,3	66,7	—	—	61,6	61,6	—	68,4	68,4	—	—	—
Amazonas	48,5	42,0	50,0	34,4	40,0	17,9	45,4	38,3	65,7	20,1	21,7	15,4
Paraná	47,2	38,5	70,0	30,7	42,3	43,4	38,0	60,3	—	—	—	—
Alagoas	75,0	75,0	—	—	56,2	56,2	—	14,6	14,6	—	—	—
Roraima	65,0	65,0	65,6	27,8	27,7	44,5	52,4	53,2	42,0	10,8	23,1	12,2
Paulista	42,9	12,8	15,0	36,0	82,3	36,0	33,3	17,4	35,4	30,6	—	30,6
Paraná	41,1	41,1	—	—	47,5	47,5	—	47,5	47,5	—	—	—
Paraná	51,4	42,5	48,3	26,3	25,3	27,0	40,4	45,3	47,4	27,5	26,5	25,2
R. G. do Norte	24,9	33,3	27,3	26,7	32,9	25,3	36,9	30,1	42,3	34,4	37,0	32,2
Paraná	58,3	40,1	66,1	44,1	56,2	24,9	26,0	12,6	43,4	31,6	32,0	31,6
Alagoas	57,1	36,4	71,6	41,6	33,8	44,8	24,9	8,8	35,6	35,4	37,3	24,5
Paraná	41,7	40,5	62,0	46,5	33,2	21,1	27,0	23,9	36,9	24,1	23,9	19,0
Paraná	41,8	42,1	42,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alagoas	92,7	41,2	31,5	37,9	77,8	32,3	33,7	26,1	61,9	16,5	15,8	16,6
Alagoas	38,7	58,3	58,5	42,5	66,3	36,9	37,2	33,0	46,2	20,2	20,7	19,9
Alagoas	33,3	23,0	35,1	33,8	29,4	33,0	43,7	48,4	44,9	20,5	17,2	21,5
D. Federal	22,5	22,5	—	—	53,2	53,2	—	20,1	20,4	—	—	—
Paraná	41,8	42,1	41,3	44,3	46,9	41,2	42,1	46,6	33,9	18,3	12,2	12,2
Paraná	57,3	36,0	60,5	15,8	39,7	12,8	74,5	75,3	74,4	11,7	4,9	12,6
R. G. do Sul	61,7	43,9	61,4	36,3	57,2	33,5	47,3	33,4	48,3	16,4	9,4	18,2
Santa Catarina	35,7	33,3	36,4	32,1	17,2	36,2	52,2	60,9	47,6	15,7	13,8	16,2
Goiás	61,8	36,4	60,2	30,7	42,8	28,3	51,5	37,7	33,5	18,8	21,4	18,2

(*) Número absoluto segundo o grau para o cálculo da percentagem.



Tabela II — Proposição de Licenciados Pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Normalistas no Professorado do Estado Médio, — 1935

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	% de Licenciados no Professorado		% de Licenciados no Professorado com diploma de grau superior		% de Normalistas sobre o total do Professorado	
	Total	Interior	Total	Interior	Total	Interior
B R A S I L	16,1	21,0	80,8	43,0	56,1	60,8
Rondônia	•	•	•	•	85,7	88,7
Acre	•	•	•	•	66,7	66,7
Amazonas	5,8	7,8	17,0	•	74,3	68,2
Rio Branco	•	•	•	•	83,3	83,3
Pará	3,7	3,0	9,3	7,1	21,1	18,5
Amapá	4,2	5,0	•	•	•	•
Maranhão	•	•	15,3	21,6	•	•
Paraná	3,4	•	10,0	•	•	•
Pernambuco	1,9	21,5	28,2	33,7	19,6	73,0
Piauí	•	•	•	•	•	•
Rio G. do Norte	10,0	19,3	34,8	37,5	31,8	48,0
Paraíba	25,7	35,6	59,7	64,3	46,4	59,7
Pernambuco	9,7	13,2	7,5	23,9	39,1	16,0
Piauí	15,6	19,3	•	32,1	35,0	•
Paraná	14,7	27,0	2,5	33,0	50,3	7,2
Pernambuco	11,7	23,6	9,3	31,0	35,7	28,7
Piauí	•	•	•	•	•	•
Rio G. do Sul	5,1	5,4	4,9	12,0	11,7	12,3
Santa Catarina	10,5	14,9	9,1	31,0	43,2	27,2
Rio de Janeiro	19,0	19,0	9,1	31,0	38,5	56,2
São Paulo	21,4	28,4	19,5	50,3	57,4	47,3
Paraná	20,3	20,8	17,0	47,2	54,4	42,9
Santa Catarina	3,8	11,4	2,6	27,6	20,0	85,3
Rio G. do Sul	16,3	27,5	14	40,5	48,0	39,9
Mato Grosso	6,7	17,2	7,6	20,3	•	21,0
Goiás	8,8	17,9	6,9	28,6	41,7	24,6

(*) Número abastado pequeno em demora para o efeito da percentagem.

Bolsas de Estudo Para Engenheiros

A Federação dos Industriais Brasileiros está oferecendo, por intermédio da Câmara de Comércio Britânico no Brasil, bolsas de estudo para aperfeiçoamento pós-graduação de engenheiros.

Tipo A : Bolsas com a duração de 2 anos, oferecidas a engenheiros formados recentemente, no valor de 426 libras anuais para manutenção e mais o custo da viagem de ida e volta do Brasil à Inglaterra.

Tipo B : Bolsas com a duração de 2 anos, cobrindo a maior parte das despesas de viagem. São oferecidas para engenheiros formados recentemente e os candidatos escolhidos terão de depositar no Comitê de Seleção uma soma suficiente para cobrir o custo da passagem de ida e volta a Inglaterra e finais a quantia de £250 para auxiliar as suas despesas de manutenção, de maneira a tornarem um período de visitação aos validados escolhidos para as bolsas tipo A e cobrir despesas eventuais durante a sua permanência na Inglaterra.

Na concessão de bolsas do tipo A ou B serão consideradas as qualificações especiais dos candidatos e a situação econômica dos mesmos.

Tipo C : Bolsas no valor de 500 libras anuais oferecidas a engenheiros.

chheiros que tenham pelo menos cinco anos de formação, e que possua 35 anos de idade. A sua duração pode variar de 6 a 12 meses, de acordo com o plano de trabalho do interessado.

Os candidatos a estas bolsas devem ser engenheiros experientes trabalhando em repartições do Governo ou organizações públicas ou particulares que estejam dispostas a dispensá-los temporariamente e a ajudá-los em suas pretensões.

Os candidatos escolhidos deverão depositar uma soma suficiente para cobrir o custo da passagem de ida e volta e contribuir para a sua manutenção com uma quantia equivalente a 100 libras anuais.

Os pedidos de inscrição deverão ser feitos por carta escrita em inglês pelo próprio candidato e dirigida à Comissão de Seleção, nos endereços do "The British Chamber of Commerce in Brazil", rua Vinte e Um de Novembro, 91 — C. P. 36 — Rio de Janeiro.

Os pedidos de inscrição deverão conter os seguintes dados:

- a) nome completo
- b) endereço
- c) idade
- d) estado civil
- e) breve relato sobre a educação e experiência profissional
- f) emprego atual
- g) tipo de treino pretendido.

As cartas deverão chegar às mãos da Comissão de Seleção até o dia 15 de setembro próximo.



Aspecto da subordinação de curso em curso, do curso.

Curso de Pós-Graduados de Engenharia Ferroviária e Rodoviária

Terceiro lugar, no dia 4 de Junho, na Escola Nacional de Engenharia, a solenidade do encerramento dos Cursos Pós-Graduados de Engenharia Ferroviária e Rodoviária, realizadas de 1955 para 1956, tiveram lugar sob a direção do Prof. Jerônimo Monteiro Filho, sob o patrocínio da CAPES e com a cooperação do D.N.I.E.R., do DER, FEP e das principais ferrovias do país.

O Curso Rodoviário de 1955-56 contou com a inovação de um estágio de laboratório de solos, criado pelo D.N.I.E.R., sob a direção de José de Jesus Rodrigues, e de um estágio de laboratório de solos, criado pelo D.N.I.E.R., sob a direção de José de Jesus Rodrigues, e de um estágio de laboratório de solos, criado pelo D.N.I.E.R., sob a direção de José de Jesus Rodrigues.

Atravessando a longa série de provas e trabalhos 41 engenheiros completaram o Curso Ferroviário e 71 o Curso Rodoviário, dos quais mencionamos os que obtiveram melhor classificação em cada curso, em homenagem a seu espírito.

Curso Ferroviário

José Flores de Aguiar, Jonas Machado Bastos, Carlos T. de Souza Melo, Jonathan da Silva Lopes, Milton Lavrador, Henrique A. Ernesto Suana, Marcelo de Andrade Euzena, Nelson C. Kopersynski, Gabriel Blassio Mano, Antônio José D'Araujo Pessoa, Ney Jorge, Cleomar Trilles Menezes, Alcino Viana de Aguiar, Osner Chaves Augusto Aratamaux Xavier.

Curso Rodoviário

Eládio de Paula Costa, Cinecio Costa, Rodrigues José Pedro, da Costa, Pedro José Elias Pinheiro, Ivo Balthão Villela, Luiz Fernando, Victor Rodrigues, Carlos Junior de Lacerda, Luiz Carlos S. Souza, Luiz Carlos S. Souza, Luiz Carlos S. Souza, Paulo Ferreira de Souza Filho, José Costa, Paulo Frenkel de Melo, Alcivaldo Pires, Alberto Cumplido Santana, Francisco da C. Faria Junior, Geraldo Gomes de Almeida, José Luis de Almeida, Haroldo Martins Sette, Camarã, Eduardo Melo Franco, Léo Serey Pinto Almeida.

Corso Artificial

O prof. Edmundo Vasconcelos, reitor da Faculdade de Ciências (FAC) da Universidade de São Paulo, solicitou ao sr. Ministro da Educação auxílio para o financiamento de viagem de um técnico da sua cidade aos Estados Unidos, a fim de estudar, num período de vinte a trinta dias, o funcionamento do curso artificial instalado no Hospital de Clínicas daquela Faculdade.

Em seguida a entendimentos verbais entre o sr. Ministro da Educação, o prof. Edmundo Vasconcelos e o Secretário Geral da CAPES, este último decidiu conceder o auxílio pedido.

O curso do projeto será feito pela CAPES e pela Faculdade da Universidade de São Paulo.

Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico

O Governo brasileiro, por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Instituto Superior de Estudos Brasileiros e desta Companhia, conjuntamente com as Nações Unidas, através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criou o Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, com o propósito de proporcionar aos técnicos brasileiros conhecimentos e experiências em assuntos relacionados a problemas de desenvolvimento econômico em curso intensivo sobre as técnicas de programação do desenvolvimento.

A realização deste curso decorre de sugestão da delegação brasileira à sexta reunião da CEPAL. As Nações Unidas resolveram realizar o referido curso a partir de 17 de setembro do corrente ano, no Rio de Janeiro, tendo em vista os seguintes objetivos:

- familiarizar todos aqueles funcionários e profissionais, cujo trabalho está de alguma maneira relacionado com o desenvolvimento econômico, com os problemas fundamentais que este suscita e a técnica moderna para sua solução;
- expor as técnicas modernas de preparação e análise ou programação e projetos de desenvolvimento econômico;
- dar elementos de apreciação e técnicas que possam ser utilizadas na elaboração e coordenação da política econômica requerida pelo desenvolvimento;
- apresentar uma visão coordenada dos problemas econômicos do país, a longo prazo, e das perspectivas de desenvolvimento.

Reunindo economistas da própria CEPAL, e outros que se têm dedicado no país no trato de problemas econômicos a longo prazo e sobre as perspectivas de desenvolvimento, será possível obter do curso programado resultados satisfatórios e troca de experiências acumuladas nesse campo de estudos.

Transcrevem-se a seguir as condições de admissão e o programa do curso.

O curso, inteiramente gratuito, terá uma duração prevista de três meses. As aulas e seminários terão lugar diariamente de 9 às 12 horas e das 14 às 18 horas, exceto nos sábados.

Participação no Curso

Poderá participar como aluno do curso todo economista, engenheiro civil ou agrônomo que trabalhe em instituições oficiais ou semi-oficiais e que, tendo sido inscrito como candidato por sua respectiva repartição, seja aprovado no concurso de admissão. Excepcionalmente serão aceitos funcionários que não possuam os requisitos de formação profissional acadêmica e sempre que comprovem experiência em problemas econômicos.

As inscrições deverão ser entregues ao coordenador do curso até o dia 15 de agosto — não se aceitarão inscrições após essa data. Os exames de seleção serão realizados em data a ser comunicada oportunamente aos candidatos inscritos. A Junta de Seleção será formada por dois representantes do Governo e pelo Diretor do curso.

Os alunos deverão assistir pelo menos trinta e por cento das aulas e seminários de cada um dos cursos básicos, recebendo o direito ao certificado de participação no curso global de produção, tais como produção, renda nacional, territorial e

tódas suas variáveis; os problemas associados à comparação intertemporal do produto, a natureza e importância das contas sociais e do equilíbrio do produto, as fontes de usos e fundos de investimentos dos orçamentos dos consumidores e as interrelações destas contas.

O curso de Programação do Desenvolvimento Econômico discutirá a programação como um problema de determinação de metas realistas e de seleção dos meios eficazes para alcançá-las. Serão discutidas duas técnicas alternativas: a global e a setorial. A global se baseará no princípio da interdependência tecnológica no lado da procura e da substituição e complementação do lado da oferta. Esta técnica será discutida tendo em vista os vários níveis de complexidade. A técnica setorial se fundamentará especialmente nos critérios de prioridades.

No curso sobre Preparação e Análise de Projetos de Investimentos discutir-se-á na primeira parte tudo o aparato conceitual necessário para elaborar projetos, quando o papel que desempenham os projetos em um programa e as relações existentes entre os projetos (procura derivada, benefícios e custos secundários, etc.). Na segunda parte serão encarados os problemas relativos à análise dos mercados, a determinação da prioridade e a localização, os investimentos necessários, o financiamento de empreendimentos e custos, o planejamento da organização até o início das operações. Finalmente, a terceira parte

dedicará-se à explicação e discussão do problema da análise do produto e à questão dos critérios de prioridades.

O curso sobre o Financiamento do Desenvolvimento Terceira dos Instrumentos Teóricos requeridos para a compreensão do problema de mobilização de recursos financeiros necessários para o investimento real; dos mecanismos institucionais implicados no processo, tais como os métodos e a organização orçamentária, a estrutura e funcionamento do mercado de capitais, dos intermediários financeiros e, finalmente, das medidas que podem ser tomadas para incrementar e atrair o fluxo dos fundos do investimento.

O curso sobre Administração pública a Programação analisará problemas referentes às características, funções e organização do Departamento Central de Planejamento, sua posição dentro da estrutura administrativa do país, as funções dos Departamentos de planejamento setorial e regional e suas relações com o Departamento Central, assim como os problemas relativos ao controle do desenvolvimento dos programas do ponto de vista administrativo e as experiências observadas em alguns países.

Os cursos e conferências complementares, com exceção da segunda, referem-se a problemas específicos brasileiros. Os conferencistas utilizarão os últimos dados estatísticos disponíveis, suprimindo soluções à

curso e a longa prazo.

Programa de Treinamento em Problemas
de Desenvolvimento Econômico

Cursos Básicos	Horas Aulas	Seminários	Total
1 — Contabilidade Social	20	20	40
2 — Programação	30	24	54
3 — Projetos	30	20	50
4 — Financiamento	30	17	47
5 — Administração	15	9	24
Total	125	90	215

Cursos e Conferências Complementares

1 — Características históricas do desenvolvimento brasileiro	5	—	5
2 — Problemas básicos da Economia	5	—	5
3 — Perspectivas do desenvolvimento brasileiro	10	2	12
4 — Recursos Naturais do Brasil	4	2	6
5 — Problemas democráticos do Brasil	4	2	6
6 — Problemas de Energia no Brasil	3	2	6
7 — Problemas de Transportes no Brasil	3	2	5
8 — Problemas da Indústria Brasileira	4	2	6
9 — Problemas da Agricultura Brasileira	4	2	6
10 — Problemas de Habitação e Construção no Brasil	3	—	3
11 — Problemas do Comércio Exterior Brasileiro	4	2	6
12 — Problemas Fiscais Brasileiros	4	2	6
13 — Problemas de formação de pessoal no Brasil	2	2	4
Total	55	20	75
Total Geral	180	110	290

NOTICÁRIO

em Santander, Espanha, o seu II Congresso de Cooperação Intelec-

Semana do Livro

Sub o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura, este início a 22 de Junho, data do 117º aniversário de nascimento do Machado de Assis, a Semana do Livro.

O sr. Clovis Salgado, em discurso pelo rádio, declarou: «Abre infinitas perspectivas para a sua prosperidade económica, devemos nós, os interessados, responsáveis pelo estímulo à sua vida cultural, unir os nossos esforços no sentido de que, além desse canhoto de ouro, que, logo também, mais alta e mais boa que todas, a rosa do espírito e da inteligência».

Foi lançada a «Revista do Livro» (320 p.), publicação trimestral do Instituto Nacional do Livro.

Ruy e Nabuco

Uma seleção de obras de Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco será publicada, na Colômbia, para a sua distribuição pela América Latina, pelo «Fundo de Editores Indonemericanos», dirigido pelo sr. Roberto Velardía.

Expedição Paleontológica

O Museu Americano de História Natural, o Departamento Nacional de Produção Mineral e o Museu Goeldi realizado, no rio Juruá, da cidade de Cruzado do Sul (Acre) até a fronteira do Peru, uma expedição conjunta em busca de restos fósseis da vida animal primitiva da Amazônia.

O dr. George Gaylord Simpson, que chefiará o grupo vindo dos Estados Unidos, afirmou: «Embora jamais se tenha realizado qual-

Espectáculo

Comemorou 50 anos de existência o Museu do Espírito Santo e o Museu do Estado do Rio de Janeiro, em sessão conjunta, em 27 de junho de 1906 a fim de difundir o conhecimento e o uso da língua auxiliar internacional.

Congresso de Cooperação Intelectual

Em comemoração ao centenário de Menéndez y Peñayo, o Instituto de Cultura Hispánica fez realizar.

*A recepção, Geral,
no Auditório do
Ministério da Instrução
e Cultura.*



XVIII Congresso Internacional de Geografia

Com a presença do Sr. Presidente da República, realizou-se a 9 deste mês, no Teatro Municipal, a sessão inaugural do XVIII Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional e organizado pelo Brasil. A Comissão de Organizações e a Comissão de Honrarias e autoridades designadas pelo Governo

Aberto a sessão, foram convidadas a tomar parte na mesa, ao lado do Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Macedo Soares; o Cardeal Jaime Câmara; o Ministro da Marinha, Almirante Alves Câmara; o Ministro da Educação e Cultura, Prof. Clóvis Salgado; o Presidente da União Geográfica Internacional, Sr. Dudley Stamp; o Presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, General Ramón C. Mociñca; e o Presidente do

IBGE, Prof. Jurandir Pires Ferreira; o Rector da Universidade Joazeiro, Prof. Pedro Calmon; e o Secretário Geral do Congresso, Sr. Hugiar O'Reilly Sternberg, além de outras autoridades e delegados presentes à sessão do Conselho.

A introdução aos congressistas foi feita pelo Prof. Jurandir Pires Ferreira, que destacou a oportunidade e importância da Reunião e discorreu sobre os múltiplos aspectos que o Brasil oferece aos estudiosos da Geografia, declarando, mais adiante: «Em todos os setores onde a Geografia Humana pesquise, o Brasil está rigorosamente embalado na marcha para sua radical evolução. É a indústria que se prepara para um crescimento acelerado. É a lavoura que se ajusta para uma recuperação técnica. É a hídrica que se procura numa luta impressionante para a erradicação das enchentes rurais. É o aproveitamento racional do estóqueo humano a ampliar-lhe o rendimento

técnico ou a oferecer-lhe a complementação mecânica. E a Geografia flui na aproveitamento da energia hidro-elétrica. A Geografia Econômica, em particular, de uma importância vital para a vida de um país. Este espetáculo será mais interessante ainda para ser notado por vários dos congressistas que, por aqui estiveram no passado».

Nações Participantes

Mais de quarenta nações aderiram à realização do XVIII Congresso, quer enviando delegações, quer através de observadores especialmente designados. Essas nações foram: África do Sul, África Ocidental, França, Argélia, Argentina, Israel, Marrocos, Costa do Ouro, Tunísia, Equador, Canadá, Cuba, Colômbia, México, Dinamarca, Peru, Uruguai, Venezuela, Austrália, Alemanha, Bélgica, França, Espanha,

Finlândia, Rússia, Inglaterra, Holanda, Itália, Irlanda, Polónia, Noruega, Suécia, Portugal, Turquia, Austrália, Indonésia, Egito e Nova Zelândia. Também participaram do Congresso várias instituições científicas estrangeiras, entre as quais o «Geographical Institute of the State University of Utrecht», da Holanda.

Programa e Seções

Os trabalhos do Congresso, desenvolvidos entre os dias 10 e 18 de mês, foram distribuídos por várias seções, na seguinte ordem: Seção I — Cartografia e Fotografia — Co-Prezidentes: Erwin Raizel (Estados Unidos); Wreford Watson (Reino Unido); Secretário: Antônio da Silva Araújo (Brasil). Presidentes: Hissam Awad (Egipto); Richard J. Ruseil (Estados Unidos); Secretário: Fernando Filvão Marques de Almeida (Brasil).

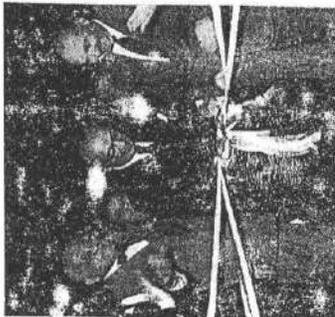
Seção III — Climatologia — Co-Prezidentes: Han Kinn (Suécia); Arthur A. Jensen (Reino Unido); Secretário: José Carlos Junqueira Schmidt (Brasil).

Seção IV — Hidrografia — Co-Prezidentes: Filip Eijffström (Suécia); Maurice Paré (França); Secretário: Gilberto Osório de Andrade (Brasil).

Seção V — Biogeografia — Co-Prezidentes: Henri Gaussean (França); Carl Troll (Alemanha); Secretário: Alceo Magnanini (Brasil).

Seção VI — Geografia Humana. Temas Gerais — Co-Prezidente:

Relatório da inauguração do Congresso Geográfico e Cartográfico.



Pierre Deffontaine (França); Lester L. Kilin (Estados Unidos); Secretário: Dirceu Lino de Mattos (Brasil).

Seção VII — Geografia da População e do Povoamento — Co-Presidentes: Kazi S. Ahmad (Paquistão); Herbert Wilheimy (Alemanha); Secretário: Nils Lileqvist-Miller (Brasil).

Seção VIII — Geografia Médica — Co-Presidentes: Masako Sakemoto (Alemanha); Masako Sakemoto (Japão); Secretário: Manoel Ferreira (Brasil).

Seção IX — Geografia Agrária (Itália); Chauncy Harris (Estados Unidos); Secretário: José Emílio Gonçalves de Araújo (Brasil).

Seção X — Geografia da Indústria do Comércio e dos Transportes — Co-Presidentes: Pierre Montel (França); Umberto Toschi (Itália); Secretário: Ati Franca (Brasil).

Seção XI — Geografia Histórica e Política — Co-Presidentes: Rama Lochan Singh (Índia); Oscar H. K. Spate (Austrália); Odilon Nogueira de Mattos (Brasil).

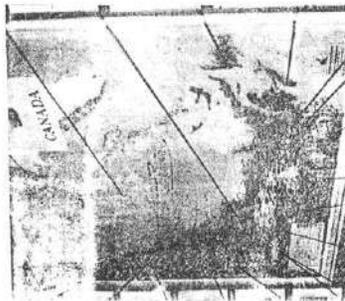
Seção XII — Metodologia, Ensino de Geografia e Bibliografia — Co-Presidentes: Salvador Lobos (Brasil); Rosalvo Milojkovic (Itália); Secretário: Tabajara Freyre (Brasil).

Seção XIII — Geografia Regional — Co-Presidentes: Humberto Villarreal Fuamallá (Chile); Marguerite A. Lefevre (Bélgica); Secretário: Lindalvo Bezerra dos Santos (Brasil).

Exposição

No segundo dia do Congresso, teve lugar a inauguração da Exposição Geográfica e Cartográfica, que se dividiu em dois setores: o internacional, no Ministério da Educação, e o nacional, na antiga estação de ônibus do Aeroporto Santos Dumont. A inauguração contou com a presença do Ministro das Relações Exteriores e do Presidente do IBGE, além de vários congressistas e autoridades brasileiras. As nações que integraram o setor internacional, em número de 18, foram: Dinamarca, Bélgica, Canadá, França, Finlândia, Egito, Japão, Itália, Alemanha, Noruega, Países Baixos, Marrocos, Suécia, Portugal, Polónia, Estados Unidos, Rússia e Inglaterra. Dos trabalhos apresentados (mapas, cartas, livros, atlas, fotografias, etc.) mereceram especial atenção os da Suécia, pelo material aerofotogramétrico.

Detalhe de um dos trabalhos expostos.



Arquitetura Brasileira

O Museu Municipal de Levorkusen (Alemanha) expôs 75 painéis representativos do que de mais arrojado se vem construindo no Brasil, nos últimos anos.

A exposição incluiu trabalhos de Sérgio Bernardes, Saturnino de Brito, Uchôa Cavalcanti, Luciano Conde, Burie Marx, Corrêa Lima, Carlos Leão, Mindlin e outros.

Reator Atômico

Isótopos radioativos, para aplicação na medicina, na agricultura e na física nuclear, serão produzidos a partir de julho de 1957 pelo reator nuclear em plúmbio atômico instalado em São Paulo — o primeiro do programa Atomos para a Paz dos Estados Unidos.

Esta em via de conclusão o edifício da Cidade Universitária de São Paulo (Butantã) em que funcionará o Instituto de Energia Atômica, mas a planta do edifício da plúmbio atômica ainda está em estudos avançados, porém, que terá a forma de um semi-círculo de 40 m de diâmetro, com três andares, encimado por uma torre de 22 m de altura, e instalações para os seus laboratórios.

Vila-Lobos

O maestro Heitor Villa-Lobos foi eleito membro da Comissão de Honra do Fundo Musical Internacional. São seus companheiros nessa Comissão a sra. Eleanor Roosevelt, Albert Schweitzer, Edouard Her-

Gabinete Português de Leitura

Foi fundado a 14 de maio de 1937, na casa n.º 20, à rua Direita, — hoje 1.º de Março, — o Gabinete Português de Leitura. Lembra o Castelo da Manhã (DF, 20/6) que a 10 de julho de 1980, no comemorativo do tricentenário de Camões, foi inaugurada com a presença do Imperador Pedro II, a pedra angular da atual da sua nova sede, à rua Luís de Camões, no Distrito Federal.

Conta a biblioteca do Gabinete Português de Leitura com 120.000 volumes. Em virtude de decreto de 1935, de jóias as obras publicadas em Portugal um exemplar se destinava à sua biblioteca.

Concurso José Angel Lamas

Por ocasião do II Festival de Música Latino-Americana de Caracas, a iniciou-se a 19 de março de 1957, a Instituição José Angel Lamas premiará três obras sintônicas do livre concepção de autores latino-americanos.

Os autores devem concorrer sob pseudônimo e endereçar as suas partituras à Instituição, Apartado 2206, Caracas, antes de 30 de setembro de 1956.

Os prêmios serão de 33.500 bolivares (10.000 dólares) e de 16.750 bolivares (5.000 dólares). Os vencedores serão convidados a ir a Caracas receber as suas obras durante o Festival.

Prof. Pablo Casals, Jean Sibelius, Igor Stravinsky e Ralph Vaughan Williams.

O Fôro foi criado em 1948 por Serge Koussevitzky, ex-tendente da Orquestra Sinfônica de Boston.

• Fisiologia das Sensações

O prof. Alexandre Monnier, catetédrico da Sorbonne, ministrou no Instituto de Biofísica (Av. Pasteur, 488) um curso sobre aspectos atuais da neurofisiologia, obedecendo ao seguinte programa:

- 1) Processos funcionais dos elementos nervosos. 2) Potencial de membrana. 3) Influxo nervoso na fibra mielinizada. 4) Respiração de elementos nervosos. 5) Fatores de excitação. 6) Reações térmicas de diversas fibras nervosas. 7) Propriedades de permeabilidade celular. 8) Alguns aspectos da microfisiologia da fibra nervosa. 9) Recentes progressos dos métodos diagnósticos com ajuda do método de ressonância luminar e do procedimento de choques intrativos.

• Uti-lização de Música

Está orçada em 20 milhões de cruzeiros a construção da Universidade Brasileira de Música e Arte Cênica que o maestro Eleazar de Carvalho planeja instalar em Guaratinguá, no vale do Paraíba. O fundador da Juventude Musical Brasileira lançou uma campanha para aumentar os seus efetivos, no 75 para 100.000 jovens, na esperança de que, mobilizando 10

milhões e contribuições a 141 municípios por pessoa, possam levantar a soma de 100 milhões de cruzeiros para transformar o projeto da Universidade em realidade.

Nível Cultural em Pernambuco

No quadro da alfabetização nacional o Estado de Pernambuco se reserva o 14º lugar, em contraste com sua posição de reievo nos diversos setores da vida econômica do país. O progresso obtido no último período intercensitário foi pouco expressivo: a percentagem de alfabetizados na população de 5 anos e mais aumentou de 25,07% para 27,50% — menos de 2,50% no espaço de quase dez anos. O número de alfabetizados somava 780.683, para um total de 3,4 milhões de habitantes. Vale dizer que, mesmo excluindo os habitantes de idade inferior a 5 anos, existiam em Pernambuco, nada menos que 2.087.645 analfabetos. Das 833.240 crianças em idade escolar, 751.025, ou seja, 88%, ainda não estavam alfabetizadas.

Em nenhuma parte do Estado a taxa de alfabetização subia acima de 65%. Nas cidades de Olinda e do Recife, que ofereciam as cotas mais altas, reduzia-se, respectivamente, a 61,94% e 60,66%. Também só nesses dois municípios havia predominância de alfabetizados. Em todos os outros, os analfabetos formavam compacta maioria, traduzida em percentagens nunca inferiores a 60%, e em quinze delas superiores a 85%. Como em toda a re-

gião nordestina, as taxas do quadro rural eram extremamente baixas: em 74 dos 90 municípios pernambucanos, a percentagem de letrados era sempre de mais de 80%.

Mostrou-nos ainda o Recenseamento de 1950 que menos de 14% da população presente no Estado, a saber, 488.856 pessoas, frequentavam, ou haviam frequentado algum curso, e dessas unicamente 217.961 possuíam curso completo. A maioria das que haviam completado curso se limitava ao primário (176.409). Essas 217.961 pessoas empregavam suas ciúas indústrias parciais ativas no comércio (20.827) e nas indústrias de transformação (18.334), dentro de onde representavam, modestamente, 33,7% e 15% do pessoal ocupado.

Engenheiros

O Presidente da República autorizou o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a oferecer à UNIA e à sua Comissão de Assistência Técnica bolsas de estudos para engenheiros estrangeiros.

O número máximo de estudantes foi fixado em 10.

Conferência do Ano Geofísico

Entre 16 e 21 de julho, realizou-se no Distrito Federal a Conferência do Ano Geofísico Internacional no Hemisfério Ocidental, com a participação de muitas das Repúblicas americanas e do Canadá.

Os temas da Conferência foram debatidos por Humberto Barrera,

do Chile (glaciologia), Manuel Sandoval Valleria, do México (trais cósmicos), padre J. Emilio Fontanariz, da Colômbia (sismologia), Alberto Giesecke, do Peru (geomagnetismo), Israel Escobar, da Bolívia (micrologia), Roger E. Reville, dos Estados Unidos (oceanografia), e Luis de Queiroz Orsini, do Brasil (ionosfera), além de delegados argentino (latitude e longitude) e uruguaio (gravidade).

A comissão especial do AGI reunio-se, no Rio de Janeiro, pelos Drs. E. O. Hulbert (Estados Unidos) e Sydney Chapman (Inglaterra).

O CBPE em São Paulo

Foi inaugurado, na Cidade Universitária de São Paulo, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, criado por convênio entre o INEP e a Reitoria da Universidade de São Paulo.

A cerimônia foi presidida pelo Ministro da Educação e Cultura.

O prof. Fernando de Azevedo, diretor do Centro Regional, ofereceu o seu discurso: «O que se dá aos

Centros não se subtrai, mas se acrescenta à solução dos problemas da educação nacional. . . . A inauguração deste Centro, como a do Centro Brasileiro que o precedeu, no Rio de Janeiro, marca mais uma tentativa — e a maior de tôdas — para promover a transição de uma política empírica de educação para uma política científica, realista e nacional».

MUNDO UNIVERSITÁRIO

Universidade de Ceará

Foi inaugurada, no bairro da Benfica, em Fortaleza, a sede da Reitoria da Universidade do Ceará, na data do seu primeiro aniversário de existência.

O ato foi presidido pelo Ministro da Educação e Cultura, a convite do Reitor Antônio Martins Filho.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Localizada na Fazenda Monte Alegre, dentro do bairro da cidade, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, SP, tem apenas quatro anos de existência. Foi, de fato, o primeiro curso de medicina criado pelo governo federal autorizou o funcionamento do seu curso médico, criado com o triplice objetivo de atender ao grande número de candidatos à Faculdade de Medicina de São Paulo, aprovados em exame vestibular, que não podiam matricular-se por falta de vagas; b) fornecer médicos habilitados à vida no interior; e c) criar um centro de pesquisas científicas no caminho da penetração econômica.

A estrutura da Faculdade, situada no bairro da Universidade de São Paulo, ocorreu da Lei nº 1.467, de 26 de dezembro de 1951.

Professores e alunos trabalham em regime de tempo integral. Até

o quinto ano, todos os alunos estudam as mesmas disciplinas. O sexto ano, porém, é optativo — e a classe se divide em turnos de clínica e de cirurgia.

Funcionam junto à Faculdade o Hospital das Clínicas, um Centro de Saúde e uma Escola de Enfermagem.

Casa do Brasil

Sob o risco original do arquiteto Léon Costa, com adaptações de Le Corbusier, achase em andamento a construção a Casa do Brasil, erguida em 400 milhões de francos.

O edifício terá, em quartos, cinquenta para rapazes e cinquenta para moças, ou seja, dois andares para cada sexo; salas sociais, living, cinema insomnizada para estudantes de música, ateliers de pintura e de escultura, lavanderia e garagem. Os hóspedes, que receberão pagamento 25.000 francos, deverão pagar 7.000 francos pelo seu alojamento na Casa do Brasil.

O edifício erguase em terreno doado no Brasil pela Fundação Internacional da Cidade Universitária de Paris, no Boulevard Jourdain.

Escola de Engenharia, UMG

Completou 45 anos de existência, o 21 de maio, a Escola de Engenharia

ria da Universidade de Minas Gerais.

Fundada em 1911, essa Escola teve como seu primeiro diretor o dr. José Gonçalves de Souza, iniciando-se o curso em 1912. Cinco anos mais tarde, o curso ministrado na Escola era equiparado ao da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, hoje Escola Nacional de Engenharia, e, finalmente, pela Lei nº 956, de 1927, a Escola foi incorporada, com outras Faculdades, à Universidade de Minas Gerais. A federalização data de 1945.

Faculdades em Bogé

A Associação de Cultura Técnica e Econômica de Bogé elaborou um plano quinquenal tendente a promover a fundação de várias Faculdades naquela cidade pauista — Física, Farmácia e Odontologia, Agronomia e Veterinária e Direito.

Sob os auspícios da Associação, já foi fundada uma Faculdade de Ciências Econômicas.

Cursos de Extensão, USP

Entre junho e dezembro de 1955, a Universidade de São Paulo realizou 18 cursos de extensão cultural (um deles em Campinas) sobre economia brasileira, política e criminalidade, nutrição, sociologia, higiene da carne, química dos alimentos, geologia, folclore brasileiro, genética e problemas humanos, enfermagem na tuberculose,

contabilidade doméstica, vitaminas, educação física, história da medicina. Local, entretanto, em sua reabilitação, polícia e relações humanas.

A série cursos ocorreram 2.670 candidatos, que representam 33,8% do total de alunos da Universidade o ano passado.

Manual de Engenharia Sanitária

O prof. Harold Eaton Babbitt, consultor americano do (Petro IV) no Brasil, está promovendo a publicação de um manual de ensino (text-book) de engenharia sanitária para as Faculdades de Engenharia de várias das Universidades brasileiras, a fim de sanar a deficiência existente no particular.

Os capítulos já estão distribuídos pelos especialistas nacionais, desenhado o prof. Babbitt que o manual se encontra bastante adiantado.

Rembrandt

Comemorando o 50º aniversário do nascimento de Rembrandt, o Museu Nacional de Belas Artes, em cooperação (in Etno Brasil) na Holanda e do Instituto Rembrandt, realizou, sob a direção de um especialista, uma exposição de reproduções das obras primas do grande pintor.

Das comemorações constaram exposições de filmes, uma discussão em mesa redonda da obra de Rembrandt e conferências da srta. Maria Barreto e do prof. Flexa Ribeiro.

Universidade de Cocos do Sul

Foi criada a Faculdade Caxiense de Ciências Econômicas, que se considera o primeiro passo para a criação da Universidade do Nordeste gaúcho.

De acordo com o plano preparado pela Mitra Diocesana, que será a entidade mantenedora, será criada, em seguida, a Faculdade de Filosofia e, de acordo com as necessidades, outras Faculdades, depois do que será pleiteada a criação da Universidade da Serra.

Técnicos em Organização Industrial

Em virtude de convênio assinado entre a Universidade de São Paulo e a Comissão do Ponto IV, a Escola Politécnica da USP formará técnicos em administração e organização industrial.

Os cursos, de que já foram estabelecidos, serão ministrados por professores americanos. Em colaboração com o Ponto IV, a Escola Politécnica, desde o ano passado, vinha realizando cursos de três meses de duração em indústria, mas, pelo novo convênio, esses cursos passarão a ter a duração de um ano.

Corredinho

Aprovado em consenso, foi indicado para coordenador de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, URS, o doutorcente Ivo Fradique Coura Gomes. O novo entretetativo, que precorre

a vaga do prof. Martin Gomes, atingido pela *compulsão*, obteve média final 8,21.

Estudos Portugueses, USP

Desde 1954, em virtude de convênio assinado entre a Universidade de São Paulo e o Instituto de Alta Cultura de Portugal, funciona anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, o Instituto de Estudos Portugueses, administrado por um Conselho de cinco membros, eleitos por dois anos pelo Conselho Universitário.

O Instituto divide-se em quatro setores — pesquisa, ensino e difusão cultural, biblioteca e publicações. O setor de ensino e difusão cultural realiza cursos curriculares e extra-curriculares, proferidos em português aos alunos. O setor de educação tem 12 bolsas especiais, conteúdo trabalhos de interpretação sobre a literatura e a cultura portuguesas.

Universidade de Goiás

Dois deputados goianos apresentaram projetos independentes no sentido da criação da Universidade de Goiás.

De acordo com um desses projetos, a nova Universidade compor-se-ia das Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia, de Ciências Econômicas e de Filosofia e da Escola de Engenharia do Brasil Central.

ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Instituto favorecerá a produção, difusão e intercâmbio de filmes educativos, incrementará pesquisas nacionais de interesse científico e organizará, anualmente, uma Mostra Internacional de Cinema especializada.

Estudos Brasileiros em Munique

Foi criada, no Seminário Romano da Faculdade de Filosofia da Universidade de Munique, Alemanha, a cadeira de Estudos Brasileiros, por iniciativa do Consulado Brasileiro naquela cidade, em colaboração com a Sociedade de Amigos do Brasil (1900 sócios), cujo presidente de honra é o duque Albrecht da Baviera.

Medicina Chinesa

Instalou-se em Peking uma Academia de Medicina Chinesa, em que serão em medida tradicional, os alunos colaborarão com médicos formados pelos métodos da medicina ocidental e empreenderão pesquisas no domínio das doenças e práticas chinesas, tais como a acupuntura, a farmacologia e a rica tradição clínica chinesa.

Uma classe de medicina chinesa será anexada à Academia. Os primeiros 120 estudantes inscritos são diplomados por Faculdades de Medicina modernas. Fonte — *Bulletin, IRE*, 119, 1959.

Escolaridade até 16 Anos

O relatório apresentado pelo prof. Souza do Conselho Econômico da França, em torno dos aspectos econômicos e sociais da reforma do ensino, insiste sobre as más condições em que atualmente se realiza o recrutamento de alunos e sobre a inadequação do ensino secundário e técnico. Os filhos do operariado representam apenas 3% dos estudantes universitários e 12,5% dos alunos de liceu e colégios. Os filhos de agricultores representam, respectivamente, 5 e 7%. Quanto ao ensino secundário, entre 100 alunos apenas 20 se diplomam.

O relatório Souza defende o prolongamento da escolaridade até 16 anos, dada a falta de técnicos, a fim de manter o passo com o progresso mundial.

Fonte — *Le Figaro*, Paris, 31 mai 1959.

Instituto de Cinema Educativo

Com sede oficial junto ao Conselho Nacional de Pesquisas e escritório central junto ao Instituto de Fisiologia Geral da Universidade de Roma, foi criado o Instituto Internacional pró Chematografia Educativa, Científica e Social (ICEI).

População Escolar Hispano-Americana

Um trabalho preliminar, preparado para a Conferência de Lima, a Oficina de Educación Iberoamericana, com sede em Madrid, com o fim de estudar a situação da população escolar hispano-americana, em 1959 e em 1954.

De acordo com a O.E.I. a matrícula no ensino primário em 1959, totaliza 10.950.000 em 1954; a matrícula para 16.880.000 em 1954; a matrícula no ensino secundário, que era de 404.400 alunos em 1959, atingia 1.276.000 em 1954.

Os índices de crescimento são, para o ensino primário, 15% e, para o secundário, 31%, no conjunto dos países considerados.

Para o Brasil, os índices encontram-se para o ensino primário, respectivamente, 15,2 e 31,7.

(Fonte — Notícias de Educação Interamericana, abr. 1959).

Física Cósmica

Sob os auspícios do Centro de Cooperação Científica da UNESCO para a América Latina e da Universidade Mayor de San Andrés de La Paz, teve lugar em La Paz, Bolívia, um curso de treinamento de investigadores de alto nível em física cósmica.

As aulas teóricas foram ministradas por especialistas em física cósmica da Universidade Mayor, enquanto o parte experimental se realizou no Observatório de La Paz.

lizou no Laboratório de Física Cósmica, em Chacabamba, a 5.200 metros de altitude.

Investigadores do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Chile e do Equador estavam inscritos no curso.

Estudantes de Direito de Milão

Um inquérito entre estudantes de Direito de Milão mostrou que 60% deles tinham dúvidas quanto a poder seguir a profissão que haviam escolhido. Destes, 29,1% excluíam toda e qualquer possibilidade de exercer a advocacia e buscavam outros meios de vida; 8% esperavam ocupar cargos administrativos, públicos ou privados; 11% a exercerem o comércio; 3,3% a exercerem o trabalho dispendível, e 6% não tinham, na ocasião, qualquer perspectiva para o futuro.

Entre os 40% restantes, prevalecia a opinião de que apenas um em cada quatro estudantes poderia realmente praticar a advocacia.

Menos de 2% demonstraram interesse pela investigação científica no campo do Direito.

Bélgica do British Council

O British Council (Av. Churchill, 129, 10°, DF) está oferecendo um número limitado de bolsas, a britélicos, para o seu aperfeiçoamento na Inglaterra — umas para o

mo recebe um ensino pior do que o dos brancos.
(Fonte — *Time*, 4 jun. 1956).

Inquérito do WUS

Está em andamento um inquérito do Serviço Universitário Mundial (WUS), 13, rue Balvin, Geneva, acerca das condições de vida e de habitação nas comunidades universitárias.

Espera-se que o inquérito reúna uma boa documentação sobre a experiência dos diversos países nesse campo, colocando os problemas na sua verdadeira perspectiva a fim de tornar possível a sua pronta solução.
(Fonte — *WUS in Action*, abr. 1956).

O Alfabeto Chinês

Em vez dos seus 50.000 ideogramas tradicionais, a nova China passará a usar um alfabete-latino de 30 letras (v. *Boletim* n.º 4), que inclui todas as letras com exceção do V, acrescido de mais cinco letras novas, que correspondem a sons especiais da língua chinesa.

A B C D E F G H
a b c d e f g h

I J K L M N O P Q
i j k l m n o p q

R S T U V X Y Z
r s t u v x y z

ano letivo que se inicia em outubro de 1957, outras para o ano letivo de 1957 e março de 1958. As bolsas do primeiro tipo incluem passagem.

Podem inscrever-se candidatos de ambos os sexos, portadores de diploma universitário ou equivalente, com mais de um ano de formado, e dando-se preferência a candidatos de entre 25 e 35 anos.

Educação do Negro

De acordo com *The Negro Yearbook*, publicação da Comissão de Conservação dos Recursos Humanos da Universidade de Columbia, dos negros americanos de 18 a 19 anos em 1950, 1,7% jamais frequentaram a escola e 17,7% completaram apenas um a quatro anos de estudo; 14,7% completaram o curso secundário; e, dos de 30 a 34 anos, apenas 2,2% obtiveram diploma superior.

Se o negro tivesse elevado o seu padrão educacional ao nível dos brancos, fora do Sul, — argumentasse nessa publicação, — haveria, anualmente, 143,5% a mais de negros diplomados por escolas secundárias e 147% a mais de diplomados por escolas superiores.

Embora com a mesma preparação formal, os professores negros do Sul estão menos capacitados para a função do que os brancos.

A população negra do Sul, em grande parte mal-educada por professores mal-educados, não adverte plenamente a importância da

O novo alfabeto tem por objetivo propagar a instrução pública, com ênfase, estímulos e necessidades de recuperação econômica do país. Firm pressões seis anos para aprender 3.000 ideogramas, o suficiente para a leitura de um diário

chines. Dal que apreço, 20% dos 600 milhões de habitantes da China tenham algum conhecimento da linguagem escrita. Com o tempo, o novo alfabeto será reduzido para 25 letras, todas do alfabeto latino. (Fonte — *Time*, 9 jul. 1956).

PUBLICAÇÕES

«A Educação e a Crise Brasileira»

Do prof. Anísio Teixeira, diretor do INEP, é o vol. n.º 1355 p. 1 das *Atas Reunidas Proferidas na Câmara Nacional, A Educação e a Crise Brasileira*.

Encontramos nesta obra do autor «de modo e de crítica» com que o autor voltou a participar dos debates em prol da reconstrução educacional do país, e presentes empenhos sobre a realidade educacional, as reformas possíveis e desejáveis e os meios de financiamento e o papel da administração pública na direção do sistema nacional de educação.

Na apresentação do volume, escreve o prof. Anísio Teixeira: «Embora de circunstância, todas estas páginas tem a unidade de

nota de apresentação acuada: não podendo de fato assumir a responsabilidade de uma periodicidade regular, mas se nos for possível, esperamos publicar quatro números anuais...»

A comissão incumbida do Boletim (rua México, 3, 18º and., DF) é constituída pelos srs. J. Roberto Moréira, L. A. Costa Pinto, Jaime Abreu e Lúcia Marques Pinheiro.

Educação pelo Rádio

O sr. João Ribas da Costa publicou, em São Paulo, um volume de interesse — *Educação fundamental pelo rádio*, tratando do problema da alfabetização de adultos e da cultura popular por meio de sistemas radiofônicos com recepção organizada.

O volume contém planos do autor para a alfabetização pelo rádio, com a análise de experiências semelhantes, bem sucedidas, no Estado do Rio e na Colômbia.

«Enseignement à l'étranger»

Como suplemento ao *Bulletin de l'Association Internationale des Universités*, a UNESCO publica a brochura bilingue *Teaching Abroad — Enseignement à l'étranger*, que contém listas de professores e de outros elementos do ensino superior ou de laboratórios de pesquisas que desejam, por um período mais ou menos longo, ensinar em outro país que não o seu.

Mais de mil nomes de professô-

Folclore

res e técnicos nestas condições encontram-se, com os dados necessários, na publicação da UNESCO.

A Comissão Alagoana de Folclore (Av. Tomaz Espinóla, 499, Maracá) incluiu a publicação do *Boletim Alagoano de Folclore*, com um primeiro número correspondente a dezembro de 1955, inteiramente dedicado aos aspectos folclóricos do Estado.

Espera a C. A. F. L. dedicar os números seguintes do seu *Boletim*, de cada vez, a cada qual dos folcloreiros e outros aspectos pertencentes do folclore alagoano.

Seminário de Ciências Sociais

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC), sob cujo patrocínio se realizou, no Rio de Janeiro, o Seminário Sul-Americano para o Ensino Universitário das Ciências Sociais, promovido pela UNESCO, reuniu em volume (76 p.) as conclusões e recomendações, o relatório geral e os discursos pronunciados, além da lista de participantes e observadores e do tombo do conclave.

A Bibliografia nos Estudos Históricos

Em separata do *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, está sendo distribuída a conferência, sob o título «Importância da bibliografia e da biblioteca para os estudos

históricos, pronunciou, no Recife, o sr. Edison Nery da Fonseca, técnico do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Atos Oficiais

O Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura recitou em volume (142 p.) as Lições Dramáticas, publicadas em 1937 pelo grande ator brasileiro João Caetano, com uma introdução do sr. Lopes Gonçalves.

O prefacador ressalta que se trata de a única obra brasileira

sobre psicologia teatral e o arte de representar, conservada, o mesmo dia de quando foi escrita.

Bioquímica

O Laboratório de Bioquímica do Instituto Oswaldo Cruz está divulgando, mimeografadas, Comunicações Bioquímicas, com uma lista das publicações feitas e abstracções das comunicações apresentadas em 1956.

O noticiário refere-se aos Laboratórios de Bioquímica e de Farmacodinâmica.

ATOS OFICIAIS

Professores Catedráticos

Foram nomeados professor catedrático:
de Doenças Infecto-Contagiosas e Parasitárias dos Animais Domésticos, Escola de Agronomia e Veterinária, URS, — Otonário Correa (que já ocupa interinamente esse cargo);
— de Metalurgia e Química Aplicada, Faculdade de Odontologia de Pelotas, URS, — Ery Schramm (que já ocupa interinamente esse cargo);
— de Língua e Literatura Grega, Faculdade de Filosofia, Universidade do Rio de Janeiro, — Geraldo Calábria Lajpelt;

— de Fisiologia, Faculdade Fluminense de Medicina, — Mário Ullisses Vianna Dias;
— de Pesquisas e Sombrias, Escola de Belas Artes, Universidade do Recife, — Fernando de Queiroz Menezes;
— de Instituições de Direito Privado, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, UB, — Guilherme Augusto Carneiro de Mendonça;
— de Medicina Legal, Faculdade de Direito do Espírito Santo, — Pedro Feo Rosa (durante o impedimento do seu titular);
— de Parasitologia, Faculdade de Medicina, Universidade da Bahia, — Alexandre Luiz Costa (que já

ocupa interinamente esse cargo);
— de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia, Escola Politécnica, Universidade da Bahia — Waldemar de Almeida Barreto (interinamente);
— de Direito Judiciário Penal, Faculdade de Direito do Pará, — Cassiano Estrutiano Pessoa de Vasconcelos;

— de Direito Civil (2º cad.), Faculdade de Direito de Alagoas, — Aníbal Jaime de Atravila Melo (durante o impedimento do seu titular);
— de Materiais de Construção e Estudos de Solo, Faculdade Nacional de Arquitetura, UB, — Mauro Ribeiro Viegas;

— de Química Analítica, Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Instituto Agronômico do Sul, — Alexandre Abulizio Valério da Cunha (durante o impedimento do seu titular);
— de Física, Agrícola, Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Instituto Agronômico do Sul, — Carlos Guerreiro Furpo (durante o impedimento do seu titular);

— de Engenharia Rural, Escola Nacional de Agronomia, — Eudélio Jimot de Mattos (durante o impedimento do seu titular);
— de Química Analítica, Escola Nacional de Agronomia, — Leônicio Barreto Filho.

Para a Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará foram nomeados professor catedrático:
— de Clínica Médica (3º cad.), — Antônio Jorge de Queiroz Jucá;

— de Microbiologia, — Elcias Viana Camurça;
— de Clínica Oftalmológica, — José Maria de Monteiro e Andrade;
— de Clínica Neurológica, — Antônio Vandick de Andrade Póppe;
— de Clínica Psiquiátrica, — Gerardo Frota de Souza Pinto;
— de Clínica Pediátrica Médica, — João Valente de Miranda Leão;
— de Histologia e Embriologia Geral, — Josa Magalhães;
— de Clínica Cirúrgica, — José Osian de Aguiar;
— de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, — Luis Gonzaga da Silveira.

Legislação

Lei nº 2.787, de 25/5/56 — Inclui a Faculdade de Direito da PUC do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo governo federal.

Lei nº 2.792, de 28/5/56 — Inclui a Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo (Fundação Alvaros Prestes) entre os estabelecimentos subvencionados pelo governo federal.

Lei nº 2.797, de 15/6/56 — Autoriza o MEC a registrar os diplomados expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis, SC.

Lei nº 2.800, de 18/6/56 — Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química e dispõe sobre o exercício da profissão de químico.
Dec. nº 39.260, de 28/5/56 — Outorga concessão à URS para estabelecer estação radiofísica de ondas médias.

Dec. nº 39 330, de 8/6/56 — Altera a denominação da Faculdade de Estudos Econômicos do Liceu Coimbrão de Jesus, agregada à PUC de São Paulo, para Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuárias Coração de Jesus.

Dec. nº 39 331, de 8/6/56 — Reconhece o curso de Pedagogia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Paraná.

Dec. nº 39 332, de 8/6/56 — Reconhece o curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Paraíba.

Dec. nº 39 408, de 14/6/56 — Reconhece os cursos de Física, Química e Letras Clássicas da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.

Aposentados

Foram aposentados os professores catedráticos

— Araceli Lúcia Tavares da Silva, Clínica Cirúrgica (2.ª cad.), Faculdade de Medicina, Universidade do Rio de Janeiro;

— Carlos Otto Nowlands, Metalurgia e Química Aplicada, Faculdade Nacional de Odontologia, Universidade Nacional de Odontologia, UB (compulsoriamente);

— Luís Pedro Carneiro Leão, Legislação e Noções de Economia Política, Escola de Belas Artes, Universidade do Rio de Janeiro (compulsoriamente);

— Mário Peixoto, Técnica Odontológica, Faculdade de Odontologia, Universidade da Bahia;

— Cláudio Torres, Anatomia, Escola de Belas Artes, Universidade

da Bahia (compulsoriamente);

— Abuzo Tulmeiro do Escobar, Zootecnia Especual, Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Instituto Agronômico do Sul.

Alteração no Regimento, FNF

Pela resolução nº 1.56, o Conselho Universitário, UB, alterou o Regimento Interno da Faculdade Nacional de Filosofia, no tocante à seriação de disciplinas nos cursos de História, Geografia e Jornalismo. (D.O., 4/6/56).

Diretor

O professor Artlindo Loyola de Camargo foi designado diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.

Parasitas de Amoróbia

Por portaria do Conselho Nacional de Pesquisas (18.6.56) foi designado diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia o professor Arthur César Ferreira Reis, ex-Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Comissões Coordenadoras

O Ministro da Educação e Cultura designou os seguintes professores para integrar Comissões Coordenadoras do estudo dos problemas relacionados com o ensino de

Engenharia — Luis Cintra, do Prado, Mário Wernick de Alencar Lima, Paulo Acóly de Sa, Ernesto USP, nº 14, 24/9/56 (D.O., 11/6/56);

— de Clínica Urológica, Faculdade de Cantanhede e Almeida;

Odontologia — Pedro Paulo Peirão, José Lima, Criso Leão Fontes, Joaquim Macedo Fernandes e Francisco Pegni;

— de Física-Química e Química Superior, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, nº 22/9/56;

— de Economia Política, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, UB, prorrogação até 17/3/57 (D.O., 13/6/56).

Catedras em Concurso

Estão abertas as inscrições de concurso para provimento do cargo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR
(alterações a fazer no *Índice* de CAPES)

Reificação:

Conservatório Brasileiro de Música:

Curso de Formação Profissional

Matrícula em 1955:

 Geral — 111

 1.º ano — 55

Diplomandas em 1954 — 27

Curso de Formação de Professores

Matrícula em 1955:

 Geral — 233

 1.º ano — 138

Diplomados em 1954 — 43

Madança de diretores:

Escola Superior de Agricultura da Univ. Rural de Minas Gerais
Dir.: Dr. Carlos Socias Schlotthoff

Este livro é fruto da dissertação elaborada no arco de tempo de 1999 a 2000 e defendida em 2001 no âmbito do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio com o título ‘Um percurso com os Boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil’ sob a orientação da Prof^a Ana Waleska P.C. Mendonça.

